

**ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DO ANO 2014

NO

AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»

DE

BRAGANÇA

SIGLAS

ACISB	Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Bragança
AM	Assembleia Municipal
AMB	Assembleia Municipal de Bragança
ANMP	Associação nacional de Municípios Portugueses
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
FEF	Fundo de Equilíbrio Financeiro
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
IRS	Imposto do Rendimento Singular
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
MSP	Movimento Sempre Presente
PAOD	Período de Antes da Ordem do Dia
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
POD	Período da Ordem do Dia
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata

Sexta Sessão Ordinária (Quadriénio 2013/2017) da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 26 de novembro de 2014, no Auditório «Paulo Quintela », Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
Quórum – Sexta Sessão Ordinária – 26 de novembro de 2014	7,118
Expediente	8
Membros que pediram justificação da falta	8
Membros suplentes convocados	9
Suspensão de Mandato	9
Renúncia ao Mandato	9
Moção – “Requalificação – Pessoal da Segurança Social”	10
Moção - “Solicitação à AR de legislação sobre a igualdade de tratamento perante a percepção do IVA em campanhas eleitorais autárquicas, entre partidos e grupos independentes”.	28
Proposta de Recomendação – “Distribuição dos rendimentos das centrais hidroelétricas”.	25
Presenças e Faltas	277

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1- PÚBLICO – Período de Intervenção.	9
2- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.	10
3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	32
3.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.	32
3.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	105
3.2.1 – Atribuição de um valor às juntas de freguesia de França e Gimonde, sobre a faturação da produção de energia elétrica nas centrais hidroelétricas do Alto Sabor (Montezinho e Prado -Novo) e Gimonde – Ano de 2013;	105
3.2.2 – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Art.º 16.º “ Isenções e benefícios fiscais”;	113
3.2.3 – Fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis para aplicação em 2015;	118
3.2.4 – Fixação da participação no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) – rendimentos de 2015 a cobrar em 2016;	138
3.2.5 – Documentos Previsionais para o ano de 2015: Grandes Opções do Plano e Orçamento;	152
3.3 – Apreciação e deliberação da Proposta da 2.ª Alteração do Regimento Assembleia Municipal de Bragança.	239

3.4 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	260
3.4.1 – Apoios às Freguesias: Grijó de Parada; Mós; Nogueira; Quintanilha; Salsas; Serapicos e Uniões de Freguesias de Castrelos /Carrazedo e Parada/Faílde;	260
3.4.2 – Proposta de atribuição de apoios para melhorias habitacionais na zona rural – 2.ª Fase(2014).	270

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Alcídio Castanheira	110
Ana Almeida	27,211
Anabela Anjos	144
Amândio Gomes	222
Ana Brás	134,146
António Malhão	86,135
António Morais	26,85,146,226
António Pires	98
Bruno Veloso	10,14,15,21,83,150
Dinis Pinela	94
Henrique Ferreira	28,92,216
Francisco Marcos	95
Francisco Pinheiro	24,31,85,228
Isabel Lopes	149
Júlio Carvalho	29,99
Luís Fernandes	218,276
Luís Martins	268
Maria Alves	81
Maria Ribeiro	214
Martinho Nascimento	15,148,205
Pedro Rego	30,90,200
Presidente da Câmara	50,79,100,109,110,117,130,133,136,142,172,196,225,232,265,269,275,277
Presidente da Mesa	9,10,13,14,15,19,20,21,22,23,24,26,27,29,30,31,50,74,75,76,77,78,79,81,83,85,86,90,92,94,95,96,97,98,99,100,105,110,111,112,113,117,118,129,131,133,134,135,136,137,138,144,146,147,148,149,189,191,192,193,195,196,199,205,211,214,216,218,222,224,225,226,227,232,236,237,239,257,259,265,266,267,268,269,270,274,

	275,276,277
Rui Correia	14
Primeiro Secretário	268
Segunda Secretária	257
Telmo Afonso	224

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Ana Almeida	77,131,259
António Malhão	13
António Morais	75,109,117,131
António Pires	190,274
Armindo Lopes	78
Bruno Veloso	267
Fernando Paula	74
Francisco Marcos	76
Francisco Pinheiro	75,109,131,195
Henrique Ferreira	266
Júlio Carvalho	132,193
Luís Martins	192
Pedro Rego	191
Telmo Afonso	267

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Alcídio Castanheira	113
Ana Almeida	112,270
António Malhão	23,239
António Morais	24,112
Armindo Lopes	237

Bruno Veloso	23
Francisco Marcos	277
Henrique Ferreira	22,151,270
Luís Fernandes	237
Maria Ribeiro	137
Martinho Nascimento	22
Pedro Rego	238

----- Aos **vinte e seis dias do mês de novembro, do ano de dois mil e catorze**, realizou-se, no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Sexta Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), tendo o seu início às 09:30 horas, e fim cerca das 18:50 horas, na qual participaram **setenta e oito membros**, dos **setenta e nove** que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:.....

1- PÚBLICO – Período de Intervenção.

2- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

3.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

3.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

3.2.1 – Atribuição de um valor às juntas de freguesia de França e Gimonde, sobre a faturação da produção de energia elétrica nas centrais hidroelétricas do Alto Sabor (Montezinho e Prado -Novo) e Gimonde – Ano de 2013;.....

3.2.2 – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Art.º 16.º “ Isenções e benefícios fiscais”;

3.2.3 – Fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis para aplicação em 2015;

3.2.4 – Fixação da participação no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) – rendimentos de 2015 a cobrar em 2016;

3.2.5 – Documentos Previsionais para o ano de 2015: Grandes Opções do Plano e Orçamento;.....

3.3 – Apreciação e deliberação da Proposta da 2.ª Alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança.

3.4 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

3.4.1 – Apoios às Freguesias: Grijó de Parada; Mós; Nogueira; Quintanilha; Salsas; Serapicos e Uniões de Freguesias de Castrelos /Carrazedo e Parada/Faílde;

3.4.2 – Proposta de atribuição de apoios para melhorias habitacionais na zona rural – 2.ª Fase (2014).

QUÓRUM - Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos, cerca das nove horas e trinta minutos, e foram presentes:

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

Data	Remetente	Assunto
02/10	João Carlos Castanho	Pedido de renúncia
03/10	ANMP	Informação sobre o Quadro Plurianual Municipal
28/10	Grupo Parlamentar “ Os Verdes”	Remete perguntas dirigidas ao Ministério da Educação e Ciência e ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, sobre os Contratos de Emprego -Inserção nas Escolas Públicas
31/10	CMB	Envia a Proposta de Orçamento Municipal para 2015
4/11	CMB	Envia resposta ao líder do CDS/PP sobre o concurso lançado em 2010- Abastecimento de Água

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE EMITIDA A PARTIR DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

Data	Destinatário	Assunto
07/10	CMB	Envio Senhas de Presença e Boletins Itinerários relativos ao mês de setembro/2014
07/10	CMB	solicita informação sobre o concurso lançado em 2010- Aquisição de serviços de exploração, manutenção e conservação dos diversos sistemas de abastecimento de água potável e tratamento de águas residuais no Concelho de Bragança”
23/10	CMB	Envio da Proposta de Orçamento da AM para 2015
4/11	Líder do CDS/PP	Envio da resposta ao solicitado sobre o concurso lançado em 2010- Abastecimento de água

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:

PEDIDOS DE JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:

PSD: António Manuel Pereira e Maria Gracinda Amaro

PS: Luís Carlos Magalhães Pires; Jorge Humberto L. M. Sampaio; António Rodrigues Vieira e Jorge Manuel Nogueiro Gomes

Movimento Sempre Presente: Artur Jorge Fernandes Estevinho

Presidentes de Junta de Freguesia:
Rebordãos – Fernando Francisco G. Rodrigues – Representado por Adriano Augusto
Correia Rodrigues
MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:
PSD: Sandra Pinho Costa e Manuel Mesquita Rodrigues
PS: Sandra Marisa Rodrigues Valdemar; Pedro José Pires Rego; Armindo Augusto
Lopes e Maria Aurora Correia
Movimento Sempre Presente - Manuel Agostinho Pires Diz
SUSPENSÃO DO MANDATO - António Rodrigues Vieira (de 19 de novembro/2014 a 19 de
maio/2015
RENÚNCIA: PSD - João Paulo Alves da Cruz Castanho – Passa a efetivo António Manuel Pereira

----- **Presidente da Mesa** – Cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs.
Vereadores, Membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Presidentes
de Junta, não sei se está, aqui, a Comunicação Social, também, para eles, e para o
Público, muito bom dia, a todos.

----- Iniciamos esta Sexta Sessão Ordinária.

----- Informo que não houve tempo, para finalizar a passagem a escrito, na
íntegra, das intervenções ocorridas na última Assembleia Municipal, pelo que,
hoje, não vamos poder aprovar a Ata. Assim, o primeiro ponto, da agenda, é
dedicado ao público.

----- **PONTO 1- PÚBLICO – Período de Intervenção.**

----- À primeira vista, não me parece que esteja, aqui, presente, Público, mas não
deixo de dizer que, caso exista alguém do Público, presente, que queira fazer alguma
intervenção, este é o momento, na Ordem do Dia, destinado às intervenções do
Público. Pelo que, não havendo ninguém para participar, não iríamos avançar, sem
que, primeiro, possa aproveitar, também, a oportunidade, dizendo que foi distribuído,
pelos Srs. Presidentes de Junta, um questionário relativo ao “Conhecimento e
Satisfação da População do Concelho de Bragança, relativamente à intervenção do
SPNA”.

----- O questionário é relativamente curto, isto é, um questionário que tem em vista um trabalho de fim de Mestrado, pelo que, se for possível, oferecerem a vossa colaboração e se, até ao final do dia, puderem preencher esse questionário, depois entregariam à D. Luísa, para que, depois, possa ser feita a recolha e entrega ao destinatário, que está a fazer o seu trabalho de Mestrado, também com o apoio nesta informação, que poderá ser recolhida hoje. Portanto, Srs. Presidentes de Junta, por favor, durante o dia, se puderem preencher este questionário, agradecemos.

----- Bom, passamos, então, para o Período de Antes da Ordem do Dia.....

----- **PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:.....**

----- **Presidente da Mesa** - Quero informar que, hoje, vai haver as alterações ao Regimento da Assembleia. Portanto, mantemos, no entanto, hoje, as formas como vínhamos atuando, até hoje, na data anterior, e neste mandato. Daqui para a frente, pois, haverá formas de organizar as intervenções de forma diferente. Hoje, volto a repetir, faremos, como fazíamos até aqui. Vamos pedir aos Deputados, que tenham interesse em fazer intervenções, colocar questões à Câmara, que façam as inscrições. Naturalmente que vamos visualizar quem coloca o braço no ar, e vamos fazer, nós, a metodologia da distribuição do tempo, pelas inscrições que vão surgindo.

----- Então, repito - Período de Antes da Ordem do Dia. Estamos a iniciar, portanto, um período, que tem, apenas, sessenta minutos, que inclui, naturalmente, também, as intervenções da Câmara Municipal.

----- Eu pergunto - Quem tem interesse em inscrever-se?.....

----- Registamos, já, duas intenções: Bruno Veloso e Ana Cláudia.....

----- Muito bem. Obrigado, Srs. Deputados, pela vossa disponibilidade. Tem a palavra, Bruno Veloso, do PS.

----- **Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos: Sr. Presidente da AM, Sr. Presidente da Câmara, Caros Colegas membros da AM e Presidentes de Junta.....

----- Eu, passaria, de imediato, à leitura de uma Moção, que queríamos apresentar nesta mesma AM, e passo, então, se o Sr. Presidente me permitir, à sua leitura.

----- **Apresentou, por escrito, a seguinte**

“MOÇÃO

-----“Nos últimos anos temos assistido a um constante alheamento e a uma crescente falta de solidariedade nacional para com a nossa região, o nosso concelho e particularmente para com as suas populações.

----- Num território do interior como o nosso, numa conjectura de crise nacional não podemos aceitar que continuemos a ser das regiões mais prejudicadas e sistematicamente mais desprotegidas.

----- Não podemos de forma passiva aceitar o completo alheamento do estado, traduzido no esvaziamento de serviços ao dispor das populações.

----- O desinvestimento do Estado e a constante retirada de serviços é em si mesmo um elemento catalisador para que os próprios privados se sintam desmotivados para investir na nossa região.

----- Fruto deste abandono, sem regra e sem justificação, assistimos a uma acelerada perca populacional, ao galopante aumento do desemprego e conseqüentemente a uma maior degradação da coesão social e suas implicações sociais.

----- Em tempos excecionalmente difíceis como os que atravessamos, compete ao Estado e às suas instituições uma particular presença e conseqüentemente a uma redobrada responsabilidade perante os mais vulneráveis e desprotegidos.....

----- É nestas alturas em particular que compete ao Estado assumir na integra a sua responsabilidade social de forma presente e direta.....

----- E é ao Estado, através do Instituto da Segurança Social que compete dizer presente no apoio às famílias carenciadas, reforçando a sua ação e fortalecendo a sua intervenção.

----- Ao invés é o Estado exatamente no Instituto da Segurança Social que demonstra a sua insensibilidade social e faz o maior ataque aos seus próprios funcionários que sem direito a qualquer pré-aviso são atirados para aquilo a que chamam requalificação - nome técnico que na prática significa pré-despedimento com dramático corte salarial e inibição de trabalhar com o despedimento como o seu único horizonte.....

----- Educadores de Infância e outros docentes, aos quais nunca faltou trabalho nem qualificação são desta forma dispensados de através da sua profissão servirem as populações do nosso concelho e da nossa região.

-----Estão também em causa um conjunto de assistentes operacionais que auferem pouco mais que um salário mínimo.....

-----Mais grave, atendendo que o próprio Instituto da Segurança Social se tem socorrido da prestação de trabalho subsidiário com enorme regularidade, ocupando postos efetivos de trabalho de forma atentatória e verdadeiramente incompreensível, contribuindo para a precaridade laboral e, simultaneamente, pré-anunciando o despedimento de qualquer funcionário.

-----Não está, hoje, em causa um mero despedimento coletivo e aleatório, mas mais um passo rumo a um estado assistencialista em detrimento de um Estado Social capaz de cumprir escrupulosamente as suas obrigações.

-----Perante estas atentatórias medidas, inéditas em democracia, mais do que reconhecer o drama a que estão a ser votadas, só no nosso concelho 25 famílias e cujas repercussões no tecido social do nosso concelho têm uma enorme relevância, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida no dia 26 de novembro de 2014 vem por este meio exigir ao Sr. Primeiro Ministro, Dr. Passos Coelho e ao seu Ministro Dr. Pedro Mota Soares a imediata revogação deste procedimento em tempo útil.

-----Convidamos ainda o Sr. Ministro Pedro Mota Soares a deslocar-se a Bragança a fim de tomar conhecimento presencial da realidade do nosso Centro Distrital da Segurança Social no que concerne a recursos humanos e carências profissionais dos seus serviços.

A enviar para:.....

-----Gabinete do Presidente da República;

-----Gabinete do Primeiro Ministro;

-----Gabinete do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social;.....

-----Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social;

-----Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República;.....

-----Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República;

-----Grupo Parlamentar do CDS na Assembleia da República;.....

-----Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República;.....

-----Grupo Parlamentar do BE na Assembleia da República;

-----Grupo Parlamentar dos Verdes na Assembleia da República;

-----Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;

-----Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Bragança.

----- Os subscritores: Grupo Municipal do Partido Socialista.”

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Bom, está aberto um período para pedidos de esclarecimento, por parte dos Srs. Membros da Assembleia. Solicitamos que, caso haja intenção de formular pedidos de esclarecimento ao subscritor desta Moção, o favor de se inscreverem.

----- Regista-se um pedido de esclarecimento de Eduardo Malhão, do PSD.

----- **Eduardo Malhão** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretária, Sr. Presidente do Executivo, Sr. Vice-Presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caros Membros desta Assembleia, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, minhas Senhoras, e meus Senhores, a todos, muito bom dia e votos de uma ótima sessão de trabalho.

----- Relativamente a esta Moção, subscrita pelo líder do PS, obviamente, que o PSD tem tido, ao longo destes tempos, sempre, uma postura de defesa intransigente, do serviço público, no interior, e, em particular, no nosso Concelho, e da preservação do emprego público, que é fundamental, para a coesão económica e social dos territórios de baixa densidade, como é o caso do nosso. E, aliás, o Executivo e o Sr. Presidente de Câmara têm estado, na primeira linha, a defender, exatamente, tudo o que seja serviços públicos e tudo o que seja obras estruturantes, para o desenvolvimento da nossa Cidade e do nosso Concelho. E, por isso, acho que nós só temos que acompanhar as Moções que visem, exclusivamente, a defesa dos postos de trabalho, dos serviços públicos, da coesão económica e social. Não podemos, é colocar aí, nessa Moção, que isto é um facto inédito, porque isso é um processo transversal a todos os Governos. E, este processo não pode ser, de forma alguma, desligado daquilo que foi o processo de assistência económica financeira, assinado pelo Governo do PS, e, o nosso Governo está obrigado a fazer a reestruturação e a requalificação dos seus trabalhadores, porque são objetivos, e são compromissos, que estão assinados, nesse memorando.....

----- E, como tal, desde que, o PS retire essa expressão – “que é inédito”.

----- Não é inédito! - Nós, temos assistido, aliás, os serviços de Segurança Social, ao longo dos últimos anos, sofreram vários processos de esvaziamento. Como sabem, inicialmente, era uma estrutura de âmbito regional e, hoje, está enfraquecida, nas suas competências e na sua função. Uma simples obra, por exemplo, tem que ser decidida por técnicos que estão em Braga ou no Porto. Nós sabemos que é assim. Mas, isso, não foi uma obra deste Governo, foi um acumular de situações e de má gestão dos

dinheiros públicos, ao longo dos últimos anos. Por isso, perguntava ao PS e ao subscritor desta Moção, se está disponível para, enfim, consensualizar, aí, alguns aspetos da Moção, para nós podermos acompanhar essa Moção. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Mais pedidos de esclarecimento?

----- Não havendo, solicito, ao subscritor, que responda à questão. Tem a palavra, Bruno Veloso.

----- **Bruno Veloso** – Efetivamente, o PS, ao longo dos últimos tempos, tem sido flexível, na apreciação e na apresentação das Moções, de forma a que elas se tornem, cada vez mais, consensuais e tem corrido bem. O PS tem trazido, aqui, algumas, faz algumas cedências, e, naturalmente, esta AM tem sabido responder, com natural dignidade, em defesa dos interesses das populações.

----- Quando, nesta Moção, se fala em inédito, fala-se em inédito - “o despedimento”. É que, o que acontece, é que, a requalificação, que está em vigor na Segurança Social, não é mais do que mandar um conjunto de funcionários para casa, à espera de coisa nenhuma. Aliás, sabemos bem, e o PS teve oportunidade de falar com algumas das pessoas visadas, e sabe bem que, cinco dessas pessoas, estão, automaticamente, enviadas para casa, a partir do dia 18 de dezembro, algumas das quais foram dispensadas, no âmbito dos protocolos assumidos com o Centro de Educação Especial, e a sua passagem para as Misericórdias. E, também sabemos bem, que o Instituto de Segurança Social se tem socorrido de algum tipo de trabalho subsidiado, o que implica que, de facto, não falte trabalho na Segurança Social. E, portanto, quando nós dizemos que é inédito, é esta forma de atuar e este despedimento. Mas, se é, essa palavra, que inviabilizaria o voto do PSD, naturalmente, que o PS está disponível para tirar o “inédito” desta expressão.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Mais intervenções?

----- Rui Coreia, do PSD, tem a palavra.

----- **Rui Correia** – Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros Colegas, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, Público - penso que não há Comunicação Social - a todos, muito bom dia.

----- É, só, para esclarecer que, ainda bem, que chegamos, aqui, a um acordo. Nós, também, estamos preocupados com esta situação do esvaziamento das pequenas

localidades do interior, mas era, só, para esclarecer, que isto da requalificação, não é de agora, esta requalificação vem do Governo anterior, e, já se tem vindo a processar noutros serviços. Portanto, não é de agora. Só para esclarecer isso.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Mais intervenções, sobre esta Moção?

----- Bruno Veloso, tem a palavra.

----- **Bruno Veloso** – Eu gostaria, apenas, de dar uma nota, à lei, e, completando o sentido do PS, relativamente a esta Moção, que, para além do dramático despedimento das pessoas, há uma coisa que nos preocupa enormemente. E, preocupa-nos, enormemente, como, aqui, também é dito, que, numa altura de grandes dificuldades, que olhemos para a Segurança Social, como eu, aqui, digo, de uma forma transversal, e, olhando para ela, querendo-lhe dar um caris assistencialista, quando ela deve dizer “ presente”, em alturas de maior dificuldade. Tem sido assim, ao longo dos anos. Tem existido esse compromisso político, com os diferentes partidos, de uma forma transversal, com algumas divergências políticas, naturais, mas que tem sido, e eu, que espero que, de facto, a Segurança Social continue a desempenhar as suas funções.

----- Mas, não posso deixar de lançar, aqui, um repto, porque, com toda a propriedade, pelo nosso estimado amigo, Dr. Martinho, que desempenha, hoje, funções relevantes, no nosso Centro Distrital da Segurança Social, e é, também, Membro eleito desta AM. E, eu gostava, também, sobre esta matéria, de uma forma clara e transparente, como tem sido a nossa relação, que pudesse, também, dar, aqui, algumas achegas e algumas explicações, daquilo que entende sobre este processo. E acho que, era importante para toda a Assembleia, naturalmente, neste debate, que é, eminentemente, político, e que, portanto, acho que seriam importantes essas explicações.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Há uma manifesta vontade, do Sr. Deputado Martinho, no sentido de fazer uma intervenção, ainda, sobre este tema da Moção? Depois, também, do convite que lhe foi feito, pelo Bruno Veloso?

----- **Martinho do Nascimento** – Muito bom dia a todos: Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia.

----- De facto, estamos aqui, perante uma situação que não é inédita, uma situação que foi criada em 2006, num Governo Socialista, como Mobilidade Especial.

----- Em 2007, foram enviados, para a Mobilidade Especial, mil e setenta funcionários do Ministério da Agricultura.

----- Eu quero, naturalmente, ser coerente. Também quero explicar todo o processo, mas temos que ser coerentes com aquilo que tem sido feito, pelos diversos Governos. Presumo que esta é uma Moção, naturalmente, não sei se é a favor da região, se é contra o Governo. Eu quero dizer que, relativamente a este processo de requalificação, há, aqui, palavras que foram usadas, que eu não posso, de forma alguma, aceitar.

----- Falar em dramático despedimento, Bruno, é qualquer coisa que me aflige! Não há despedimentos! - quanto mais, uma requalificação. E uma requalificação implica o quê? - deriva de um processo de racionalização de efetivos, que foi feito pelo Instituto da Segurança, e que se chegou a duas conclusões.

----- A primeira conclusão é que havia carreiras que não foram revistas e que não passaram para as carreiras gerais, designadamente: Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional. Esta é uma parte, que são os docentes, que nós temos. São cinco, e que, de facto, não são carreiras não transitadas. Mais, apenas uma docente, apenas uma docente, das cinco, exercia funções no Centro Distrital de Segurança Social, apenas uma. As restantes quatro são docentes que vieram de um estabelecimento integrado, portanto, não exerciam funções na Segurança Social. Vieram de um estabelecimento integrado, em que exerciam funções completamente diferentes, cuja resposta social, na Segurança Social não existia, e essas docentes, naturalmente, integraram funções na Segurança Social.

----- E quero dizer-vos, francamente, fui eu que, perante a situação dessas quatro docentes, passarem, de imediato, para a requalificação, porque eram docentes que não tinham funções inerentes a um trabalho no Centro Distrital, fui eu que solicitei que, na altura, elas fossem integradas no Centro Distrital. Deixem-me ser franco, não é porque precisava delas! - não é! - foi por uma questão, de facto, de não engrossarem a requalificação.

----- E, dizem-me assim: - Elas têm funções atribuídas.

----- Têm funções atribuídas, porque eu não lhes ia dar uma secretária e encostas a um canto! - Se estavam no Centro Distrital, atribui-lhes, naturalmente, uma função.....

----- Se me perguntam: - Eram, estritamente, necessárias?

----- Não, não eram. Tenho que ser franco, tenho que ser claro, tenho que ser honesto. Esta é uma situação das educadoras. Portanto, das cinco educadoras que vão para a requalificação, quatro vieram de um estabelecimento integrado, cujo estabelecimento foi entregue à Santa Casa da Misericórdia de Bragança com acordo de gestão, e que, a Santa Casa da Misericórdia de Bragança, não quis ficar com essas educadoras.

-----

----- Não! Não quis ficar... Não, não se surpreendam com isto, a Santa Casa da Misericórdia de Bragança não quis ficar com funcionários que não tinham uma função inerente àquilo que eram as funções. Não se iludam, não se iludam, não se iludam. A questão das docentes, no Centro de Educação Especial, hoje, estamos a falar de um Centro de Educação Especial. O Centro de Educação Especial foi um Centro, de facto, com este nome, Educação Especial. Deixou de o ser, quando o Ensino Especial passou para o Ensino Regular. E, então, as funções que ficaram inerentes ao Centro de Educação Especial, foi, apenas, uma resposta de - “Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais”.

----- Isto é, não havia lugar, para determinados funcionários, nesse Centro de Educação Especial. Isto que fique claro. E, naturalmente, quando houve o acordo de gestão, a Santa Casa da Misericórdia de Bragança disse – “Nós ficamos com os funcionários” – E, deixem-me dizer que, em abono da verdade, a Santa Casa da Misericórdia absorveu dezassete funcionários, dezassete funcionários! Quando podia dizer – “ não, eu não quero nenhum funcionário!” – Não! - Absorveu dezassete.

----- E, olhem, são dezassete Assistentes Operacionais, que eram, efetivamente, as categorias que eram necessárias no Centro de Educação Especial. E aquelas categorias, como o caso dos docentes, que não eram necessárias, naturalmente, a Santa Casa da Misericórdia de Bragança não pode ficar com elas, porque não tinham conteúdo funcional, para tratar de assuntos de respostas Sociais de Lar Residencial. É, essencialmente, isso que está em causa, não é a questão de – “não quiseram,

porque não quiseram - não quiseram porque não eram funções inerentes. Esta é uma situação, que é a situação dos docentes.

----- Quanto à questão dos Assistentes Operacionais, é, de facto, outra situação. Enquanto que a dos docentes é uma situação de carreira não revista, que não transitaram para a carreira geral, a questão dos assistentes operacionais é, de facto, uma carreira geral. E, aqui, eu tenho que dizer que o processo “racionalização de efetivos”, determinou quantos Assistentes Operacionais é que seriam necessários em cada Centro Distrital. E, desse estudo, conclui-se que, por exemplo, para o caso do Distrito de Bragança, apenas eram necessários oito Assistentes Operacionais.

----- Eu devo dizer, com toda a franqueza, e pelo que conheço, e estou, há vinte e seis anos, na Segurança Social, oito Assistentes Operacionais, na Segurança Social, chegam e sobram. Se conhecerem, se souberem qual é o conteúdo funcional de um Assistente Operacional: pode ser telefonista, pode ser motorista, e pode ser contínuo, na terminologia que se usava.

----- Contínuos - Não precisamos de mais dois contínuos, para aquele edifício.

----- Um Telefonista. Três Motoristas. Estamos a falar, três e dois, são cinco. Ainda ficamos com oito. Sabem quantos temos? - Vinte e dois. Portanto, também não podemos enfiar a cabeça na areia, por mais que possamos ou não, discordar de um processo de requalificação, e, porque as pessoas, eventualmente, vão para casa... ..

----- E, agora, queria dizer isto, com toda a franqueza: - As pessoas não vão para casa, despedidas! - As pessoas não são despedidas! - Este é um argumento que é utilizado, sistematicamente, pelos sindicatos. Nunca, ninguém ouviu este termo de “despedimento”. - Não há despedimento.

----- Então, um assistente operacional, que ganha 518,00€, é o vencimento de um Assistente Operacional, 518,00€, e vai para casa, com 505,00€, chamam-lhe a isto despedimento!?

-----

----- Até à reforma, até à reforma. Desculpem, há desinformação em todo este processo, há desinformação em todo este processo. Se ela é propositada ou não, não sei, mas que há uma total desinformação, quando se diz que um funcionário público, que ganha 518,00€, vai para casa, com 505,00€, e que me dizem, que isto é um dramático despedimento! - Desculpem, há, aqui, populismo e muita demagogia, não posso classificar isto, de outra forma.

----- **Presidente da Mesa** – Silêncio, na sala, por favor.....

----- **Martinho do Nascimento** – Minha Senhora, eu ouvi a pergunta. Os que ganham mil? - Um Assistente Operacional, que ganhe mil euros? - Não conheço. No meu Serviço, não tenho.

----- **Presidente da Mesa** – Vamos ter que terminar com o diálogo, a questão foi, já, colocada, não há Assistentes Operacionais.

----- **Martinho do Nascimento** – Exatamente. Para concluir, e quero ser muito honesto, relativamente a esta questão. Eu não estou, particularmente, satisfeito, de que alguns funcionários vão para casa, designadamente os Docentes. Não estou. Agora, eu tenho que ser consequente e coerente, naturalmente, com aquilo que se passa.

----- Um Assistente Operacional, que ganha 518,00€, é-lhe garantido, por lei, 505,00€, que é a remuneração mensal mínima garantida.

----- Ó! Henrique, vamos lá ver, vamos ver se nos entendemos, que é para sabermos, todos, do que estamos a falar. Eu estou a falar de cinco Educadores de Infância, cinco Docentes, em que, quatro, vieram do estabelecimento integrado. E estou a falar de catorze Assistentes Operacionais, que vão para casa, em requalificação, garantindo-lhes uma remuneração mínima garantida, que está na lei....

----- **Martinho Nascimento** - Desculpem, antes de falarem, vejam a lei, consultem a lei. Há três diplomas legais, que referem, concretamente, isto, que, é-lhes garantido os 505,00€.....

----- Sabem quanto é que isso representa? - Significa que as pessoas vão para casa, ganham 518,00€, a trabalhar, e vão para casa e ficam com 95% do salário.

----- Sabem o que é que aconteceu? - Eu vou-vos dizer.....

----- Eu fiz uma reunião, porque me preocupo, naturalmente, com os meus funcionários, naturalmente, que me preocupo, e fiz uma reunião com eles. E eles tinham feito uma reunião com o Sindicato. E “que iam para a rua”, e “que iam ser despedidos”... E, quando me ouviram acabar de falar, e de lhes demonstrar que não era para acreditar em mim, era para lerem a legislação, imediatamente, seis, logo

naquela reunião, seis Assistentes Operacionais, disseram-me: - Eu quero aderir, voluntariamente, porque, se eu vou para casa, com 90/95% do salário, eu quero aderir, voluntariamente.

----- Ontem, vieram mais três Assistentes Operacionais, que tinham entregue o Curriculum Vitae, a pedir-me para retirar o Curriculum, porque queriam aderir, voluntariamente.

----- Desculpem! - “A montanha pariu um rato”. Há muita desinformação, neste processo. E isto, naturalmente, é que vem dar toda esta dimensão e, se calhar, todo este dramatismo, para benefício de alguém.

----- Eu não entro, aqui, nas discussões políticas, Bruno! Não entro nas discussões políticas! Eu entro em discussões funcionais, e a questão põe-se, exatamente, neste ponto. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Bom, agora, já não há mais tempo para o PSD... ..

----- **Presidente da Mesa** - Sim, sim, estou a falar do PSD, já não pode haver mais respostas.

----- Bruno Veloso, do PS, tem a palavra.

----- **Bruno Veloso** – Bem, eu agradeço, antes de mais, eu pedia só, ao Henrique Ferreira e ao Dr. Martinho, dois segundos, porque eu vou também dirigir algumas palavras ao Dr. Martinho, e era importante que o Dr. Henrique Ferreira deixasse o Dr. Martinho, ouvir. Muito obrigado.

----- Dr. Martinho, agradeço, desde já, as suas explicações, apesar de não concordar, na íntegra, com elas. Eu sei que, a sua posição, é difícil, e não esperava ouvir o Dr. Martinho dizer que não entra pelo debate político. E é, exatamente, essa a problemática. É que, nós não podemos sair da AM ou entrar na AM, deixando ou não deixando de ser políticos. De facto, aqui, é o local para o debate político. O debate técnico é, em sede do local, onde o Dr. Martinho tem, também, uma nomeação política da confiança do Governo. É natural que assim seja, é natural que assim seja.

----- **Bruno Veloso** - Houve alterações, mas, inicialmente, foi assim. Eu sei bem o que estou a dizer e o Dr. Martinho sabe muito bem. E, portanto, aquilo que se coloca em causa é, de facto, dramático, porque, também, nos direitos fundamentais, existe uma coisa que se chama “direito ao trabalho”, e qualquer humanista, neste mundo,

tem que zelar pelo “direito ao trabalho”. O estar em casa, com uma remuneração, eu não diria que é indigno, e ninguém procura uma situação destas, mas, que é, claramente, desumano, é claramente desumano. E, de facto, eu compreendo a sua incomodidade, porque: - por um lado, é um eleito local, e tem a obrigação, como eu, e como os restantes, de defender os interesses das populações, quer na prestação de serviços, quer no interesse e no direito ao trabalho, e a uma remuneração condigna; e, por outro lado, tem as suas funções profissionais que, neste momento, o impelem a tomar determinadas medidas, que vão de encontro àquilo que são, efetivamente, as diretivas do Governo.

----- Deu-nos, aqui, um exemplo dos casos dos Assistentes Operacionais.

----- **Presidente da Mesa** – Tem trinta segundos,

----- **Bruno Veloso** – Termine já, Sr. Presidente. Deu-nos, aqui, um exemplo do caso dos Assistentes Operacionais. Não referiu o exemplo da remuneração dos Docentes que, no primeiro ano, recebem sessenta, e, no segundo, quarenta. Não disse que, nos protocolos, quando é transferido o CEE, para a Santa Casa da Misericórdia, que competia, à Segurança Social e ao Estado, negociar, para que, também, nesse âmbito, tomassem as medidas para integrarem essas mesmas pessoas. Como aconteceu, aliás, no passado, nas situações que referiu, onde os funcionários podiam integrar as novas instituições, cabendo-lhes o direito de optar pela Segurança Social ou pelas novas instituições. Nessa negociação, isso falhou, claramente, e, acabou por ficar desprotegida.

----- Dr. Martinho, com todo o “à vontade”, e, do debate político, e da estima pessoal, que temos por si, mas, deixe-me que lhe diga: - Neste momento, é incompatível ser Deputado Municipal e Diretor de uma Segurança Social, que toma estas medidas. E eu acho que o Dr. Martinho tem, claramente, que tomar essa opção: ou assume as funções de Deputado Municipal e a defesa das pessoas ou assume as suas funções profissionais, que são contrárias aos interesses das populações

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Bom, julgo que não há mais intervenções sobre o tema.

----- Então, passamos, de imediato, à sua votação. Acrescento, aquilo que vinha dizendo há pouco. Temos, na sala, agora, setenta e quatro Deputados.

-----APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E SETENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E QUATRO MEMBROS PRESENTES.....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto, Srs. Deputados?

----- **Henrique Ferreira** – Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Presidentes de Junta, Srs. Presidentes de Junta, Exmas. Pessoas do Público, muito bom dia a todos, votos de uma boa sessão.

----- O MSP votou a favor, na defesa dos interesses dos trabalhadores também na defesa do esclarecimento da situação cabal, de cada situação específica dos diferentes trabalhadores.

----- Mas, quero reiterar, aqui, que, enquanto MSP, não gosta de expressões, como “exige”. Os órgãos dialogam, propõem, solicitam, não exigem.

----- **Henrique Ferreira** - É uma declaração de voto! - eu expliquei! - nós explicamos porque é que votamos a favor! Queria dizer, e eu disse, “ na defesa dos interesses dos trabalhadores e, nomeadamente, da especificidade da situação de cada trabalhador, porque elas são diferentes.

----- **Henrique Ferreira** - Ainda não entendeu?

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Terminou a sua declaração de voto, Sr. Deputado.

----- Muito bem.

----- Martinho do Nascimento, tem a palavra, para a sua declaração de voto.

----- **Martinho do Nascimento** – Desculpem, a minha abstenção, naturalmente, tem que ver com a coerência, e com aquilo que acabei de referir. Portanto, não me vou repetir. Abstive-me, de facto, porque, enfim, não votei contra, precisamente, porque entendo que, tenho que ser coerente, em todos os aspetos. Naturalmente, que não é alheio o debate político, àquilo que é funcional.....

----- Quando refere que estou em nomeação política, e, portanto, que é incompatível, um lugar com outro, antes de mais nada, quero dizer-lhe que não sou

uma nomeação política do Governo, ao contrário, de muitos, que foram, até então, e no Governo Socialista. Não sou uma nomeação política do Governo, fui eleito, fui eleito.-

----- **Martinho Nascimento** - Eu posso usar o meu tempo, depois, não se preocupem, vou dizer o que tenho para dizer, se não for agora, digo depois, não se preocupem. Só para dizer que, desde o início deste mês, concorri, através da Comissão de Recrutamento de Seleção da Administração Pública, da CRESAP, a um concurso de Diretor, com dez opositores. Ganhei o concurso. Portanto, não é uma nomeação política, Bruno!

----- Depois, quanto à questão da incompatibilidade, entre Eleito Local e Diretor de Segurança Social, não vejo incompatibilidade, nenhuma, como é óbvio. Aliás, um seu camarada foi delegado da juventude e era Membro da AM.

----- **Presidente da Mesa** – Bom, não há diálogo, peço que termine a sua declaração de voto, Sr. Deputado.

----- **Martinho do Nascimento** – Desculpem, só queria justificar a minha abstenção. Não há, aqui, qualquer incompatibilidade e, pelo facto de não haver incompatibilidade, entre a questão política e a questão funcional, eu abstive-me.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Declaração de voto de Eduardo Malhão, do PSD.

----- **António Malhão** – Renovo os meus cumprimentos. Apenas para dizer que o PSD votou favoravelmente, por uma questão de princípio geral, de defesa dos Serviços Públicos, não obstante, enfim, reconhecer a frontalidade e a clarividência do companheiro Martinho do Nascimento e compreender, também, a sua posição e a sua explicação, que foi útil, para todos nós. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Rui Veloso, para a sua declaração de voto.

----- **Bruno Veloso** – O PS, naturalmente, como proponente desta Moção, e, fazendo a cedência, não podia, naturalmente, deixar de votar a favor.....

----- Dr. Martinho, deixe-me que lhe diga que eu não referi nenhuma ilegalidades, relativamente àquilo que me é dito. O que eu disse é que existe uma incompatibilidade de funções, face à situação de defesa dos interesses das populações ou a sua função,

que, neste momento, assume; aliás, denotada pela sua abstenção. Felizmente, só convenceu os seus companheiros de partido.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, António Morais, para declaração de voto.

----- **António Morais** – A nossa declaração consubstancia três ou quatro reflexões. Votámos a favor, obviamente, porque está em causa, não só postos de trabalho, direitos dos trabalhadores, à segurança do seu trabalho e à dignificação do trabalho, antes de mais nada. Portanto, votámos contra, por isso.

----- Mas, registamos, também, que este “ping pong”, de passa culpas, quer dizer: o PSD diz que foram os anteriores, mas também assinaram os PAKS, e assinaram toda esta política, que leva a esta degradação, que, embora esteja subjacente na proposta, convém, também, ser muito clarinho. O que está em causa, aqui, é o esvaziamento de um serviço fundamental, de um serviço público, e a transferência para outras entidades, por mais dignas que sejam, no seu trabalho, não são entidades públicas, não têm o escrutínio público, e à qual os cidadãos não podem recorrer, como recorrem aos serviços do Estado, que é um direito, o direito da Segurança Social. Portanto, é isto que está em causa e, obviamente, nós tínhamos que votar a favor desta proposta.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Está finalizada a votação desta Moção.

----- Passamos, naturalmente, aos inscritos a seguir. Isabel Lopes estava inscrita, lamentavelmente, o tempo que tinha o PSD foi esgotado, com a intervenção do Deputado Martinho do Nascimento, mas não deixa de ter tempo no período seguinte, no Período da Ordem do Dia.

----- Portanto, passamos para a seguinte inscrição.

----- Francisco Pinheiro, tem a palavra.

----- **Francisco Pinheiro** – Ora, bom dia a todos. Como tenho pouco tempo, para as minhas intervenções, vou poupar-me aos cumprimentos, e considerem-se todos cumprimentados, para esta Sessão e para todas as outras. Direi o bom dia. E tenho que ser parco nas palavras.

----- Portanto, o que eu queria fazer, neste momento, era uma proposta. Que, nós vamos discutir o Orçamento para o próximo ano, e não é possível, nesta discussão, portanto, este tempo que nós vamos estar aqui, não vai surtir qualquer efeito, sobre a proposta de Orçamento que foi feita. Não sei se têm consciência disso. A discussão que surgir, sobre o Orçamento, não vai ter qualquer valor, porque não surte qualquer efeito sobre o documento apresentado pela Câmara Municipal. E, então, neste sentido, eu queria apresentar uma proposta para o próximo Orçamento Municipal, para que o Executivo tivesse em consideração esta proposta, na elaboração do próximo Orçamento.

----- Eu fiz, aqui, um pequeno texto. Isto para facilitar, também, a parte dos Serviços de Apoio à AM.

----- Então, é o seguinte.

----- Apresentou, por escrito, o seguinte:

“POPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DAS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS

----- De acordo com o regimento em vigor não será permitido realizar a alteração para o orçamento da câmara municipal de Bragança que hoje será discutida, mas ainda assim gostava de propor o seguinte, ao abrigo do artº 24º ponto 2 alínea a):

Que no próximo orçamento a taxa de IMI sofra uma redução efetiva equivalente ao valor da produção de energia elétrica das centrais hidroelétricas, projetadas, construídas e postas em funcionamento antes de 1998.

----- Sobre o fundamento desta proposta acrescento os seguintes pontos que julgo deverem ser considerados na votação desta proposta:

Sobre o valor da produção que tem chegado a 1.000.000€ anuais que equivale ao consumo de energia do município.

----- Tem até este orçamento sido entregue uma pequena percentagem às juntas de freguesias onde as centrais estão instalados o que julgo ser de elementar justiça, assim fizesse a EDP em relação ao distrito de Bragança.

-----A redução da taxa de IMI iria reduzir as receitas das juntas de freguesias, para obstar a essa situação seria atribuída a cada freguesia, e da forma legal que a câmara municipal julgue correta.

----- Pelo exposto, solicito à mesa que esta proposta seja votada e considerada na elaboração do orçamento da câmara municipal para o ano de 2016.

----- Assim a CM não ficaria prejudicada em relação a 2013. Com a distribuição deste milhão de € iria ficar com um valor de receita de impostos diretos igual à que conseguiu arrecadar no ano 2013, ano em que iniciou funções.”

----- **Presidente da Mesa** – Isto é uma recomendação.

----- António Morais, da CDU, tem a palavra, para a sua intervenção no PAOD.

----- **António Morais** – Neste ponto, Antes da Ordem do Dia, enfim, trazíamos, aqui, dois ou três apontamentos. Este, da solidariedade, em relação aos trabalhadores da Segurança Social, está feito, na intervenção anterior. Mas, queríamos destacar também, solidariedade, aos trabalhadores da Cantina do Centro de Emprego e aos Enfermeiros, que lutaram pela dignificação, também, dos seus postos de trabalho e pela dignificação e utilidade pública, que tem a sua ação.

----- Queríamos também, de certa forma, ser solidários com uma palavra de muita indignação, por aquilo que acontece no período da Apanha da Castanha, com os trabalhadores do Leste. Acho que é inadmissível, é desumano, hoje em dia, assistirmos ao espetáculo destes trabalhadores, tal como aos trabalhadores transmontanos, lhe acontece, também, noutros países da Europa, nomeadamente em Espanha e França, que vivem autênticas escravaturas. Ainda bem que as autoridades estiveram atentas. Mas, creio que isto, e punha à consideração, nomeadamente, dos Presidentes de junta, digamos, da atenção que devem, enfim, merecer estes casos, que nos indignam, como seres humanos.

----- Registamos, também, com agrado, a correção feita pelas entidades, a PRESS NORDESTE e a Comunidade Intermunicipal, na homenagem ao Poder Local, que era pertença, porque, na primeira comunicação, limitava-se, digamos assim, a homenagear os Presidentes das Câmaras. Eu creio que, uma visão restrita é indigna, também, de se considerar homenagem ao Poder Local. O Poder Local são várias entidades, nomeadamente: nós, esta AM, os seus eleitos, os Presidentes de Junta e as Juntas e as Assembleias de Freguesia. Eu creio, e registamos, com agrado, esta

correção, porque, nós estaríamos, certamente, presentes, numa homenagem torpe e indigna.....

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ana Cláudia, do MSP, tem a palavra, para a sua intervenção.

----- **Ana Almeida** – Bom dia, a todos os presentes: Membros da Mesa, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, caros Colegas, estimado Público, Comunicação Social. .

----- Tenho tentado trazer, para as questões do PAOD, tal como... e felicito, por isso, os demais Membros, questões que estão diretamente ligadas com interesses locais. Acho que é para isto mesmo que o PAOD deveria ser utilizado. E a questão que me traz, aqui, hoje, tem que ver com o facto de assistir a um atropelo, quase permanente, do chamado Poder Local e da autonomia Municipal.

----- Dia após dia, de facto, assisto ao ruir, dos mais basilares alicerces da segurança e da tutela de confiança nas instituições públicas e, também, no direito público. E quero, com isto, referir-me ao facto daquilo que está a acontecer, talvez, numa das mais emblemáticas avenidas da nossa cidade, que é a avenida João da Cruz, nomeadamente aos edifícios – que não sei se lhe chame edifícios, se lhe chame contentores, que estão a ser instalados ao lado do Tribunal Judicial de Bragança. São obras do Estado que, se qualquer particular quisesse, ali, instalar, nunca, em caso algum, e momento algum, seria autorizado, por este Município. É uma violação atentatória do património cultural e urbanístico desta cidade, e as obras do Estado não podem sobrepor-se aos interesses locais.

----- Sr. Presidente, o Estado é Estado, mas tem que cumprir normas, nomeadamente, as normas locais.

----- Eu gostaria de perceber, se são instalações provisórias ou, se são instalações provisórias/definitivas. E, se esta Câmara não teria edifícios, nesta cidade, mais dignos, onde se pudessem prolongar os Serviços da Administração Judicial, retirando aquilo, que é, do meu ponto de vista, um atentado urbanístico, e que tem que sair depressa.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Sr. Deputado Henrique Ferreira, tem a palavra para a sua intervenção. Naturalmente, o Sr. Presidente de Câmara poderá, no final, se entender, fazer algum

comentário, relativamente à questão colocada.
----- **Henrique Ferreira** – Muito bom dia, mais uma vez. O que eu venho, hoje, aqui, fazer, é um pedido à AM, um pedido de solidariedade para com os Grupos Independentes do Poder Local Municipal, em Portugal.
----- Então, o pedido é o seguinte.
----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

“MOÇÃO

Solicitação à AR de legislação sobre a igualdade de tratamento perante a percepção do IVA em campanhas eleitorais autárquicas, entre partidos e grupos independentes

----- Considerando que numa democracia efetiva a participação dos cidadãos na vida política é não só desejável como útil em termos da qualidade das decisões coletivas;.....
----- Considerando que, no concurso às eleições autárquicas, é já possível a candidatura de grupos independentes;.....
----- Considerando que, nas despesas de campanha eleitoral relativas a estas eleições e outras, é devolvido aos partidos o montante pago em IVA, nos termos do art.º 10.º da Lei 19/2003, de 20/06, e aos grupos independentes não o é, registando-se assim uma situação de desigualdade de concurso,

----- A Assembleia Municipal de Bragança, na sua sessão ordinária de 26 de novembro deliberou:

----- 1. Solicitar à Senhora Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares representados na Assembleia a legislação da igualdade de tratamento entre partidos e grupos independentes nas campanhas eleitorais, em termos de devolução do montante pago em IVA a todos os grupos e partidos intervenientes;.....

----- 2. Dar conhecimento desta moção à ANMAI (Associação Nacional de Municípios e Autarcas Independentes).

----- Pelo Grupo Parlamentar do Movimento Sempre Presente.

----- Henrique da Costa Ferreira”

----- **Presidente da Mesa** – Terminou, Sr. Deputado?

----- **Henrique Ferreira** – Terminei. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Bom, é uma Moção. E eu quero, só, informar os Srs. Deputados que temos, apenas, dez minutos, para terminar o PAOD.

----- Pedidos de esclarecimento?

----- Não há pedidos de esclarecimento.

----- Intervenções?.....

-----

----- **Presidente da Mesa** - Todos têm tempo, para pedidos de esclarecimento e para intervenções, sobre todas as moções, têm três minutos. Por exemplo, o PSD não tem tempo, esgotou o tempo, mas tem três minutos para discussão sobre a moção. A mesma coisa para o PS.....

----- Intervenções?.....

----- Registamos, então, uma intenção de intervenção, do PSD, Júlio de Carvalho.

----- **Júlio Carvalho** – Exmo. Sr. Presidente da AM, Exmo. Sr. Secretário, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Deputados, e Srs. Assistentes e Senhoras e Senhores.

----- Uma intervenção rápida, sobre esta matéria:

----- Primeiro ponto - Se me permitem, uma coisa sucinta, em relação ao meu amigo Pinheiro, queria dizer o seguinte: toda a sua recomendação é “irrecomendável”, porque nós não podemos andar, aqui, a contrariar a lei. A lei prevê a restituição de 5% do IVA. Nada mais. Aquilo que nós fizéssemos, e aquilo que a Câmara fizesse, em sentido contrário, era ilegal e sem qualquer fundamento legal.

----- Segundo ponto - Em relação a este processo, que o Dr. Henrique Ferreira referiu, aqui: - O IVA não é uma coisa que se possa discutir à toa. Eu não posso, pessoalmente, pedir a restituição do IVA. Isto tem regras, tem regras. É preciso que exista uma pessoa coletiva, legalizada, que possa poder beneficiar desta devolução do IVA.....

----- Agora, eu também acredito, acredito que esse assunto possa ser revisto, por forma a que seja reestruturada, a nível nacional, mas tem que ser a Assembleia da República a dizer em que termos é que é possível, e em que condições. Portanto, não é uma coisa simples.

----- A democracia Portuguesa assenta nos partidos e o resto é conversa, está na Constituição da República, está na democracia institucionalizada, a nível mundial, e tudo o que for além disso, é casual, é excecional. Portanto, não vamos, agora, aqui,

fomentar o individual, o pessoal, aquilo que contraria as regras. Pode ser o sistema mais ingrato e mais injusto que existe, como dizia o Churchill, mas não há, até hoje, melhor.

-----A base da democracia assenta nos partidos, não vamos fomentar qualquer situação de anormal, excecional, para criarmos uma lei especial para eles. A lei é geral, é para todos. Não é excecional, para um grupo de indivíduos, que quer vir a beneficiar de uma coisa que é excecional. E, portanto, obviamente que o PSD só pode, sem deixar de pensar que o assunto pode ser revisto, a titulo nacional, mas, devidamente estruturado, devidamente fundamentado, devidamente analisado e devidamente decidido. Portanto, o PSD não pode deixar de votar contra esta Moção. .

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para uma intervenção, Pedro Rego, do PS.

----- **Pedro Rego** – Muito bom dia. Obrigado, Sr. Presidente. Torna-se um pouco, agora, redundante, esta minha intervenção, no sentido que vem de encontro às palavras do caro Deputado, sublinhando que, de facto, entendemos a posição, mas que esta Moção teria que ser votada de alguma base legal, e de alguma discussão e fundamentação posterior, para que o PS pudesse votar a favor desta Moção. Por isso, neste momento, não podemos votar a favor dela.

----- Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, Henrique Ferreira, ainda.

----- **Henrique Ferreira** – Muito bem. A democracia também se presta às posições antidemocráticas e, portanto, aqui, foram defendidas duas, por vozes intervenientes: .

----- Primeiro - Quem legalizou as candidaturas independentes foi a constituição;....

----- Segundo - Quem regulamentou as candidaturas independentes foram as quinze leis que regulam a legislação Autárquica;.....

----- Terceiro - As candidaturas independentes só o podem ser, se se legalizarem, perante o Registo Nacional de Pessoas Coletivas e perante o Tribunal Constitucional e, portanto, não são pessoas individuais, são pessoas coletivas, que tiveram que se legalizar, tiveram que constituir um representante e um mandatário financeiro:

----- Quarto - Se fosse verdade o que disse o Sr. Dr. Júlio de Carvalho, então, mal iria a democracia Portuguesa, reduzida a quarenta e sete mil militantes do PS e a cinquenta e quatro mil do PSD, e a uns poucos de outros, alguns partidos.

----- Não são tráfugas. O Sr. chega aqui e diz o que quer. Eu chego aqui, digo o que entendo que devo dizer.....

----- Sr. Dr., o Sr. disse que a democracia assentava nos partidos. - Não! - A democracia assenta no voto individual que cada cidadão dá aos concorrentes, e os concorrentes às eleições... leia “Josef Klehr”, leia. E, como a teoria revisionista da democracia transformou os partidos em oligarquias, que concorrem a elites dirigentes. E, a soma dos votos individuais elege um partido.....

----- Meus caros, os Srs. votarão como entenderem, como é óbvio. Agora, a democracia não passa só pelos partidos. Uma coisa é a sociedade ter uma necessidade de uma forma organizativa e dizer assim: em eleições nacionais, e para a Presidência da República, temos que ter Grupos Organizados, senão não é possível definir candidatos; outra coisa é, em comunidades mais pequenas, em que podemos, de facto, abrir a Grupos de Cidadãos Independentes e, portanto, diversificar. São esses esclarecimentos que eu queria dar.....

-----
----- Leio! Leio! - Se calhar, melhor que o Senhor.

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, terminou o tempo.

----- Bom, estamos, apenas, a dois minutos do final do tempo do PAOD. Temos dois minutos para terminar o PAOD, temos que fazer a votação. Lamento, julgo, mesmo, que o PS já não tem tempo. Não, o PS já não tem tempo.

-----
----- **Presidente da Mesa** - Para pedido de esclarecimento?

----- Francisco Pinheiro, tem a palavra..

----- Eu volto a dizer, temos dois minutos, para a votação.

----- **Francisco Pinheiro** - É uma coisa muito rápida. Eu vou utilizar o mesmo “expediente” que o Dr. Júlio de Carvalho, e, sem querer entrar na área dele, aquilo que eu propus não é ilegal, porque, se vir a certidão que foi enviada pela Câmara, isto vai ser discutido e vai ser apresentado à Assembleia, para que seja deliberado, de acordo com os poderes da AM.

----- **Presidente da Mesa** - Como repararam, esta intervenção não estava enquadrada nesta discussão, não estava a entender qual era a intenção do Sr. Deputado.....

----- Bom, vamos passar à votação. Tomem atenção, Srs. Deputados.

-----APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REPROVADA, COM TRINTA E SEIS VOTOS CONTRA, TREZE ABSTENÇÕES E TREZE VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.....

----- **Presidente da Mesa** - Lamento, as declarações de voto terão que ser feitas por escrito, relativamente a este tema. Foi terminado quando terminou o PAOD.

----- Bom, passamos, naturalmente, para o ponto seguinte da agenda.

PONTO 3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 3.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

“- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea c) do n.º.2 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apresento para apreciação a presente informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 30 de setembro de 2014.

1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

1.1 - Divisão de Administração Financeira

1.1,1- Serviço de Contabilidade e Gestão Patrimonial

Com reporte ao período de 1 de janeiro a 31 de outubro de 2014, a execução bruta do Orçamento da receita é de 72,50% (*i.e.* de 25.176.853€), para um Orçamento da despesa paga de 59,04% (*i.e.* de 20.434.454€).

De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram até 31 de outubro de 2014 uma execução financeira de 33,31% (*i.e.* de 3.166.971€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos no montante de 2.240.728€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal no valor de 926.243€.

As despesas foram orientadas principalmente para as funções sociais e económicas, com um valor de despesa paga de 1.557.688€ e 1.190.934€, respetivamente.

O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 28,89% e o Plano de Atividades Municipal, constituído pelas atividades mais relevantes da autarquia, atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 52,90%.

O passivo da autarquia regista, em 31 de outubro de 2014, uma dívida a terceiros de médio e longo prazos de 5.910.797€ (uma diminuição de 820.973€, ou seja, de 12,20 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2013), e uma dívida a terceiros de curto prazo de 4.567.248€ (uma diminuição de 437.192€, ou seja, de 8,74 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2013).

Importa salientar que integram, nas dívidas a terceiros de curto prazo, o montante de 1.628.558€ não reconhecido e impugnado judicialmente junto do Tribunal competente relativo à empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., bem como os credores de cauções com uma dívida no valor de 1.107.358€ - a qual evidencia importâncias retidas de e para terceiros (*i.e.* são fundos alheios à Autarquia, encontrando-se depositados em contas específicas de disponibilidades e possíveis de utilização – para restituição das cauções – a qualquer momento).

A evolução global da estrutura das dívidas a terceiros regista, em 31 de outubro de 2014, uma diminuição de 1.258.164€, ou seja, de 10,72 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2013.

De 1 de setembro a 17 de novembro de 2014 foram deliberados em Reunião de Câmara, apoios financeiros às Freguesias no montante de 369.800€ e apoios financeiros para Associações e outras Instituições sem fins lucrativos no valor de 109.900€.

1.2 - UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

1.2.1. Serviço de Expediente Geral e Arquivo

Registou-se a entrada de 3.000 documentos e faturas. Foram emitidos 5 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia, sendo prestado, também, outro tipo de informação referente a assuntos de legalização.

Serviço de Arquivo histórico, corrente e intermédio

Registou-se a presença de 12 investigadores externos a quem foi disponibilizada diversa informação. Foi feita a transferência de suporte, higienização e acondicionamento a 101 unidades de instalação, o correspondente a 12ml de documentação.

1.2.2. Serviço de Recursos Humanos

Complementarmente às habituais tarefas que estão indexadas a este serviço, regista-se o acompanhamento dos procedimentos Concursais por tempo indeterminado em curso, nomeadamente: 1 Técnico Superior - área de atividade - Geografia e Planeamento Regional -Período experimental, 1 Técnico Superior- área de atividade -

Comunicação Social - Período experimental, 1 Técnico Superior- área de atividade - Relações Públicas -Período experimental, 1 Técnico Superior- área de atividade- Engenharia de Produção Animal (Matadouro Municipal), 1 Técnico Superior- área de atividade- Contabilidade, 1 Técnico Superior- área de atividade- Biblioteca e Documentação, 2 Assistente Operacional- área de atividade- Limpeza das Instalações - Período experimental, 1 Assistente Operacional- área de atividade- Operador de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, contratação e início do período experimental, 8 Assistentes Operacionais (Matadouro Municipal), 1 Assistente Operacional- área de atividade- Coveiro, 1 Assistente Operacional- área de atividade- Abate de Animais, 1 Assistente Operacional - área de atividade- Limpeza das Instalações.

Em sede de estágios profissionais, não remunerados/curriculares encontram-se, nessas condições, 6 Estagiários distribuídos pelo Departamento de Serviços e Obras Municipais (5) e Divisão de Ambiente, Águas e Energia (1). Registam-se 2 processos de aposentação em curso a aguardar resposta da C.G.A. Ao abrigo da Candidatura, Contrato Emprego Inserção-Património, para 20 processos, foram colocadas 19 pessoas, distribuídas pelas diversas unidades orgânicas da autarquia.

Cientes da valorização académica e formativa dos colaboradores do Município foi promovida uma ação de formação, nas instalações do Município de Bragança, sobre a proposta de Lei sobre o Orçamento de Estado para 2015 e as implicações nas Autarquias, com a participação de 21 colaboradores.

Atendimento ao público

O Gabinete de Atendimento Integrado ao Município registou os seguintes atendimentos:

Urbanismo – 697; águas e saneamento – 1.256; ação social e outros – 308; transportes - 732; Foram encaminhados e atendidos, 2.993 munícipes, incluindo Tesouraria. Foi registado um tempo médio de atendimento de 04:21 minutos, e um tempo médio de espera de 06:11 minutos.

1.3. Assessoria Jurídica e Contencioso

Foram elaboradas informações jurídicas e prestado apoio técnico-jurídico em diversas áreas do Direito, designadamente: Urbanismo, Habitação Social e Património.

1.4. Serviço de Informática

Foi implementada a faturação de débitos diretos, foram preparados diversos procedimentos de aquisição que visam reforçar as aplicações de *backoffice* e

continuar a desmaterialização dos processos internos para melhorar a capacidade e o desempenho do sistema interno de backups.

No âmbito da renovação da imagem dos *websites* do Município de Bragança (MB e Teatro Municipal), estão a ser finalizados os trabalhos para a apresentação do novo website, que muito em breve estará disponível.

Deu-se continuidade ao processo de certificação de serviços através da norma ISO 9001:2008. Os procedimentos e práticas estabelecidas têm vindo a ser cumpridos.

Em 2014 foram incluídas duas novas áreas no âmbito do SGQ: Biblioteca Municipal e Arquivo Municipal, sendo espectável que, ainda no decorrer deste mês, sejam certificados após a realização da auditoria externa. De salientar, ainda, o apoio permanente às Escolas.

No concernente às dinâmicas das redes sociais e website do Município, de 30 de setembro a 20 de novembro, o facebook contava com 9 279 fãs, que seguem as atualizações diariamente. O principal website do Município de Bragança registou, em igual período um total de 93 996 visitas. Os restantes endereços autárquicos foram visualizados, no mesmo período, 16 286 vezes. Assim, o site do Museu Ibérico da Máscara e do Traje foi procurado por 2 998 cibernautas, o do Centro de Arte Contemporânea por 4 965, enquanto o endereço do Teatro Municipal recebeu 7 077 visitas e o da Biblioteca Municipal 1 246.

O website e as redes sociais do Município tem-se demonstrado importantes instrumentos de promoção e informação, fruto da permanente atualização dos seus conteúdos.

2. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL

2.1- Serviço de Educação e Ação Social

Educação

No Programa de Generalização das Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico foi realizada uma reunião com representantes da empresa UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A, para preparação inicial do processo de fornecimento de refeições escolares, e feito o acompanhamento da prestação do serviço através da análise dos mapas de registo de degustação as diversas instituições escolares enviam, mensalmente, para os serviços da ação social escolar.

No âmbito da candidatura para concessão de refeição e/ou prolongamento de horário para o ano letivo 2014-2015, até à presente data, deram entrada nos serviços de ação social escolar, um total de 1173 alunos assim distribuídos: 1º CEB: 849. 295 no 1º Escalão; 259 no 2º Escalão e 395 nos restantes escalões. No Pré-Escolar 101 no 1º Escalão, 70 no 2º e 153 nos restantes.

No corrente ano letivo o Município de Bragança continua a fornecer suplementos alimentares aos alunos abrangidos pelo escalão 1 do abono de família, num total atual de 285 alunos.

Foi concluído o processo de aquisição e distribuição de manuais escolares a 278 alunos carenciados do 1º Ciclo (Escalão 1 do Abono de Família de Crianças e Jovens) do concelho de Bragança, tendo sido atribuídos 360 manuais e fichas de trabalho, no valor de 14.771,18€, em duas fases de atribuição.

Os alunos posicionados no escalão 2 do Abono de Família são reembolsados em metade do valor da fatura dos manuais escolares apresentada, tendo sido já reembolsados 50 alunos, num total de 1.319,53€. Este processo ainda não está encerrado.

Foi organizada a visita de escolas, no dia 31 de outubro, à 13ª edição da Norçaça, Norpesca e Norcastanha, na qual participaram cerca de 250 crianças.

No âmbito do projeto de saúde oral, intitulado “Sorrir Branquinho”, que tem como principal objetivo a prevenção da cárie dentária nas crianças em idade pré-escolar, do concelho de Bragança, foram adquiridos 900 conjuntos de higiene oral, para os alunos do ensino pré-escolar público e privado, do concelho de Bragança, encontrando-se em curso a sua distribuição pelas diversas escolas.

Entre os meses de setembro e novembro os representantes do município nos concelhos gerais dos agrupamentos de escolas participaram numa reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia.

Foi realizada, a 1 de outubro de 2014, uma reunião do Conselho Municipal de Educação, onde se analisou o início do ano letivo 2014/2015 e da situação da Ação Social Escolar, entre outros assuntos.

Ação Social

Entre 1 de setembro e 14 de novembro de 2014 realizaram-se, aproximadamente, 150 atendimentos sociais para avaliação e resposta face aos diferentes pedidos de apoio

social solicitado mediante a elaboração de diagnósticos, com consequente encaminhamento e acompanhamento social a indivíduos e famílias.

Ainda neste período foram realizadas 18 visitas domiciliárias no âmbito do acompanhamento de uma multiplicidade de situações/problemáticas (visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d'Água, Coxa e Previdência, Bairro dos Formarigos, vários locais na cidade de Bragança e nas localidades de Rio Frio, Coelhooso, Alimonde, Alfaião, Paçó de Mós, Mós, Paredes, Parada, Izeda, Samil, Grandais).

No concernente à habitação social, concretizando a aposta de reforçar as políticas sociais do município, no dia 8 de outubro foram celebrados 4 contratos de arrendamento de habitação social, após a conclusão de importantes obras de beneficiação nos fogos de habitação social, realojando 4 famílias, duas famílias em T3 e duas famílias em T4, no Bairro Social da Coxa.

Esta fase de realojamentos envolveu 8 crianças e jovens e 1 dependente por deficiência, num total de 19 pessoas realojadas.

Foram realizadas visitas aos imóveis vagos que têm vindo a ser alvo de reabilitação tendo em vista a concretização de mais realojamentos.

Concluiu-se o processo de atualização de dados dos agregados familiares residentes em habitação social (composição do agregado familiar, apuramento de rendimentos, sinalização de situações de deficiência/doença crónica e sobrelotação) e efetuou-se a alteração de 40 contratos de arrendamento (30 mudanças de titularidade e 10 aditamentos aos contratos iniciais).

Os técnicos do SEAS participaram, ainda, em 3 reuniões do NLI – Núcleo Local de Inserção Social, órgão local a quem compete a gestão processual continuada dos percursos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, para aprovação e homologação de Contratos de Inserção (CI), análise de constrangimentos ao cumprimento dos CI e autonomização dos beneficiários RSI.

2.2 Serviço de Animação e Equipamentos Culturais

Centro de Arte Contemporânea

Nos meses de setembro e outubro foram realizadas 9 visitas/oficinas solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 1726 pessoas, na sua maioria portugueses. Durante este período o serviço educativo organizou oficinas de prática artística para crianças dos 3 aos 12 anos.

Continua patente, nas sete salas destinadas à pintora Graça Morais, a exposição, inaugurada no dia 05 de julho, “Magia da Caça”, que reúne um conjunto significativo de trabalhos realizados por Graça Morais, entre 1978 e 1979, em Paris, e que estão expostos no Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, a que se associaram uma série de trabalhos inéditos, realizados em 2010.

A exposição vai estar patente até ao dia 25 de janeiro de 2015 nas salas do centro dedicadas à pintora.

No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 15 de novembro, a exposição de Pedro Tudela, <PRE>, que utiliza e combina meios de expressão muito diferentes, como esculturas, instalações, objetos, desenhos, pinturas e fotografias incorporando em muitas das peças escultóricas o som como matéria manipulada. Esta exposição vai estar patente até ao dia 25 de janeiro de 2015.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje - nos meses de setembro e outubro visitaram o Museu 1020 pessoas, sendo 605 em setembro e 415 em outubro.

Neste período foram realizadas 16 visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

De 01 de setembro a 30 de setembro, esteve patente, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje, uma mostra de máscaras de Carlos Ferreira.

Teatro Municipal de Bragança - Durante os meses de setembro, outubro e novembro, realizaram-se 18 espetáculos com 28 sessões, com 3.508 espetadores.

De destacar, no âmbito do Festival Douro Jazz, os concertos com *Orquestra de Jazz do Algarve*, *Douro Jazz marching band*, *Trio Porteno*, *joana Espandinha e MoFrancesco Quinteto*;

No teatro, a coprodução e residência artística com o Teatro da Garagem com a peça *O Abade: a vida de um homem que andava a pé*, teatro às três pancadas Teatro para a Infância pelo Teatro do Bolhão, *Duas Pessoas* - Teatro da Terra.

Na música, o destaque para o fado com Cuca Roseta, para o concerto de Pedro Abrunhosa e para o XVII Encontro Internacional de Grupos Corais.

Biblioteca Municipal - Continuação da indexação e catalogação do acervo documental que têm vindo a ser executadas paralelamente ao trabalho de atendimento ao público.

No mês de outubro foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 3 monografias catalogadas e 1.314 registos corrigidos.

Durante o mês de outubro usufruíram dos serviços disponibilizados na Biblioteca 2.009 utilizadores.

Nestes meses de setembro e outubro, na secção infantil, foram desenvolvidas algumas atividades, tais como: leituras partilhadas, desenho e pintura, projeção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 672 crianças.

Biblioteca Adriano Moreira - Nos meses de setembro, outubro e novembro, registou-se a presença de 380 pessoas neste espaço.

Centro Cultural Municipal Adriano Moreira - Nas Salas de Exposições “Luís de Camões” e “Miguel de Cervantes”, está patente desde o dia 10 de outubro a exposição de pintura de Pedro Barreiros “Formas Sem Limite II” que estará patente até ao dia 29 de novembro de 2014.

No auditório do Conservatório de Música, no dia 17 de outubro, decorreu a apresentação do livro “Intervenções Políticas, Profissionais e Cívicas”, de Luís Manuel Machado Rodrigues. A obra (apresentada pelo anterior Presidente da Câmara Municipal de Bragança, António Jorge Nunes) reúne, em cinco capítulos, as intervenções feitas, ao longo de 20 anos, na Assembleia Municipal de Bragança e na Assembleia da República, artigos de imprensa e crónicas, intervenções institucionais em cerimónias solenes promovidas pela Assembleia Municipal de Bragança e textos efetuados ao longo da sua vida enquanto profissional e cidadão.

Centro de Fotografia George Dussaud - Nos meses de setembro e outubro registou-se a presença de 906 pessoas neste espaço.

No dia 1 de novembro, no âmbito da 13.^a Feira Internacional do Norte – Norçaça, Norpesca e Norcastanha, foi inaugurada a exposição, composta por um total de 57 fotografia de Georges Dussaud, “*Tempo de Castanhas*”, que reúne trabalhos inéditos efetuados pelo fotógrafo francês no outono de 2013, em diversas aldeias do Concelho de Bragança, e que vai estar patente até ao dia 15 de maio de 2015.

2.3. Unidade de Desporto e Juventude

Apoio e organização do Programa “*Mexa-se em Bragança*” ; percursos pedestres/caminhadas rurais do corrente ano: Passeio Citadino do Coração e caminhadas rurais; Pombares, Gimonde, Serapicos, Falde.

Início do letivo 2014/15 do Programa Desporto Sénior no Meio Rural nas localidades de Julião de Palácios (57); Gimonde (42); Grijó de Parada (36); Paço de Rio Frio (80); Babe (77).

Realização, nos dias 1 e 2 de novembro, do Campeonato Nacional de Clubes da 4.^a Divisão onde estiveram presentes 220 atletas provenientes de 22 clubes de todo o País.

Esta fase de qualificação, organizada pela Federação Portuguesa de Natação, com o apoio da Associação Regional de Natação do Nordeste e da Câmara Municipal de Bragança, permitiu o apuramento das quatro melhores equipas, em femininos e masculinos e contribuiu para a promoção turística e dinamização da economia local, devido à presença, em Bragança, dos jovens atletas de todo o país e das respetivas famílias, num total de mais de 400 pessoas.

2.4. DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Brigantia EcoPark acolheu, no dia 16 de outubro, o Workshop “ A Inovação, a Ciência e Tecnologia e o Território no período 2014-2020” e conferência “A Inovação, a Ciência e Tecnologia e o Território no período 2014-2020 – Perspetivas e Oportunidades”, e uma sessão de mesa redonda sobre “O contributo dos stakeholders locais no período 2014-2020”, onde participaram empresários e representantes de instituições e entidades da região. Estas ações foram promovidas pelo Município de Bragança, SPI e Vida Económica.

Inaugurada oficialmente pelo Senhor Secretário de Estado do Emprego Dr. Octávio Oliveira, decorreu de 30 de outubro a 2 de novembro de 2014 a Norçaça, Norpesca & Norcastanha, 13.^a Feira Internacional do Norte, que registou na presente edição uma afluência assinalável de visitantes, nomeadamente de espanhóis. Estavam presentes 90 espaços de exposição, incluindo expositores da região de León / Espanha, fruto da dinamização das relações transfronteiriças entre Bragança e León.

Do programa, variado, constou a realização de várias conferências sobre a temática da castanha, destacando-se o VII Fórum Internacional de Países Produtores de Castanha, realizado no dia 31 de outubro, onde se falou do “Cancro do Castanheiro e Vespa do Castanheiro”, que teve a presença de importantes especialistas portugueses, espanhóis, italianos e franceses.

Dentro da Semana Gastronómica da Norçaça, Norpesca e Norcastanha, que decorreu de 25 de outubro a 2 de novembro, em 27 restaurantes aderentes, verificou-se um incremento no número de espaços de restauração aderentes em relação aos anos anteriores.

Com o objetivo de promover e divulgar as empresas do concelho e seus respetivos produtos, foram criadas sinergias entre o Município de Bragança e a Diputación de León de modo a agilizar a presença de duas empresas do concelho na XXI Feira de Produtos de León. As empresas presentes foram: Bísaro-Salsicharia Tradicional, Lda. e Origem Transmontana.

O Dia da Alimentação foi evocado no dia 18 de outubro, com uma edição da “Banca na Praça”. Esta ação teve a presença dos alunos da Escola Superior de Saúde das licenciaturas de Dietética e Enfermagem. Pretendeu-se, desta forma, informar e sensibilizar a população sobre os cuidados a ter com a alimentação

Nesta iniciativa estiveram presentes produtores locais de géneros hortícolas e agentes económicos ligados à panificação.

Foram realizadas, de junho a setembro de 2014, 8 edições da Banca na Praça, tendo participado 45 expositores diferentes.

Dos inquéritos aplicados aos expositores e visitantes/consumidores destaca-se o elevado nível de satisfação, quer pela iniciativa em si, quer pela escolha do local. - 47,2% dos expositores participou na Banca na Praça com o objetivo de divulgarem os seus produtos e 29,6% para promover o contacto com clientes; - 89,9% comprovou a divulgação pública do evento; - 94% atesta que a Praça da Sé é o local mais indicado para a realização da Banca na Praça; - 51,5% acha que a duração em número de horas da Banca na Praça é insuficiente;- 98,6% dos inquiridos está disponíveis para realizar a Banca na Praça com maior periodicidade; - 81,2% dos expositores acha que a participação na Banca na Praça deverá ser gratuita e 18,8% que deveria ter um custo de participação; - 98,5% estão disponíveis para participar em edições futuras da Banca na Praça; - 91,2% acha que o evento é muito bom e bom; - 95% dos expositores acha que o apoio da Câmara Municipal de Bragança foi muito bom e bom; - 85% acha que as condições logísticas das bancas são muito boas e boas.

Foram, ainda, auscultados 128 visitantes/compradores da Banca na Praça: - 63,28% era do sexo feminino e 36,28% do sexo masculino; - 43,75% dos inquiridos tinha mais de 55 anos e 26,56% entre 45 e 55 anos; - 20,28% tomou conhecimento da Banca na Praça através da publicidade e 60,84% através de outros meios, como amigos ou redes sociais; - 46,67% foi à Banca na Praça por curiosidade e 30% propositadamente para fazer compras; - 57,03% acha que a duração e periodicidade da Banca na Praça é ajustada; - 88,98% dos inquiridos acha que a Praça da Sé é o local ideal para a

realização da Banca na Praça; -92,31% julga que os preços praticados são adequados; - 93,70% conta regressar à Banca na Praça; - 89,68% dos inquiridos acha que a Banca na Praça é um evento muito bom e bom.

Durante o período de 01 de outubro a 31 de outubro, foram atendidos no Posto Municipal de Turismo um total de 1.446 turistas, ou seja, um acréscimo de 97 turistas comparativamente ao período homólogo.

O Município de Bragança participou, no dia 8 de outubro, na reunião da Comissão Delegada de Turismo do Eixo Atlântico, durante a qual foi eleita a cidade de Bragança para a realização da ExpoCidades em 2016, onde participam 38 cidades que integram o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

Tendo por base a continuação do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido para a renovação da Carta Europeia de Turismo Sustentável – CETS do Parque Natural de Montesinho (PNM), atribuída pela última vez em 2009, realizou-se, dia 31 de outubro, no Auditório da Casa da Cultura de Vimioso, a 2ª reunião do Fórum Permanente Turismo Sustentável que contou com a participação de cerca de 25 agentes públicos e privados do Território CETS do PNM.

Bragança, Terra Natal e de Sonhos: Tendo em vista promover as compras no comércio tradicional e dinamizar a economia local, nomeadamente no Centro Histórico, atraindo residentes e turistas, numa época especialmente marcada por sentimentos de união, amor, solidariedade, confraternização e esperança num futuro melhor, o Município de Bragança, a União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, ACISB e NERBA, irão implementar o projeto “Bragança, Terra Natal e de Sonhos”, entre 06 de dezembro de 2014 e 06 de janeiro de 2015, envolvendo a comunidade local e as associações/instituições/comerciantes, no sentido de animar a cidade e os bragançanos e estimular a atividade económica e o turismo, fundamentais para o desenvolvimento sustentável de Bragança.

Assim, as principais atividades e iniciativas previstas são: - Concurso “Montras de Natal 2014”: Esta iniciativa visa promover o espírito criativo dos comerciantes e ao mesmo tempo animar a Cidade e motivar os compradores; - Instalação de uma pista de gelo; Presépio na Praça Cavaleiro de Ferreira, com imagens em tamanho real; Iluminação natalícia de algumas ruas de Bragança; - Música ambiente e animação de rua (em colaboração com o Instituto Politécnico de Bragança), conferindo um espírito próprio de Natal; - Distribuição de prendas às crianças dos jardins de infância e 1º

CEB, público e privado; - Banca de Natal, nos dias 06, 13 e 20 de dezembro (10h00 às 16h00), na Praça da Sé, para exposição e venda de produtos; - Contos de Natal, na Biblioteca Infantil Municipal, nos dias 06, 13 e 20 de dezembro (11h00); - Desfile Solidário de Pais Natal, no dia 10 de dezembro (14h00), em colaboração com a Associação Académica do IPB; - Natal a Pedalar, no dia 13 de dezembro (14h30): Passeio Solidário de Pais Natal em bicicleta, que terminará com a entrega de edredons a famílias carenciadas, no Forte S. João de Deus, em colaboração com as Associações de Ciclismo de Bragança (Velo Clube, Associação dos Amigos do Campo Redondo, Cicloturismo, Team Giant); - Concerto de Natal, no dia 14 de dezembro (17h00) pelo Coral Brigantino Infantil e Infanto Juvenil, na Paróquia de São Tiago; - ATL de Natal no Centro Ciência Viva de Bragança, de 17 a 19 de dezembro, para crianças dos 5 aos 12 anos; - Arte no Natal, no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, com oficinas para as crianças dos 5 aos 12 anos, de 17 a 20 de dezembro (10h00/12h30 – 14h00/18h00); - Concerto de Natal, no dia 20 de dezembro, pelas 17h00, no Teatro Municipal de Bragança, pela Orquestra Filarmonia das Beiras; Chegada do Pai Natal à Praça Camões, no dia 21 de dezembro (10h00/13h00), momento que trará muita magia e alegria aos mais pequeninos, que terão a oportunidade de tirar fotografias, bem como depositar as suas cartas num marco natalício; - Cânticos Natalícios no Mercado Municipal de Bragança, pelo Conservatório de Música e Dança de Bragança, no dia 22 de dezembro (11h30); - Concerto de Natal, no dia 21 de dezembro (15h30), pelo Coral Brigantino, no Santuário de São Cláudio, Gostei; - Promover uma campanha de solidariedade para recolha de géneros alimentícios não perecíveis e roupas para os mais carenciados, em vários pontos da cidade, nomeadamente na loja solidária da União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, NERBA e ACISB.

4. DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS

Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo

Neste período foram abertos 4 concursos no valor de 327.500,00 € e adjudicadas 4 obras no valor de 132.722,50 €.

Obras Postas a Concurso: Execução do Emissário e Instalação da Estação de Tratamento na localidade de São Pedro de Sarracenos (255.000,00 €); demolição parcial de um imóvel sito na rua Combatentes da Grande Guerra n.ºs 33/35 (12.000,00

€); Obras de beneficiação nos cemitérios municipais - pav. de arruamentos a cubos de granito (13.000,00 €); abastecimento de água à estação de Sendas (47.500,00 €), totalizando: 327.500,00 €.

Obras Adjudicadas: Demolição parcial de um imóvel sito na rua Combatentes da Grande Guerra n.ºs 33/35 (11.400,00 €+IVA); Obras de beneficiação nos cemitérios municipais – pavimentação de arruamentos a cubos de granito (11.712,50 € +IVA); Abastecimento de água à estação de Sendas (30.508,00 €+IVA).

Para além do apoio corrente às Juntas de Freguesia destacam-se os trabalhos de limpezas e manutenções da rede viária municipal bem como a limpeza e melhoramento de caminhos e alargamento das estradas EM 527 CM 1061 CM 1062 Mós/Valverde/Paredes.

Há ainda a considerar as seguinte sobras em curso: adaptação de edifício a posto de turismo e Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano; - Pavimentação de passeios na Av. Abade de Baçal e entrada sul de Bragança; - Beneficiação e pavimentação do caminho municipal 1061 Mós/Valverde/Paredes; - conclusão da Requalificação da Estrada do Turismo: Troço Flor da Ponte – Seixo; Execução de saneamento e construção de ETAR nas aldeias de Parâmio, Gondesende e Terroso; - Construção do novo espaço da Feira; - Ligação do furo em Alfaião e reposição do pavimento na rua do Picadouro em Bragança; - Remodelação da bancada do Estádio Municipal; - Construção de polidesportivo de Nogueira, construção do pavilhão multiusos de Gimonde, construção do centro de convívio de Vila Franca (obras a cargo das respetivas Juntas de Freguesia, com o apoio técnico e financeiro da Câmara Municipal).

4. DIVISÃO DE LOGÍSTICA E MOBILIDADE

No âmbito do serviço de Máquinas de Oficinas procedeu-se à limpeza de aceiros e caminhos florestais nas freguesias de Quintela de Lapaças, Vale de Nogueira, Rebordainhos- Quinta dos Vales, Fermentãos, Deilão, Caravela, Izeda, Paradinha Nova, Sendas, Fermentãos, Vale de Nogueira, Quintela de Lapaças, Rebordãos e Gimonde.

Limpeza e regularização de bermas e valetas em várias estradas municipais e enchimento de caminhos rurais nas localidades de Oleiros, Espinhosela, Rabal, Lanção, Sortes, Rebordãos, Nogueira.

Foram, ainda, realizados trabalhos de manutenção de pavimentos na rede viária municipal, limpeza de lixo depositado em bermas e valetas das estradas. Conclusão dos trabalhos de alargamento da estrada Municipal 1061.

Garantidos apoios diversos às Juntas e Uniões de Freguesia com equipamentos e asseguradas tarefas relacionadas com a segurança e proteção civil.

Em relação ao serviço de Mobilidade, no período em análise, o serviço de transporte de turismo efetuou 178 viagens, com capacidade de transporte para 6.106 passageiros percorrendo 50.661,27 km. No período escolar, o serviço de transporte de turismo efetuou também o transporte diário de alunos do 1.º ciclo para os almoços e para as atividades extracurriculares.

Relativamente aos Parques de estacionamento, verificou-se um aumento na utilização do estacionamento subterrâneo em cerca de 3,81% em relação ao ano anterior.

Tendo em conta que as taxas com estacionamento não sofreram qualquer aumento no ano de 2013, podemos concluir que ao aumento da procura na utilização do estacionamento, principalmente no subterrâneo, poderá ser consequência de política municipal de dinamização e animação do Centro Histórico.

5.DIVISÃO DE AMBIENTE, ÁGUAS E SANEAMENTO

5.1 Serviço de Águas e Saneamento

O Município de Bragança foi distinguido pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) com o Selo de qualidade exemplar da água para consumo humano em 2014, sendo o reconhecimento do investimento e preocupação do Município de Bragança na modernização das redes de abastecimento público de água no Concelho e no controlo e monitorização permanentes da qualidade do serviço prestado.

Esta iniciativa promovida pela ERSAR, em parceria com o Jornal Água e Ambiente, em colaboração com a Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental, da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, pretende premiar a entidade prestadora de serviços de abastecimento público de água que, além de cumprir os critérios de atribuição do correspondente selo de qualidade do serviço, revele um exemplar desempenho ou uma excepcional melhoria no âmbito do controlo operacional da qualidade da água, das análises de água realizadas e da qualidade da água nos termos da legislação em vigor.

Este prémio foi entregue, no dia 19 de novembro de 2014, em cerimónia pública no âmbito do evento anual Expo Conferência da Água, em Lisboa.

Neste setor há a evidenciar a elaboração de novos contratos (9); mudanças de nome (94), substituição de contadores (29), reparações de ruturas (30) e reparações edifícios (4).

No que diz respeito aos trabalhos nas redes públicas, destacam-se: reparação dos reservatórios de água nas localidades de Terroso e Rebordãos (enquanto é reparado o reservatório, é instalado provisoriamente a cisterna da CMB para substituir o reservatório), em Vale de Lamas: Substituição de um troço de rede de água, com cerca de 60ml, em PEAD 1.1/2”, incluindo ramais. Este trabalho foi feito em colaboração com a Junta de Freguesia de Baçal.

Encontra-se em execução a empreitada “Abastecimento de água à estação de Sendas”. A obra consiste na execução de uma conduta de água desde a aldeia de Sendas até à antiga estação do comboio, incluindo a execução de ramais e colocação de uma válvula redutora de pressão.

Foram reparadas as ruturas detetadas em várias condutas da rede de abastecimento público de água, das quais merecem destaque as ocorridas nas localidades de Formil e Rabal.

Foi concluído o concurso para a aquisição de 1.000 contadores de água (17.370,00€ + IVA).

Setor de Energia, Telecomunicações

Nos 9 primeiros meses deste ano verificou-se uma produção de energia de 699 330€+IVA, nas centrais hidroelétricas de Montesinho, Prado-Novo e Gimonde. Foi efetuada a manutenção de fundo ao sistema de bombagem da passagem inferior da Av. Sá Carneiro. Procedeu-se à instalação de projetores Leds na Passagem inferior da Av. Sá Carneiro e foram instaladas luminárias leds em toda aldeia de Montesinho, sendo a primeira aldeia na Região Norte com iluminação pública Led.

Este investimento está alinhado com a política energética do Município de Bragança e pretende dar resposta aos compromissos assumidos no âmbito do Pacto dos Autarcas, encontrando-se em fase de implementação o Plano de Ação para a Eficiência Energética do Município de Bragança, que tem como principal objetivo a redução das emissões em mais de 20% até 2020, face ao ano de referência, 2009.

5.2- Serviço de Espaços Verdes e Cemitérios e Serviço de Manutenção e Limpeza Urbana

Foram efetuados trabalhos de manutenção na sinalética, parques Infantis, mobiliário urbano e rebaixamento de passeios.

Celebraram-se acordos de colaboração com o ICNF para intervenção no Perímetro florestal de Deilão (limpeza de caminhos e aceiros), foi formalizada a candidatura ao FFP-Apoio ao funcionamento dos GTF's.

No âmbito do controlo de animais errantes, procedeu-se à captura de 70 canídeos e 21 felinos, dos quais, 19 foram adotados e 1 restituído ao seu dono. Foi desenvolvida a Campanha de Vacinação Antirrábica, de Controlo de outras Zoonoses e de Identificação Eletrónica, e foram realizadas 15 vacinações contra a raiva e identificados 7 canídeos. A vacinação antirrábica tem carácter obrigatório, dado que a raiva é uma zoonose grave.

Dentro das competências da Proteção Civil Municipal foi elaborado o Plano de Emergência do Aeródromo Municipal de Categoria 5, com vista à nova Carreira Aérea de serviço público, Bragança/Vila Real/Viseu/Cascais/Portimão, de acordo com as diretrizes do INAC.

Relativamente aos Espaços verdes foi efetuada a manutenção e limpeza de todos os espaços verdes. Foram concluídos os trabalhos do arranjo paisagístico do Bairro da Previdência, com colocação de sistema de rega automático; Procederam-se a trabalhos de manutenção na área envolvente ao Viveiro Municipal.

Outras atividades/assuntos relevantes:

– Apresentação do Plano Nacional de Controlo da Vespa das Galhas do Castanheiro: No dia 3 de outubro de 2014 foi apresentado, Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança o Plano Nacional de Controlo da Vespa das Galhas do Castanheiro, com a presença do Sr. Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar. Este Plano, coordenado pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária, e elaborado por um conjunto de entidades, incluindo o Instituto Politécnico de Bragança, estabelece as ações para prospeção e controlo da vespa das galhas do castanheiro no território nacional, no sentido de evitar a dispersão da praga em Portugal, definindo também as entidades envolvidas na sua execução.

– Reunião da Comissão Executiva do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular: A Comissão Executiva do Eixo Atlântico (da qual o Município de Bragança faz parte) reuniu, no dia 9 de outubro, em Bragança, onde foi comunicada a decisão de se realizar nesta cidade, no ano de 2016, a ExpoCidades. Durante a reunião, abordou-se a questão da elaboração, para 2015, da Agenda Urbana, um documento que visa definir as políticas das cidades na próxima década. Recordou-se, ainda, a importância da requalificação da ligação de Bragança à Puebla de Sanábria, sobretudo com a Estação de TGV na Puebla de Sanábria.

A Comissão Executiva do Eixo Atlântico aprovou, ainda, propor à discussão e deliberação na próxima Assembleia-geral, que se realizará no início de 2015, a adesão de mais quatro membros, passando de 34 para 38 entidades municipais.

– Reunião de trabalho AECT León-Bragança e participação na Feira de Produtos de León: No dia 10 de outubro de 2014 realizou-se, em León (Espanha), uma reunião de trabalho entre o Município de Bragança e a Diputación de León, membros do mais recente Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial - AECT León-Bragança, com o objetivo de analisar potenciais projetos a candidatar no âmbito do novo quadro comunitário de apoio 2020, nos setores considerados estratégicos para a melhoria da competitividade das duas regiões: turismo, economia verde, desenvolvimento económico e rural, emprego, inovação e conhecimento. Foram, ainda, analisadas as eventuais iniciativas de intercâmbios (empresariais e de cidadãos) a promover pelas duas instituições, nomeadamente a participação de crianças carenciadas do Concelho de Bragança nas estâncias de esqui dos Picos da Europa, geridas pela Diputación de León, e a participação de jovens leoneses nas Férias Desportivas e Culturais promovidas, durante os meses de férias de verão, pelo Município de Bragança.

– Comemoração do Centenário da Grande Guerra: No dia 18 de outubro teve lugar, no Largo General Sepúlveda (Largo do Principal) a cerimónia de evocação do Centenário da Grande Guerra. O evento, que reuniu cerca de 80 militares do Regimento de Infantaria de Chaves, contou, ainda, com a celebração de uma Missa na Igreja de São Vicente, uma cerimónia militar junto ao monumento dos Combatentes da Grande Guerra, que incluiu a colocação de coroa de flores e descerramento de placa evocativa, tendo terminado com um recital, por parte de duas alunas da Escola Secundária Miguel Torga. A cerimónia de evocação do Centenário da Grande Guerra

foi organizada pela Liga dos Combatentes e pelo Núcleo de Bragança da Liga dos Combatentes.

– Apreciação do Comité Internacional da UNESCO da Candidatura “Reserva da Biosfera Ibérica: A candidatura “Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica”, desenvolvida pelo ZASNET AECT, está para análise do Comité Internacional da UNESCO (sedeado em Paris). Depois de dois anos a trabalhar no projeto (cofinanciado pelo POCTEP), o ZASNET AECT apresentou, no mês de setembro, a candidatura aos Comités Nacionais de Portugal e Espanha e do Programa MaB da UNESCO, que a aprovaram, passando, posteriormente e depois de proposta por estes organismos, a ser um projeto dos Governos de Portugal e Espanha. Em caso de aprovação, o reconhecimento deste território como Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica, pela UNESCO, representa um “certificado de qualidade ambiental” e será uma mais-valia no que toca ao desenvolvimento sustentável da região. Este projeto transfronteiriço terá um impacto indubitável e significativo no desenvolvimento da região (Terra Fria, Terra Quente e Douro Superior, em Portugal, e províncias de Salamanca e de Zamora, em Espanha) nomeadamente na promoção turística e no desenvolvimento económico. O projeto integra quatro parques naturais: Parque Natural de Montesinho e Douro Internacional (Portugal), Lago da Sanabria e Arribes del Duero (Espanha) e inclui diversos espaços naturais, como a Sierra de la Culebra, as Lagunas de Villafáfila, a Albufeira do Azibo e o Romeu, entre outros.

Comemoração da concessão do título de Basílica Menor à Igreja-Santuário de Santo cristo de Outeiro e dos 500 anos de atribuição de foral à Vila de Outeiro. Mais de 600 pessoas associaram-se, no dia 8 de novembro, às comemorações da solene concessão do título de Basílica Menor à Igreja - Santuário do Santo Cristo de Outeiro e Comemoração dos 500 anos de atribuição de foral à Vila de Outeiro. O dia começou com a cerimónia de comemoração dos 500 anos de atribuição de foral à Vila de Outeiro (concedido pelo Rei D. Manuel, a 11 de novembro de 1514), na Casa da Câmara, que incluiu, ainda, um momento de homenagem aos anteriores Presidentes de Junta de Freguesia (Domingos Gonçalves, João Paiva e João Sardinha). Seguiu-se a celebração da Eucaristia com o ritual da concessão do título de Basílica Menor à Igreja - Santuário do Santo Cristo de Outeiro (anunciado publicamente a 12 de julho deste ano), pelo Bispo da Diocese Bragança-Miranda, D. José Cordeiro, que terminou

com a assinatura de ata, por parte dos representantes de entidades presentes. A data de 8 de novembro marca, assim, o aniversário da Basílica Menor do Santo Cristo de Outeiro, considerado monumento nacional desde o ano de 1927. Ainda no interior do templo, foram apresentados um livro sobre Outeiro e a coleção de selos “Rota das Catedrais”, que integra um postal e um selo comemorativo.

O Presidente da Câmara Municipal
Hernâni Dinis Venâncio Dias”

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, tem a palavra.

----- Quero dizer, enquanto o Sr. Presidente se dirige para o microfone, a Câmara também tinha tempo no PAOD, podia disponibilizar um determinado tempo do PAOD, mas, naturalmente, o período do PAOD foi esgotado, com o seu tempo, regimentalmente, atribuído. Portanto, a Câmara não pôde, de facto, ter tempo para qualquer comentário. Tem a palavra, Sr. Presidente.

----- **Presidente da Câmara** – Bom dia, cumprimento o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Secretários, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia, Público, bom dia para todos.

----- Relativamente àquilo que foi dito, ainda, no PAOD, gostaria, de dar uma informação à questão que foi colocada sobre os contentores na Avenida João da Cruz, que é efetivamente, uma instalação provisória, que será retirada, imediatamente, a seguir à concretização das obras de instalação das Conservatórias.

----- Relativamente a este ponto, Estado e Vida do Município, gostaria de, para além da informação, que foi facultada a todos os Membros da Assembleia, fazer referência a algumas situações, que estão projetadas nos slides que, se apresentam..

----- Ao nível das obras e infraestruturas e urbanismo:

----- A construção do Poli Desportivo de Nogueira, o investimento, na ordem dos duzentos e cinquenta mil euros, em que, o apoio, do Município, é de cem mil.

----- Nos Pontões de Rebordãos, já estão concluídos, um investimento de trinta mil euros, com apoio, da Câmara Municipal, de vinte mil.

Estado e Vida do Município

Obras, infraestruturas e urbanismo



Polidesportivo Nogueira	Pontões em Rebordãos
	
<p>Investimento previsto: 250 mil euros Apoio CMB: 100 mil euros</p>	<p>Investimento: 30 mil euros Apoio CMB: 20 mil euros</p>

2

----- Também, a construção que está em curso, neste momento, sendo, o Centro de Convívio de Paredes, um investimento, na ordem dos cem mil euros, com o apoio, atribuído, já, pela Câmara Municipal, de cinquenta mil euros.

----- O Centro de Convívio de Alfaião, também, uma obra que está em curso, neste momento, na fase final, com o apoio do Município, de trinta mil euros. Sendo que, o investimento previsto, era de quarenta e cinco mil.

Centro de Convívio de Paredes



Investimento previsto: 100 mil euros
Apoio CMB: 50 mil euros

Centro de Convívio de Alfaião



Investimento previsto: 45 mil euros
Apoio CMB: 30 mil euros

3

----- Continuamos com a pavimentação da estrada de Mós/Valverde/Paredes, com um quadro global de setecentos e cinquenta mil euros, apenas na parte de pavimentação. Depois, mais tarde, daremos conta de todo o montante que estiver envolvido nesta obra. Neste momento, está uma boa parte, da estrada, devidamente, pavimentada. Há uma parte que falta, próxima do pontão, imediatamente a seguir a Mós, que carece, de uma intervenção mais profunda, e, que está, neste momento, a ser realizada.

Estado e Vida do Município

Obras, infraestruturas e urbanismo

Bragança

Pavimentação da Estrada Mós/Valverde/Paredes
(custo global: 750.936,33 euros)

4

----- Também, ao nível de alguns trabalhos de beneficiação e pavimentação na cidade, nomeadamente na Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar e na Praça Norte do Teatro Municipal, uma intervenção de substituição do pavimento existente que, estava, constantemente, partido.

Estado e Vida do Município

Obras, infraestruturas e urbanismo

Bragança

Trabalhos de beneficiação de pavimentos

Pavimentação na Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar

Beneficiação do pavimento da área envolvente ao Teatro Municipal

5

----- Também, para o dia um de novembro, conseguimos fazer uma pavimentação no Cemitério Municipal, no Cemitério Velho, com o custo global de quase, quize mil euros, sendo que, neste momento, ainda, faltam algumas pavimentações, e, prevemos que, em 2017, tenhamos, o cemitério, completamente, pavimentado.



----- Alguma requalificação de passeios, nomeadamente na Avenida Abade de Baçal que estão em curso e na entrada Sul de Bragança um investimento superior a trezentos mil euros.

Requalificação de Passeios



Obras de beneficiação dos passeios na Av. Abade de Baçal e na
entrada sul de Bragança

7

-----A beneficiação do Estádio Municipal Eng. José Luís Pinheiro, um investimento de cento e cinquenta e dois mil euros, a requalificação da cobertura da bancada, que está, neste momento, em curso.....

Estado e Vida do Município

Obras, infraestruturas e urbanismo

Beneficiação do Estádio Municipal
(custo global: 152.149,77 euros)

Remodelação da bancada e da cobertura do Estádio Municipal Eng.º José Luís Pinheiro.

8

----- Uma obra que, também, se encontra a decorrer, o Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano, um investimento de um vírgula dois milhões de euros, e, com um projeto de Souto Moura.

Estado e Vida do Município

Obras, infraestruturas e urbanismo

Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano (Inv. de 1,2 milhões de euros)

Construção do Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano, projeto do arquiteto Souto de Moura.

9

----- Também no que toca à energia e telecomunicações, foi, amplamente, divulgado, que, na aldeia de Montesinho, foram instaladas lâmpadas Led. Optamos por incluir, este projeto, numa aldeia sediada no Parque Natural de Montesinho, portanto. Na altura, este investimento, foi um investimento relativamente pequeno, na ordem de dois mil e quatrocentos, que permitirá uma poupança de mil e quinhentos euros, anuais, de energia.

Estado e
Vida do Município

Energia e Telecomunicações



Montesinho: instalação de lâmpadas “led”



Foram instaladas lâmpadas led em toda aldeia de Montesinho, sendo a primeira aldeia na Região Norte com iluminação pública Led.

10

----- Também, ao nível do Balcão Único de Atendimento, foram atendidos dois mil novecentos e noventa e três munícipes, desde um de outubro até esta data, com um tempo, médio, de atendimento, de quatro minutos e vinte e um, e, um tempo, médio, de espera, de seis minutos. Da última vez que, aqui, tínhamos trazido, havia um tempo de espera, médio, ligeiramente superior. Significa que há procedimentos que, neste momento, entraram na rotina, e, que é mais fácil, as pessoas serem atendidas, no Balcão Único.



-----Na parte da cultura, o Centro de Arte Contemporânea acolheu, no passado sábado, a inauguração da exposição “PRE”, de Pedro Tudela. Uma exposição muito interessante, que aconselho vivamente a quem não visitou, que passe por lá.



----- Também, no Centro Cultural Adriano Moreira, uma exposição de pintura, de Pedro Barreiros “Formas Sem Limites II”, que estará patente até ao dia 29 de novembro de 2014.



----- Ainda, no Centro Cultural Adriano Moreira, no dia 17 de outubro, foi feita a apresentação do livro, da autoria de um ex. Presidente da Assembleia Municipal de Bragança, o Eng. Luís Manuel Machado Rodrigues, e, que, contou com casa cheia. ...

Centro Cultural Municipal Adriano Moreira



14 Apresentação, a 17 de outubro, do livro “Intervenções Políticas, Profissionais e Cívicas”, de Luís Manuel Machado Rodrigues.

----- Também no Centro de Fotografia Georges Dussaud, no âmbito da realização da Norçaça, Norpesca e Norcastanha, foi inaugurada a exposição “Tempo de Castanhas”. São cinquenta e sete novas fotografias, que foram colocadas no Centro de Arte Contemporânea e que vem engrossar todo o espólio, lá existente.

Centro de Fotografia Georges Dussaud



15 No dia 1 de novembro, foi inaugurada a exposição, composta por um total de 57 fotografias de Georges Dussaud, “Tempo de Castanhas”.

----- Também, a nível do ambiente destaco, o facto de a Bragança, ter sido atribuído um certificado, que é um selo de qualidade exemplar da água para consumo, no ano 2014. Este é, de facto, o esforço, e, é o reconhecimento do esforço que tem sido feito, para conseguirmos fazer chegar, aos nossos Municipais, água de qualidade. .



----- Também, ao nível da Ação Social, e realojamentos de famílias, foram realojadas 4 famílias, num total de 19 pessoas. Neste momento, as habitações que, o Município, tem vindo a reabilitar, nos seus bairros sociais, são habitações da tipologia T3 ou T4, o que, nos permite dar resposta a famílias mais numerosas, como foi o caso. -

Estado e
Vida do Município

Ação Social



Realojamento de famílias



No dia 8 de outubro, foram celebrados 4 contratos de arrendamento de habitação social, após a conclusão de obras de beneficiação. Esta fase de realojamentos contemplou 4 famílias, num total de 19 pessoas.

17

----- Ao nível da educação, o projeto “Sorrir Branquinho”, é um projeto onde foram adquiridos novecentos conjuntos de higiene oral, para os meninos do ensino pré-escolar público e privado, e, que está a ter um grande sucesso, como teve, já, em anos anteriores, embora, este ano, esteja a ser alargado a mais crianças.

Estado e
Vida do Município

Educação



Sorrir Branquinho



Com o objetivo de prevenir a cárie dentária nas crianças em idade pré-escolar, foram adquiridos 900 conjuntos de higiene oral, para os alunos do ensino pré-escolar público e privado, encontrando-se em curso a sua distribuição pelas diversas escolas

18

----- Ao nível do desenvolvimento económico, foi feito um Workshop e uma conferência, no Brigantia EcoPark, no dia 16 de outubro, e, que, contou com a presença de vários empresários locais, e, também, alguns oradores, da nossa terra. ...

Estado e
Vida do Município

Desenvolvimento Económico



Workshop e conferência no Brigantia EcoPark



A 16 de outubro, realizou-se o Workshop “ A Inovação, a Ciência e Tecnologia e o Território no período 2014-2020”, promovido pelo Município de Bragança, SPI e Vida Económica.

19

-----A vigésima primeira Feira de Produtos de León, como forma de promover e divulgar as empresas do nosso Concelho, foi dada a possibilidade de participarem numa feira em León. Gostaria, aqui, de fazer, apenas, uma pequena correção, que tem a ver com o facto de, na última Assembleia, eu ter referido que havia esta oportunidade, e, alguém responsável do Lagar de Azeite de Izeda, ter dito que estariam disponíveis.

----- Pois bem, de facto, o Lagar de Azeite de Izeda foi convidado para estar presente neste Certame, e, recusou o convite.

Estado e
Vida do Município

**Desenvolvimento
Económico - Turismo**



XXI Feira de Produtos de León



Com o objetivo de promover e divulgar as empresas do concelho e seus respetivos produtos, foram criadas sinergias entre o Município de Bragança e a Diputación de León de modo a agilizar a presença de duas empresas do concelho na XXI Feira de Produtos de León.

20

-----Norça, Norpesca e Norcastanha, que decorreu de 30 de outubro a 2 de novembro, foi inaugurada pelo Secretário de Estado do Emprego, Octávio Oliveira, e, que, contou com imensos expositores, e, também, com muitos visitantes.

Estado e
Vida do Município

**Desenvolvimento
Económico**



Norça, Norpesca e Norcastanha
30 de outubro a 2 de novembro



Inaugurada oficialmente pelo Secretário de Estado do Emprego, Octávio Oliveira, decorreu de 30 de outubro a 2 de novembro de 2014 a Norça, Norpesca & Norcastanha, 13.ª Feira Internacional do Norte, que registou uma afluência assinalável de visitantes, nomeadamente de espanhóis.

21

-----Ainda, mais um slide, que mostra, bem, a quantidade, em determinados momentos, de pessoas que afluíram à feira, e, portanto, onde foram desenvolvidas algumas ações, importantes, nomeadamente aquelas que tiveram a ver com a caça, especificamente, e, também, com assuntos relacionados com a sanidade do Castanheiro.

Estado e
Vida do Município

Desenvolvimento Económico

Norcaça, Norpesca e Norcastanha
30 de outubro a 2 de novembro

Estiveram presentes 90 expositores, oriundos de todo o País e de León (Espanha). Decorreu, ainda o VII Fórum Internacional de Países Produtores de Castanha, onde se falou do “Cancro do Castanheiro e Vespa do Castanheiro”, contando com a presença de especialistas portugueses, espanhóis, italianos e franceses.

22

-----Ainda, neste âmbito, foi realizada, em Bragança, uma reunião da Comissão Executiva do Eixo Atlântico, da qual, a Câmara Municipal de Bragança, faz parte, onde foi definida, para 2015, a agenda urbana, um documento que pretende definir as políticas das cidades, para a próxima década. Neste encontro, foi, claramente, assumida, a vontade de apoiar, por parte do Eixo Atlântico, a construção da ligação Bragança/ Puebla da Sanábria, e, que, resultou, imediatamente, a seguir, num ofício, assinado pelo Presidente da Comissão Executiva, que é o Presidente da Corunha-Espanha, numa carta enviada à Ministra do Fomento, Espanhola, Ana Pastor, dando conta, da necessidade, desta construção.



----- Também, saliento que, há, cerca, de uma semana, estive presente numa reunião, em Cáceres, da Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças, a RIET, onde foi, claramente, definido o plano, a submeter, para aprovação, ou para discussão, à Cimeira Ibérica de 2015, e, onde está incluída, também, esta ligação Bragança/Puebla de Sanábria.

----- Neste âmbito, o projeto que está a ser implementado, porque, hoje, mesmo, iniciou a montagem da pista de gelo, ali na Praça Camões, uma parceria entre o Município de Bragança, a União de Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo, a ACISB, e, também, o NERBA, para proporcionarmos, nesta quadra natalícia, uma animação, diferente, aos nossos cidadãos, como forma de promovermos a nossa cidade, e, ao mesmo tempo, atrairmos mais gente, para a nossa terra.

Estado e
Vida do Município

**Desenvolvimento
Económico - Turismo**



Bragança, Terra Natal e de Sonhos



O Município de Bragança, a União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, ACISB e NERBA vão implementar o projeto “Bragança, Terra Natal e de Sonhos”, de 6 de dezembro a 6 de janeiro, envolvendo a comunidade local e as associações/instituições/comerciantes, no sentido de animar a cidade e os bragançanos e estimular a atividade económica e o turismo, fundamentais para o desenvolvimento sustentável de Bragança.

24

----- Ainda, no âmbito do Desporto e Juventude, percursos pedestres, no programa “Bragança Saudável, Bragança Solidária”, que, este ano, terminaram no dia 15, com uma caminhada em Montesinho. Foram 1524 pessoas, a pé, e trezentas e quarenta pessoas em BTT, que percorreram um total de 376Km, aqui no Concelho de Bragança, visitando variadíssimas localidades, que estiveram incluídas, neste processo, cerca de 20 freguesias, e, foram envolvidas, também, as várias associações, ligadas ao ciclismo e ao BTT.

Estado e
Vida do Município

Desporto e Juventude



**Percursos Pedestres
"Bragança Saudável, Bragança Solidária"**



Os percursos pedestres e BTT do ano de 2014, terminaram a 15 de novembro com a caminhada em Montesinho. 1.524 pessoas a pé e 340 em bicicletas percorreram, em 2014, um total de 376 km's por diversas aldeias do concelho de Bragança.

25

----- Ainda, no âmbito de Desporto e Juventude, na fase de qualificação para o campeonato Nacional de Clubes da 4ª Divisão, estiveram presentes, em Bragança, coincidiu com os dias em que se realizou a Norça, 220 atletas, 22 clubes, de todo o País, que vieram à nossa piscina, fazer esta prova de qualificação.

Estado e
Vida do Município

Desporto e Juventude



Fase de qualificação para o campeonato Nacional de Clubes da 4.ª Divisão



Nos dias 1 e 2 de novembro, realizou-se a prova de apuramento para o campeonato Nacional de Clubes da 4.ª Divisão, onde estiveram presentes 220 atletas de 22 clubes de todo o País.

26

----- Outras atividades e eventos que aconteceram na comemoração do Centenário da Grande Guerra, que teve lugar no dia 18 de outubro, como é, largamente, divulgado, e, também, comemorado, onde estiveram presentes militares do Regimento de Infantaria de Chaves.

Estado e
Vida do Município

Outras atividades e eventos



Comemoração do Centenário da Grande Guerra



A 18 de outubro teve lugar, no Largo General Sepúlveda (Largo do Principal), a cerimónia de evocação do Centenário da Grande Guerra, que reuniu cerca de 80 militares do Regimento de Infantaria de Chaves.

27

----- Comemoração da atribuição do título de Basílica Menor à Igreja-Santuário Santo Cristo de Outeiro, e dos 500 anos de foral da Vila de Outeiro. Uma cerimónia que contou com imensa gente. O programa iniciou com a atribuição do Foral dos 500 anos à Vila de Outeiro, e, seguidamente, desenrolou-se a cerimónia religiosa, com a Sessão Solene e com a missa, também na igreja, neste caso, Basílica de Outeiro. Esteve, imensa gente, presente nesta cerimónia.

Comemoração da atribuição do título de Basílica Menor à Igreja-Santuário de Santo Cristo de Outeiro e dos 500 anos de foral da Vila de Outeiro



28



Mais de 600 pessoas associaram-se, no dia 8 de novembro, às comemorações da solene concessão do título de Basílica Menor à Igreja - Santuário do Santo Cristo de Outeiro e Comemoração dos 500 anos de atribuição de foral à Vila de Outeiro.

29

-----No dia 3 de outubro, foi apresentado, na Escola Superior Agrária, o Plano Nacional de Controlo da Vespa do Castanheiro.....

----- Também, uma informação, a candidatura “Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica”, desenvolvida pelo ZASNET/AECT, está para análise do Comité Internacional da UNESCO.

Estado e Vida do Município

Outras atividades e eventos



Outros eventos



A 3 de outubro, foi apresentado, na Escola Superior Agrária, o Plano Nacional de Controlo da Vespa das Galhas do Castanheiro.

A candidatura “Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica”, desenvolvida pelo ZASNET AECT, está para análise do Comité Internacional da UNESCO.

30

----- Outras atividades e eventos - Reconhecimento do mérito à Bragançana Joana Gonçalves, recebeu o Prémio Ibérico de Inovação, de Investigação da Arquitetura Tradicional. De facto, um reconhecimento, extremamente importante, a uma jovem da nossa terra.

Reconhecimento do Mérito



A bragançana **Joana Gonçalves** recebeu o Prémio Ibérico de Investigação da Arquitetura Tradicional.

31

----- Também, o jovem jogador Boris Fernandes, do Futebol Clube Mãe de Água, representaram Bragança e a Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar, na comitiva nacional de Futebol de Rua.

Reconhecimento de Mérito



Boris Fernandes, do F. C. Mãe d'Água, vai representar Bragança e a Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar na comitiva nacional, que vai representar Portugal no Campeonato do Mundo de Futebol de Rua.

32

----- Uma jovem, a Bruna Lopes, uma miúda de 12 anos, foi vice -campeã nacional, na modalidade de Moto Ciclismo.

Estado e
Vida do Município

Outras atividades e eventos



Reconhecimento de Mérito



A bragançana Bruna Lopes foi, aos 12 anos, vice-campeã nacional de Velocidade, na classe de 85cc.

33

----- O IPB foi distinguido na área da Cooperação Internacional, pelos projetos de I&D, na área da descontaminação de plantas aromáticas, desenvolvidas em consórcio com outras entidades. Também, aqui, um reconhecimento para uma instituição, tão importante, como é o IPB, e todos os seus colaboradores, e, especialmente, os seus docentes.

Reconhecimento de Mérito



O Instituto Politécnico de Bragança foi distinguido na área da Cooperação Internacional, pelos projetos de I&D na área da descontaminação de plantas aromáticas, desenvolvidos em consórcio com outras entidades nacionais, europeias e do Brasil.

34

----- Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Câmara.....

----- Bom, vamos, então, abrir o período de inscrições para pedidos de esclarecimento.

----- Fernando Paula do PS, tem a palavra, para o seu pedido de esclarecimento. ..

----- **Fernando Paula** – Bom dia a todos. Os cumprimentos habituais.

----- Eu gostaria de perguntar, ao Sr. Presidente da Câmara, o seguinte: - Na iniciativa que vão fazer, e eu acho muito bem, “Natal de Sonhos”, que engloba uma série de instituições, para revitalizar o comércio, eu acrescentaria, também, que poderiam fazer, depois, “Páscoa de Sonhos” e, no mês de agosto, “Férias de Sonhos”, para recebermos os nossos emigrantes. E propunha, que, nesses três períodos, fosse isentado o pagamento de estacionamento na cidade, porque seria uma boa ideia, a perca não seria significativa, e penso que demonstrávamos, a quem nos visita, que havia boa vontade e que, assim, seria muito mais fácil e ajudaríamos melhor o comércio local. Portanto, eu recomendava à Câmara que, durante o mês de dezembro, uma semana antes e uma semana depois da Páscoa, e, no mês de agosto, que não houvesse pagamento de estacionamentos na cidade.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, Francisco Pinheiro do CDS/PP.

----- **Francisco Pinheiro** – Ora, o pedido de esclarecimento e chamada de atenção, é para uma das obras que foi apresentada, que irá melhorar, de alguma forma, o principal acesso à cidade de Bragança, mas que vai transformar o principal acesso à cidade de Bragança, portanto, entre a saída do IP4 e a rotunda das Cantarias, numa rua com duas faixas de rodagem. Portanto, vamos construir, agora, uma rua, como principal acesso à cidade de Bragança, que vai desembocar numa rotunda, com características completamente diferentes, que vai continuar por uma avenida, que nada tem a ver com essa rua: e gostava que tivesse sido pensado, de outra maneira, por executivos anteriores. Porque estamos a fazer uma rua, agora, que, em 1980, tínhamos... onde é agora a avenida das Cantarias. Portanto, estamos a criar um “Conejo em Botella” como dizem “nuestros hermanos”. Havendo um afluxo de trânsito maior que o normal, havendo um acidente, fica tudo parado, à entrada de Bragança, não é?

----- Portanto, era uma chamada de atenção, e, no fundo, também, alguma condenação aos executivos anteriores, pela falta de visão que tiveram na principal entrada de Bragança, pela falta de cuidado em projetar uma entrada de Bragança, digna, e que dignificasse o resto das avenidas que foram rasgadas pela cidade.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- António Morais da CDU, tem a palavra, para o seu pedido de esclarecimento. .

----- **António Morais** – Sr. Presidente, de forma telegráfica, três ou quatro questões:

----- Em relação à estrada de Mós/Paredes, eu creio que se impõe, aliás, como é reconhecido, e está subjacente à sua observação, que, aquele pontão seja alteado. Para quando? – Porque, me parece óbvia, a sua necessidade.

----- Referiu, aí, iniciativas no Parque de Montesinho. E eu, leitor atento da Agenda Cultural, vejo, constantemente, e ainda bem, ações no Parque. O que pergunto, até porque não consta das entidades promotoras, ou entidades envolvidas, o próprio serviço do Parque Natural de Montesinho, há alguma acrimónia? - Há algum problema? – Porque eu vejo fundamental, qualquer atividade, que se passe, no Parque Natural de Montesinho, é um envolvimento dos Srs. profissionais, dos Srs. Técnicos, porque, certamente, ninguém mais está habilitado para lhe dar, até,

determinado tipo de acompanhamento, do ponto de vista ecológico, do ponto de vista paisagístico, de todo o ponto de vista que diz respeito ao Parque. E, portanto, confranzo-me a ver este, digamos, “costas voltadas uns para os outros”! Então, onde é que está a sinergia e o aproveitamento das potencialidades de todos os serviços públicos? - Não sei. Francamente não sei o que é que se passa. Se me pudesse esclarecer ou se pudesse esclarecer a Câmara, talvez fosse interessante.

----- Em relação à Pista de Gelo: - Pressupõe o quê? - Espetáculos, tipo “Holiday On Ice”? - Ou outros? – Pressupõe escola para uma prática habitual? - O gelo! - Quer dizer, vai haver espetáculo, vai haver atividade, mas que tipo de atividade? - Talvez conviesse esclarecer.

----- Já agora, e assunto que refuto, também, de bastante seriedade, em relação ao trabalho precário que se verifica na nossa Câmara Municipal, não é? - Pelo apontamento que tive ocasião de, enfim, ver, há cerca de trinta e um precários na nossa Câmara. É evidente que há sete trabalhadores que estão, digamos, num período experimental, portanto, é lógico que será resolvida essa situação. Mas, mesmo assim, há vinte e quatro que estão a ocupar postos de trabalho e serviço permanentes, numa situação precária. E, portanto, isto preocupa-nos e creio que são cerca de 10% dos trabalhadores do Município. Acho que é uma taxa bastante elevada, não é?

----- Disse. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Francisco Marcos do PS, tem a palavra.

----- **Francisco Marcos** – Bom dia. Sr. Presidente, precisava que me esclarecesse dos apoios que o Município deu, para que fosse possível estes jovens terem conseguido os prémios de mérito. Pergunto:

----- Quais foram os apoios concedidos?

----- Foi só um prémio de mérito?

----- Só lhes foi dado um diploma de prémio de mérito?

----- O Município deu-lhes algum apoio ou fez alguma coisa, para que estes prémios fossem conseguidos?

----- Também gostávamos de saber... estas presenças que o Sr. Presidente da Câmara teve nestes eventos, o que é que a Câmara Municipal fez, para que estes

eventos fossem possíveis, o que é que apoiou a Câmara Municipal. Gostávamos de saber isto.

----- Também gostava de saber, no Estado e Vida do Município, que ouvimos na Comunicação Social, preocupação dos alunos daqui, das aldeias, com os transportes escolares. Que, nalguns autocarros, chovia lá dentro. É claro, que a chuva, nos autocarros é um problema da empresa que faz esse serviço. Mas, esse problema da empresa, é um problema do Município, porque quem paga esse serviço é o Município. Eu gostava de saber o que é que o Município fez, para tentar resolver esses problemas: Se foram substituídos, imediatamente, os autocarros; se averiguaram as condições de segurança destes transportes escolares... ..

----- Também, para fazer, aqui, uma pergunta: não sei o que é que se passou, também é um fenómeno, que já ouvi, aqui, a vários munícipes, que, foi no sábado, salvo o erro, no sábado, vários carros apareceram sujos, portanto, com lamas. Gostava de saber, se, por acaso, foi alguma lavagem que a Câmara fez, e que espalhasse terras ou pós, e que sujasse esses carros; ou se foi alguma das chuvas ácidas, também podia ser algum fenómeno da natureza!... ..

----- Gostava, também, se nos pudesse esclarecer, o que é que se passou, nesse fim de semana. É que, das ruas com pó não deveria ser, porque esteve a chover durante todo o dia (sábado), não é? – Portanto, poderá ser: ou com o aspirador das folhas ou com a lavagem das ruas. Portanto, gostava que nos esclarecesse, sobre isso.---

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Registei a resposta que o Sr. Presidente de Câmara me deu, mas, de facto, desculpe, não fiquei convencida. Desde logo, porque essas obras deveriam ter, tal como todas as outras, e que o Sr. Presidente sabe muito bem, um anúncio e um aviso, de duração e de prazo de execução dessas obras. Eu temo que estas obras sejam como as de Santa Engrácia. Portanto, desse aviso.

----- E não é só isso, Sr. Presidente, eu coloquei-lhe... não havia, efetivamente, alternativa àquela localização. Aquela localização é, efetivamente, nefasta para todas as iniciativas que se estão a... . Inclusivamente, não se esqueça, nós aprovámos, na Sessão passada desta Assembleia, uma área de reabilitação urbana. Se não me falha a memória, a planta que apoiava a área da reabilitação urbana, abrange,

inclusivamente, essa área de reabilitação. Portanto, desde logo, suspeito da possibilidade de localização dessas obras, aí. Já agora, gostaria de saber quais as taxas que estão a ser cobradas ao Estado, nomeadamente ao Ministério da Justiça, porque, espero que, e, francamente, aqui, assumo a minha ignorância, quanto a esse aspeto concreto. espero que, no Regulamento Municipal de Taxas, o Estado e essas entidades não estejam dispensadas ou isentas do pagamento, com benefícios. Porque, então, se elas têm uma sobrecarga para as infraestruturas Municipais, tudo isso, também, deve ser compensado pelo Estado.

----- Continuo a entender que, aí, continuamos, muito, num programa de festas. Sr. Presidente, está na altura de darmos o salto para a estratégia e sairmos deste período de consolidação do mandato anterior, e gostava de ver mais coisas estratégicas.....

----- Há fortes reformas legislativas, que vão sair até ao fim do ano, que estão prometidas, até ao fim do ano, que têm grandes implicações na organização interna dos Serviços Municipais, e, nomeadamente, nos seus Serviços de Fiscalização, nomeadamente, nos seus Serviços Administrativos. E eu vi zero, sobre as intenções da Câmara Municipal, sobre isto.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem a palavra, Armindo Lopes do PS, para um pedido de esclarecimento.

----- **Armindo Lopes** – Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-Presidente, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia.

----- Eu, só, queria pedir, aqui, um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara: Eu não estava presente, na sala, quando o Sr. Presidente se referiu ao Lagar Cooperativa, dizendo que o Lagar não quis estar presente na feira de León, com os nossos produtos. Eu, só, queria que o Sr. Presidente nos esclarecesse, porque, aquilo que nós sabemos, e a nível de Cooperativa, não foi dessa forma que nós não quisemos estar representados. Nós tivemos o contacto, pelo Dr. Eurico Moreno, com a nossa Técnica, a Engenheira Narcisa, em que houve contatos, até que, na fase final, nós não íamos estar representados na Feira, mas sim, com os nossos produtos, que eram transportados, com a responsabilidade da Câmara Municipal, em conjunto com outras empresas que iam estar no Certame. À última da hora, foi contactada a nossa técnica, a Engenheira Narcisa, pelo Dr. Eurico Moreno, em que dizia que esses produtos já não iam ser representados, em virtude da Cooperativa

não ter número de contribuinte Espanhol. Portanto, isso é a informação que nós tivemos.

----- E, só, queria dizer-lhe outra coisa, Sr. Presidente: é que, numa situação idêntica, passada em tempos atrás, no final de agosto, dia 27 de agosto, a nossa técnica estava de férias, suspendeu as férias para estar presente, com os produtos, no Mercado Bom Sucesso, também um Certame organizado pela Câmara.

----- Era só isso.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Estão criadas as questões dirigidas à Câmara. Peço ao Sr. Presidente da Câmara, que utilize o seu tempo, para responder às questões formuladas.

----- **Presidente da Câmara** – Relativamente à recomendação do Membro Fernando Paula - É uma recomendação. Registámos.

----- Relativamente ao Membro Francisco Pinheiro - Não temos muito a acrescentar. Estamos, de facto, a corrigir e a melhorar a entrada Sul. Não temos, neste momento, a possibilidade de fazer de forma diferente. O arruamento não vai ficar mais estreito do que aquilo que está. Vai ficar melhorado, com passeios laterais, com zonas de estacionamento, que permitirão, seguramente, aliviar alguma confusão, que, de vez enquanto, ali, surja.

----- Para o Membro António Morais - Efetivamente, o Pontão de Paredes vai sofrer um alteamento de cerca de 4/5m, aquela depressão vai ficar corrigida.

----- Relativamente ao Parque Natural de Montesinho - Não há nenhum problema com o Município de Bragança, apenas colaboramos, institucionalmente, quando é para colaborar, quando não é, não se justifica, como é evidente.

----- Relativamente à Pista de Gelo - O que vai ficar montado, é, exatamente, um espaço, que terá capacidade para 40 patinadores, ao mesmo tempo, com pessoas a apoiar, uma patinadora, pelo menos, que estará a dar apoio às pessoas que ali forem divertir-se. Com uma tenda de apoio, onde estarão os patins, será uma tenda aquecida e as pessoas poderão ali estar. Haverá, também, uma componente mais lúdica, para as crianças.

----- Relativamente ao trabalho precário no Município de Bragança - Devo dizer-lhe que, como é do seu conhecimento, o Município tem vindo a cumprir com aquilo que são as suas obrigações legais, que é, reduzir os trabalhadores, em 2%, conforme tem sido imposto pelo Orçamento do Estado, quer, este ano de 2014, quer, nos anos

anteriores. E, nessa circunstância, não podemos admitir mais pessoas do que aquelas que, legalmente, nos são permitidas. De qualquer forma, gostaria de dar-lhe nota que os trabalhadores que referiu, como trabalhadores precários, são exatamente os trabalhadores que, estando numa situação..., e já ouvi, aqui, vários Membros da Assembleia, em várias circunstâncias, defender que, algumas pessoas que estão a receber subsídios, deveriam estar a trabalhar a favor da comunidade. Pois bem, é aquilo que o Município, e bem, está a fazer, é aproveitar algumas pessoas que se encontram a receber subsídios de desemprego, do Estado, e serem aproveitados para poderem desenvolver algum trabalho a favor da comunidade.

----- O Sr. Membro Francisco Marcos, creio ter-se equivocado, eventualmente, aqui nesta questão, quando falou, presumo que seja, das pessoas a quem reconhecemos o mérito, creio que foi isso. Pois, nós não apoiamos, diretamente, por exemplo, a jovem Arquiteta, antes de receber o prémio. Ela recebeu o prémio, pelo trabalho que desenvolveu, no âmbito de um trabalho pessoal. Isso deixa-nos satisfeitos, também, por percebermos que, gente da nossa terra, tem esta capacidade de receber prémios, desenvolver trabalhos e receber prémios, mesmo que não tenha qualquer tipo de apoio, porque, também, não nos tinha sido solicitado. A verdade é que não significa que não possa vir a ser concedido.

----- Já reuni com a jovem, também, e havemos de chegar a algum ponto mais favorável para ela própria, uma vez que há trabalhos que podem vir a ser apresentados, publicamente, que ela realizou. Tal como os outros, nomeadamente a jovem Bruna Lopes, na parte de Motociclismo, a quem concederemos um apoio financeiro, para suportar as despesas que teve com o campeonato.

----- Já no que toca ao IPB, não vale a pena estar a fazer referência a esse tipo de apoios. Há uma cooperação muito estreita, uma ligação muito próxima, entre a CMB e o IPB, felizmente.

----- Relativamente ao autocarro onde choveu, uma vez, choveu ou entrou água – Quería, desde já, esclarecer o seguinte: não é um transporte escolar. Isso aconteceu uma vez, e que pode acontecer a qualquer pessoa. Só houve um dia em que isso aconteceu. E, se acontecer a qualquer um de nós, seguramente, não pega no carro, coloca de lado, e manda vir outro para substituí-lo. Há-de levá-lo à oficina, e, no dia seguinte, terá outra viatura, para se poder deslocar. Pois, foi o que fez a empresa, e bem. No dia, imediatamente a seguir, resolveu o problema.

-----Os carros sujos na cidade - Eu próprio, na minha rua, também tive esse problema, choveu, mas não lhe sei dizer o que aconteceu. Sei que não foi nenhuma lavagem promovida pelo Município.

-----A Dr.^a Ana Cláudia Guedes de Almeida pergunta-me se, relativamente aos contentores, não haveria alternativa. Nós sugerimos uma alternativa, e foram os trabalhadores da Conservatória que decidiram ficar naquele local, não foi porque nós não quisemos colocá-los noutra sítio, provisoriamente.

----- Coisas estratégicas - Pois bem, nesta parte não poderíamos apresentá-las, estou a apresentar o Estado e Vida do Município. Presumo que, no Plano e Orçamento, terá visto, seguramente, algumas questões mais estratégicas, que serão desenvolvidas em 2015. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Câmara.

----- Terminámos as questões. Vamos iniciar um processo de inscrição para intervenções.

----- Julgo que estão terminadas as inscrições.

----- Maria do Amparo do PSD, tem a palavra.

----- **Maria Alves** – Exmo. Sr. Presidente da Mesa AM, Digníssimos Membros da Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exma. Sra. Vereadora e Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Presidentes de Junta e União de Freguesias, Sras. e Srs. Deputados, Digníssimo Público e Órgãos de Comunicação.

-----A minha intervenção vai no sentido de me congratular com o trabalho executado por V^a Ex^a, Sr. Presidente, e, pela sua equipa.

----- Começo por referir, um grande evento, que se vem a realizar há algum tempo, e, aqui, faço referência à Norçaça, Norpesca e Norcastanha, que se realizou nos dias 30 de outubro a 2 de novembro, sendo a décima terceira Feira Internacional, que foi reconhecida, por unanimidade, como segundo melhor certame do País, no setor da Caça, tendo trazido, à nossa cidade, mais de vinte mil visitantes, onde destaco uma forte afluência de visitantes Espanhóis.

----- Mais uma vez, se verifica, com esta iniciativa, a Câmara Municipal de Bragança promove a nossa região, dando a conhecer o valor dos recursos endógenos, sendo eles: a Castanha, a Caça e a Pesca, que contribuem para a economia regional.

----- Destaco a importante ação de esclarecimento, para a prevenção das doenças: Cancros do Castanheiro e Vespa do Castanheiro, que muito preocupa os nossos produtores, e que, V. Ex^a, teve o cuidado, a sensibilidade, e a preocupação, de trazer especialistas, nesta área, dos vários países, para alertarem e esclarecem os produtores, no combate a estas doenças que afetam a produção, que é um dos principais produtos endógenos do Concelho.

----- Na vigésima Feira dos Produtos de León, Bragança esteve representada com 72 expositores, sendo, estes, os primeiros, na representação de Portugal.

----- Sr. Presidente, contra factos não há argumentos, e, aqui, faço referência a duas empresas de Bragança: Origem Transmontana e Vísaro Salchicharia Tradicional, onde oitenta mil visitantes conheceram os nossos produtos, de qualidade, confeccionados e apresentados.

----- A apresentação desses produtos tradicionais, de forma inovadora, servirá, certamente, para cativar o número de apreciadores, levando a uma dinamização económica dos mesmos, relativamente à promoção dos nossos produto, lá fora, destaco a vigésima primeira Feira de León.

----- Sr. Presidente, o direito à habitação é um direito consagrado na nossa Constituição da República, por isso, saúdo a ação que a Câmara Municipal desenvolveu, no realojamento a famílias carenciadas, as quais irão, certamente, ter uma melhor qualidade de vida.

----- O desenvolvimento de uma região, também se expressa na capacidade que, a mesma, tem, de se ligar ao resto do mundo. Destaco a ligação à Puebla de Senábria, que permitirá um fácil acesso, por parte dos nossos cidadãos, à rede de alta velocidade Espanhola, e, conseqüentemente, à rede Transeuropeia de Transportes Ferroviários.

----- Saúdo, com espírito fraterno, como o Município encara os nossos vizinhos Espanhóis, em atividades como: a participação de crianças carenciadas, do Concelho de Bragança, nas estâncias de esqui, nos Picos da Europa, da Deputacion de León; e a

participação, das crianças Leonesas, nas férias desportivas e culturais, durante os meses de verão, geridas e organizadas pelo Município de Bragança, a que vossa Ex.^ª, tão dignamente, preside.

----- Parabéns à Federação Nacional de Natação, à Câmara Municipal de Bragança, e à Associação Regional de Natação do Nordeste, pelo apuramento das quatro equipas, sendo o local escolhido, para a realização deste evento, a nossa linda e atrativa cidade, onde estiveram presentes os atletas, os seu familiares, amigos e muitas pessoas, sendo uma mais valia para o desenvolvimento e crescimento economia local e a promoção da atividade desportiva.

----- Congratulo-me com a atribuição do prémio “Selo de Qualidade Exemplar da Água para o Consumo Humano 2014”. Muitos parabéns.

----- Sr. Presidente, como já falei, noutras intervenções, não posso deixar de saudar, com gosto, as ações de promoção, dinamização, do nosso belo e lindo Centro Histórico. E, é, com especial apreço, que faço referencia a algumas ações:.....

----- Concurso de Montras de Natal; Instalação de uma Pista de Gelo, na Praça Camões; Iluminação das principais Ruas da Cidade; Banca de Natal, na Praça da Sé; Contos de Natal, na Biblioteca Infantil Municipal; desfile Solidário de Pais Natal; ATL de Natal, no Centro de Ciência Viva; Arte de Natal, no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, para crianças dos 5 aos 12 anos de idade; Campanha de Solidariedade, para os mais carenciados, com a participação da União de Freguesias da Sé, Maria e de Meixedo, NERBA e ACISB.

----- Para terminar, e, como estamos próximos do Natal, aproveito, este momento, para desejar, a todos vós, e aos vossos familiares, um Santo e Feliz Natal, com muita saúde, muita paz, amor e muitas bençãos divinas. Muito obrigada.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem a palavra, Bruno Veloso.

----- **Bruno Veloso** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

-----Sr. Presidente de Câmara, eu quero, pelo menos, clarificar uma afirmação que o Sr. Presidente fez, pelo menos, no que concerne há minha bancada. O Sr. Presidente disse que era apanágio ou que já tinha ouvido, nesta Assembleia, várias vezes, eu confesso que nunca ouvi, mas, pelo menos, ficar clarificado que não é da parte da minha bancada, certamente, que se defende que as pessoas que recebem determinados subsídios devam estar a trabalhar.

-----Pois bem, deixe-me que lhe diga, que, relativamente a esse sentimento, a minha bancada é muito clara. O direito ao trabalho existe, como existe o direito à remuneração. O subsídio, particularmente aquele a que se referiu, que é o subsídio de desemprego, é também um apoio ou uma prestação social, ao qual os trabalhadores, acedem, por direito próprio, a partir do qual fazem os seus descontos, e, portanto, é uma obrigação do Estado. Ao trabalho condigno, uma remuneração condigna. A assistência social existe e, para a qual, também descontam os trabalhadores. Noutras situações é o Estado Social, também fruto das nossas participações, que terá e, naturalmente, faz essa função, subsidiar, nomeadamente, outras questões. Mas, não devemos misturar o trabalho e a remuneração do trabalho, com os subsídios sociais, que, muito bem, o nosso Estado Social ainda prevê.....

----- E, também, relativamente a isto, gostaria de lhe perguntar, porque, relativamente aos serviços de recursos humanos, e a talho de foice, diz-nos que, em certos estágios profissionais, registaram um processo de aposentação em curso, a aguardar resposta da SGA, e ao abrigo de uma candidatura de contrato emprego /inserção, para 20 processos, foram colocadas 19 pessoas, distribuídas pelas diferentes áreas orgânicas da Autarquia. Gostava de lhe perguntar, se, de facto, isto são necessidades permanentes da Autarquia. Se não são, quais são as funções que são atribuídas a estas pessoas, e se, de facto, têm um horizonte temporal, de poderem integrar estas pessoas nos quadros da Autarquia? - ou é, apenas, a utilização de um expediente, que a lei lhe permite, para integrar estas pessoas, ao abrigo de alguns programas de subsidiariedade?

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Continuamos as intervenções, com Francisco Pinheiro, do CDS/PP.

----- **Francisco Pinheiro** – É uma intervenção rápida, para complementar algumas das coisas que já foram ditas, nomeadamente sobre os jovens e menos jovens, que são distinguidos, fora da nossa região, porque eles, sim, representam, realmente, toda a região e devem ser reconhecidos, por isso. Nós estamos aqui, em representação de um determinado número de eleitores e representamos a nossa região, o nosso Concelho, por um determinado número de eleitores e eles representam todo o Concelho e todo o distrito, por sermos Capital de Distrito.

----- Queria deixar, aqui, duas notas, sobre o Estado e Vida do Município, que me chamaram a atenção, que é a execução financeira, no final de setembro, estar, ainda, em 52%. Não me parece um valor normal, para esta época do ano, vá lá!...

----- E o valor das obras que foram feitas em Sendas, nomeadamente em Sendas. Sei que é a sua terra, mas não terá sido por isso. Não sei se terá havido algum equívoco, porque foram de setenta e oito mil euros. Eu não sei se, realmente, está bem a certidão, se não terão trocado o nome de alguma localidade, porque aparecem duas verbas para a mesma aldeia. Eventualmente, existirá algum erro ou, então, seriam obras que, realmente, eram necessárias e foram feitas; mas chamou-me a atenção estarem duas verbas para a mesma aldeia, e ser um valor tão elevado. Talvez, o Presidente de Junta, possa responder.

----- **Presidente da Mesa** – António Morais, da CDU, para intervenção.

----- Se o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, depois, quiser inscrever-se, para intervir também, naturalmente, tem o tempo disponível.

----- **António Morais** – Face, digamos, ao esclarecimento do Sr. Presidente, e eu voltava, aqui, à questão da precariedade a que se assiste, no Município, para sublinhar este aspeto, que é mais que evidente. Trata-se, efetivamente, da substituição de trabalhadores, que estão a exercer necessidades permanentes, por trabalhadores sem

direitos. É a precariedade. Agora, digamos, o refugio, que eu diria, falacioso, sem ofensa para as leis do Poder Central, enfim, acho que é falacioso, de facto, e que há que dar a volta a isto, e que há que se opor a este tipo de política, porque também é um atentado à autonomia do Poder Local.

----- Em relação, digamos, às trinta e cinco horas de trabalho laboral, no Município, o Sr. Presidente escusa-se, inclusive, a reunir com os trabalhadores e sobre o assunto, nada disse.

----- Ainda em relação ao Parque, e compreendem, digamos, que é assunto que poderá, enfim, ferir suscetibilidades ou criar situações ambíguas, não tenho qualquer, digamos, pejo, em me pronunciar sobre o Parque e não pretendo, de forma nenhuma, defender uns e atacar outros, não é essa a minha pretensão. É a constatação, de facto, que os serviços do Parque estão, efetivamente, muito despidos de conteúdo funcional, infelizmente, não é?

----- Poderiam encontrar, até, numa perspetiva de sinergia com o Município, digamos, criar dinâmicas participativas de ambas as instituições. Porque, efetivamente, se existe um Parque, se existem serviços técnicos, esses estão apetrechados para engrandecer e para tornar as iniciativas que se possam fazer, nomeadamente no campo lúdico, e vocacionadas para a defesa do ambiente, com a sua participação. E isto é constante, Sr. Presidente! - É constante a ausência desta relação institucional! - E é isto que eu constato.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ora, Eduardo Malhão do PSD, tem a palavra.

----- **Eduardo Malhão** – Peço desculpa, quanto tempo é que tenho?

----- **Presidente da Mesa** – Oito minutos, Sr. Deputado.

----- **Eduardo Malhão** – Cumprimento, novamente, o Sr. Presidente da Mesa, a Sra. Secretária, o Sr. Presidente do Executivo, o Sr. Vice-Presidente, Sra. Vereadora, Srs.

Vereadores, caros membros da Assembleia, Sras. e Srs. Presidentes, minhas Senhoras e meus Senhores, uma vez mais, bom dia, a todos.

----- Enfim, depois da intervenção, bastante exaustiva e bastante completa, da companheira Amparo, naturalmente que não me quero repetir, queria, apenas, fazer, aqui, jus, um pouco, do bairrismo, e salientar, na ação da Câmara, finalmente, o lançamento de uma obra importante, que é uma obra de proximidade, mas, por isso, não deixa de ser menos importante, que é, exatamente, a resolução de um problema, que se arrasta há longos anos, que é a questão do saneamento da minha Freguesia. Perdoem-me, de facto, esse bairrismo, mas temos que ter esse sentimento e essa proximidade.....

----- Queria aproveitar, obviamente, para felicitar o Sr. Presidente da Junta, pelo seu esforço e pelo seu trabalho, em prol deste sonho muito antigo. Estas obras, de facto, só são possíveis porque existe uma boa interação e uma boa parceria, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. E, às vezes, não chega só o pacote financeiro, para resolver estes problemas. É muito importante que os Srs. Presidentes de Junta, no terreno, tenham uma ação de solução e de colaboração, ao nível dos proprietários, por onde passam as infraestruturas, que é fundamental, doutra forma não seria possível.

----- E, obviamente que é um registo que eu deixo, aqui, muito importante, porque são questões que mexem com as pessoas diretamente, e que são, depois de um longo ciclo de investimentos, de facto, o atual Executivo está a pegar nessas obras de proximidade, o que eu registo com muito agrado: é a questão da ETAR de São Pedro; é a questão dos passeios, das entradas da cidade; de beneficiação de pequenas obras. Julgo que, depois de longo ciclo de obras, em todo o Concelho, e na cidade, de facto, não há mais lugar a esta continuação de obras de grande dimensão. O que, de facto, faz falta é pequenas obras, mais próximas das pessoas, e, também, cumprindo um pouco, os objetivos e as propostas eleitorais do PSD, que era, de facto, um trabalho mais virado para a coesão social, para a promoção da economia, para um

desenvolvimento rural e para o ambiente. Nesse aspeto, o Executivo está a seguir essa linha e está a ser coerente com essas propostas.....

----- Enfim, poderão dizer: - bem, não vemos grande obras! - Mas obras estão todas feitas. Eu, para que conste na memória futura, de facto, nós, às vezes, somos, de facto, um pouco esquecidos, eu gostaria de lembrar que, neste longo ciclo de governação do PSD, foram feitas, de facto, obras monumentais, que ficarão para toda a história. Eu sublinho, por exemplo, que, só no espaço rural, foram pavimentados perto de quinhentos mil metros quadrados de ruas, o que é notável, seria impensável! Também, na cidade, foram intervencionadas duzentas e quatro ruas, oitenta e sete delas estavam em terra batida, mais quarenta ruas, que foram totalmente infraestruturadas, e oitenta e sete, que foram repavimentadas. Isto, para falar nalguns exemplos.....

----- Podia falar, também, em matéria de sede de Juntas de Freguesia. Foram construídas quarenta e cinco sedes de Junta de Freguesia, no espaço rural; quarenta e sete Centros de Convívio. De facto, enfim, os Srs. Presidentes de Junta também, compreendem e são solidários com esta nova missão do nosso Executivo, no sentido em que foi, de facto, um ciclo memorável, em termos de obras.

----- Por exemplo, em termos de espaços verdes, em 1997, a nossa cidade tinha cerca de trinta e sete mil metros quadrados, de espaços verdes. Hoje, tem perto de quatrocentos mil metros quadrados de espaços verdes. De facto é um salto gigantesco que, nem sempre, se valoriza.

----- Também, em matéria de rede social, foram apoiados cerca de vinte Centros de Dia e vinte Lares, só no espaço rural.

----- De facto, há uma obra monumental, feita no nosso Concelho, fruto, muito, da ação do Executivo e do apoio do Executivo, mas também, naturalmente, acompanhada, e também valorizada pelos Srs. Presidentes de Junta, a quem cabe, de facto, uma quota-parte muito importante, neste trabalho.

-----Falando em obras de proximidade, eu gostaria, também, de aproveitar, aqui, esta curta intervenção, para pedir ao Sr. Presidente de Câmara, que insista com o Instituto de Estradas de Portugal, para resolver o problema da Estrada Nacional 217, mais conhecida por “Estrada do Penacal”.

----- Eu sei que a Câmara Municipal está a fazer um esforço muito grande, na requalificação da ligação, por Vale Verde, que é, de facto, uma ligação importante e alternativa. Mas há, ali, um conjunto de populações e de freguesias, que têm uma relação de proximidade e de laços afetivos, muito antiga. E falo, obviamente, nas Freguesias de: Alfaião, São Pedro, Grijó, Faílde, e nas anexas de Carocedo e Freixedelo. Que há, ali, de facto, uma ligação histórica, que tende a perder-se, porque a Estrada do Penacal está num estado lastimável.

-----Eu recordava que, já no mandato anterior, os Srs. Presidentes de Junta, daquela corda, fizeram um abaixo-assinado, e, aproveito, também, para referir, inclusivamente, as palavras da Sra. Presidente de Junta de Grijó de Parada, D. Helena Branco, que, na altura, dizia que era uma tortura andar naquela estrada. Concordo com ela, de facto, é importante que se dê prioridade a essa obra.

----- Depois, também, na altura, o, então, Presidente de Câmara, Eng. Jorge Nunes, dizia, exatamente, que já tinha sensibilizado o Sr. Secretário de Estado, sobre a importância e as exigências de segurança subjacentes ao estado lastimável daquele troço, com elevados riscos de segurança, que vai agravar-se quando a circular a Bragança estiver feita, com uma saída em São Pedro. Há que prevenir, no sentido de que, quando a circular de Bragança estiver concluída, também esta obra esteja qualificada. Previa-se que esse trabalho fosse feito em 2012. Estamos em 2014, e não aconteceu nada. Por isso, pedia aos bons ofícios, do Sr. Presidente de Câmara, no sentido de dar resposta, também, ao abaixo-assinado dos Srs. Presidentes de Junta, na altura, com certeza, é perfeitamente atual, e, o facto de estar a fazer um investimento importante, por Vale Verde, não substitui esta ligação histórica do Penacal.

-----No fundo, era isso que eu gostaria, aqui, de sublinhar, e de apelar ao Sr. Presidente da Câmara.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, Pedro Rego do PS, tem a palavra.

----- **Pedro Rego** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Caros Deputados, apenas uma informação técnica para começar esta intervenção, e, muito rapidamente, e, de uma forma sucinta, explicar que este fenómeno das chuvas sujas, é um fenómeno natural, que tem a ver com a condensação e a formação das nuvens no Norte de África, e que, por via da dessa condensação, juntamente com as poeiras do deserto, depois faz estes fenómenos naturais, das chuvas, que, ao caírem na terra, sob forma de água, trazem essas sujeiras, essas poeiras, consigo, e caem e sujam tudo, por onde passam. Não é muito comum, mas pode acontecer.

-----Relativamente à intenção que me trouxe aqui. Sr. Presidente, eu fiquei, confesso que boquiaberto e algo espantado, com a sua justificação, relativamente ao autocarro que, supostamente, chovia lá dentro. Eu vou-me suportar, aqui da Comunicação Social, e de um jornal da Comunicação Social, onde diz, exatamente, o contrário do que o Sr. Presidente disse, diz que não é uma situação que foi agora, não é pontual, que já acontece há dois anos, foi reportado uma participação à GNR de Bragança e vou ler por aquilo que está aqui.

-----“Chove dentro do autocarro que os trás à cidade, de manhã, e que, ao final do dia, os leva a casa, onde chegam, muitas vezes, molhados, pela água que entra na viatura, sendo obrigados, nalguns casos, a abrir os guarda-chuvas, dentro do próprio autocarro”

----- Não palavras minhas, são palavras dos pais.

-----“A situação levou, mesmo, à participação do caso, à GNR de Bragança, cujo FAX se encontra publicado nesta página, pelo pai de um aluno, que, no último fim de semana, ficou adoentado”.

----- E ele diz: “Há, já 2 anos, que venho denunciando esta situação publicamente. As coisas alteraram-se, porque, no último fim de semana reparei que o meu filho estava doente da garganta, pode não ter sido consequência, pode ter sido. Uma vez que ninguém tomou providências, entendi que devia fazer a denúncia na GNR”.

----- Então, o que é que se passa? É, de facto, uma situação que aconteceu agora? Ou é uma situação que já se vem perpetuando no tempo, há algum tempo? - É porque alguém está a mentir, nesta situação! - Urge esclarecer este ponto, Sr. Presidente.

----- Relativamente aos jovens que devem ser apoiados, aos jovens de mérito, na cidade: - de facto, nós temos população rica e que tem bastante mérito, mas quero advertir, Sr. Presidente, que os apoios não devem, só, ser dados à posterior, devem ser dados, também, como motivo de implementação, e como motivo de ajuda, para os jovens conseguirem esses prémios. Recordo, e foi noticiado, aqui, pelo Sr. Presidente, que uma jovem, a Bruna Monteiro, que é pilota, de facto, é pilota, e que teve um desempenho excelente, mas, para conseguir ter esse desempenho, foi necessário criar uma Associação, e foi necessário criar os fundos necessários, para que ela pudesse competir, e isso também é importante, não é só para premiar, depois, é dar este impulso, para que os jovens possam competir. Espero que, no futuro, o futuro Concelho Municipal da Juventude possa encaminhar estes casos, possa identificar estes casos, de algum sucesso, para que, depois, o Município também os possa ajudar.

----- E perguntar, também, sobre o parecer pedido pelo PS, sobre a constituição e instituição do Concelho Municipal de Juventude, pois, até hoje, ainda não recebemos nenhuma notificação, ou nenhuma notícia, sobre o nosso parecer que foi pedido, sobre essa instituição.

----- E gracejar, ainda, e por fim, mas com algum pesar, que, de facto, nos tempos de hoje, ainda estarmos a falar em obras de saneamento básico. Repito a palavra “básico”.

----- Dito. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado

----- Ora, tem a palavra, agora, Henrique Ferreira do MSP. Mas, quero lembrar ao Sr. Deputado o seguinte:

----- O Grupo tem cinco minutos, estão inscritos o Henrique Ferreira e Ana Cláudia, têm que fazer a gestão do tempo, não é a mim que compete, só vos estou a informar, para vocês fazerem a gestão do tempo, adequadamente.

----- **Henrique Ferreira** – Ó! Sr. Presidente, só me começa a contar o tempo quando começar a falar, não é?

----- Bom dia, mais uma vez, a todos. É preciso introduzir, aqui, algumas notas picantes, para isto animar. Então começo assim: Bem vindos ao 5º relatório do programa das festas, romarias, feiras, reuniões de trabalho e muitas outras coisas, e introduzo “muitas outras coisas!... ..

----- Sr. Presidente, tenho um problema, qualquer dia tenho de deixar de o elogiar, porque o Senhor, neste relatório, em termos de relatório, quase atingiu a perfeição. A perfeição, em dois níveis: ao nível da escrita e ao nível da publicidade, o Sr. tornou-se um exímio propagandeador das atividades da Câmara. Portanto, parabéns!

----- Bom, a informação que, aqui, é trazida, reflete o trabalho da Câmara, como é evidente. E, depois de ler o Estado e Vida do Município, a nota que tiro é a seguinte: Um executivo muito disperso, por várias atividades, muito publicitadas, onde sobressai a intervenção nas áreas sociais da educação, da animação cultural e da dinamização da atividade económica e social. Esta dispersão faz, provavelmente, com que a execução do plano se situe só nos 33,6%, enquanto a arrecadação da receita se situa nos 72,5%, e a realização de despesa nos 59%. Portanto, nem sequer a despesa acompanha a receita.

----- Como pontos fortes: A diminuição da dívida, de médio e longo prazos, e a manutenção, como uma das Câmaras com maior capacidade de endividamento, e com possibilidades de contratação de pessoal. Mas, nota-se uma diminuição de protagonismo da Autarquia, que não, da presença física dos seus Membros, em eventos próprios e da sociedade civil.

----- A diminuição do protagonismo da Autarquia é notória em duas áreas de análise nacional, a saber: o ranking da transparência, em que Bragança já foi a 16.^a mais transparente, e, agora, é a 42.^a; o ranking do preço da água, em que já foi a 150.^a menos cara, e, agora, é já a 90.^a segunda mais cara.

----- Gostaria de saber como é que está Bragança, em termos de igualdade de género, mas só tenho dados em relação ao País, que está em 29.^o a nível Mundial.

----- O que eu sei, é que as primeiras 15 câmaras, do ranking da transparência, são geridas por mulheres. E, por isso, os meus parabéns às mulheres, porque parece que, de facto, elas são mais transparentes, na gestão, que o homens.

----- Termino, com um pedido de esclarecimento sobre o Plano Estratégico da CIM: Nós estamos integrados numa CIM, seria bom que alguém nos desse esclarecimentos sobre a CIM... ..

----- Termino, igualmente, com pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente da Junta de Parada: Em tempos, perguntei, aqui, para onde é que tinha ido o dinheiro que a Câmara tinha dado para obras na casa de um deficiente, de uma pessoa deficiente. Na altura, o Sr. Presidente da Câmara foi pressuroso, a dizer-me que a Junta tinha gasto o dinheiro.....

----- Consegui encontrar o Ex-Presidente da Junta de Parada, e ele disse-me que não era verdade, que, com a morte do filho, com os problemas associados ao fim da vida do filho, ele não conseguiu fazer nada, mas que entregou o dinheiro, direitinho, com mais 4.000.00€ ainda, ao atual Presidente da Junta de Parada.

-----Portanto, como sou democrata, e a democracia se baseia no contraditório, gostaria que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Parada nos desse, aqui, a sua versão, porque, ela é muito importante.

-----Finalmente, Sr. Presidente, termino, com um problema concreto: Há um depósito de cães, em Bragança, num bairro residencial. Estão lá, entre trinta a cinquenta cães, número que, em relação ao espaço, é absolutamente ilegal. Trata-se do Clube de Caça e Pesca. Todos os dias tenho queixas dos vizinhos, que não conseguem dormir, eu próprio sou um dos vizinhos, e, no verão, com a janela aberta, também não consigo dormir, e estou mais longe, estou, quase, a cento e cinquenta metros.

-----Portanto, diga-nos, se faz o favor, o que sabe sobre isto, e procure resolver o problema, porque nem os bichos estão em condições de salubridade, nem em condições de salvaguarda, em relação ao frio e ao calor. Aquilo é uma vergonha, são caçadores, são pessoas....aquelas pessoas que têm os cães são pessoas sem vergonha.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sendas, Sr. Dinis Pinela, tem a palavra.

----- **Dinis Pinela** – Bom dia a todos. Cumprimento-os a todos, de uma forma global.

-----O motivo que me trás, aqui, hoje, a responder ao Exmo. Sr. Deputado do Partido Popular, é o seguinte, e quero dar uma explicação prévia: O Bairro da Estação de Sendas, na adeia de Sendas, não tinha água suficiente. Neste momento, a Câmara Municipal, e bem, está a levar a água da Estação de Sendas até ao dito bairro. Não sei quais são os valores que envolve essa obra, porque é uma obra da Câmara Municipal, não é da Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia de Sendas alertou para a necessidade daquele bairro, que, neste momento, moram lá vinte pessoas, à volta disso, é um dos mais populosos da aldeia de Sendas, que necessitava de água potável, e que não a tinha. As importâncias, eu não sei quais são, porque isso é uma obra da Câmara Municipal. Eu, também, só queria alertar para outro assunto que me parece óbvio:

----- A Freguesia de Sendas, parece-me que está sob escrutínio, também muito grande, se calhar, em virtude do Sr. Presidente ser também dali daquela terra. Mas, eu queria sossegar toda a gente, nunca a Junta de Sendas fará qualquer pedido à Câmara Municipal de Bragança que não seja exequível e que não seja para servir os interesses legítimos da população da Freguesia de Sendas, seja ele qual for. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Francisco Marcos do PS, tem a palavra.

----- **Francisco Marcos –Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “ Exmo. Sr. Presidente da AM, Exmos. Srs. Secretários, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Membros Municipais, Exmo. Público e Exmos. Funcionários Municipais.

----- O Partido Socialista enaltece a atuação dos senhores Presidentes de Juntas de Freguesia pelo importante trabalho que executam.

Valorizar o trabalho das Juntas de Freguesia é valorizar o exercício da democracia e do trabalho do homem público em prol das freguesias e das suas gentes.

O seu trabalho de proximidade no local, convivendo com os problemas, estão mais próximos e, por isso, bem informados sobre as reais necessidades das Juntas que governam e dos seus fregueses, é um trabalho que exige sacrifícios.

Que não tem hora marcada, folgas, feriados.

Parabéns senhores Presidentes, parabéns para os seus antecessores e que o exemplo destes homens públicos que se entregaram a causa do poder local possa propiciar uma melhor qualidade de vida para as suas localidades e um pleno exercício da democracia em benefício do povo tantas vezes sem meios e obrigados a andar de mão estendida para satisfazerem as necessidades dos seus fregueses, não tendo a autonomia financeira que deveriam ter para exercer as suas funções.

Numa época marcada por numerosas e distintas dificuldades, carece a esta Assembleia Municipal uma responsabilidade acrescida de missão perante os nossos Conterrâneos e o empenho de todos nós.

Nesse sentido, o Partido Socialista vem manifestar junto desta Assembleia Municipal uma profunda preocupação com a fragilidade económica e social de muitas famílias do concelho.

É comum enunciar a problemática do desemprego e dos baixos salários, mas de facto, é incontestável esta realidade também no nosso concelho.

Sabemos que muitos daqueles que tradicionalmente mantinham um nível de vida capaz, deixaram de conseguir responder a necessidades, outrora básicas, e a compromissos assumidos porque se deparam com a situação de desemprego e com todas as suas consequências.

Não esqueçamos também que numa altura em que o direito à alimentação das crianças deveria ser primordial, algumas delas comem a única refeição quente nas escolas e isto passa-se também no nosso concelho.

Por outro lado também não é novidade que muitos jovens abandonam a universidade por incapacidade financeira.

Outros emigram porque não encontram aqui, na sua terra, qualquer tipo de oportunidade ou de modo de vida..." ..

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, lamento, eu vou... ..

----- **Francisco Marcos** – Só um bocadinho, estou, quase, a terminar.

----- **Presidente da Mesa** – Não! Não! - Peço desculpa. Sabe porquê, Sr. Deputado? Você tinha um minuto e meio e nós concedemos-lhe mais do que um minuto.

----- **Francisco Marcos** - Sr. Presidente, eu, também, tinha escrito primeiro e o Sr. Presidente também alterou, depois de o ter informado.

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado peço desculpa, não posso permitir... ..

----- **Francisco Marcos** – Então, vou pedir ao Sr. Presidente que termine a leitura.

----- **Presidente da Mesa** – Não! - O seu tempo foi esgotado. Isto não é uma Moção, o tempo é da vossa gestão, nós temos, apenas, que verificar o cumprimento do Regimento.

----- **Francisco Marcos** – É, só, um parágrafo. Senão, não tem sentido o que disse até agora. É, só, um parágrafo.

----- **Presidente da Mesa** – Um parágrafo, então, um parágrafo, só, Sr. Deputado. ...
“Por outro lado outros emigram porque não encontram aqui, na sua terra, qualquer tipo de oportunidade ou de modo de vida.

Ficam os idosos. Vulneráveis e não raras vezes sós. Noutras situações ainda, ficam os idosos a assegurar, com parcas reformas, os encargos com filhos e netos. É obrigação de todos nós e designadamente do executivo autárquico, atender e minorar, dentro das suas competências.

Sabemos bem que muitas das atribuições específicas do domínio social cabem à Administração Central e não são Delegadas no Poder Local. Sabemos bem que a crise é também internacional, como outrora não souberam reconhecer. Todavia, importa exaltar aqui e agora a importância e a responsabilidade social que a autarquia tem, enquanto serviço decisor de proximidade, com possibilidade de tentar diminuir as dificuldades dos Bragançinos face ao quadro económico e financeiro que atravessamos. O Partido Socialista pede por isso a esta Autarquia, que se assumia como pilar fundamental de sustentabilidade e equilíbrio da sociedade local. O Partido Socialista solicita a este executivo que estimule a promoção de parcerias com organizações não lucrativas e organizações da sociedade civil, que sirvam, efetivamente, os interesses dos mais vulneráveis e não apenas os mais próximos. O Partido Socialista solicita a esta Assembleia Municipal e a esta Autarquia que assumam compromisso para com os munícipes do Concelho de Bragança de orientação do seu investimento financeiro e de outros recursos para o acesso a respostas e recursos sociais que respondam, de facto, às prementes necessidades.

Comprometa-se Senhor Presidente, perante nós, a dar uma atenção redobrada a medidas de política social, local, que minimize os impactos negativos da atual crise.” ..

----- Peço desculpa, a todos, pelo tempo que... ..

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, isto é que foi um parágrafo! - Não pode ser! - A Mesa foi concedente, mas... ..

----- **Presidente da Mesa** - Não! Não! - Ó! Sr. Deputado, peço desculpa, peço desculpa. Sr. Deputado, tome atenção ao que eu vou dizer, peço desculpa. Se, alguém, aqui, está em incumprimento, são vocês, é o Sr. Deputado, a Mesa não! - À Mesa compete fazer... ..

----- **Presidente da Mesa** - Mas tem que ficar claro, que é para não haver continuação deste tipo de atitudes. O Sr. Deputado tinha um minuto e meio, eu avisei-o, atempadamente, quando foi da sua inscrição, e você gastou, julgo que, três minutos e meio. Valha-me Deus, a Mesa não tem, absolutamente, culpa nenhuma. Eu quero pedir a vossa colaboração, estamos sempre disponíveis para ajudar e, como viú, ajudamos, bastante.

----- Bom, tem a palavra, agora, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Parada e Faílde, António Pires.....

----- **António Pires** – Ora bom dia a todos, Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros Colegas, Membros da Assembleia.

----- É, só, para responder, ao Sr. Henrique Ferreira que, quando eu assumi o cargo de Presidente da União de Freguesias de Parada/Faílde, só depois de tomada a posse e essas coisas todas, só na segunda ou terceira reunião, é que tive conhecimento que a Junta de Freguesia de Parada tinha recebido uma verba da Câmara Municipal para fazer uma obra a esse carenciado. Quando tive conhecimento disso, os Membros da atual Assembleia, apresentaram-me dois orçamentos: um orçamento com seis mil e tal euros; outro orçamento com sete mil e tal. É assim: a Câmara Municipal deu quatro mil euros. Esta Junta de Freguesia, eu sei que tenho que fazer essa obra, eu não digo o contrário, agora, é assim: Se eu puder fazer essa obra, com os quatro mil euros, em vez de fazer uma casa de banho, por exemplo, se puder fazer mais coisas, eu acho

muito bem. Agora, com seis mil euros, não posso. Ele deixou o dinheiro, não disse para o que era, ele deixou-me o dinheiro, não me disse para o que era, nem que o tinha recebido da Câmara. Agora, posteriormente, é que me disse, sim senhor que o dinheiro tinha vindo da Câmara e que estavam ali os orçamentos. Eu tenho dois orçamentos, um de seis mil, e outro de sete mil, e recebi quatro mil, tenho que pedir novos orçamentos, até quatro mil euros. Ou, então, tenho os quatro mil em vez de fazer, por exemplo, uma casa de banho, com outros meios posso fazer mais obras. Agora, só pergunto isto: Por que é que, essa Junta, não fez essa obra?

-----

----- **António Pires** – Sr. Henrique Ferreira, é assim, eu digo isto, e foi presenciado por mim: No dia das eleições, foi a primeira pessoa a ir a votar, acaba de sair da Mesa de Voto, e vira-se para o Presidente da Junta, da altura, e disse-lhe assim: “Quando é que me fazes a casa? - Isso também não pode ser assim.” Mas, não é por isso que eu não faço a obra, atenção!

----- É só.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- **Júlio de Carvalho do PSD**, com um minuto de tempo disponível.

----- **Júlio de Carvalho** – Dou, aqui, como reproduzida a minha saudação respeitosa, à Mesa, para economia de tempo.....

----- Vamos aos factos. Eu ouvi falar, aqui, em transparência, como ouvi falar, há tempos, na imprensa. Eu queria dizer o seguinte. Em função disso, e que gosto estar atualizado, e saber as causas, fui procurar, à Câmara Municipal, o que é que havia sobre a transparência. O que é que concluí? - O problema da transparência é um problema feito por uma associação cívica, cívica, sobre a integridade e a transparência, primeiro ponto.

----- Segundo ponto - Não tem nada a ver, tal facto de ter descido de 17 para 32, com a gestão da Câmara Municipal, tem, apenas, a ver com a Câmara Municipal, a possibilidade e a capacidade da Câmara Municipal pôr, no Site da Câmara, todas as

suas atividades, a Câmara Municipal tem-nas lá todas, porque publica, e está lá, no Site, todas as atividades da Câmara expressas na ata do Executivo. Portanto, não tem nada a ver com gestão rigorosa da Câmara Municipal. A Câmara Municipal, segundo me informou: “Já que querem assim, então, nós vamos lá por tudo aquilo que fazemos, nomeadamente as declarações feitas ao Tribunal Constitucional, que, segundo essa lei, têm que estar no Site da Câmara”. Enfim, é um problema, só, de colocação, no Site da Câmara, das atividades que promove. E nada se refere quanto ao rigor, à dignidade e à preocupação de fazer uma execução perfeita, quanto ao valor da Câmara. Portanto, nada tem a ver com isso, é uma associação cívica que faz isso, e, com esses fundamentos, publicação no Site, de tudo aquilo que se passa na Câmara Municipal.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Câmara, não há mais inscrições, tem o seu tempo, para fazer os comentários que entender, ou uma intervenção sobre este ponto.

----- **Presidente da Câmara** – Vou tentar responder, seguindo aquilo que foram as intervenções dos vários membros que aqui intervieram:

----- Para o Membro Bruno Veloso - As pessoas que estão no programa CEI/Património, os programas que nós temos vindo a aproveitar e que promovemos para os trabalhadores, se dá, alguma, perspetiva de integração nos quadros do Município? - Aquilo que tem a ver com a integração nos quadros do Município está, devidamente, vertida no Plano e Orçamento para 2015, e serão abertos procedimentos concursais, que serão abertos para toda a gente. Obviamente que, estas pessoas, que estão incluídas nestes programas, terão toda a liberdade para concorrer, também. Portanto, não há nenhuma perspetiva de entrada direta, e seria, absolutamente, ilegal, e, nós, não o podemos fazer.

----- Para o Membro Francisco Pinheiro - A baixa execução financeira - Já tínhamos, aqui, abordado este assunto, na última AM, já tinha explicado as razões pelas quais a execução financeira está baixa, não vou repetir-me, não faz sentido estar a abordar, novamente, este assunto.

-----Obras em Sendas - Deixe-me dizer-lhe: Nós temos duas atribuições de apoios para Sendas. Uma, de cinquenta mil euros, para construção do Centro de Convívio de Vila Franca, que é, apenas, a primeira fase. Uma obra que já estava, inclusivamente, assumida em 2013, e que tivemos, agora, a oportunidade de transferir cinquenta mil euros. E temos uma outra obra, que já se vem a verificar desde há muito tempo, que é a colocação da água na Estação de Sendas, que estava a ser abastecida por um depósito que tinha cerca de dois metros cúbicos de água, não levava mais do que isso, numa nascente sem condições, absolutamente, nenhuma, não era possível tratá-la, sequer, e as pessoas aguentaram, assim, durante anos.

----- Entretanto, neste momento, por indicação da Junta de Freguesia e com uma análise “ in loco” dos técnicos do Município, verificou-se que não tinha capacidade, já durante o verão, para poder abastecer aquelas pessoas que lá moram. Curiosamente, aumentou o número de pessoas que moram naquele lugar. E, portanto, os serviços avaliaram e decidiu-se estender a conduta que abastece a aldeia de sendas, paralelamente á estrada Municipal, e leva-la até à Estação. É uma obra que está adjudicada pelo valor de trinta e cinco mil e pouco euros. E, essa, adjudicação foi feita pelo Município, não foi transferência para a Junta de Freguesia.

----- Para o Membro António Morais - O horário de 35 hora - Eu devo esclarece-lo que o Presidente da Câmara Municipal de Bragança nunca se escusou a reunir com os sindicatos. Bem pelo contrário. Sempre que foi solicitado, para o efeito, sempre reuni com os sindicatos, que nos solicitaram essa reunião.....

----- Tenho a informá-lo, talvez esta informação não lhe terá chegado, corretamente, que há cerca de uma semana e meia, duas semanas, houve dois dirigentes sindicais, que se deslocaram a Bragança, e enviaram-me um fax, no dia anterior, a dizer que estariam em Bragança, se eu os poderia receber.....

----- Relativamente ao Parque natural de Montesinho - Eu reitero a informação que prestei, não temos qualquer problema de relacionamento com o Parque Natural de Montesinho, bem pelo contrário, colaboramos, institucionalmente, de forma muito correta, sem qualquer problema.

----- Registei a preocupação do Membro Eduardo Malhão, relativamente à estrada do Penacal.....

----- Relativamente à intervenção do Membro Pedro Rego - Transporte do Autocarro, relativamente à questão da chuva - Eu acho que estão a crer amplificar

este assunto, que, me parece, não ter qualquer importância, relativamente à forma como foi resolvido. Eu tenho o relatório da empresa, a dizer, exatamente, aquilo que aconteceu ao Autocarro, foi o que eu disse, e que, no dia, imediatamente, a seguir, estava substituído, não tendo havido, até ao momento, até àquele dia, qualquer queixa, relativamente à chuva. Aquilo que o Sr. está a ler, foi aquilo que saiu na Comunicação Social. E, eu, posso dizer-lhe quem o disse, e a razão pela qual o disse. Tente investigar isso, também, o Senhor.....

----- Apoio aos jovens - Nós apoiamos a juventude, de forma muito intensa. Estou certo de que, com o Concelho Municipal de Juventude, criado, estaremos em condições de tomar melhores medidas de apoio à juventude.

----- Relativamente ao saneamento básico – Pois, de facto, não é positivo que estejamos, ainda, a falar de saneamento básico, mas a realidade é esta, estamos muito acima daquilo que é a média nacional, ao nível da cobertura de saneamento básico, estamos com 92.7%, enquanto que, a média nacional, anda na ordem dos 80% / 85%, portanto, estamos muito acima. Lamentavelmente, ainda não chegámos aos 100%. Estamos a fazer trabalho para que consigamos lá chegar, e, essa, é a missão que temos, também, pela frente.

----- Relativamente ao Membro Henrique Ferreira - Os aspetos do Estado e Vida do Município, eu relembro, que esse documento, que presumo que seja o Estado e Vida do Município, que tem na mão, tem quinze ou dezasseis páginas. Eu não poderia vir, aqui, dissecar esse documento, com dados estatísticos, com números, não o poderia fazer, ou, então, teria que gastar o meu tempo, e, provavelmente, o tempo de mais algum Grupo Municipal.

----- A diminuição no Ranking de transparência, do índice de transparência - Eu gostava de lhe dar nota, aliás, isso já foi, aqui, também, esclarecido, mas queria dar-lhe nota do seguinte. Os aspetos em que nós estamos, em que não temos informação e é importante salientar que, a transparência não tem a ver rigorosamente nada com o rigor das contas das finanças, da governação do Município, tem a ver, apenas, com a disponibilização de informação no Site Municipal, da forma como eles querem, porque não há nenhuma decisão, que seja tomada ao nível do Município, que não conste das Atas, que estão disponíveis no Site do Município. Portanto, é tudo transparente, mais transparente, que aquilo, não há. Aliás, todos os Srs. Vereadores sabem que as decisões tomadas, são, imediatamente com atraso de 15 dias, que é o tempo de

aprovação da Ata da reunião anterior, colocadas no Site do Município, pois, todas as respostas, ou todas as dúvidas que possam surgir, de âmbito da governação do Município, elas estão vertidas nesses documentos.

----- O que nos falta? - Vou dar-vos, só, um exemplo. Falta-nos, por exemplo, a publicação de uma nota biográfica, ou currículo vitae, dos membros do Executivo. Isto é relevante para a transparência?

----- A publicação da declaração patrimonial dos membros do Executivo? - Eu faço, isso, diretamente, fazemos todos, para o Tribunal Constitucional. Já solicitámos a informação toda para colocar no site.

----- E, queria-vos deixar, aqui, esta nota: Colocaremos toda a informação que conseguirmos colocar, para avaliação deste Ranking, porque não temos, absolutamente, nada a esconder. E a declaração de rendimentos, a minha, pelo menos, irá para o Site, sem qualquer problema. E a declaração patrimonial. A publicação do registo de interesses dos membros do Executivo, eu, pessoalmente, tenho zero. Portanto, não tenho nenhum problema sobre esta matéria.

----- A publicação do abono de despesas de representação dos membros do Executivo, está na lei, está tudo na lei, não há nada, que eles queiram que não esteja no Site, que não esteja na lei: Publicação da lista dos Membros dos Gabinetes da Presidência e dos Vereadores, em Regime de Permanência, e respetivas remunerações. Isto, também, está tudo na lei geral. Portanto, não há, aqui, informação, absolutamente, nenhuma, que não esteja, devidamente publicada, devidamente regulamentada. Agora, o que eles querem, de facto, no índice de transparência, é que, o próprio Município, tenha o trabalho de recolher a informação da forma desagregada, como eles querem, e a coloque no Site. É isso que está em causa. E, o facto de termos passado do ano anterior, eu não vou dar-vos mais exemplos, que não faz sentido, são, todas, coisas deste género, ou, muitas delas, parecidas com isto. Portanto, não faz grande sentido estar, aqui,... são várias. Nós estamos a falhar, obviamente, em algumas, porque não temos lá essa informação, embora ela esteja disponível no Site da Câmara.

----- E queria, aqui, dizer, então, o seguinte: Efetivamente, passamos do lugar nº 17, para o 72º, agora, em 2014. Nós não colocámos, nem mais, nem menos informação do que aquela que tínhamos. O que aconteceu foi que, provavelmente, outros Municípios, que, o ano passado, ficaram mal posicionados no Ranking, tiveram

a preocupação que nós estamos a ter hoje, que é: recolhermos a informação e colocá-la como eles querem.

----- Já agora, permitam que vos diga que, também, só por curiosidade, também, às vezes, gostamos de ter municípios de referência. Vou pegar na Capital do País. A capital do País está no lugar 113. É governada por um homem, mas, também, é de outro partido que não é o PSD.

----- Preço da água, ainda, para o Membro Henrique Ferreira - O Sr. sabe que nós não atualizámos, o ano passado, o preço da água, nem, sequer, fizemos a atualização que era recomendada pela ERSAR. Portanto, não sei o que é que isso significa. Que temos a água mais cara? - Não temos, seguramente, mais cara, porque nós não aumentámos, está ao mesmo preço que estava. Agora, é um problema, de facto, algo que tem a ver com a diferenciação que existe entre os tarifários praticados no interior e no litoral! - Nós nunca concordámos com isso e continuamos a não concordar, mas não é uma questão que esteja, diretamente, dependente, nem que seja o resultado de qualquer ação tomada pelo Município de Bragança, para que promovesse o aumento do tarifário da água.

----- Igualdade de género - Bragança - Também não lhe sei dizer, mas mandarei fazer esse levantamento, porque nós, efetivamente, temos muitas mulheres a trabalhar no Município, felizmente.

----- Dinheiro atribuído para a reabilitação da casa em Parada - Foi, aqui, devidamente, esclarecido, pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de Parada e Faílde.

----- Depósito de cães, no Clube de Caça e Pesca - Não tinha essa indicação, mas mandarei verificar.

----- Relativamente à intervenção do Membro Francisco Marcos - Já agora, permita-me que me inclua, também, e agradeça as suas palavras, aos Presidentes de Junta de Freguesia, porque tive muito orgulho em ser Presidente da Junta de Freguesia, e, agradeço, também, as suas palavras, relativamente a esse cargo, tão nobre, que exerci, e que outras pessoas, aqui, estão a exercer. Mas, é verdade que ninguém anda de chapéu na mão, e de mão estendida, porque os Presidentes vão à Câmara Municipal, a única vez que estendem a mão é para me cumprimentar, tirando isso,

estão, perfeitamente, à vontade, não têm que andar a pedir, rigorosamente, nada, dessa forma.

----- Apoiar as medidas de política social - Eu dir-lhe-ia assim: Eu presumo que o Sr. leu, com muita atenção, o nosso orçamento, e, de facto, aquilo que esteve, aqui, a referir, é algo que está, devidamente, vertido, e com uma preocupação, enormíssima, no orçamento para 2015. Creio que, a sua preocupação, já foi, previamente, atendida, naquilo que foi a definição do Orçamento do Município para 2015.

----- Era isto. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Câmara.

----- Terminamos a Apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara, sobre o Estado e Vida do Município. Passamos ao ponto seguinte.....

PONTO 3.2 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....

PONTO 3.2.1 – Atribuição de um valor às juntas de freguesia de França e Gimonde, sobre a faturação da produção de energia elétrica nas centrais hidroelétricas do Alto Sabor (Montezinho e Prado -Novo) e Gimonde – Ano de 2013.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia treze de outubro do ano de dois mil e catorze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ATRIBUIÇÃO DE UM VALOR ÀS JUNTAS DE FREGUESIAS DE FRANÇA E GIMONDE, SOBRE A FATURAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS DO ALTO SABOR (MONTEZINHO E PRADO-NOVO) E GIMONDE - ANO DE 2013

Pela Divisão de Defesa do Ambiente, Águas e Energia, foi presente a seguinte informação:

Devido a necessidade da valorização local, associada à disponibilidade dos recursos endógenos, pretende-se compensar as Freguesias onde estão instalados os aproveitamentos hidroelétricos pertencentes ao Município de Bragança.

Assim, propõe-se, que sejam atribuídas às Juntas de Freguesia de França e Gimonde um valor sobre a faturação de energia elétrica produzida, calculada na base de produção de energia no ano de 2013, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 e alínea k) do n.º 2, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com os seguintes valores:

1 – JUNTA DE FREGUESIA DE FRANÇA

- Total da produção de energia nas centrais hidroelétricas do Prado-Novo e Montezinho para o ano de 2013 - 959 790,53 €.

- Percentagem a atribuir: 1%.

- Valor a receber: **9 597,91 €.**

2 – JUNTA DE FREGUESIA DE GIMONDE

- Total da produção de energia na Micro Central de Gimonde para o ano de 2013 - 50 967,54 €.

- Percentagem a atribuir: 2,5%.

- Valor a receber: **1 274,19 €.**

Proposta:

Assim, ao abrigo da alínea o) do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição das verbas referidas e a respetiva transferência para as Juntas de Freguesia, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 e alínea k) do n.º 2, do artigo 25.º, do citado diploma.

Intervenção do Sr. Vereador, Humberto Rocha

“Porque razão existe uma diferença na percentagem do montante atribuído às Juntas de Freguesia. Gostaria que fosse atribuída à Junta de Freguesia de França a

percentagem de 2,5 % sobre o rendimento tal como acontece já com a Junta de Freguesia de Gimonde.”

Questões colocadas pelos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

“Porque há diferenças na percentagem a atribuir às juntas de Freguesia, uma vez que uma recebe 1% e a outra recebe 2,5% da faturação?

1% de compensação em relação à Freguesia de França e 2,5% de compensação em relação à Freguesia de Gimonde não será manifestamente pouco, dado os montantes de faturação que entram nos cofres do município?

Não seria justo que em relação à Freguesia de França se tivesse em conta não só o aproveitamento hidroelétrico mas também a venda de água aos munícipes, que provém em grande parte da água captada e armazenada no sistema de abastecimento do Alto Sabor?

Para quando o abastecimento de água proveniente do sistema do Alto Sabor para a aldeia de França?

Prevendo-se um aumento considerável do armazenamento de água com a construção da nova barragem de Veiguiñas e, naturalmente uma maior faturação de produção de energia elétrica, pretende o Sr. Presidente manter a percentagem de 1% a atribuir à Freguesia de França?

Com a construção das duas barragens é necessário, diríamos até imprescindível manter o caudal ecológico do Rio Sabor; assim, parece-nos indispensável para o efeito recuperar e manter todas as represas situadas ao longo do leito do rio Sabor no Concelho de Bragança. Pretende a Câmara levar a cabo esta preservação e recuperação?”

Resposta do Sr. Presidente às questões apresentadas pelos Srs. Vereadores

“As percentagens para transferência às Juntas de Freguesia, foram determinadas em Acordos assinados com as respetivas Juntas de Freguesia.

Em princípio, o abastecimento de água para a aldeia de França, prevê-se para o início do funcionamento da Barragem de Veiguiñas.

Não sei se vamos aumentar a produção por isso não posso responder de momento a essa questão.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta, bem como, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.

Declaração de voto dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

“Votamos a favor. No entanto julgamos que a percentagem é manifestamente pouca uma vez que os montantes faturados constituem uma importante receita para o município e se, efetivamente “queremos promover a valorização local através dos recursos endógenos”, teríamos que atribuir uma compensação digna e justa face aos valores apresentados. De referir ainda que a recompensa às freguesias de França e Gimonde são recentes, o que dado o tempo em que as infraestruturas estão construídas, as populações e as freguesias foram durante muito tempo lesadas e prejudicadas nos seus direitos em relação aos recursos endógenos. Fazemos notar ainda que as percentagens atribuídas a Gimonde e França manifestam a gula que esta maioria do executivo municipal tem pelos recursos endógenos das freguesias.

Daí julgamos que de futuro seria de toda a conveniência a revisão destas percentagens no sentido de promover uma distribuição justa e equitativa do valor das receitas dos recursos endógenos.”

Declaração de voto do Sr. Presidente

“A declaração de voto dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo é absolutamente demagógica, revela desconhecimento do assunto uma vez que estas percentagens vêm sendo atribuídas às Juntas de Freguesia desde há muitos anos, não tendo sido este Executivo a defini-las.

Porém, mesmo em tempos em que as receitas do município têm vindo a cair significativamente, esta maioria do Executivo Municipal continua a apoiar as freguesias da mesma forma que vinha a ser feito, mostrando a sua generosidade e vontade de apoio as Juntas de Freguesia.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de novembro de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- Sr. Presidente, pretende dar algum esclarecimento adicional? -Tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** – Neste ponto é proposto a atribuição, às Juntas de Freguesia de França e Gimonde, dos montantes de 9587.91€ e 1274.19€, respetivamente, respeitantes à faturação de energia elétrica no ano 2013, como compensação da instalação dos aproveitamentos Hidroelétricos. Isto é uma compensação que tem vindo a ser atribuída, todos os anos, e que estamos a propor, seja deliberado, pela Assembleia.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Câmara.

----- Pedidos de esclarecimento? – Registamos, já, um pedido de esclarecimento. Francisco Pinheiro, do CDS/PP, tem a palavra. António Morais, a seguir.

----- **Francisco Pinheiro** – Para este assunto, eu tenho que me apoiar aqui na legislação, porque foi levantada uma questão de não ser de legalidade, de esta decisão da Câmara Municipal... ..

-----

----- **Francisco Pinheiro** - Sim, foram essas as suas palavras, que era ilegal aquilo que eu estava a propor. E será o termo: quando há uma consignação das verbas recolhidas. Não é o caso! - Não é o caso! - Tanto não é o caso, que, a proposta que a Câmara Municipal está a fazer, para atribuição destas verbas, é feita de acordo com a nova legislação, com a Lei n.º 75/2013. Toda a gente tem esta documentação, para ver. Portanto, tudo aquilo que eu estava a propor, a Câmara Municipal está a propor para duas Freguesias, que eu acho justo que sejam compensadas por isso. Talvez a Freguesia de França não receba o suficiente para reparar os caminhos que dão acesso à Central. Isto era uma verba de um milhão de euros, que daria, se fizéssemos uma distribuição uniforme, cerca de vinte e cinco mil euros a cada Freguesia. Portanto, não me parece, e, não é nada de ilegal, porque senão, a Câmara não poderia fazer como está a fazer, atualmente.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- António Morais, da CDU, tem a palavra.

----- **António Morais** – Eu sei que, dado o adiantado da hora, enfim, é, sempre, delicado, fazer intervenções, mas, de facto, há um assunto que merecia uma forte reflexão, e, sobretudo, a nível de processos: alterar, radicalmente, isto. Estão em causa valores patrimoniais, inclusive o património, digamos assim, de hídrico, neste caso, de duas freguesias. Mas, é património da freguesia. É evidente que temos que

enquadrar isto numa perspetiva, também, de solidariedade do Concelho, obviamente. Mas este património é, sobretudo, das juntas de freguesia.

-----A proposta que vem, agora, estriba-se em acordos já celebrados. Nós, gostaríamos de saber, Sr. Presidente, os critérios que presidiram a estes acordos, porque entendemos, numa primeira apreciação, residual, irrisória e profundamente injusta, destas freguesias afetadas, cujo património é, em primeira mão, deles.

----- Gostaríamos, também, de saber o sentimento, e presumo qual o sentimento dos Presidentes da Junta envolvidos. Sabemos, das populações.... ..

----- E, portanto, em resumo, gostaríamos de saber os critérios que presidiram a este acordo, para celebrar isto, e, na perspetiva, inclusive, quando for das eólicas, se houver eólicas, como é que isto é. Ou seja: - É património ambiental, património hídrico, património natural das populações, e, depois, levam umas cascas de alho? Não é mais do que, também, aquilo que já, hoje, foi referido, de facto de, na nossa região, não é? - Aquilo que produzimos em energia, nomeadamente em todo o Douro, e, quer dizer, a faturação vai para Lisboa, não fica na região. Isso já foi “n” vezes, denunciado, inclusive, pelos nossos parlamentares.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Presidente, tem a palavra, para responder.

----- **Presidente da Câmara** – Eu confesso que não conheço os critérios que presidem a esta atribuição. É uma compensação, apenas, para as Juntas de Freguesia.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Câmara.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Castanheira do PS, para a primeira intervenção.

----- **Alcídio Castanheira** – Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara. Estes dois empreendimentos integram-se, portanto, no caudal do Rio Sabor, mas não podemos esquecer que o nosso Concelho é dotado de uma rede hídrica mais vasta, muito mais vasta. Temos, pelo menos, seis cursos de água de média dimensão, e, depois, outros tantos mais cursos de água, menores, mas que não deixam de ter relativa importância na rede hídrica.

----- Eu gostava de mencionar, aqui, que os nossos antepassados construíram açudes, represas, que serviam de abrigos de peixes, que serviam para regadio, e que,

hoje, estão, completamente, desbaratados, e que, há muitos anos, não se olha, realmente, para essa questão.....

----- Seria importante, também, que o Município olha-se para toda a rede hídrica, no seu global, e que não deixássemos escapar a água para o Rio Douro, sem dele tirarmos o respetivo proveito. E esse proveito poderia passar, mais uma vez, pelo regadio, pelo abrigo de peixes. Eu digo, aqui, que muitos pescadores da região de Bragança vão pescar para Espanha, porque, nem sempre, têm as condições para pescar aqui, na nossa região, isto para além do ambiente e, também, do combate aos fogos florestais.

----- Um desafio que eu deixava, aqui, a este Executivo, era, realmente, olharmos com mais pormenor para a nossa rede hídrica e podermos, realmente, potenciar esse recurso endógeno que nós temos.

----- Quanto à proposta propriamente dita, nós concordamos com ela, em parte. Diferenciamos, também, como já foi dito aqui, a compensação que não nos é dada, a nível nacional, pelos recursos hídricos que Trás-os-Montes tem e que o exemplo da Câmara de Bragança é diferente, realmente, dessa postura que o Governo tem, perante nós. Mas também não concordamos com esta proposta, porque há uma grande discrepância entre a percentagem que é atribuída a uma freguesia e a outra. E, portanto, não sabemos, realmente, quais foram os critérios, porque isto, já há vários anos que, realmente, acontece, que são compensadas as freguesias, com esse dinheiro. Mas conviria, num futuro próximo, olharmos com mais pormenor e compensarmos, de forma mais eficaz, mais eficiente, as freguesias, neste aspeto.

----- Referir, ainda, também, a propósito da Freguesia de França, embora forneçam água para todo o Concelho, eles próprios não usufruem desse bem. Portanto, achamos que, quanto mais depressa possível, essas populações poderem usufruir desse meio, em proveito próprio, e, também, a própria Autarquia ser compensada por esse recurso que fornece a todo o Concelho.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Não há mais inscrições.

----- Sr. Presidente de Câmara, pretende fazer mais alguma intervenção, final?

----- Então, remetemo-nos para a votação da proposta dirigida pela Câmara Municipal de Bragança a esta Assembleia.

-----APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DEZ ABSTENÇÕES E SESENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES.

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- António Morais, tem a palavra.

----- **António Morais** – O nosso posicionamento, face a esta questão, resulta, inclusive, das incoerências e da nebulosidade com que, de facto, ainda continuamos a discutir isto. Eu tenho, aqui, o documento que presidiu, digamos, a esta proposta, e que reporta a discussão no seio da Vereação, em que o Sr. Presidente diz: “As percentagens para transferência às juntas de freguesia foram determinadas em acordos assinados com as respetivas juntas de freguesia”. Portanto, não pode alegar que não conhece. Há, aqui, qualquer coisa, que me parece, que não bate certo. E, é em função, exatamente por desconhecermos os critérios, que não podemos, enfim, votar, de ânimo leve, esta proposta, e abstivemo-nos, como é óbvio.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida.

----- **Ana Almeida** – Relativamente ao nosso sentido de voto, pois, eu acho, se bem percebi a proposta, que era aquilo que se devia fazer, inclusivamente, aquando das expropriações de terrenos privados, para as mesmas finalidades, ou seja: olhar para o projeto concreto, económico, e para a rentabilidade que o mesmo oferece. E, na parte da indemnização ou das compensações, atribuir, a quem fica onerado, uma renda, que decorreria, naturalmente, do bem que ficaram privados, ou está onerado. E, portanto, em nome da transparência, parece-me que é de aplaudir, desde que seja para continuar e não se fique numa medida isolada, e não, apenas, naquilo que é elétrico, nos investimentos da rede elétrica, mas em todos os investimentos semelhantes públicos, que

onerem, então, prédios e que, economicamente, se tornem não rentáveis para as Autarquias, em virtude da servidão a que estão onerados.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.....

----- Alcídio Castanheira do PS, para a sua declaração de voto.

----- **Alcídio Castanheira** – O Grupo Parlamentar do PS votou em abstenção, por considerar que a compensação é, ainda, muito pouca, em relação aos recursos que estão em causa, e, também, à discrepância percentual que existe entre a compensação atribuída às duas freguesias, nomeadamente, dois e meio por cento.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Não há mais intenções de declarações de voto, pelo que passamos ao ponto seguinte. Falta um quarto de hora para a uma da tarde. A verdade é que, se não aproveitarmos o tempo, da parte da tarde, podemos não ter tempo para concluir a Assembleia.

PONTO 3.2.2 – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Art.º 16.º “ Isenções e benefícios fiscais”

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dez de novembro do ano de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO – ARTIGO 16.º “ISENÇÕES E BENEFÍCIOS FISCAIS”

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação elaborada pelo Serviço de Assessoria Jurídica e Contencioso:

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estatui no seu artigo 16.º

“Artigo 16.º

Isonções e benefícios fiscais

1 - (...).

2 – A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios.

3 – Os benefícios fiscais referidos no número anterior não podem ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal.

4 – (...).

5 – (...).

6 – (...).

7 - (...).

8 - (...).

9 – Nos termos do princípio da legalidade tributária, as isenções totais ou parciais previstas no presente artigo apenas podem ser concedidas pelos municípios quando exista lei que defina os termos e condições para a sua atribuição.”

Por remissão a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, consagra no artigo 8.º:

“Artigo 8.º

Criação de taxas

1 – As taxas das autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo respetivo.

2 – O regulamento que crie taxas municipais ou taxas das freguesias contém obrigatoriamente, sob pena de nulidade:

a) (...);

- b) (...);
- c) (...);
- d) As isenções e sua fundamentação;
- e) (...);
- f) (...).”

Proposta:

Considerando que com a entrada em vigor a 01 de janeiro de 2014 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que revogou a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei da Finanças Locais) passou a ser da competência da Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal autorizar a concessão pelo município de isenções e reduções de taxas previstas nos regulamentos municipais.

Considerando que no decurso do ano de 2014, através de proposta fundamentada dos serviços, foi autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no âmbito da competência delegada, e pela Câmara Municipal, a pedido das entidades interessadas, a isenção do pagamento de taxas, de acordo com o disposto no artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, conforme informação disponibilizada nos quadros elaborados pelas unidades orgânicas, que se juntam em anexo.

Assim sendo, propõe-se à Câmara Municipal de Bragança que remeta a informação disponibilizada nos quadros elaborados pelas unidades orgânicas para ratificação da Assembleia Municipal de Bragança sendo esta o órgão competente para autorizar a concessão de isenções totais ou parciais de taxas, nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 2 e 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro conjugado com o vertido no n.º 3 e 4 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro.

Considerando ainda que irá decorrer a última sessão ordinária da Assembleia Municipal de Bragança no dia 26 de novembro de 2014 e que há previsão que até ao dia 31 de dezembro de 2014 existam pedidos de isenções do pagamento de taxas apresentados por entidades públicas e privadas, mormente no que respeita à cedência de instalações municipais, visita aos equipamentos culturais, realização de eventos

públicos, execução de operações urbanísticas, de acordo com o disposto no artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

Nestes termos, propõe-se à Assembleia Municipal de Bragança, que no âmbito da autorização genérica com limites à concessão de isenções ou reduções de taxas, delibere o seguinte:

1 – Até ao dia 31 de dezembro de 2014, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é fixado o valor de 13 175, 95€ como limite à despesa fiscal (receita cessante).

2 – Até ao limite fixado no número anterior pode a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, que se remeta a informação disponibilizada nos quadros elaborados pelas unidades orgânicas para ratificação da Assembleia Municipal, de acordo com a informação apresentada.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter para aprovação da Assembleia Municipal, a autorização genérica com limites à concessão de isenções ou reduções de taxas, de acordo com a informação apresentada.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de novembro de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – Anexo I

Isenções totais ou parciais de taxas municipais – Autorização pela Assembleia Municipal (nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

Listagens das seguintes Unidades Orgânicas: UAG; DECAS; DSOM; DAF e UDJ”

----- **Presidente da Câmara** – Relativamente a este ponto, tendo em conta que, com a entrada em vigor da Lei n.º 73 /2013, de 3 de setembro, passou a ser competência da AM, sob proposta da Câmara, autorizar a isenção ou redução de taxas previstas nos regulamentos Municipais. Tendo em conta que, desde a entrada em vigor desta lei, foi autorizado, por mim, e, também, no âmbito de competências delegadas pela própria Câmara Municipal, a pedido de várias entidades, cuja a listagem foi entregue a todos e que faz parte da certidão, dizia, eu, que foi autorizada a concessão de isenção ou redução de taxas, quase sempre para a utilização de instalações Municipais, como seja: Este Auditório; as Piscinas Municipais; os Pavilhões; os próprios Campos de Futebol. E, então, solicitamos, à AM, a ratificação dos atos que já foram praticados, que estão nessa listagem, bem como autorização para que, até ao final deste ano de 2014, nos seja concedida a autorização para determinados montantes, que estão referidos na última página no documento que seguiu juntamente com a certidão. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Câmara.

----- Pedidos de esclarecimento, Srs. Deputados?

----- António Morais, para um pedido de esclarecimento.....

----- **António Morais** – O critério utilizado é um simples pedido? – E, subjacente a esta questão, há registos de pedidos rejeitados ou são todos aceites? - Era só isto.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, pela sua questão, Sr. Deputado.....

----- Sr. Presidente, quer responder?

----- **Presidente da Câmara** – Os pedidos que são rejeitados são aqueles que são feitos por entidades que não podem usufruir, nem de isenção, nem da redução, caso contrário, todos que são solicitados, cujas entidades estejam em condições de poderem usufruir destes benefícios, são concedidos a todos, sem exceção.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela resposta.

----- Inscrições para intervenções, sobre este tema?

----- Não há intenções para tal, pelo que, passamos, naturalmente, à votação deste ponto.

-----APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Henrique Ferreira do MSP, tem a palavra, para a sua declaração de voto.

----- **Henrique Ferreira** – Obviamente que votamos a favor, mas sentir-nos-íamos mais confortáveis se houvesse um regulamento. Há, aí, discrepâncias nos montantes que, obviamente, levantam interrogações, e que, portanto, havendo regulamento, seriam mais transparentes.

----- **Presidente da Mesa** – Bom, agora sim, terminamos o período da manhã. Eu desejo, a todos, um bom almoço, bom apetite, e proponha que, às duas e meia, estivéssemos prontos para reiniciação dos trabalhos.

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - Neste ponto da agenda de trabalhos, foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas e trinta minutos.

----- **Presidente da Mesa** – Srs. Deputados, vamos reiniciar os trabalhos. Nesse sentido, passamos para o ponto 3.2.3, da ordem de trabalhos.

PONTO 3.2.3 – Fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis para aplicação em 2015.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dez de novembro do ano de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina

da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA APLICAÇÃO EM 2015

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

Para efeitos de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para aplicação em 2015, tendo por base a informação disponibilizada pelo Serviço de Finanças, bem como os elementos respeitantes a anos anteriores, submete-se à Câmara Municipal a seguinte proposta:

1. Enquadramento legal

O Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (com a alteração produzida pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro) e atualizado, pela última vez, pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (OE2014), estipula no seu artigo 112.º que cabe aos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativo aos prédios urbanos, para vigorar no ano seguinte, bem como comunicar tal facto à Direção-Geral dos Impostos até ao dia 30 de novembro.

A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (OE2014), procedeu a alteração do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixando as taxas de imposto para prédios urbanos de 0,3% a 0,5%. Mantém-se em 0,8% a taxa de imposto para prédios rústicos.

Nesta conformidade, o artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), passou a ter a seguinte redação:

“Número 1- As taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes: alínea a) Prédios rústicos: 0,8% (valor fixo); alínea b) (Revogada.); alínea c) Prédios urbanos: de 0,3% a 0,5%.”

A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (OE2012), introduziu alterações ao Estatuto dos Benefícios Fiscais passando o período de isenção a conceder aos prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente, cujo rendimento coletável do agregado familiar, para efeitos de IRS, no ano anterior, não seja superior a 153 300,00€, a ser de três anos, aplicável a prédios urbanos cujo valor patrimonial

não exceda 125 000,00€ (cf. artigo 46.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais). Ficam, ainda, isentos de imposto municipal sobre imóveis os prédios rústicos e urbanos destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que sejam efetivamente afetos a tal fim, desde que o rendimento bruto total do agregado familiar, englobado para efeitos de IRS, não seja superior a 2,2 vezes o valor anual do IAS e o valor patrimonial tributário global da totalidade dos prédios rústicos e urbanos pertencentes ao sujeito passivo não exceda 10 vezes o valor anual do IAS (cf. artigo 48.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais).

Não há lugar a qualquer liquidação de IMI sempre que o montante do imposto a cobrar seja inferior a 10,00€ (artigo 113.º do CIMI).

Estão isentos de IMI o Estado, as Regiões Autónomas e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, compreendendo os institutos públicos, que não tenham carácter empresarial, bem como as autarquias locais e as suas associações e federações de municípios de direito público.

A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (OE2012), procede à alteração do n.º 3 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, passando a ter a seguinte redação: “As taxas previstas na c) do n.º 1 são elevadas ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, considerando-se devolutos os prédios como tal definidos em diploma próprio”, ou seja, as taxas de prédios urbanos.

A Portaria n.º 1119/2009, de 30 de setembro, procedeu à redução dos valores máximos dos coeficientes de localização, por tipo de afetação a aplicar em cada município, tendo por base as seguintes orientações: i) recuperou da proposta de zonamento de 2008 os elementos que permitiam reduzir os valores dos coeficientes de localização e da percentagem dos terrenos; ii) manter os valores das zonas em que era proposta a sua manutenção; iii) não considerar as propostas de subida de valor dos coeficientes de localização. Dar seguimento ao processo de revisão trienal do zonamento.

Durante o ano de 2011 a Câmara Municipal em reunião ordinária de 25 de julho, ponderada a situação de algum desajustamento, no âmbito da revisão do zonamento e dos coeficientes de localização, aprovou proposta que submeteu à

Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos (CNAPU), em que foram reduzidas as percentagens para efeitos de avaliação dos terrenos e reduzidos os coeficientes para a afetação para efeitos de cálculo do valor patrimonial (VP) das construções aperfeiçoando assim o sistema de cálculo do valor patrimonial dos terrenos e das construções e proporcionou um a descida do valor tributável.

A Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias, mediante um contrato de empréstimo com o Estado e que envolve os municípios em situação: a) em situação de aplicação de um plano de reequilíbrio financeiro; b) que a 31 de dezembro de 2011 se encontrem em situação de desequilíbrio estrutural. Estes municípios obrigam-se a: praticar taxa máxima de IRS; fixar taxas e tarifas (saneamento; água e resíduos sólidos urbanos) com valores definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR); a fixar as taxas máximas para efeitos de cobrança do IMI.

Dada a sua boa “saúde” financeira e a não existência de dívidas a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias, o Município de Bragança não teve qualquer necessidade de aderir ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).

O Orçamento do Estado para 2013 aprovado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, introduz uma nova redação ao número 12 do artigo 112.º. Consta da nova redação que, “os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução até 50 % da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da respetiva legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.”

O Orçamento do Estado para 2013 define, ainda, novos prazos de pagamento do IMI (n.º 1 do artigo 120.º do CIMI). O imposto deve ser pago: a) Em uma prestação, no mês de abril, quando o seu montante seja igual ou inferior a € 250; b) Em duas prestações, nos meses de abril e novembro, quando o seu montante seja superior a €

250 e igual ou inferior a € 500; c) Em três prestações, nos meses de abril, julho e novembro, quando o seu montante seja superior a € 500.

Em reunião camarária realizada no dia 22 de setembro de 2014 foi aprovado, no âmbito do disposto no artigo 7.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, um estudo para promover a Reabilitação Urbana da cidade de Bragança, definindo a delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana, previamente à aprovação da respetiva Operação de Reabilitação Urbana. O projeto de delimitação, devidamente fundamentado, contém a memória descritiva e justificativa, incluindo os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir, a planta com correspondência cadastral com a delimitação da Área abrangida e o quadro com os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património (IMI, IMT), cumprindo com o disposto nas alíneas a), b) e c), do n.º 2 do artigo 13.º e na alínea a) do artigo 14.º daquele regime jurídico. A Assembleia Municipal aprovou a proposta em sessão realizada no dia 30 de setembro de 2014.

Quanto à Administração Local a proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2015 refere e no que concerne à redução do endividamento que, o aumento das receitas das transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, para a Participação variável no IRS e o aumento da receita do IMI (resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos) são consignados à utilização numa das seguintes finalidades:

a) Capitalização do Fundo de Apoio Municipal, previsto na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (sendo o contributo do Município de Bragança de 1 506 185,25€, a realizar em 7 anos);

b) Pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de agosto de 2014;

c) Redução do endividamento de médio e longo prazos do município.

2. Análise da aplicação do CIMI no concelho

O quadro abaixo indica as taxas fixadas por este município para o período em análise, comparando com os valores mínimos e máximos legais.

Quadro de evolução das taxas					
Ano		Prédios urbanos		Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI	
de Fixação	de Aplicação	Intervalo da taxa (AT)	Valor fixado (AM)	Intervalo da taxa (AT)	Valor fixado (AM)
2013	2014	0,5% a 0,8%	0,6%	0,3% a 0,5%	0,335%
2012	2013	0,5% a 0,8%	0,6%	0,3% a 0,5%	0,355%
2011	2012	0,4% a 0,7%	0,6%	0,2% a 0,4%	0,365%
2010	2011	0,4% a 0,7%	0,6%	0,2% a 0,4%	0,365%
2009	2010	0,4% a 0,7%	0,6%	0,2% a 0,4%	0,375%
2008	2009	0,4% a 0,8%	0,6%	0,2% a 0,5%	0,400%
2007	2008	0,4% a 0,8%	0,7%	0,2% a 0,5%	0,400%
2006	2007	0,4% a 0,8%	0,7%	0,2% a 0,5%	0,400%
2005	2006	0,4% a 0,8%	0,7%	0,2% a 0,5%	0,400%
2004	2005	0,4% a 0,8%	0,7%	0,2% a 0,5%	0,400%

O valor da receita cobrada bruta durante o ano de 2013 foi de 3 978 104,09€. Entre janeiro a outubro de 2014 situou-se em 3 332 634,46€, estimando-se que no final de 2014 atinja os 4 100 000,00€, valor que se traduz num acréscimo de 121 895,91€ (*i.e.* de 3,06%), relativamente ao ano anterior.

O quadro abaixo identifica a evolução no período de 2011 a 2014 (previsão).

Imposto Municipal sobre Imóveis (cobrado bruto)		
Ano	Valor	Var. %
2014 (previsão)	4.100.000,00 €	3,06
2013	3.978.104,09 €	21,70

2012	3.268.772,96 €	4,08
2011	3.140.650,97 €	7,71

Salienta-se que o aumento do valor de IMI cobrado entre 2013 e 2014 (previsão) é resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, e alteração do artigo 49.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho.

Em 2014 prevê-se que a receita cobrada sofra um aumento de 3,06% comparativamente a 2013, fruto do trabalho de avaliação geral promovido em respeito pelos princípios gerais do procedimento tributário e os princípios técnicos da avaliação imobiliária que ocorreu ainda durante o ano de 2013.

Estima-se que o imposto bruto cobrado sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT) baixará drasticamente. O valor deste imposto cobrado no ano de 2008 foi de 1 351 561,99€. Até 31 de outubro de 2014 o valor cobrado bruto ascendia a 354 994,94€.

Por outro lado salienta-se que, com a entrada em vigor no dia 1 de janeiro de 2014 do novo Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais passou a constituir receitas das freguesias o produto da receita do IMI sobre os prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos (alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de agosto).

Feita uma análise, no concelho, à evolução aos prédios (rústicos e urbanos) do valor patrimonial e as taxas fixadas no período 2011 a 2013, assim como as respetivas taxas gerais para o país, conclui-se:

i) O número de prédios rústicos existentes decresceu (i.e. -0,04%) de 270 472 unidades (ano 2011) para 270 356 (ano 2013). O número de prédios urbanos existentes cresceu (i.e. 1,24%) de 41 617 unidades (ano 2011) para 42 135 (ano 2013);

ii) O valor patrimonial dos prédios rústicos sujeitos a tributação em 2013 era de 4,6 M€ (em 2011 era de 3,67 M€) e o valor patrimonial dos prédios urbanos

sujeitos a tributação era de 1 376,89 M€ (em 2011 era de 796,48 M€). No conjunto, o valor patrimonial isento (temporário e permanente) em 2011 ascendia a 34,80% e em 2013 a 21,48%. O valor patrimonial sujeito a tributação em 2011 ascendia a 65,20% e em 2013 a 78,52%.

iii) A receita cobrada de IMI em 2014 (constituindo receitas das freguesias o produto da receita do IMI sobre os prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos) tem origem na contribuição apurada em 2013 de prédios urbanos não avaliados (em 0,77%), de prédios urbanos avaliados (em 98,75%) e de prédios rústicos (em 0,48%);

iv) Que no âmbito da avaliação geral de prédios em curso ocorrida em 2012 e que se estendeu ao ano de 2013 verifica-se que o valor patrimonial sujeito a IMI dos prédios urbanos avaliados ascendia em 2012 a 1 365,23 M€ e em 2013 a 1 370,92 M€. Em contrapartida o valor patrimonial sujeito a IMI dos prédios urbanos não-avaliados ascendia em 2012 a 18,43 M€ e em 2013 a 5,98 M€;

v) Analisando o quadro representativo das taxas de IMI fixadas em 2013 (Fonte: AT) pelos Municípios capitais de distrito verifica-se que dos dezoito, catorze praticam valores superiores aos fixados pelo Município de Bragança. A título exemplificativo salienta-se, dada a sua interioridade, Vila Real (prédios urbanos não avaliados: 0,7%; prédios urbanos avaliados: 0,4%), Guarda (prédios urbanos não avaliados: 0,7%; prédios urbanos avaliados: 0,4%) e Évora (prédios urbanos não avaliados: 0,8%; prédios urbanos avaliados: 0,5%);

vi) Que as orientações e exigências da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias, assim como a conjuntura económica e financeira vão obrigar um conjunto significativo de municípios a fixar as taxas de IMI pelos valores máximos;

vii) O Município de Bragança, e dada a grave crise económica e financeira instalada, numa política de ajudar as famílias e as empresas a ultrapassarem as dificuldades com que se debatem diariamente, baixou - no ano de 2013 - a taxa para os prédios urbanos avaliados em 0,02%, fixando-a em 0,335%. Igualmente havia baixado nos anos de 2009, 2010 (mantendo-se em igual valor em 2011) e 2012 a taxa

para os prédios urbanos avaliados de 0,400% (em 2008) para 0,375% (em 2009), para 0,365% (em 2010 e 2011) e para 0,355% (em 2012). Não obstante esse abaixamento das taxas registado, o qual se traduziu numa perda de receita - em 2014 - estimada de 276 m€ (caso se mantivessem as taxas fixadas em 2012). Por outro lado salienta-se que o Município de Bragança tem reduzido a dívida total a terceiros (em 2011 e comparativamente a 2010 a redução cifrou-se em 10,71%; em 2012 e comparativamente a 2011 a redução cifrou-se em 9,11% e em 2013 e comparativamente a 2012 a redução cifrou-se em 4,72%).

3. Fixação de taxas de IMI para o ano de 2015

3.1 Considerando:

i) A necessária sustentabilidade financeira do Município que tem de harmonizar o orçamento da receita com o orçamento da despesa (que sofre pressão em especial nas áreas social, educação e cultura). Conhecida, atualmente, a proposta de orçamento de estado para o ano de 2015 onde vem refletida que as transferências para o Município de Bragança no âmbito da participação nos impostos do estado sofre um aumento de 746 996,00€ (FEF, FSM e PIRS), ou seja, de 5,68% comparativamente a 2014.

ii) que o Município garantirá o bom funcionamento dos serviços (assegurando o criterioso cumprimento dos compromissos com as despesas certas e permanentes), a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, assim como garantir a boa execução dos investimentos em curso, a quase totalidade cofinanciados por fundos da Comunidade Europeia;

iii) que o país continua a viver um momento de grave crise financeira e de recessão económica, com uma taxa de desemprego elevada, problemas sociais diversos agravados pela avalanche de dificuldades com que os cidadãos se deparam no seu dia a dia e reajustamento da Administração Pública;

iv) que o Município não aplica derrama às empresas, abdicando de uma receita importante em prol do crescimento da economia e do emprego;

v) que o Município tem de continuar a assegurar um conjunto significativo de apoios sociais excecionais, decididos no quadro do agravamento da crise social;

vi) que o órgão executivo do Município tem como objetivo continuar a assegurar a implementação de um conjunto significativo de medidas que possibilitem às famílias e às empresas a redução dos custos suportados com Imposto Municipal sobre Imóveis, aliás como assumido no programa de candidatura às últimas eleições autárquicas;

vii) que o Município, pelo histórico de fixação de taxas de IMI comparando com os valores praticados pelos Municípios no país, tem fixado valores baixos, de algum modo em contraciclo com a política nacional de tributação;

viii) que o Orçamento do Estado para 2014, aprovado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, definiu a taxa de imposto municipal sobre imóveis para prédios urbanos a fixar pelos municípios de 0,3% a 0,5%.

3.2 Proposta:

Nos termos dos n.os 1 e 5 do artigo 112.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que procedeu à alteração do Decreto-Lei n.º 287/2003, 12 de novembro, proponho à Câmara Municipal a aprovação da fixação em 2014 do seguinte valor da taxa do Imposto Municipal de Imóveis:

Alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º dos citados Diplomas – Prédios Urbanos: 0,320%.

Mais proponho que, nos termos da alínea d) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, e para efeitos do n.º 5 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, 12 de novembro, com as sucessivas alterações, a presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal.”

Intervenção do Sr. Vereador, Humberto Rocha

“Da análise que fiz deste assunto, em relação aos prédios urbanos, a proposta em discussão fixa uma taxa de IMI inferior à do ano anterior.”

Intervenção do Sr. Vereador, Victor Pereira

“Torna-se necessário esclarecer porque não é proposta a taxa para os Prédios urbanos não avaliados.”

Intervenção do Sr. Presidente da Câmara

“O processo de avaliação dos prédios urbanos não avaliados, está concluído pelas Finanças. O conteúdo da proposta apresentada e respetivo enquadramento legal é esclarecedor.”

Intervenção do Sr. Vereador, Humberto Rocha

“O processo de avaliação dos prédios urbanos não avaliados, é um processo desencadeado pelas Finanças a nível nacional, decorre da própria lei.

Em relação aos prédios não avaliados, a questão já não se coloca e se existirem casos, serão residuais, e, as Finanças têm mecanismos legais para essas situações.

Gostaria que a descida da taxa proposta para o IMI, fosse mais acentuada, no entanto com esta descida, voto favoravelmente.”

Após análise e discussão, a proposta foi posta à votação, tendo sido aprovada, com cinco votos a favor, dos Srs., Presidente e Vereadores, Paulo Xavier, Humberto Rocha, Cristina Figueiredo e Gilberto Batista, e dois votos contra, dos Srs. Vereadores, Vítor Pereira e André Novo.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.

Declaração de voto dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

“Considerando a grave crise financeira e económica em que nos encontramos;
Considerando o aumento brutal do imposto levado a cabo por este Governo;
Considerando os cortes brutais nos salários dos funcionários públicos e nas pensões;

Considerando as graves dificuldades por que passam as famílias na atual conjuntura;

Considerando o aumento generalizado dos montantes a pagar de IMI pela maior parte dos munícipes, resultante da aplicação da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e também das novas avaliações e critérios a aplicar;

Considerando o plasmado no programa eleitoral autárquico do Partido Socialista em que se defende a aplicação da taxa mínima;

Considerando a insensibilidade social manifestada pela maioria deste executivo ao propor as referidas taxas;

Considerando o fim da cláusula de salvaguarda que limitava o aumento da carga fiscal em termos de IMI;

Considerando a proposta que apresentámos na última Reunião Ordinária de Câmara (27 de outubro de 2014) que visava estabelecer as taxas de IMI no mínimo previsto por lei e que foi chumbada pela maioria que sustenta este executivo municipal;

Votamos contra a proposta apresentada.”

Declaração de voto do Sr. Vereador, Paulo Xavier

“De forma séria e respondendo à demanda e expectativas dos cidadãos, sem prejuízo das exigências de rigor e parcimónia com que devem ser utilizados os recursos públicos, o executivo, quer marcar positivamente e no conhecimento das demais necessidades do nosso Concelho, tem o compromisso que vem do ano anterior, de reduzir para a taxa mínima, até ao final do mandato.”

Declaração de voto do Sr. Presidente

“As razões apontadas para justificar a proposta da taxa de IMI de 0,320%, mostram a responsabilidade do Executivo Municipal em aliviar a carga fiscal dos contribuintes mas, mantendo o rigor no sentido de garantir o equilíbrio financeiro, revelando uma grande sensibilidade social ao canalizar verbas para apoio aos mais desfavorecidos, nomeadamente com a introdução de mais um escalão para apoio às famílias cujos filhos estejam posicionados no escalão 3 do abono de família.

Estamos conscientes das dificuldades que todos atravessamos, mas não deixaremos de primar pelo bom desempenho do Município de Bragança por forma a responder às necessidades mais prementes, nomeadamente as de carácter social.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de novembro de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** – Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se pretende fazer uma nota introdutória ou se remete para os documentos.....

----- Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra.....

-----**Presidente da Câmara** – Boa tarde, a todos. Antes de fazer uma nota introdutória sobre este ponto, gostaria de esclarecer um ponto que há bocado foi levantado pelo Membro Francisco Pinheiro, que creio que merece aqui uma explicação.....

-----Relativamente às obras que questionou e que dizem respeito à Freguesia de sendas, queria esclarecer o seguinte: Efetivamente, na página dez do estado e Vida do Município, aparece duas vezes, mas não é erro nenhum, está muito bem. Em cima tem uma parte que é seguida de dois pontos, que diz o seguinte: obras postas a concurso - e tem, efetivamente, - “abastecimento de água à estação de Sendas, pelo valor base de quarenta e sete mil e quinhentos euros”. E, depois, ligeiramente mais a baixo, tem – “obras adjudicadas” – e volta a ter – “abastecimento de água à estação de sendas, trinta mil, quinhentos e oito euros”. Significa que, no mesmo período, a obra foi posta a concurso e foi também adjudicada, a base era quarenta e sete mil e quinhentos e foi adjudicada por trinta mil e quinhentos. Portanto está esclarecido. Que não haja dúvidas sobre isso.....

-----Relativamente ao ponto do IMI, propõe-se à digníssima AM a redução da taxa de IMI para 0,320, uma taxa muito próxima da taxa mínima, e que gostaríamos que acontecesse em dois mil e dezassete, e, que estou certo que conseguiremos com o rigor na gestão do Município. Aliás, esta situação, que temos assumido como meta, a redução dos impostos, pese, embora, em contraciclo com a política nacional, dos últimos governos, que é aquilo que se tem verificado no País.....

-----Saliento que apenas três capitais de distrito, a nível nacional, praticam taxas inferiores àquela que nós estamos a propor; dos trezentos e oito municípios, menos de trinta, e eu repito, menos de trinta, vão baixar a taxa de IMI, catorze vão subir a taxa, e as restantes vão mantê-la. Portanto estamos num pequeno lote de municípios onde a taxa do IMI vai baixar. E estamos, ainda, num lote mais pequeno, no que tem a ver com outro imposto municipal, que é a derrama, que continuaremos a não cobrar às empresas, como medida que favorece o crescimento económico e o emprego.....

-----Esta redução da taxa traduz-se numa perda de receita, para o município, de cerca de trezentos mil euros, montante que ficará nos bolsos dos Brigantinos, e

representa uma redução de cerca de cinco pontos percentuais, relativamente ao ano anterior. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Inscrições para pedidos de esclarecimento?

----- Passamos a palavra a Ana Cláudia Guedes de Almeida do Movimento Sempre Presente.

----- **Ana Almeida** – Boa tarde.

----- Sr. Presidente, e os prédios no âmbito da ARU? Já foi cruzada?.....

----- E as taxas, há sobreposição?.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, pela questão.

----- António Morais da CDU, para colocar as suas questões ao Sr. Presidente da Câmara.....

----- **António Morais** – Sr. Presidente, não obstante, nas observações subsistem algumas dúvidas em relação a este ponto. Posso adiantar, desde já, que estamos inclinados para votar, favoravelmente, esta proposta, porque se trata, efetivamente, da baixa. Mas a questão que se coloca, aqui, é: - Por que não baixar mais? - Ou seja: - Ir para a taxa mínima?

----- Diz que gostaria. Mas não deu razões por que é que isso não acontece!

----- Por razões financeiras? – Vejo, no relatório de contas, que estão de boa saúde. Portanto, estando de boa saúde, acho que era uma boa oportunidade para se manter. Isto acresce que, não obstante dizer que perde, qual é o elemento de referência para dizer que perde?

----- Feitas as contas, e dada a nova taxa, digamos, de finanças, ainda ganha dinheiro, mesmo indo à taxa mínima.

----- Disse. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.....

----- Francisco Pinheiro do CDS/PP, tem a palavra.

----- **Francisco Pinheiro** – Boa tarde, a todos. Em relação ao IMI, vamos votar favoravelmente a continuação de uma promessa de campanha, que é a descida dos impostos. Na realidade, aquilo que temos verificado, é que os cidadãos do Concelho de Bragança, todos os anos, têm que pagar mais quinhentos mil euros de impostos. A

Câmara pode fazer essa conta, é muito simples. A proposta que eu fiz esta manhã, tirar um milhão de euros, que são pagos à Câmara, para serem geridos pela Câmara, pode ser feita essa gestão, pelas juntas de freguesia, a quem todos reconhecemos os méritos e a capacidade de fazer isso, com maior qualidade e maior proximidade das reais necessidades dos cidadãos.

----- Esta descida que apontam aqui, este ano, de 0,015, este ano, ainda é um número mais escabroso que o do ano passado e com menos significado. Portanto, o que quero deixar registado é que, desde que tomou posse, vai cobrar, aos cidadãos do Concelho de Bragança, mais um milhão de euros, relativamente àquilo que tinha sido cobrado quando entrou para a Câmara Municipal.

----- **Presidente da Mesa** – Dr. Júlio de Carvalho, do PSD, para um pedido de esclarecimento.

----- **Júlio de Carvalho** – Eu, só queria fazer uma pergunta, ao Sr. Presidente. É do conhecimento geral, e público, e real, que, hoje, o valor patrimonial de uma grande parte dos prédios urbanos de Bragança, e de qualquer outra cidade, tem o valor venal inferior ao valor patrimonial, é indiscutível. Hoje, a realidade é esta. Há pessoas que têm um prédio com o valor patrimonial de cem mil euros, mas, ninguém lhe dá mais de setenta mil euros. E porquê? - Porque a definição dos índices dos fatores dos valores patrimoniais estão totalmente desatualizados. Há índices de localização que são totalmente absurdos. Nós sabemos que andamos, há muito tempo, a lutar ou a pensar ou a ser informados de que a CNAPU, que é quem tem funções de reavaliar os coeficientes, tem feito muito pouco. E, nesse processo, tem importância definitiva e determinante, a Associação Nacional de Municípios. E queria perguntar ao Sr. Presidente, como Membro da ANMP e que, aí, está presente, com frequência, se já está com vontade que a CNAPU reveja essa situação, que é totalmente injusta.

----- A Dr.^a Manuela Ferreira Leite foi uma das autoras desta Lei. Diz mesmo, que é o imposto mais injusto da sociedade portuguesa. E porquê? - Concretamente, nós temos prédios situados na zona privilegiada da Bragança, cujo coeficiente de localização de um prédio nas costas de uma avenida principal, tem o mesmo coeficiente de localização de um prédio que está virado para a rua principal. Isto é absurdo, é injusto.

----- Quería perguntar, ao Sr. Presidente, se, de facto, na qualidade de Membro da ANMP, e, sei que tem tido intervenção importante nessas assembleias, se, alguma vez, foi ventilado este assunto, e, se há vontade da CNAPU, em rever esta situação, profundamente injusta.

----- Eu gosto de viver, como sei que o Sr. Presidente gosta, numa sociedade que seja profundamente justa. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra, para proceder às respostas.

----- **Presidente da Câmara** – Para a Dr.^a Ana Guedes de Almeida – Relativamente à ARU, obviamente que as taxas a praticar, por enquanto serão as que nós temos definidas, quando houver a intervenção, que nós esperamos aconteçam muitas, serão aquelas que estão definidas no âmbito da ARU, a isenção pode ir até aos dez anos, como sabe.

----- A pergunta do Membro António Morais – Porque é que a Câmara perde?.....

----- O que eu quis dizer foi o seguinte: O perder significa não arrecadar. Se, nós, mantivéssemos a taxa que, neste momento, está em vigor, a taxa que definimos, o ano passado, representaria, para os cofres do Município, mais de trezentos mil euros. Como, nós, estamos a baixar 0, 015 sobre aquilo que é a perspetiva da arrecadação de receita, para o ano seguinte, estaremos, de facto, a perder, ou a não arrecadar, este montante.

----- Nós tínhamos assumido como meta, efetivamente, em dois mil e dezassete estarmos com a taxa mínima, quase podia garantir aqui, de certeza absoluta, que conseguiremos fazer isso em dois mil e dezassete, sem qualquer problema, estamos com essa perspetiva, com essa orientação, e, seguramente, em dois mil e dezassete estaremos com a taxa de 0,3, ninguém duvidará disso. Aliás, assumimos esse compromisso e temos vindo a fazê-lo, de forma gradual, é verdade, também temos de ter em conta que o rigor e o equilíbrio financeiro do Município é mantido se tivermos esta preocupação de gestão, que tem a ver com o facto de, de um momento para o outro, não deixarmos de arrecadar as receitas de uma vez só. Significa que não podemos baixar tudo e isentar de tudo também, como alguns pretendem que façamos.

É necessário que haja este rigor e este equilíbrio e nós temos essa orientação clara de chegarmos a dois mil e dezassete com a taxa mínima.

----- Para o Membro Francisco Pinheiro – Nós não vamos cobrar, temos que ver isto ao contrário, temos que ver a perda que já tivemos; o ano passado foram cerca de trezentos e setenta mil euros, este ano são cerca de trezentos mil, estamos a falar de setecentos mil euros, que o Município não arrecada e que deixa diretamente nos bolsos dos contribuintes.

----- Para o Dr. Júlio de Carvalho – Na ANMP, que tenha ouvido, até hoje, não houve nenhuma preocupação sobre esta matéria, no entanto, o representante de Bragança na CNAPU, que é o nosso Diretor de Departamento, Eng^o Vitor Padrão, vai ter uma reunião brevemente e já tem orientações claras para que esse assunto seja devidamente abordado e que se chegue a uma altura em que se possa renegociar ou reequacionar os coeficientes de localização, para baixo, obviamente.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Abrimos o período de inscrições para intervenções.....

----- Registamos, apenas, uma intenção de inscrição.....

----- **Ana Brás** - Relativamente a esta proposta da redução do IMI, verificamos que, ano após ano, os executivos municipais do PSD, têm vindo a surpreender-nos com taxas de IMI, que, aparentemente, e de uma forma simpática, vem entender que, efetivamente, as estão a reduzir, e que, isso, incorpora grandes vantagens para os bolsos dos munícipes do Concelho.....

----- Com a nova avaliação dos imóveis, todos nós temos sentido o agravamento enorme da taxa que temos que pagar, pelo famigerado IMI. Juntando isto à brutal carga de impostos, com que este governo tem contentado os contribuintes deste Concelho e deste País, não pode este Executivo do PSD vir, demagogicamente, dizer que está a ajudar a aliviar a carga fiscal dos Brigantinos. Aliás, esta forma dissimulada de baixar este imposto, em quinze centésimas, passando de 3 335% para 3 220%, não deixa de constituir uma ilusão para os incautos contribuintes que, na hora do pagamento, todos os anos, veem sair, das suas carteiras, maiores quantias de dinheiro.....

----- Correto seria, e, aí sim, estaríamos perante uma medida significativa e justa, e os contribuintes notariam, no seu bolso, se reduzissem a taxa para o valor mínimo, como propuseram os Vereadores do PS, em recente reunião de Câmara.....

----- Se juntarmos, a tudo isto, o fim da cláusula de salvaguarda, que limitava o aumento da carga fiscal, em termos de IMI, e que este Governo, teimosamente, fez desaparecer, na Lei do Orçamento de Estado para 2015, podemos vir a assistir ao maior agravamento fiscal de sempre.

----- Não pode, também, este Executivo escusar-se, demagógicamente, com algumas capitais de distrito, afirmando que Bragança pratica as mais baixas taxas, como se as diferentes realidades fossem a mesma realidade, como se fosse possível comparar coisas incomparáveis. Deveria, antes, este Executivo comparar as diversas taxas praticadas nos concelhos do nosso distrito e concluiria que, efetivamente, praticamos as taxas mais altas.

----- Por tudo isto, não podemos deixar de votar contra uma proposta que vai onerar, ainda mais, as já, por si, pesadas despesas dos brigantinos. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada, Sr.^a Deputada Ana Maria.....

----- Penso que há, ainda, uma intenção de intervenção de Eduardo Malhão do PSD. Tem a palavra.....

----- **António Malhão** - Sr. Presidente da Mesa, Sr.^a Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente do Executivo, Sr. Vice Presidente, Sr.^a Vereadora, Srs. Vereadores, caras Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, minhas Senhoras e meus Senhores, a todos, muito boa tarde.....

----- De facto, como alguém diz, que o gradualismo na ??? da política, e faz todo o sentido que, o Município tenha este objetivo, de ganhar eficiência fiscal, em termos de IMI, mas que o faça com gradualismo, e o seu propósito e a sua promessa é, exatamente, de chegar a dois mil e dezassete, como bem informou o Sr. Presidente, com o valor da taxa aos níveis mínimos. Sobre isso, acho que é uma posição coerente e inatacável. Por isso mesmo, o PSD congratula-se com essa posição do Executivo e vai votar, obviamente, favoravelmente, esta proposta.

----- Depois, a questão da fiscalidade e dos impostos locais, têm que ser vistos de um ponto mais abrangente. O Sr. Presidente acabou de informar que, em matéria, por

exemplo, de derrama, tem prescindido desse valor. Isso é muito importante para a criação de emprego e para a fixação de empresas, uma coisa que nos é tão cara e estamos, sempre, aqui, a falar. Por isso, falar, apenas, do IMI, acho que é muito redutor. O Sr. Presidente da Câmara teve o cuidado de dar essa mensagem, um sinal claro, de que está atento à agenda fiscal, em termos de competitividade, em termos de atratividade dos nossos impostos locais, e, parece-me, que isso verte uma visão estratégica e, não apenas, uma manta de retalhos e uma medida avulsa.

----- Por isso, sobre esta matéria, como outras matérias, temos que aplaudir esta coerência do Executivo, porque é um Executivo coerente, que honra os compromissos, que tem, de facto, uma cultura de compromisso e uma cultura de percepção, do que é a realidade do dia a dia dos municípios. Tenho dito. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, o Sr. Presidente da Câmara, para uma nota final.

----- **Presidente da Câmara** – Relativamente à intervenção da Membro da Assembleia, Ana Brás, parece-me que não há dúvida nenhuma, pelo menos aquilo que eu aprendi, na escola primária, ao fazer contas, é que 0,335 é superior a 0,320, vai aqui uma diferença substancial de 0, 015, se isso não se traduz numa redução, eu presumo que a matemática já não é o que era. Depois, a nossa taxa não é 3, 325, é 0,335, a sua intervenção não é uma intervenção correta, acho que é absolutamente demagógica essa argumentação que aqui trouxe.

----- Já agora, permita-me que lhe dê conta, também, daquilo que toca à fiscalidade e aos incentivos que o Município tem vindo a trazer e a conceder, gostaria aqui de lembrar que, por exemplo, para a zona industrial de Mós há bem pouco tempo tomámos uma deliberação, aprovada por unanimidade, na Câmara Municipal, em que o valor do metro quadrado do terreno da zona industrial de Mós passou para quatro euros. E, com todos os incentivos que lhe estão associados, significa que, se uma empresa que pretende fixar-se na zona industrial de Mós, criar vinte postos de trabalho, paga apenas um euro por metro quadrado. Portanto, se isto não são incentivos, explique-me, a senhora, o que são. Muito obrigado.

----- **Presidente da Câmara** – Relativamente à intervenção da Membro da Assembleia, Ana Brás, parece-me que não há dúvida, nenhuma, pelo menos, aquilo

que eu aprendi, na escola primária, ao fazer contas, é que 0,335 é superior a 0,320, vai, aqui, uma diferença substancial de 0, 015, se, isso, não se traduz numa redução, eu presumo que a matemática já não é o que era. Depois, a nossa taxa não é 3. 325, é 0,335, é assim que funciona, o que significa dizer que, de facto, é uma intervenção que não é correta, acho que é absolutamente demagógica essa argumentação que aqui trouxe.....

----- Já agora, permita-me que lhe dê conta, também, daquilo que toca a fiscalidade, e os incentivos que o Município tem vindo a trazer e a conceder. Gostaria, aqui, de relembrar que, por exemplo, para a zona industrial de Mós, há bem pouco tempo, tomámos uma deliberação, aprovada por unanimidade, na Câmara Municipal, em que o valor do metro quadrado do terreno, da zona industrial de Mós, passou para quatro euros. E, com todos os incentivos que lhe estão associados, significa que, se uma empresa que pretende fixar-se na zona industrial de Mós, criar vinte postos de trabalho, paga apenas um euro por metro quadrado. Portanto, se isto não são incentivos, expliquem-me, os senhores, o que são. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente, muito obrigado, pela explicação final. --

----- Vamos passar à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM OITO VOTOS CONTRA, ZERO ABSTENÇÕES E CINQUENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESENTA E UM MEMBROS PRESENTES.....**

----- **Presidente da Mesa** - Declaração de voto?

----- Tem a palavra, para a declaração de voto, a Membro Maria Isabel Barreira Ribeiro do MSP. É a única declaração de voto que registamos. Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

----- **Maria Ribeiro** – Boa tarde, a todos os presentes. O nosso voto foi a favor porque a tendência para as consequências positivas, para as famílias, e, apesar de parecer uma redução, em termos absolutos, mínima, a verdade é que a redução, em termos relativos, é de 4,5 %.

-----E, portanto, Sr. Presidente, o desafio que deixamos, aqui, é que atinja o mínimo, em dois mil e dezasseis. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada, Sr.ª Deputada Maria Isabel.

-----Passamos para o ponto seguinte.....

PONTO 3.2.4 – Fixação da participação no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) – rendimentos de 2015 a cobrar em 2016.....

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dez de novembro do ano de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – RENDIMENTOS DE 2015 A COBRAR EM 2016

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

“De acordo com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, "Os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do n.º 2 do artigo 69.º."

Nos termos do n.º 2 do artigo 26.º do mesmo diploma legal, "A participação referida no número anterior depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva Câmara Municipal à Autoridade Tributária e Aduaneira

(AT), até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos."

Nos termos do n.º 3 do artigo 26.º do mesmo diploma legal, "A ausência da comunicação a que se refere o número anterior, ou a receção da comunicação para além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios."

Em face do anteriormente exposto:

1. Considerando que a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios tem em vista atingir os objetivos de equilíbrio financeiro e é obtida através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), do Fundo Social Municipal (FSM) e participação variável até 5% do valor do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal, na respetiva circunscrição territorial;

2. Considerando que 5% do valor da coleta líquida do IRS neste concelho representou uma receita cobrada ou a cobrar para o Município de Bragança de 1 293 109,00€ em 2011, de 1 362 374,00€ em 2012 e 2013, de 1 246 918,00€ em 2014 e de 1 700 758,00€ em 2015 (de acordo com os dados disponibilizados em sede de Proposta de Orçamento de Estado para 2015);

3. Considerando ainda que, o IRS não constitui uma receita adicional deste Município, estando integrada nas transferências normais da Administração Central (participação dos municípios nos impostos do Estado), no âmbito do estabelecido no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais no que respeita à repartição de recursos públicos (artigos 19.º e 20.º). Num exercício de coesão, uma das anteriores Leis das Finanças Locais previa que 5% de IRS cobrado a nível nacional fosse repartido pelos municípios, distribuindo receitas captadas nos municípios mais ricos para municípios mais carenciados (quase todos no interior do país). O atual Regime Financeiro ao atribuir diretamente a cada município 5% do valor de IRS cobrado aos sujeitos passivos, com domicílio fiscal no respetivo município, está a favorecer o orçamento dos municípios com mais população e com mais

elevado poder de compra, acentuando as desigualdades entre municípios e no país;

4. Considerando também que, a redução da taxa do IRS não se refletiria positivamente na economia familiar dos munícipes de recursos mais baixos, mas sim nos grupos profissionais com melhores remunerações e que, por esta via, tal redução das receitas municipais poderá penalizar ações a favor das famílias mais carenciadas;

5. Considerando que 95% da receita de IRS é recebida pela Administração Central, fazendo sentido que a redução no imposto em causa seja feita pela Administração Central, por dispor de margem suficiente para o efeito e que medidas drásticas de redução de IRS, neste âmbito, fazem sentido por parte da Administração Central, como medida de incentivo à fixação da população jovem no interior despovoado;

6. Considerando que, ao reduzir as receitas do município, fica prejudicado o efeito de redistribuição a realizar por este no plano das suas atribuições sociais, a favor dos mais carenciados. Na dimensão municipal trata-se de uma medida prejudicial, já o mesmo não aconteceria se fosse a Administração Central a abdicar de uma significativa parcela dos 95% que recebe. Essa seria uma medida justa e de incentivo à fixação de jovens quadros nas regiões fronteiriças, económica e socialmente mais deprimidas;

7. Considerando por último que, a proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2015 refere e no que concerne à redução do endividamento que o aumento das receitas das transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, para a Participação variável no IRS e o aumento da receita do IMI (resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos) são consignados à utilização numa das seguintes finalidades:

a) Capitalização do Fundo de Apoio Municipal, previsto na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (sendo o contributo do Município de Bragança de 1 506 185,25€, a realizar em 7 anos);

b) Pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de agosto de 2014;

c) Redução do endividamento de médio e longo prazos do município.

Perante o quadro factual atrás descrito e para efeitos do disposto nos n.º 1 e n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, proponho à Câmara Municipal a aprovação de uma participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do n.º 2 do artigo 69.º.

Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a presente proposta deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”

Após análise e discussão, a proposta foi posta à votação, tendo sido aprovada com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente e Vereadores, Paulo Xavier, Cristina Figueiredo e Gilberto Batista, e três votos contra, dos Srs. Vereadores, Vítor Pereira, Humberto Rocha e André Novo,

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos propostos

Declaração de voto do Sr. Vereador, Humberto Rocha

“Voto contra, porque considero uma carga demasiado pesada para as famílias.”

Declaração de voto dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

“Considerando as dificuldades a todos os níveis com que as famílias se deparam todos os dias;

Considerando a carga fiscal brutal a que os munícipes estão sujeitos;

Considerando os cortes abruptos nos salários dos funcionários públicos e pensionistas a que temos assistido;

Considerando o despovoamento e abandono a que o interior está sujeito;

Considerando a forma demagógica com que a maioria deste executivo defende a sua proposta, argumentando que não se refletiria positivamente nas famílias de recursos mais baixos, mas sim nos grupos profissionais com melhores remunerações, dando a entender que vivemos num concelho com altos salários e pensões de luxo;

Considerando o argumento utilizado de que deveria ser a administração central a proceder a essa redução, “sacudindo a água do capote” e não assumindo as suas responsabilidades face à conjuntura adversa instalada no concelho;

Considerando que no manifesto eleitoral autárquico do Partido Socialista se propunha a devolução na totalidade dos 5% aos munícipes;

Considerando a proposta que apresentámos na última Reunião Ordinária de Câmara (27 de outubro de 2014) que visava estabelecer a taxa de IRS no mínimo previsto por lei (0%) e que foi chumbada pela maioria que sustenta este executivo municipal;

Votamos contra a proposta apresentada.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de novembro de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Câmara, uma nota introdutória?

----- Sr. Presidente, tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** – Relativamente a este assunto propomos que seja aprovada uma participação de 5% no IRS, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no território de Bragança, conforme o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 63/2013, de 3 de setembro, pelas seguintes razões:.....

----- Primeiro – O IRS não constitui uma receita adicional do Município, pois está integrada nas transferências normais da Administração Central. O atual regime ao atribuir, diretamente, a cada município, 5% do valor do IRS cobrado no respetivo Município, favorece os municípios com mais população e com mais elevado poder de

compra, acentuando as desigualdades entre os municípios e as assimetrias regionais. Correto seria que o IRS arrecadado, a nível nacional, fosse repartido pelos municípios, distribuindo as receitas dos municípios mais ricos para os municípios mais carenciados, nomeadamente os do interior do País.

----- Segundo – A redução da taxa do IRS não teria efeitos positivos significativos na economia familiar dos cidadãos com recursos mais baixos, mas sim nos cidadãos com melhores remunerações.....

----- Terceiro - Deverá ser a Administração Central a abdicar de uma parte de receita de IRS, que arrecada 95% a favor dos cidadãos e não os municípios, que apenas podem cobrar até 5%.

----- Quatro – Queremos continuar a apostar no reforço das atribuições sociais, ajudando os mais carenciados, nomeadamente:

- Na reabilitação do Bairro Social da Coxa, através da reabilitação da cobertura, caixilharias e revestimento exterior, com investimento a rondar os seiscentos mil euros;

- A atribuição de apoio na aquisição de manuais escolares e refeições aos alunos posicionados no Escalão 3 do abono de família, concessão que representa cem mil euros. Até agora, havia apenas dois escalões apoiados, o Escalão 1, com isenção, e o escalão 2, com redução de 50%.

----- Entendemos que a esmagadora maioria das famílias cai no Escalão 3, e, então, tentámos ir ao Escalão 3; tentámos e estamos a fazê-lo, estamos a propor isso no nosso Orçamento e que as famílias que normalmente não eram apoiadas em nada possam ter uma redução nos manuais escolares e na alimentação, em 25%. Com esta medida, estamos a atingir praticamente todas as famílias que têm os filhos a estudar no pré-escolar e no 1.º Ciclo.

----- Pretendemos, também, fazer a reabilitação de imóveis na Cidade, para cidadãos carenciados, há alguns projetos que ascendem a mais de duzentos mil euros para atribuir a famílias carenciadas.

----- Também na ajuda à melhoria das condições habitacionais de famílias carenciadas no meio rural, em estreitíssima colaboração com as juntas e uniões de

freguesias, aliás, como tem vindo a acontecer, e, ainda hoje, serão deliberados, apoios sobre este assunto.

----- E, um outro ponto, que é o ponto cinco, a proposta de Lei do Orçamento de Estado para dois mil e quinze, no que concerne à redução do endividamento faz com que as receitas das transferências do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) vá para a participação no IRS e o aumento das receitas do IMI sejam consignadas à utilização numa das seguintes finalidades:.....

----- Um – Capitalização do FAM (Fundo de Apoio Municipal) - Como sabem, o Município de Bragança nos próximos tempos terá de contribuir com mais de um milhão e quinhentos mil euros, é 1 506 185,25 € (um milhão, quinhentos e seis mil, cento e oitenta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos). Também que estas verbas vão para pagamento de dívidas a fornecedores e que possam ser alocadas também à redução do endividamento de médio e longo prazos. Por estas razões que aqui estão enunciadas e outra boa parte delas, que possamos vir a recolher do Orçamento para dois mil e quinze, entendemos que deverá ser mantida a taxa dos 5% sobre o IRS que é cobrado no nosso Município. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Pedidos de esclarecimento, Srs. Deputados?

----- Intervenções?.....

----- Sr.^a Deputada Anabela Anjos, do PSD, tem a palavra.....

----- **Anabela Anjos** - Exmos. Senhores Presidente da Mesa, Secretários, Vereadores, colegas Deputados Municipais, Exmos. Srs. Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público.....

----- Vivemos num Concelho economicamente deprimido, onde o tecido empresarial não abunda, como todos sabemos, onde grande parte dos rendimentos das famílias, são provenientes de pensões mínimas, e, os salários da maioria dos trabalhadores por conta de outrem, são médios ou médios baixos, o que implica que um elevado número de cidadãos não efetue qualquer imposto, ao nível do imposto do rendimento de pessoas singulares.

----- Por outro lado, são, também, os cidadãos economicamente desfavorecidos, que necessitam do apoio de instituições que, de alguma forma, lho possam dar ou prestar.

----- À Câmara Municipal de Bragança cabe, pois, a importante tarefa de apoiar as famílias mais carenciadas, pelo que, a participação dos 5% do IRS coletável, proposto num documento “ Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal”, é indispensável à ação social do Município, uma vez que os cidadãos com maiores rendimentos contribuem para apoiar as famílias mais carenciadas.

----- Desta forma, entendemos, ainda, que a contribuição de 5% do IRS coletável, representa, em termos individuais, um valor insignificante, especialmente para as pessoas com salários mais baixos.

----- A redução deste imposto beneficia, essencialmente, as famílias com maiores rendimentos. Em Bragança, estima-se que esta rubrica represente um milhão e setecentos mil euros, ou seja, aproximadamente 4,5% do Orçamento da Autarquia, cuja principal fonte de financiamento provém do FEF, receitas próprias - IMI, onde já se contemplou uma redução, como foi anteriormente dito, e que se prevê que venha a continuar a reduzir até dois mil e dezassete.

----- Esta verba é, essencialmente, utilizada, tal como referiu o Sr. Presidente da Câmara, na intervenção anterior, para apoiar as famílias mais desfavorecidas, pelo que representa uma forma de redistribuir o dinheiro dos impostos pelos mais desfavorecidos, nomeadamente:

----- Através do apoio à educação, com a atribuição dos subsídios aos alunos do Escalão 3, já em 2015;

----- A reabilitação dos bairros sociais da Cidade;

----- A reabilitação das famílias carenciadas nas zonas rurais, através das juntas de freguesia;

----- A reabilitação de imóveis do Município, para alojar famílias carenciadas, na Cidade de Bragança.

----- Portanto, pelo exposto, fica claro que, qualquer redução desta taxa, no nosso Concelho, bem como em qualquer concelho do interior do País, é demagógica e

prejudicial. É importante a tarefa de redistribuição dos impostos pelas famílias com menores recursos económicos.

----- Assim, só podemos apoiar a proposta apresentada por este Executivo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

----- Tem a palavra, o Sr. Deputado António Morais da CDU.

----- **António Morais** – Em relação a este ponto, e, em coerência com aquilo que aconteceu, também, o ano passado, achamos a proposta viável, correta, nos seus fundamentos, e comungamos deles, porque entendemos que, de facto, a redistribuição, como alguns pugnam, dos 5%, pela população, era falacioso. Quer dizer, quem vinha a lucrar são as famílias com IRS mais elevado, logo, melhores condições de vida. Digamos, a filosofia enquadradora disto mereceria, obviamente, uma discussão mais aprofundada e mais avaliada. Não há tempo! - E que tem a ver, exatamente, com as transferências do Poder Central, quer de verbas, quer de competências. E, aqui, o que verificamos é que, de facto, cada vez há mais competências transferidas e menos verbas, não é? - É o eterno problema da Segurança Social, das escolas. E, depois, este dinheiro vai para manuais escolares e para alimentação, quando me parece que são dois setores nos quais o Poder Central deveria intervir diretamente, não é? - Não quer dizer que as outras áreas de intervenção destes 5% não sejam justas e pertinentes, nomeadamente a reabilitação de casas dos mais débeis. Mas, de facto, confrontamo-nos com isto, há transferências de competências e cada vez o Poder Local é mais estrangulado pelo dinheiro que falta, não é? Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Tem a palavra, a Sr.^a Deputada Ana Maria Brás do PS..

----- **Ana Brás** – Mais uma vez, boa tarde. Sr. Presidente, deixe-me que lhe diga que, demagogia é querer fazer-nos acreditar que, baixar quinze centésimas, se vai notar no bolso dos contribuintes. Isso é que é demagogia. Na realidade, eles vão pagar mais, na fatura final.

----- Relativamente à taxa gradual do IMI para dois mil e dezassete, esperemos que não seja um abaixamento, de acordo com a agenda das eleições autárquicas.

----- Agora, relativamente ao ponto que, realmente, nos interessa, neste momento, que é o IRS, à semelhança do firmado no ponto anterior, novamente, a insensibilidade

deste Executivo, liderado pelo PSD, para com as famílias deste Concelho, e, no contexto da crise gravíssima que atravessamos, é digna de registo.....

----- A forma demagógica, como querem fazer crer, na defesa dos pressupostos que apresenta, para se manter a manutenção dos 5% do IRS sobre os ombros dos brigantinos, é, deveras, significativa. Afirmar que é preciso tirar aos ricos, isto é, aos grupos profissionais com melhores remunerações, para distribuir pelas famílias de recursos mais baixos, como se, neste Concelho, os funcionários públicos e os trabalhadores por conta de outrem, ganhassem chorudos salários! - É tentar fazer crer que vivemos numa terra em que a maioria vive folgadoamente!.. E, portanto, é mais uma mera taxa que nem aquece nem arrefece, no bolso dos contribuintes.....

----- Não ter a noção da realidade em que estamos inseridos é demasiado grave e deve fazer refletir os contribuintes, e, se calhar, levá-los a questionar se, efetivamente, fizeram as escolhas certas, para vir gerir os destinos do Concelho.

----- Apresentar argumentos desta forma, é pensar que os brigantinos não sofreram cortes abruptos nos salários, que os pensionistas continuam a auferir reformas fastosas e que os empresários vivem desafogadamente!.....

----- Sr. Presidente, isentar os brigantinos destes 5%, seria uma forma de dinamizar a economia local. Assim, a proposta rejeitada por esta maioria, apresentada pelos Vereadores do PS, na reunião de Câmara, propondo a devolução dos 5% do IRS às famílias, denota bem a posição ideológica, marcante deste Executivo, sem qualquer tipo de preocupação social por aqueles que veem os seus orçamentos familiares alterados no seu dia a dia, pelas sucessivas cargas fiscais a que estão sujeitos.....

----- Esta proposta é mais uma de muitas taxas elevadíssimas que nos têm sido apresentadas, ao longo dos últimos anos, e que em nada contribuem para a fixação da população em geral, dos jovens e dos empresários. Esta proposta deveria servir para dar sinais, claros e inequívocos, de uma efetiva preocupação com as pessoas, colocando-as em primeiro lugar.....

----- Assim sendo, só nos resta votar contra a proposta apresentada. Muito obrigada.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.^a Deputada.....

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Pinheiro, do CDS/PP.....

----- **Francisco Pinheiro** – Em relação ao manter a taxa de 5% de IRS, é uma discussão que já tivemos, aqui, pelo menos, no último ano, que foi a primeira vez que eu aqui estive, e o resultado é sempre o mesmo: é manter os 5%, que é para distribuir pelos pobrezinhos. Nunca passamos disso, não sei se, na prática, é uma mais valia ou não. Agora, aquilo que me trás, aqui, realmente, o tema é igual à primeira intervenção. Nós virmos, aqui, discutir o orçamento e não poder fazer qualquer emenda àquilo que está no documento, o que, neste caso, vai trazer um prejuízo significativo, para os cidadãos de Bragança. Isto Porquê? – Porque, ontem, foi aprovado o Orçamento do Estado, e, com ele, uma alteração ao IRS, dependente do número de filhos das famílias, o que quer dizer que quem pagar IRS, em Bragança, e tiver um filho, poderia ter uma redução de 10%; quem tivesse dois, uma redução de 15%, quem tivesse três, uma redução de 30%, e, eu não sei se isso contou na vossa análise sobre este assunto.

----- **Presidente da Mesa** - Tem a palavra o Sr. Deputado Martinho Nascimento do PSD.--

----- **Martinho do Nascimento** – Boa tarde a todos. Reitero os meus cumprimentos. Uma intervenção rápida, só para dizer uma coisa. Eu acho que todos temos que saber do que estamos a falar, na questão da participação no IRS para o Concelho de Bragança, uma vez que esta nova Lei das Finanças Locais, apenas, se cinge, de facto, ao IRS em termos de participação variável, menos de 5%.

----- Eu já tive a oportunidade, neste fórum, de referir, de fazer as contas, fazer os cálculos, e acho que todos temos o dever e o direito de estar aqui, mas saber estar aqui, mas saber, exatamente, com o que lidamos, quando falamos.

----- Nós temos que saber, concretamente, que a redução de 1% na taxa de IRS, nesta participação, o que é que isso representa para os contribuintes, temos que fazer essas contas. Eu já as fiz, já as disse, aqui, num fórum anterior. Já referi, numa redução de 1%, estamos a falar de doze, treze, quinze euros, para uma família da classe média, num ano. Temos de saber, de facto, que é assim, e estarmos a dizer que deve haver aqui redução, seja de um até três por cento, nesta taxa, significa que, então, vamos considerar isto, para as famílias de mais posses, quando a maior parte das famílias carenciadas não pagam pura e simplesmente IRS, e é isto que está em

causa aqui. Há aqui uma redistribuição, há aqui solidariedade e ação social, ao ressarcir as famílias mais carenciadas, através de outras medidas como o Sr. Presidente da Câmara já teve, aqui, oportunidade de anunciar. É isto que está em causa, temos que saber exatamente qual é o montante que está em causa, qual é a coleta arrecadada no Concelho de Bragança, e saber que a redução de 1% dá “x”, uma redução de dois ou até 3% dá “x”, para uma família, o que é que isso representa, que impacto é que isto tem numa família da classe média ou superior. É isto que nos deve fazer refletir se, de facto, não deve existir, aqui, solidariedade e redistribuição, para as famílias mais carenciadas, e, negar isto, é extremamente evidente.....

----- Eu acho, até, que muitas câmaras municipais estão, aqui, a falar em redução desta taxa, apenas por uma questão de ser simpático na generalidade para com os munícipes. Eu penso que muitas, inclusivamente, nem se deram ao trabalho de fazer estes cálculos e ver o que é que isto resultava em benefício dos tais munícipes que dizem proteger. Muito obrigado,

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.....

----- Tem a palavra, agora, a Sr.^a Deputada Isabel Lopes do PSD.

----- **Isabel Lopes** – **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

“Sr. Presidente da Mesa

Srs. Secretários

Sr. Presidente da Câmara

Srs. Vereadores

Srs. Presidentes de Junta

Srs. Membros da Assembleia

Comunicação Social

Minhas Senhoras e Meus Senhores

----- Concordo completamente com as duas intervenções dos meus colegas de bancada, pretendendo com esta pequena intervenção dar a minha opinião sobre este assunto.....

----- A atual Lei das Finanças Locais, ao atribuir diretamente a cada município 5% do valor de IRS cobrado aos sujeitos passivos, com domicílio fiscal no respetivo

município, está a favorecer o orçamento dos municípios com mais população e com mais elevado poder de compra, acentuando as desigualdades entre municípios dentro do mesmo território nacional.....

----- Tendo em conta que 95% da receita de IRS é recebida pelo Poder Central, faz sentido que a redução do imposto em causa seja feita pela Administração Central, por dispor de uma margem suficiente e largamente maior, para o efeito e que as medidas de redução de IRS, neste âmbito, fazem sentido por parte da Administração Central, como medida de incentivo à fixação da população jovem num interior desertificado e cuja população é, cada vez mais, constituída por pessoas idosas.....

----- Com o distanciamento cada vez maior da crise onde estivermos mergulhados nos últimos anos seria um bom sinal de recuperação a Administração Central abdicar, nas regiões do interior, de uma parcela significativa, dos 95% que recebe do IRS, e assim criar uma medida justa de incentivo à fixação de jovens e menos jovens quadros, em espaços territoriais que são económica e socialmente mais deprimidos em relação com o cômputo geral do País.....

----- Considero assim, que é a Administração Central que deve abdicar de uma parte do IRS que recebe e não as Câmaras Municipais.”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.^a Deputada.....

----- Sr. Deputado Bruno Veloso, tem a palavra.....

----- **Bruno Veloso** – Eu confesso que todas as coisas sabemos fazer, e do que se trata, aqui, é de uma questão de divergência de princípios e de atuação, perante determinadas condutas políticas que têm, naturalmente, o seu significado. Naturalmente que isto é um significado que valerá o que vale para as classes mais desfavorecidas, muitas delas não pagam IRS, outras recebem menos, outras recebem mais. Mas há um conjunto significativo de premissas importantes que importa salientar. É que esse dinheiro que o Município podia, de alguma forma, redistribuir pelos seus cidadãos, era dinheiro que era gerado na nossa economia, e acho muito estranho, Anabela, que, enquanto representante, também, de uma entidade comercial, também tenhas perdido o sentido que também era mais dinheiro no próprio comércio local e tradicional, que isso iria gerar.....

----- Mas, também, Dr. Martinho, deixe-me que lhe diga uma coisa: para quem hoje de manhã, me dizia que ir para casa, deixar de trabalhar, ir ganhar quinhentos e dezoito euros, para passar a ganhar quinhentos e cinco, tendo uma redução de treze

euros, também me parece que, ao fim do ano, serão cento e trinta euros, que andar, mais ou menos, por cada família, atendendo a que se fosse feita e redistribuição de, aproximadamente, 3%, exatamente o mesmo valor, aí, de manhã, era insignificante, à tarde é o que é!.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.....

----- Estão esgotadas as intervenções.

----- Sr. Presidente da Câmara, pretende usar da palavra, ainda?

----- Tem a palavra, Sr. Presidente.

----- O Sr. Presidente prescinde.....

----- Ora, prescindindo, o Sr. Presidente, passamos à votação.....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM OITO VOTOS CONTRA, QUATRO ABSTENÇÕES E CINQUENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESENTA E SETE MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto?.....

----- Henrique Ferreira do MSP, tem a palavra para a sua declaração de voto.....

----- **Henrique Ferreira** – O MSP votou a favor. Primeiro - Porque a Câmara ouviu as nossas propostas do ano passado e pô-las em prática, distribuiu parte do dinheiro do IRS, para finalidades sociais. Agradecemos essa capacidade de ouvir.

----- Segunda razão - Porque, de facto, e secundando os argumentos já aqui aduzidos pelo Sr. Deputado Martinho Nascimento, e do próprio Presidente da Câmara, para mim o IRS devolver-me-ia, nas contas do ano passado, duzentos e quarenta e sete euros, mas à pessoa que tem um rendimento de quinhentos euros mensais, só lhe devolveria, nas contas do ano passado, dezasseis euros por ano.

----- Portanto, entendemos que a forma mais justa de atuar seria esta redistribuição do dinheiro por programas sociais. E, portanto, por estas duas razões, nós votámos a favor. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr.ª Deputado.....

----- Estão terminadas as declarações de voto.

----- Passamos, pois, ao ponto seguinte.

PONTO 3.2.5 – Documentos Previsionais para o ano de 2015: Grandes Opções do Plano e Orçamento......

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezassete de novembro do ano de dois mil e catorze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Octávio Augusto Fernandes, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2015: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

Pelo Sr. Presidente e em cumprimento da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se a aprovação documentos previsionais para o ano de 2015: Grandes Opções do Plano e Orçamento.

O referido documento integra em anexo, e para aprovação, o Mapa de Pessoal para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 28.º do Anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; a Autorização Prévia de Assunção de Compromissos Plurianuais nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e para os efeitos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; e a Autorização Genérica com limites à concessão de isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos, nos termos do previsto no n.º 2 e 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Mais se propõe que os documentos acima referidos sejam submetidos para aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com as alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente apresentou sumariamente os documentos previsionais, tecendo algumas considerações, nomeadamente sobre o montante de Fundos

Comunitários, estimado, sobre o Projeto de Reabilitação Urbana referindo-se ainda aos princípios orçamentais, tendo de seguida apresentado a seguinte intervenção:

Intervenção do Sr. Presidente

“Trabalhar com confiança e realismo, em diálogo e proximidade, mobilizando as energias e o saber da comunidade local, ativando a cidadania, a solidariedade e o sentido de pertença dos Bragançanos, por forma a consolidar as bases para o futuro sustentável de Bragança, será o nosso desígnio para o triénio 2015-2017.

No presente documento previsional foram definidas as prioridades de investimento e ações que consideramos serem exequíveis e estão em harmonia com a Missão do Município de Bragança e os objetivos estratégicos traçados (tendo por base a análise SWOT previamente realizada), sem comprometer o necessário equilíbrio financeiro das contas municipais, apesar da redução da carga fiscal (IMI), assentes em quatro pilares fundamentais: - Gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão; - Coesão Social; - Desenvolvimento Económico e Competitividade; Reabilitação Urbana.

Os recursos humanos, o ativo mais valioso do Município de Bragança, assumem um papel fundamental, pois são eles os verdadeiros obreiros desta casa e que, diariamente, dão o seu melhor em prol do bem comum, pelo que terão sempre uma atenção especial.

Na área social foi definido um conjunto de medidas que visam o desenvolvimento integrado do Concelho, centrado nas pessoas, que garante iguais oportunidades para todos e consequentemente a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente dos mais carenciados e desfavorecidos, através do apoio à construção de equipamentos sociais, cuja responsabilidade é das Instituições Particulares de Solidariedade Social, à realização de obras para a melhoria das condições habitacionais de famílias carenciadas, tanto na cidade como no meio rural.

Os apoios sociais escolares assumem uma grande importância e ajuda para as famílias, pelo que continuaremos a garantir a gratuidade dos manuais escolares, transportes e alimentação para todos os alunos carenciados enquadrados no escalão 1 e a redução de 50% para os alunos do escalão 2, do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

Evidencio o alargamento, pela primeira vez, dos apoios escolares ao escalão 3 (onde se enquadram muitas famílias com rendimentos mensais médios), através da comparticipação de 25% das despesas com alimentação e manuais escolares, para os dois níveis de ensino supra referidos, traduzindo-se numa despesa de cerca de 100 mil euros.

Ainda na área social, especial referência para a manutenção da redução de 70% no tarifário de água, saneamento e resíduos para famílias carenciadas e, ainda, neste âmbito, o apoio às famílias numerosas, medidas que consideramos serem amigas das famílias e da natalidade.

Também os jovens não foram esquecidos, porque consideramos que o futuro deste Concelho passará pela criação de melhores condições para a fixação e atração de jovens, com o objetivo de transformar Bragança num centro criativo e inovador.

O Desenvolvimento económico e o reforço da competitividade territorial de Bragança são prioridades a prosseguir no próximo triénio, através da implementação de um plano de ação que potencie a inovação, a criatividade, o espírito empreendedor e o sentimento de pertença da comunidade, reforçando a notoriedade de Bragança em Portugal e no Estrangeiro, criando mais riqueza e emprego para todos, nomeadamente para os mais jovens.

Destaque, neste âmbito, para o Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia Ecopark e a implementação do Programa de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano de Bragança, que assumirá um papel relevante na promoção turística do Concelho.

A Reabilitação Urbana é, igualmente, uma aposta para os próximos anos, aproveitando e canalizando os fundos do quadro comunitário “Portugal 2020” para a dinamização da Área de Reabilitação Urbana (ARU), recentemente criada, por forma a revitalizar o centro histórico da cidade, criando novas dinâmicas de população e atividade económica para esse espaço polarizador e estruturante da cidade.

As Juntas e Uniões de Freguesia, principais parceiros da Câmara Municipal e agentes locais de desenvolvimento e proximidade das populações, continuarão a ser apoiadas de forma significativa.

Com o contributo e envolvimento de todos, estou certo que construiremos um Concelho melhor, mais justo, solidário, competitivo, desenvolvido e coeso, que seja motivo de orgulho para todos os Bragançanos.”

Seguidamente o Sr. Presidente solicitou aos Srs. Vereadores que se pronunciassem sobre os documentos previsionais para o ano de 2015

Intervenção do Sr. Vereador, Octávio Fernandes

“Sendo as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015 um documento muito extenso e de bastante complexidade, estudar o *dossier* em três dias não é tarefa fácil.

Considerando também que estou em substituição e tenho estado um pouco afastado destas funções, tenho algumas dúvidas e questões que gostaria de poder esclarecer e sugestões a apresentar.

No ponto 7.4 sobre Reabilitação “Centro Histórico da Cidade”:

- Ter em atenção a ligação afetiva do brigantino com os testemunhos histórico-culturais, costumes e outras vivências;
- Ter em atenção a relação de conforto entre o nosso clima (de extremos) e as soluções arquitetónicas e materiais usados (texturas e cores).

No ponto 8 da página 21, 1.º e 2.º parágrafos:

- Registamos com agrado a ligeira redução do IMI. Foi equacionada a descida do IRS? Recomendamos a sua descida.

No ponto 9.2.4 da página 30, sobre Habitação Social:

- Quantos pedidos de habitação social se encontram pendentes?
- Existe previsão de entrega a curto prazo, quantas unidades?
- Qual o critério para entrega?
- Dado o período difícil que atravessamos, recomendamos uma especial atenção nesta matéria.

No ponto 9.2.5 da página 33, parágrafo 5.º, sobre o Meio Ambiente:

- Registamos com muito agrado a construção do Parque Urbano da Trajinha, contudo, perguntamos se o projeto tem garantias de financiamento?

No ponto 9.3.1 da página 45, 3.º parágrafo, a experiência diz-nos que, para além de criarmos determinadas condições, há necessidade de uma vigilância e fiscalização deveras apertadas e punição severa ao infrator (no que respeita à caça e pesca).

Lembramos que esta área tem um forte impacto no Turismo e conseqüentemente na economia da região. Merece uma atenção articulada de todas as entidades locais e não só.

No ponto 9.3.4, página 49, sobre Mobilidade:

- Rossas / Pinela, reforçamos a necessidade de execução urgente de obras dado o estado calamitoso em que a via se encontra. Para quando a adjudicação da obra?
- Como forma de prevenção, recomendamos que haja um plano articulado com as Juntas de Freguesia no que respeita ao corte de arvoredo nas margens da via de circulação (estradas e caminhos). Por vezes, em lugares perigosos (ravinas) é a vegetação que pode evitar uma tragédia em caso de acidente automóvel (despiste). Deverá respeitar-se uma faixa de segurança.

Ainda no mesmo ponto, parágrafo 14, sobre Estudo de viabilidade IP2/Bragança/Sanábria:

- Por ter lido ou ouvido, tenho vaga ou remota ideia de que os espanhóis terão manifestado pouco interesse nesta obra.
- Gostava que, dentro do seu conhecimento, me informasse do que melhor lhe aprouver, sobre o assunto e em que ponto da situação se encontra o estudo de viabilidade.”

Respostas do Sr. Presidente às questões colocadas pelo Sr. Vereador

De momento temos alguns pedidos de habitação social. Não dispomos de habitações sociais devolutas. Quando estas surgem, as mesmas são reabilitadas e são entregues, de acordo com os critérios aprovados no âmbito da Habitação Social.

O projeto do Parque Urbano da Trajinha, é um projeto para tornar o espaço mais atrativo e vivenciado pela população.

Sobre o Estudo de viabilidade IP2/Bragança/Sanábria, o que o Sr. Vereador ouviu foram as declarações do Alcalde de Puebla de Sanábria que o governo

espanhol está menos interessado do que o português, mas estamos unidos na construção desta ligação.

O Presidente do “Eixo-Atlântico” enviou comunicação à Ministra Ana Pastor a dar conta da necessidade de construção desta ligação, resultado da reunião da Comissão Executiva do E. A. realizada em Bragança.

Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

- Na página 12, relativamente ao enquadramento macroeconómico (ponto 5), acredita sinceramente neste quadro favorável para 2015?
- Na página 13, quanto às oportunidades (ponto 6.1.1), relativamente à capacidade de fixação e atração, acredita que para o futuro o concelho vai atingir este objetivo?
- Ainda na página 13, no mesmo ponto, acredita que estão criadas as condições no curto e médio prazos para o desenvolvimento de turismo de montanha e natureza?
- Relativamente à página 21 está escrito que se prevê “um ligeiro aumento das transferências para os municípios”. Na proposta do orçamento de Estado para 2015, qual o aumento da transferência para o Município?
- Solicitamos esclarecimentos adicionais ao Sr. Presidente relativamente ao penúltimo e últimos parágrafos da página 21, onde é abordado o Fundo de Apoio Municipal, relativamente ao seu funcionamento e aos montantes envolvidos.
- Na página 24 é descrita a vontade de “promover uma contínua articulação e espírito de colaboração com as Juntas e Uniões de Freguesia”. Para quando a transferência de competências para as Juntas de Freguesia?
- No ponto 9.2.1 – Educação, na página 24, é inscrita a vontade de instituir o prémio ao melhor aluno de cada ciclo de aprendizagem. Este prémio será atribuído por agrupamento ou para todo o concelho?
- Ainda na mesma página (24) e no ponto de Ensino Pré-Escolar, quantos quadros interativos estão colocados nos jardins de infância? Quanto custa cada um?
- Não fica clara a abrangência do projeto Sorrir Branquinho descrito na página 25. O projeto é para “novos jardins de infância”, tal como citado no texto, ou para todos os jardins de infância do concelho?

- Ainda na mesma página (25) no ponto que diz respeito ao ensino Básico está prevista a execução de despesa num valor total de 657.000 euros. Sendo que desse montante 400.000 euros são para aplicar em transportes escolares, acredita o Sr. Presidente que o montante remanescente, de 257.000 euros, é suficiente?
- Na página 28, no ponto Saúde, refere que uma das iniciativas será a da promoção de “caminhadas, assim como ginástica para a população sénior do meio rural”. Quantas freguesias estão a ser contempladas com este tipo de projetos?
- Ainda no mesmo ponto (Saúde) e na mesma página (28) houve já encontros com o Governo e com a Direção da ULS para a identificação do que deve ser requalificado e ampliado, “face ao atual cenário de alguma degradação de determinadas espaços e serviços”?
- Ainda no mesmo ponto (Saúde) e na mesma página (28) que contactos houve para que fosse criado “um Centro de Respostas Integradas e de um novo Laboratório Distrital de Saúde Pública”?
- Relativamente ao ponto 9.2.3 Ação Social, na página 29, porque não a redução de 100% para os manuais escolares, transporte e alimentação para todos os alunos carenciados dos 1.º, 2.º, e 3.º escalões do Ensino Pré-Escolar e Ensino Básico?
- Na página 31, no ponto 9.2.4 Habitação, é referida a vontade de “beneficiação de edifícios no Centro Histórico, para alojamento social de famílias jovens”. Em que moldes vai funcionar este tipo de habitação social?
- Os projetos apresentados para execução na página 31 no ponto 9.2.5 Saneamento, estão dependentes de apoios comunitários?
- Está assegurado que o preço da água não subirá com “gestão a passar para a ATMAD”, conforme descrito na página 32, no ponto 9.2.5 Águas?
- Para quando a construção de um pavilhão multiusos para as mais diversas valências?
- Está prevista a construção de campos de apoio ao Estádio Municipal?
- Na página 44, ponto 9.2.7 Juventude, está prevista a participação dos jovens carenciados do concelho nas Férias Desportivas e Culturais?

- Para quando a efetiva realização da Feira do Gado, tal como descrito na página 45, no ponto 9.3.1 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca?
- Ainda na mesma página (45) e no mesmo ponto (9.3.1 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca), a Norçaça, Norpesca e Norcastanha vai continuar nos mesmos moldes ou pensa incutir um novo impulso ao certame, juntamente com as Associações do Setor?
- Já começaram os contactos com a tutela para a “nova forma organizativa de exploração da Zona Nacional de Caça da Lombada”, tal como descrito na página 46, no ponto 9.3.1?
- Ainda na página 46, no ponto 9.3.1, a construção das barragens de Nogueira, Parada e de Macedo do Mato são apenas meros processos de intenções ou pensa que estes processos terão algum acolhimento junto dos organismos competentes?
- Em que consiste a “incubadora sem paredes”, descrita na página 47, no ponto 9.3.3 Estabelecimentos Industriais?
- Ainda no mesmo ponto (9.3.3) e na mesma página (47) que empresas já estão incorporadas no Brigantia EcoPark?
- A ampliação da Zona Industrial, descrita na página 48 ponto 9.3.3, continua dependente de apoios de fundos comunitários? Com esta ampliação, que futuro prevê para a Zona Industrial de Mós?
- Porque não isentar todos os investidores privados de derrama e de todas as taxas de licenciamentos, ao contrário do que proposto na página 48 no mesmo ponto, em que essa proposta de isenção é apenas fixada para o Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia EcoPark?
- Na página 49, no ponto 9.3.4 Mobilidade, é referida a repavimentação da EM 537 de Santa Comba de Rossas a Pinela. É um processo de intenções ou é mesmo para executar?
- A candidatura para a constituição de um Fundo Imobiliário, descrito na página 53 no ponto 9.4 Reabilitação Urbana, já está a ser trabalhada?
- A requalificação da Avenida João da Cruz, descrita na página 54 no ponto 9.4 Requalificação Urbana, é o mesmo projeto apresentado pelo anterior executivo ou estamos perante um novo projeto?

- Ainda na mesma página (54) e no mesmo ponto (9.4) refere a “instalação de serviços públicos no Centro Histórico”. Que outros serviços estão previstos serem instalados no Centro Histórico?
- Ainda na mesma página (54) e no mesmo ponto (9.4), em que moldes vai ser feita a requalificação do espaço público da Av. Sá Carneiro?
- Na mesma página (54) e no mesmo ponto (9.4), o que se pretende com a requalificação paisagística do Rio Fervença?
- No ponto 15 Colaboração com as Juntas/União de Freguesia, nas páginas 86 e 87, quais foram os critérios utilizados para a atribuição dos referidos montantes? Foram ouvidos os Presidentes de Junta?

Respostas do Sr. Presidente às questões colocadas pelos Srs. Vereadores

“Relativamente ao enquadramento macroeconómico se não acreditasse neste quadro favorável para 2015, com certeza não constaria do documento.

Quanto às oportunidades e relativamente à capacidade de fixação e atração, é um objetivo e acredito que para o futuro o concelho o vai atingir.

Sim, acredito que estão criadas as condições no curto e médio prazos para o desenvolvimento de turismo de montanha e natureza.

Tendo por base a proposta do orçamento de Estado para 2015, o aumento da transferência para o Município de Bragança (FEF, FSM e IRS) é de 746 996,00 euros.

O Fundo de Apoio Municipal, pretende apoiar os municípios com dificuldades financeiras. Contribuem todos os municípios e os que estão com dificuldades financeiras podem recorrer ao mesmo, como forma de se financiar. Para o Município de Bragança acarreta uma despesa total de 1.506.185,25 euros, até ao ano 2021, que será efetuada em 7 anos, conforme comunicação da DGAL cuja cópia lhe podemos fornecer.

A transferência de competências para as Juntas de Freguesia está prevista para o ano de 2015.

Sobre o prémio ao melhor aluno de cada ciclo de aprendizagem, ainda vamos definir os critérios, ou por agrupamento ou para todo o concelho. Quando estiverem

devidamente definidos os critérios, esse assunto será remetido para a Câmara Municipal para aprovação.

Sobre o ponto do Ensino Pré-Escolar, os dois Centros Escolares e os jardins de infância da Estação e Santiago estão equipados com quadros interativos.

O projeto Sorrir Branquinho de momento está desenvolvido nos “novos jardins de infância”, porque todos aderiram, mas vai ser alargado a todos os jardins de infância do concelho. Pretendemos ainda, que adiram à escovagem em contexto escolar.

No que diz respeito ao Ensino Básico, o valor inscrito deverá ser suficiente.

Das iniciativas de promoção de “caminhadas, assim como ginástica para a população sénior do meio rural”, aderiram 5 freguesias na parte do desporto e mais de 20 na parte das caminhadas, muitas vezes dependente da disponibilidade e interesse dos munícipes. Temos dado resposta às solicitações das freguesias.

No ponto da Saúde, sim já houve contactos com o Ministro da Saúde para que fosse criado “um Centro de Respostas Integradas e de um novo Laboratório Distrital de Saúde Pública”. Na altura resultou uma intervenção no bloco operatório, criaram-se as condições necessárias para o seu funcionamento. Dos contactos estabelecidos ao nível do Ministério, vamos ver se conseguimos dar um novo impulso a esta situação.

Relativamente à Ação Social, a resposta é para alunos carenciados do 1.º escalão. Numa atitude de justiça social não seria correto a atribuição para agregados familiares com rendimentos para suportar essas despesas. É preferível que quem tem possibilidades, capazes de suportar despesas com manuais escolares, transporte e alimentação e quem não pode, seja beneficiário de apoio social. O apoio do município já foi alargado até ao 3.º escalão do abono de família e estamos a abranger um leque grande de famílias apoiadas praticamente todas. Não temos capacidade para redução de 100% a tudo.

A beneficiação de edifícios no Centro Histórico, para alojamento social de famílias jovens, vai funcionar nos mesmos moldes para habitação social no sistema de renda apoiada.

Dos projetos apresentados para execução na área do Saneamento, apenas um está dependente de apoios comunitários, que é o do Matadouro Municipal, no entanto se a candidatura não for aprovada fá-lo-emos na mesma.

Relativamente às Águas e sobre a “gestão a passar para a ATMAD”, o objetivo é que não haja aumento do preço da água, é isso que defendemos sempre. No entanto não temos garantias que o preço da água não subirá.

Gostaríamos de concretizar a curto prazo a construção de um pavilhão multiusos para as mais diversas valências. Vamos tentar dispor de fundos comunitários para o efeito.

Não está prevista a construção de campos de apoio ao Estádio Municipal.

Está prevista a participação dos jovens carenciados do concelho nas Férias Desportivas e Culturais, como sempre esteve.

Como tem conhecimento, o processo do Recinto para a realização da Feira do Gado está em fase de licenciamento, enquanto não obtivermos autorização por parte das entidades competentes, não podemos efetivar a realização da Feira do Gado.

Os relatórios sobre a realização da “Norçaça, Norpesca e Norcastanha”, ainda não foram entregues pelos técnicos. Portanto de momento não dispomos de elementos para a questão apresentada. É sempre nosso objetivo melhorar os eventos em anos futuros. Com a realização deste ano, podemos sempre melhorar alguns aspetos no ano seguinte.

Sim, já começaram há algum tempo os contactos com a tutela para a “nova forma organizativa de exploração da Zona Nacional de Caça da Lombada”. Estes contactos têm vindo a manter-se. Até já foi apresentada uma proposta por parte do Município de Bragança para a gestão partilhada da Zona Nacional de Caça da Lombada com a tutela. Existe ainda alguma resistência da parte do ICNF e do Ministério.

A construção das barragens de Nogueira, Parada e de Macedo do Mato são processos a que os organismos competentes têm sido sensíveis. O Município de Bragança tem reivindicado e inclusive tem feito muitas charcas, para dotar o território com água, como meio de apoiar a agricultura.

O projeto “incubadora sem paredes”, consiste num espaço geográfico amplo, em que determinados empreendedores podem instalar os seus negócios onde pretenderem, em qualquer edifício disponível e aí desenvolver o seu projeto.

Ainda não temos empresas incorporadas no Brigantia EcoPark, mas existem várias candidatas, algumas para criação de novos empregos e outras já criadas.

A ampliação da Zona Industrial contínua dependente de apoios de fundos comunitários. O futuro esperado para a Zona Industrial de Mós é o crescimento em termos de empresas instaladas.

A proposta de isenção de todas as taxas de licenciamento é apenas para o Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia EcoPark. Quanto à derrama é um imposto que não é cobrado por este Município a nenhuma empresa.

A repavimentação da EM 537 de Santa Comba de Rossas a Pinela é para executar.

A candidatura para a constituição de um Fundo Imobiliário, está pensada e será trabalhada.

A requalificação da Avenida João da Cruz, é o mesmo projeto apresentado pelo anterior executivo. A requalificação da Avenida João da Cruz será sempre uma questão sensível, devidamente trabalhada para ir ao encontro dos anseios de todos. As alterações previstas no projeto para requalificação desta zona urbana, têm em vista uma solução conjunta, que vá ao encontro de todos. O objetivo é claro, melhorar aquele espaço.

Temos alguns serviços públicos previstos para serem instalados no Centro Histórico, que não passam, de momento, de intenções. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance, para a instalação de mais serviços públicos no Centro Histórico.

Ainda não está definida a requalificação do espaço público da Av. Sá Carneiro. Dispomos de um projeto muito ambicioso, vamos fazer arranjos de forma a tornar esta via numa avenida mais atrativa. Esta avenida já foi incluída na ARU, para que os condóminos e comerciantes possam beneficiar de apoios.

A requalificação paisagística do Rio Fervença, consiste em melhorar a margem direita do rio, junto ao Centro Ciência Viva de Bragança.

Foram utilizados os mesmo critérios dos anos anteriores para a atribuição dos montantes para as Juntas/Uniãoes de Freguesia, correspondentes a sensivelmente uma tranche do FEF atribuído às freguesias na LOE, ou seja um valor superior a 1/4 do valor anual do FEF. Não foram ouvidos os Presidentes de Junta.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Paulo Xavier, Cristina

Figueiredo e Gilberto Batista, e três abstenções, dos Srs. Vereadores, Victor Pereira, Octávio Fernandes e André Novo, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2015 – Grandes Opções do Plano e Orçamento, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter as propostas dos documentos, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos propostos e em conformidade com as alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para os efeitos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Declaração de voto Sr. Vereador, Octávio Fernandes

“No global, concordamos com todas as propostas contudo, parece-nos faltar um sentido estratégico de futuro, em grandes linhas estruturantes, de impacto no desenvolvimento sustentado do Concelho.”

Declaração de voto dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

“Este plano e orçamento foi gizado num cenário macroeconómico irrealista já que as previsões do governo são contraditadas pela OCDE que prevê para o ano de 2015 uma desaceleração no investimento e na procura externa.

A análise SWOT apresentada contém pressupostos irrealistas e duvidosos, nomeadamente a capacidade de fixação da população já que todos os dias assistimos à perda e saída de população, na procura de melhoria das suas condições de vida.

A referência que é feita às áreas protegidas com elevado potencial não deixa de ser caricato já que assistimos todos os dias ao degradar de infraestruturas, áreas pouco preservadas através de uma política de destruição e esquecimento do poder central da qual o Município de Bragança sempre se alheou.

Em relação ao número crescente de empresas que se têm instalado no concelho, isto revela uma visão deturpada, diríamos até irresponsável visto que o tecido empresarial tem sido devastado por insolvências e encerramento de unidades que deveriam preocupar dirigentes e políticos com responsabilidades acrescidas.

No que diz respeito aos equipamentos públicos a médio e a longo prazo podem tornar-se um sorvedouro de dinheiro que poderão ajudar a por em causa a sustentabilidade financeira do concelho.

Tudo isto, aliado aos pontos fracos mencionados, como sejam o envelhecimento da população, a escassez de emprego para os jovens, a falta de conclusão de vias de comunicação como a A11 – Zamora a Quintanilha, a ligação à A52 à Puebla de Sanábria, o saneamento de serviços públicos, bem como a falta de uma visão estratégica para o concelho pode levar-nos, no futuro, a prospectar um concelho adiado, envelhecido, despovoado e com perspectivas de futuro, infelizmente, pouco animadoras.

Analisando os objetivos estratégicos para os anos de 2015-2017, parece-nos que profundas melhorias terão de ser implementadas para a prossecução dos objetivos traçados, nomeadamente na gestão, organização interna e relacionamento com os cidadãos, em que outras políticas terão de ser implementadas para contribuir para o bem estar, o espírito de grupo e a união de trabalhadores e, também, para aumentar a satisfação dos munícipes em relação aos serviços prestados, como será importante alterar comportamentos relacionais e de cooperação com parceiros estratégicos, nomeadamente as Juntas de Freguesia.

Ao nível da coesão social um longo caminho terá de ser percorrido para promover um concelho solidário, inclusivo com oportunidades para todos.

Será fundamental que se leva a cabo uma política cultural, não somente elitista, mas também com incidência na defesa do património, das tradições, na elaboração de um roteiro concelhio que proporcione a quem nos visita um contacto com as raízes mais profundas de um povo com costumes, tradições e rituais seculares.

Será importante um maior investimento na educação e desporto com objetivo de ajudar a garantir um melhor futuro para os nossos jovens.

Para prosseguir os objetivos do desenvolvimento económico e de competitividade é fundamental levar a cabo políticas de atração de investidores, de apoio às pequenas e médias empresas, da criação de um gabinete de empreendedorismo e de inovação, de uma política de abaixamento de taxas e de impostos municipais.

Será fundamental também potenciar os recursos endógenos, apoiar a agricultura através de um gabinete de apoio ao agricultor.

Potenciar e desenvolver estratégias de turismo que potenciem a marca Bragança e não episódios pontuais que nada promovem e muito menos divulgam o nosso território.

Esperamos que ao nível da reabilitação urbana, nomeadamente a reabilitação do Centro Histórico, seja uma efetiva realidade a fim de proporcionar aos investidores e à população em geral oportunidades de negócio e atividades lúdicas e culturais.

Estamos perante um plano e orçamento que contém ideias seguidistas na continuidade do que vinha a ser praticado por este e o anterior executivo.

Existe um efetivo aumento de receitas provenientes das transferências para os municípios. Por outro lado, os impostos diretos, como o IMI, aumentam significativamente à semelhança dos anos anteriores, bem como as taxas, multas e outras penalidades. De notar também o aumento de participação no IRS, que o executivo teimosamente mantém para arrecadar para os seus cofres.

Com esta política de ausência fiscal de incentivos, pensamos que o caminho a percorrer se tornará penoso e em nada ajudará o desenvolvimento económico, social e à fixação de população no concelho.

Em termos de coesão social, dada a gravidade da situação que o país atravessa, seria de toda a conveniência apostar numa política de inclusão de apoio às famílias que se encontram em situações precárias. Aliás, em termos de educação, seria de toda a conveniência o alargamento do escalão A de forma a abranger mais alunos provenientes de famílias necessitadas que vivem situações prementes a todos os níveis.

Como será da maior importância rever e equacionar a política de aquisição de manuais escolares, como forma de chegar à grande maioria das famílias do concelho.

Será também da maior importância estabelecer mais parcerias e formas de colaboração com o Instituto Politécnico de Bragança a fim desta instituição se tornar efetivamente uma mais-valia para o concelho e para a região.

Em termos de habitação social julgamos que o plasmado no plano é pouco para a urgência de reabilitação de imóveis em franca degradação.

No que concerne ao ambiente e sustentabilidade não podemos deixar de notar pouca preocupação para com o setor do saneamento básico, visto que se fazem depender as obras de candidaturas aos fundos comunitários.

No setor das águas preocupa-nos os altos preços praticados que oneram ainda mais as famílias que podem vir a ser ainda mais afetadas com a passagem da gestão para a ATMAD com a conclusão de Veiguinhas.

Na atividade sanitária e veterinária municipal não encontramos neste plano diretrizes, estratégias, compromissos a fim de serem resolvidos os problemas de cães e gatos abandonados que têm preocupado associações e particulares e que publicamente têm dado conta da necessidade de construir um canil municipal.

Em termos culturais e desportivos julgamos que os montantes vertidos no plano são escassos dado que esta componente, devido à sua importância no desenvolvimento harmonioso dos cidadãos, mereceria outra atenção.

Seria necessário equacionar um novo espaço multiusos para a prática desportiva e redimensioná-lo para outras atividades de índole económica, social e cultural.

As férias desportivas e culturais terão de ser um instrumento de socialização, integração e inclusão dos jovens menos favorecidos e não uma fonte de receita para a Câmara Municipal. Assim como as festas académicas que terão de ser objeto de outros apoios e não apoios meramente logísticos e circunstanciais, dado que são dos eventos que mais pessoas trazem ao nosso concelho.

Na vertente desenvolvimento económico e competitividade, a fraca aposta na agricultura, pecuária, silvicultura e pesca revela a pouca importância dada a um setor que é fundamental para a nossa economia e coesão social.

No plano do comércio e indústria continua a não se vislumbrar uma estratégia de apoio aos comerciantes e industriais. Também não entendemos a contínua ausência de linhas de orientação para atrair empresas e investidores para se fixarem no nosso território. Como não está claro no plano se a ampliação da zona industrial das Cantarias está dependente ou não de apoios comunitários.

Parece-nos importante a continuação das reivindicações das ligações A11 – Zamora a Quintanilha e a ligação à A52 à Puebla de Sanábria.

No setor do Turismo, apesar de haver algumas melhorias na prossecução dos objetivos a atingir, julgamos que urge criar um plano sério, integrado e sustentado para promover a marca Bragança e potenciarmos uma vertente económica que nos possa ajudar a superar as dificuldades em que nos encontramos, criando riqueza, trazendo gente à região, ajudando a fixar pessoas, criando empregos.

Congratulamo-nos com a tentativa de reabilitação do centro histórico, tentando minimizar políticas de outros executivos que foram desastrosas para este casco urbano.

Uma palavra para as transferências e apoios à Freguesias que denotam a continuação de uma política de chapéu na mão, de subserviência dos senhores presidentes de junta, no fundo a discriminação do mundo rural em vez de se levar a efeito uma verdadeira e efetiva transferência de competências e capital como a lei determina. Nada que nos espante, dado que esta política de discriminação em relação ao mundo rural tem sido apanágio dos diversos executivos liderados pelo PSD. Aqui fazer um parêntesis para a forma desrespeitosa com que este executivo tem tratado as Juntas lideradas por executivos eleitos pelo Partido Socialista, nomeadamente a Vila Izeda, o que em nada dignifica quem ocupa determinados cargos públicos.

Uma palavra para a dívida do município que aparenta alguma sustentabilidade, mas que continua a enfermar de resolução do problema da faturação da água com a empresa ATMAD e também nos imbróglis jurídicos que o município tem para resolver e que, fazendo fé na estimativa do último relatório de contas, pode vir a trazer sérias dificuldades para o município.

Certamente que este plano não será nem nunca seria o nosso plano visto que defendemos linhas de orientação estratégicas para o município bem diferentes. Por tal motivo votamos abstenção.”

Declaração de voto do Sr. Vereador, Gilberto Batista

“Voto favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, aqui apresentados, porque os mesmos, são equilibrados e realistas quanto aos pressupostos em que assentam as medidas neles elencadas, sendo também

ambiciosos e geradores de projetos estratégicos e estruturantes para o nosso concelho.

Voto desta forma, por acreditar que com a implementação das medidas propostas, serão potenciados os recursos materiais e humanos de Bragança, no seu todo, de forma a alavancar o seu desenvolvimento e por verificar que estas Grandes Opções do Plano e Orçamento fomentam uma aposta clara na regeneração e reabilitação urbana, no apoio à economia social, na dinamização e animação da zona histórica, no apoio ao tecido empresarial existente, no apoio à criação de novas empresas, no empreendedorismo qualificado, na consolidação do nosso potencial turístico reforçando investimentos na promoção tanto interna como externa, no apoio ao mundo rural, na aposta em investimentos visando a poupança energética e a sustentabilidade, no apoio às Juntas de Freguesia, no aprofundamento das parcerias estratégicas com as Instituições dos diferentes níveis de ensino aqui sedeadas, nas agremiações de índole desportiva, cultural e social, e em dar continuidade ao nível dos serviços do Município às medidas que visam a sua modernização, administrativa, funcional e tecnológica.

O meu sentido de voto é consubstanciado pela análise detalhada do somatório dos números constantes no Plano de Atividades Municipais e no Plano Plurianual de Investimentos, e agregados nas Grandes Opções do Plano, onde verificamos que 41,72% serão alocados às funções sociais e 45,72% às funções económicas. O peso relativo atrás referido é importante porque dele transparece uma vontade muito forte de ajudar a sociedade no seu todo, particularmente os mais desprotegidos face aos difíceis tempos que vivemos. Por outro lado representa ainda uma consciencialização da importância de que se reveste o apoio ao desenvolvimento socioeconómico. O reforço da leitura conjuntural é dado pela verificação da variação de cada um dos agregados relativamente ao ano anterior e assim o investimento nas funções sociais cresce 52,07% e nas funções económicas cresce 45,52%.

Como nota conclusiva permito-me constatar e realçar com satisfação que este Orçamento é fiel ao programa eleitoral apresentado aos Brigantinos e sufragado em 29 de setembro de 2013 e por continuar a apostar prioritariamente na resolução dos

problemas das pessoas que são e continuarão a ser os verdadeiros destinatários do trabalho dos autarcas democraticamente eleitos.”

Declaração de voto da Sra. Vereadora, Cristina Figueiredo

“Voto favoravelmente os documentos em que estão inscritas as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o Município de Bragança relativas ao Ano de 2015, por considerar existir rigor na sua elaboração e os mesmos refletirem uma aposta contínua no desenvolvimento sustentado do concelho, devidamente adequada à atual conjuntura socioeconómica.

O documento contempla um conjunto de medidas que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, nomeadamente através do alargamento dos apoios sociais a instituições, a famílias carenciadas e, predominantemente, da ação social escolar.

Considero estarem refletidas as opções de uma gestão cuidada e realista, tão necessárias quanto exigidas no contexto atual.”

Declaração de voto do Sr. Vereador, Paulo Xavier

“O documento em apreciação demonstra de um ponto de vista estratégico os desafios que o município enfrenta nos próximos anos. Apesar das ainda fracas perspetivas económicas como se pode verificar pelos dados previsionais do OE para 2015, este Plano de Orçamento agora em discussão para o triénio 2015-2017, é exigente cuja adjetivação “Orçamento Real”, não deixando de ser ambicioso e um forte sinal de esperança, consegue na minha opinião salvaguardar as necessidades da população e ao mesmo tempo permitir uma redução da dívida existente.

Após uma análise ao documento, de uma forma geral podemos afirmar que:

- Estrategicamente o município possui suficientes pontos fortes potenciais exponenciadores de oportunidades, muito embora algumas ameaças, principalmente aquelas que não são controláveis na ação do executivo.
- Os objetivos estratégicos para 2015-2017 apresentam um desafio tendo em conta a situação económica de Portugal e da Europa, desafios esses que obrigarão a um total comprometimento por parte de todos os intervenientes, em particular os que têm responsabilidades em Câmara e por parte da população;

- As linhas de orientação municipais para 2015-2017, principalmente na vertente coesão social e Ação social, embora desafiadoras, refletem uma preocupação premente do executivo para com as famílias mais carenciadas do nosso concelho.
- Mostra também uma preocupação ao nível da oferta cultural, com a manutenção e dinamização de diversos eventos, que tem tido um reconhecimento por parte dos Cidadãos, como elemento diferenciador e fonte de valor acrescentado.
- Importa também referir o pendor reformista no que concerne à reabilitação urbana demonstrado com a valorização do centro histórico.

Salientar de forma incontornável a preparação para responder positivamente às prioridades do Município, nos desafios estratégicos “Europa 2020”

Finalmente e como referi anteriormente toda a vertente estratégica presente neste documento, fruto de uma gestão que aposta no rigor e na responsabilidade como caminhos essenciais à obtenção de melhores resultados, é conseguida, permitindo também uma redução ao nível da dívida do município.

Ao nível da gestão da dívida do município assiste-se a um esforço por parte do executivo para que esta diminua progressivamente. As previsões indicam uma redução da dívida global de 16,14%, estando parte desta redução associada à amortização de empréstimos a médio e longo prazo contratados antes de 31/12/2013.

Nesse sentido e graças a uma gestão criteriosa é possível verificar que não só o município se encontra abaixo do limite de endividamento imposto pela Lei n.º 73/2013, como foi possível para 2014 aumentar a margem da dívida para um total de 20%, existindo ainda uma margem por utilizar que ultrapassa largamente o 5M€.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 18 de novembro de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – Anexo II

Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal – 2015”

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente, tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** – Relativamente a este assunto, o documento que apresentamos, do qual farei uma apresentação breve, e é apresentado numa versão ligeiramente diferente daquela a que estávamos habituados, que se inicia com uma frase de um grande jogador de basquetebol, Michael Jordan, numa alusão ao espírito de equipa para se conseguir os melhores resultados.

----- É esse espírito de equipa e de apropriação da defesa dos interesses dos brigantinos que todos nós devemos defender, pois só unidos conseguimos ultrapassar as dificuldades.

----- Assim, no documento provisional para 2015, estão vertidas as prioridades de investimento e as ações que consideramos necessárias para continuarmos a afirmar Bragança no contexto regional e nacional sem pôr em causa o equilíbrio financeiro das contas do Município, pese, embora, se verifique uma redução da carga fiscal, nomeadamente do IMI, e se tenha uma grande atenção às questões sociais e às questões económicas.

----- O orçamento de 2015 tem um valor global de trinta e sete milhões, trezentos e vinte e oito mil e oitocentos euros, cerca de vinte e sete milhões, novecentos e quarenta e um mil e oitocentos euros são receitas correntes, nove milhões, trezentos e oitenta e sete euros são receitas de capital.

----- No que toca à despesa, as despesas correntes apresentam um valor de vinte e quatro milhões, seiscentos e sessenta e três mil e seiscentos euros, e as despesas de capital ascendem a doze milhões e seiscentos e sessenta e cinco mil e duzentos euros.

----- Verifica-se que as receitas correntes são substancialmente superiores às despesas correntes, com um diferencial na ordem dos três milhões, duzentos e setenta e oito mil euros, cumprindo a chamada regra de ouro.

----- Comparativamente com o ano de 2014, o orçamento de 2015 apresenta um crescimento de três milhões, quatrocentos e sessenta e um mil euros, isto é cerca de 10.22%.

----- Vou fazer uma breve apresentação do documento.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA | GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DO PESSOAL 2015

Vetores estratégicos de atuação 2015-2017

Gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão



Coesão Social

Reabilitação Urbana

Desenvolvimento Económico e Competitividade

----- Temos aqui definidas quatro áreas estratégicas para este orçamento: a gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão, a coesão social, a reabilitação urbana e o desenvolvimento económico e a competitividade.....



✓ Implementar, durante o ano de 2015, a Contabilidade de Custos que deverá evoluir para Contabilidade Analítica (custos e proveitos).

----- Na gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão pretendemos implementar durante o ano de 2015, a contabilidade de custos, também já aqui foi, por algumas vezes, abordada, e que deverá evoluir para contabilidade analítica na parte dos custos e dos proveitos.....



Gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão

- ✓ Garantir a sustentabilidade e equilíbrio das contas municipais, com redução gradual da dívida municipal e o cumprimento do prazo médio de pagamentos a 30 dias.
- ✓ Implementar um plano de formação ajustado às necessidades dos colaboradores de cada unidade orgânica.
- ✓ Continuar o processo de certificação, dos serviços do Município de Bragança, através do Sistema de Gestão da Qualidade.
- ✓ Reestruturar os sites do Município de Bragança.

----- Também garantir a sustentabilidade e equilíbrio das contas municipais, com redução gradual da dívida municipal e o cumprimento do prazo médio de pagamentos a 30 dias. Aliás, situação que temos vindo a manter como é sabido.....

----- Implementar um plano de formação ajustado às necessidades dos colaboradores de cada unidade orgânica.

----- Continuar o processo de certificação, dos serviços do Município de Bragança, através do Sistema de Gestão da Qualidade.

----- Reestruturar os sites do Município de Bragança.



Gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão

- ✓ Concretizar o procedimento de fatura eletrónica aos utentes dos serviços de água e saneamento.
- ✓ Desenhar e implementar uma nova identidade corporativa para a Marca “Município de Bragança”, mais arrojada, atrativa, moderna e funcional.
- ✓ Potenciar a participação cívica nas decisões municipais, através da implementação do orçamento participativo a partir do ano de 2016.
- ✓ Promover uma contínua articulação e espírito de colaboração com as Juntas e Uniões de Freguesia,

----- Concretizar o procedimento de fatura eletrónica aos utentes dos serviços de água e saneamento, já em fase de conclusão.

----- Desenhar e implementar uma nova identidade corporativa para a Marca “Município de Bragança”, uma marca que seja mais atrativa e mais moderna.....

----- Potenciar a participação cívica nas decisões municipais, através da implementação do orçamento participativo a partir do ano de 2016.....

----- Promover uma contínua articulação e espírito de colaboração com as Juntas e Uniões de Freguesia, principais parceiros do Município naquilo que tem a ver com o desenvolvimento.....



- ✓ Premiar o mérito, instituindo o prémio ao melhor aluno de cada ciclo de aprendizagem.
- ✓ Manter a gratuidade dos manuais escolares, transportes e alimentação para todos os alunos carenciados, escalão 1, e redução de 50% para os alunos carenciados, escalão 2, do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico.
- ✓ **Alargar ao escalão 3** os apoios sociais escolares aos alunos do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, comparticipando o Município 25% das despesas com alimentação e manuais escolares.

----- Premiar o mérito, instituindo o prémio ao melhor aluno de cada ciclo de aprendizagem.....

----- Manter a gratuidade dos manuais escolares, como já referi há bocado.....

----- **Alargar ao escalão 3** os apoios sociais escolares aos alunos do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, comparticipando o Município 25% das despesas com alimentação e manuais escolares e transporte.



- ✓ Reduzir em 70% o tarifário sobre o valor mensal da fatura de consumo de água, saneamento e os resíduos sólidos urbanos, para famílias com dificuldades financeiras.

- ✓ Apoiar as famílias numerosas, através do alargamento do 2.º escalão de consumo, limitando-o, no entanto, a um consumo máximo de 3m³ mensais por pessoa (Consumo de Referência), sendo uma medida amiga das famílias e da natalidade.

- ✓ Apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social e os Centros Sociais e Paroquiais, no esforço que estas vêm desenvolvendo para que Bragança se assuma como concelho solidário.

----- Reduzir em 70% o tarifário sobre o valor mensal da fatura de consumo de água, saneamento e os resíduos sólidos urbanos, para famílias com dificuldades financeiras.

----- Continuar a apoiar as famílias numerosas, através do alargamento do 2.º escalão de consumo, limitando-o a um consumo máximo de 3m³ mensais por pessoa.

----- Apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social e os Centros Sociais e Paroquiais, no esforço que tem vindo a ser desenvolvido pelo Município no que tem a ver com a rede social concelhia.



- ✓ Apoiar, financeira e tecnicamente, as Juntas e Uniões das Freguesias na execução de obras de melhoria e construção de centros de convívio, fundamentais para promover a salutar convivência e o reforço dos laços de amizade e união dos cidadãos do meio rural.
- ✓ Promover uma intervenção global e estruturada nos edifícios do Bairro Social da Coxa.
- ✓ Proceder, no âmbito da Operação de Reabilitação Urbana, à beneficiação de edifícios no Centro Histórico, para alojamento social de famílias jovens, contribuindo para a revitalização e dinamização desta área.

-----Apoiar, financeira e tecnicamente, as Juntas e Uniões das Freguesias na execução de obras de melhoria e construção de centros de convívio, fundamentais para promover a salutar convivência e o reforço dos laços de amizade e união dos cidadãos do meio rural.....

----- Promover uma intervenção global e estruturada nos edifícios do Bairro Social da Coxa, como já tínhamos referido.

----- Proceder, no âmbito da Operação de Reabilitação Urbana, à beneficiação de edifícios no Centro Histórico, para alojamento social de famílias jovens, contribuindo para a revitalização e dinamização desta área.



✓ Apoiar jovens carenciados no arrendamento de habitação, através da concessão de subsídio para comparticipação de parte ou totalidade da renda mensal.

✓ Reforçar os apoios no âmbito do programa de melhorias habitacionais prioritárias, com a importante colaboração das Juntas e Uniões de Freguesias, através da beneficiação das habitações de famílias carenciadas.

----- Apoiar jovens carenciados no arrendamento de habitação, através da concessão de subsídio para comparticipação de parte ou totalidade da renda mensal.

----- Reforçar os apoios no âmbito do programa de melhorias habitacionais prioritárias, com a importante colaboração das Juntas e Uniões de Freguesias, através da beneficiação das habitações de famílias carenciadas.



- ✓ Criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico e Social.

- ✓ Implementar a cooperação territorial transfronteiriça, através do AECT-ZASNET e do AECT León-Bragança (recentemente criado), com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do território.

- ✓ Colaborar com as cidades geminadas, através da realização de intercâmbios culturais, empresariais e outros.

----- No âmbito do desenvolvimento económico e competitividade:

----- Criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico e Social;

----- Implementar a cooperação territorial transfronteiriça, através do AECT-ZASNET e do AECT León-Bragança (recentemente criado), com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do território;

----- Também continuarmos a colaborar com a rede de cidades geminadas, que temos.



Desenvolvimento Económico e Competitividade

- ✓ Desenvolver o processo para a realização da feira do gado, no novo recinto de valorização de raças autóctones, em estreita articulação com as associações do setor, criando novas oportunidades de negócio para os criadores.
- ✓ Valorizar a fileira da castanha e os setores cinegético e piscícola, através da realização da Feira Norçaça, Norpesca e Norcastanha.
- ✓ Criar uma incubadora “sem paredes” no Centro Histórico.
- ✓ Abrir o Posto de Turismo Interativo, em rede com as lojas do Porto e Norte de Portugal, no Centro Histórico de Bragança.

----- Desenvolver o processo para a realização da feira do gado, que neste momento está em fase de licenciamento, e logo que esteja concluída iniciar-se-á a feira. --

----- Valorizar a fileira da castanha, através da realização de iniciativas, sendo que a mais importante é a Norçaça, Norpesca e Norcastanha.

----- Criar uma incubadora “sem paredes” no Centro Histórico.

----- Abrir o Posto de Turismo Interativo, em rede com as lojas do Porto e Norte de Portugal. Aliás, em construção, neste momento, junto ao centro de Arte Contemporânea.



- ✓ Criar as condições infraestruturais para a instalação de novas empresas ou a expansão das existentes, através da ampliação da Zona Industrial das Cantarias, criando condições para evolução para uma Área de Localização Empresarial (ALE).
- ✓ Executar obras de melhoria do Parque de Campismo Municipal, por forma a criar condições desejáveis de bem-estar e atratividade para os campistas.
- ✓ Promover iniciativas que visem a dinamização do comércio tradicional e animação do centro histórico.

----- Criar as condições infraestruturais para a instalação de novas empresas ou a expansão das existentes, através da ampliação da Zona Industrial das Cantarias.

----- Executar obras de melhoria do Parque de Campismo Municipal, neste momento em concurso.

----- Promover iniciativas que visem a dinamização do comércio tradicional e animação do centro histórico.



✓ Implementar o Programa Integrado de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano (em fase de elaboração) com o objetivo estratégico de reforçar o papel do turismo cultural em Bragança como indutor de atratividade, competitividade, sentimento de pertença e bem-estar, de acordo com 5 eixos estratégicos:



----- Implementar o Programa Integrado de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano em fase de elaboração, fase que tem como objetivo estratégico reforçar o papel do turismo cultural em Bragança como indutor de atratividade, competitividade, sentimento de pertença e bem-estar, de acordo com 5 eixos estratégicos:

Desenvolvimento Económico e Competitividade



-----A Mediação Turística e Qualidade do Espaço Urbano; Inovação e Empreendedorismo; Branding e Comunicação; Programação Cultural e Participação Comunitária e a Gastronomia, tornando Bragança mais atrativa, mais competitiva e também mais orgulhosa, se pensarmos que todos nós teremos que ter aquele sentimento bairrista, que eu acho estar um pouco ausente nas pessoas de Bragança..



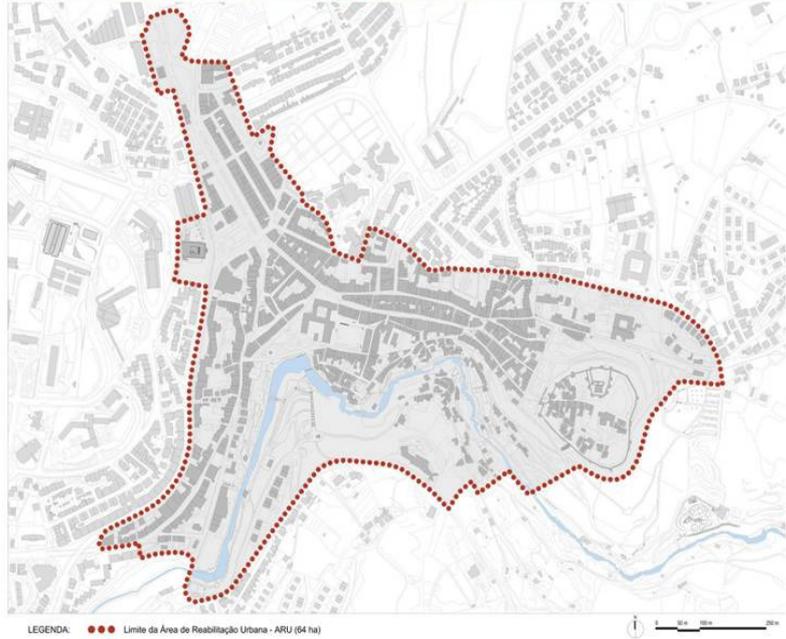
- ✓ Participar ativamente na promoção turística e dos produtos endógenos de Bragança em feiras nacionais e internacionais, envolvendo empresários e produtores do concelho.
- ✓ Realizar campanhas de promoção, em Portugal e Espanha, dos principais eventos a realizar em Bragança.
- ✓ Definir um plano de comunicação que tenha em conta distintos segmentos: munícipes, transmontanos residentes no exterior, visitantes e turistas, empresas e profissionais de turismo, criadores e prescritores (profissionais, estudantes e amadores), entidades públicas, setor privado e meios de comunicação social.

----- Ainda, continuarmos o processo de participar ativamente na promoção turística e dos produtos endógenos de Bragança em feiras nacionais e internacionais, envolvendo empresários e produtores do concelho. Aliás, um bom exemplo aquele que há bocado vos transmitimos, a participação dos empresários locais na feira em León. -

----- Realizar campanhas de promoção, em Portugal e Espanha, dos principais eventos a realizar em Bragança, com uma aposta clara naquilo que tem a ver com a divulgação e a promoção dos eventos, tudo aquilo que é concretizado na cidade.....

----- Definir um plano de comunicação que tenha em conta distintos segmentos: munícipes, residentes, pessoas que estão fora da diáspora, portanto todas as pessoas que possam dar um contributo para o desenvolvimento do Município.

Reabilitação Urbana



----- No âmbito da reabilitação urbana, esta é uma imagem daquilo que é a área abrangida pela área de reabilitação urbana.....



✓ Promover, através de fundos comunitários no âmbito do programa “Portugal 2020”, a constituição de um Fundo Imobiliário para apoiar o processo de Reabilitação Urbana no Centro Histórico, procurando assegurar a participação da iniciativa privada (proprietários, investidores, promotores imobiliários, entre outros).

✓ Adotar um pacote fiscal de incentivo à fixação de jovens casais e estudantes no Centro Histórico, no sentido de repovoar esta zona com jovens casais e famílias.

✓ Criar residências universitárias no centro histórico.

----- Promover, através de fundos comunitários no âmbito do programa “Portugal 2020”, a constituição de um Fundo Imobiliário para apoiar o processo de Reabilitação Urbana no Centro Histórico, procurando assegurar a participação da iniciativa privada. Obviamente que o Município, por si só, não tem esta capacidade de promover a realização urbana, fá-lo-emos, com certeza, naquilo que tem a ver com o património propriedade do Município e também no espaço público.

----- Adotar um pacote fiscal de incentivo à fixação de jovens casais e estudantes no Centro Histórico, no sentido de repovoar esta zona com jovens casais e famílias.

----- Criar residências universitárias no centro histórico. Vamos iniciar a construção, em 2015, de mais uma residência universitária, e há, ainda, outros projetos que têm a ver, futuramente, com a vinda de estudantes para o centro Histórico.



- ✓ Estimular a instalação de serviços públicos no Centro Histórico.
- ✓ Valorizar o espaço público favorecendo a circulação de peões e a existência de esplanadas ou animação.
- ✓ Apresentar candidatura a fundos comunitários para o período 2014-2020, no sentido de concretização de projetos estruturantes que permitam a dinamização e animação do Centro Histórico.

----- Estimular a instalação de serviços públicos no Centro Histórico, como já tem vindo a ser feito.

----- Valorizar o espaço público favorecendo a circulação de peões e a existência de esplanadas ou animação.

----- Apresentar candidatura a fundos comunitários para o período 2014-2020, no sentido de concretização de projetos estruturantes que permitam a dinamização e animação do Centro Histórico.

----- Em traços gerais, não querendo trazer dados numéricos, dados estatísticos, eles estão vertidos no documento que lhes foi apresentado, presumo que devidamente analisados por toda a gente, este é um resumo daquilo que são as ações principais, no sentido de atingirmos os objetivos que nos propomos desenvolver para que Bragança seja um Concelho mais coeso, mais competitivo mas também mais solidário.....

----- Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

-----Abrimos o período de inscrição para pedidos de esclarecimentos à Câmara de Bragança.

----- Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortes.

----- **António Pires** – Muito boa tarde, Sr. Presidente da Assembleia, Sr.^a Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, caros colegas, e Público presente.

----- Sr. Presidente, eu vi, ainda que com uma leitura breve, o Plano e Orçamento para o Ano de 2015. Há bocado, ouvi aqui falar que o saneamento está concluído em 90% do Concelho, mas, por exemplo, na minha freguesia nem sequer está a 30%. Eu queria perguntar ao SR. Presidente se ainda há alguma perspetiva, durante o seu mandato, ser feito ou não, porque as pessoas procuram-me todos os dias. Temos graves problemas com a salubridade, fossas que trazem resíduos para as ruas públicas, onde as pessoas passam todos os dias, as poucas que existem na Freguesia, mas queria deixar, aqui, esta pergunta ao Sr. Presidente.

----- Quería também deixar, aqui, outra pergunta ao Sr. Presidente, se me puder responder. Quanto ao melhoramento da água potável nas freguesias, não sei se é só competência da Câmara, se é da ADS. É assim, o Sr. Presidente sabia, que eu tinha-lhe reportado esta preocupação, o depósito da água, em Sortes, está em bastante mau estado. Eles foram lá, deram-lhe uma pintura por fora. Ficou mais apresentável, mas não significa o bom estado da água nem a sua melhoria, e continuamos com o mesmo problema, que ao mesmo tempo que está a introduzir diretamente a água na rede pública, sem qualquer tratamento, eu não tenho dúvida nenhuma. Foi por um descanso dessa água que, há dois anos, entrou a dita cobra na rede pública, que correu o mundo através da comunicação social. Aquilo continua mal, Sr. Presidente. Ou a Câmara ou a Junta ou alguém tem que fazer alguma coisa ou, então, cortar a água, para que não entre na rede pública.

----- Vi, também, escrito no Orçamento, uma possibilidade de alargamento da rede de transportes, foi aquilo que eu entendi. Entenderia mal!... - O nosso Presidente sabe, a minha Freguesia tem sido muito mal servida a nível de transportes públicos, porque a empresa que tem a concessão daquele transporte público já abandonou, ou porque foi obrigada, pareceu que, agora, o Governo quer fazer algo mais pelas freguesias e pelas aldeias mais despovoadas, através de um projeto, que eu sei que criou, que quer que todas as aldeias estejam dotadas de um meio de transporte

público, pelo menos uma vez por dia. Não sei se isso já foi aprovado, se não foi, mas ouvi falar nisso.....

----- Ou por ser obrigado ou por lhe cheirar que havia mais algum dinheiro, ele voltou e, neste momento, não estamos a ser mal servidos. Temos um transporte por dia, para Bragança, durante os dias da semana, ida e volta. Só que eu pretendia mais, pretendia que fosse ampliada a rede dos Stubs à minha Freguesia, até porque eu acho que fica muito mais caro aos munícipes e até, talvez, ao Município, o transporte feito através dessas empresas.

----- Hoje, um munícipe, que se desloca de Lanção para Bragança, paga quatro euros e outros quatro euros de Lanção para Bragança. Acho que é caro, porque, por seis euros, juntam-se quatro e voltam de táxi. E, depois, o Sr. que faz o transporte diz: - “não vale a pena porque as pessoas preferem ir de táxi do que ir no transporte público”. Pois preferem! Porque, depois, têm o táxi à hora que querem e têm o táxi outra vez à hora que querem, e, por uma diferença tão pequena, talvez não valha a pena. Era só isto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente da Junta.....

----- Sr. Deputado do PS, tem a palavra.

----- **Pedro Rego** – Sr. Presidente, umas breves perguntas relativamente a algumas dúvidas que permanecem.

----- Relativamente à página 46, ponto 9.3.1 – Sr. Presidente, tendo em conta o processo, ainda recente, de Veiguiñas, que está em fase de finalização, depois de tantos anos, e todos nós sendo conhecedores do processo moroso, que foi complicado, entende exequível, para o ano de 2015, e num espaço de um ano, a aprovação e/ou construção das Barragens para regadio de Nogueira, o melhoramento de Castanheira e de Macedo do Mato? - É uma opção de reivindicação para o triénio de 2015/2017? - Ou estes projetos são apresentados em orçamento apenas como intenções?

----- Página 46, ponto 9.9.3 – Sr. Presidente, explique-nos o que entende por “incubadora sem paredes no Centro Histórico”. Não entendemos. Pretende criar um cluster de empresas? - Salas com secretárias? - Onde? - Quando? - Como é feito? E, com que critérios, a escolha, quer das empresas, quer dos espaços? É este um programa e um brilhante Ecoparque para parentes pobres? - Entenda-se pobres, das micro empresas de empreendedores que queiram começar a sua atividade

empresarial, ou empresas sem qualquer dimensão e que não se enquadram nos requisitos do Ecoparque?

----- Esta incubadora está, de alguma forma, articulada com o novo gabinete de apoio ao empreendedorismo, ou são, apenas, dois projetos que se implementam, como é o costume, sem critério, sem planificação e sem estar integrados, ambos, numa linha de seguimento programático?

----- E a bolsa para jovens criadores, presente na página 44, que querem instalar no Centro Histórico, é também uma medida em articulação com o acima referido? - Está previsto que o novo gabinete de empreendedorismo assuma estas propostas isoladas?

----- Página 54, ponto 9.4 – Que tipo de melhorias estão previstas para a requalificação da Av. Sá Carneiro, uma vez que a verba apresentada em orçamento nos parece manifestamente pouca, para aquela que é a principal artéria da Cidade e as suas necessidades neste momento?

----- Existe algum planeamento, estudo prévio, das casas a recuperar, no âmbito do projeto de habitação social?

----- Existe uma perspetiva de espaço ocupado, ou seja, um estudo de redistribuição equitativa no espaço do Centro Histórico? – Será, conforme oportunidades que surjam de imóveis para beneficiação, ou está a planear um processo de guetização, aglomerando todas as famílias, apenas, numa rua ou zona do Centro Histórico? - Quais os moldes deste programa e quais os critérios para as famílias poderem concorrer?

----- Por fim, ponto 15 – Houve alguma reunião com os presidentes de junta, na preparação deste Orçamento?

----- Certo que houve algum critério para a atribuição de verbas para as juntas. Quais foram esses critérios?.....

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Donai, Luís Martins.

----- **Luís Martins** - Boa tarde, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Secretário, Sr.^a Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas Presidentes de Junta, membros da Assembleia, Público.

----- Eu queria, apenas, fazer uma consideração numa questão, ao Sr. Presidente da Câmara

----- Considero um bom Plano de Atividades, como já é hábito, em anos anteriores, dos executivos liderados pelo PSD, no qual o Sr. Presidente, Dr. Hernâni Dias fez parte. Um bom Orçamento é aquele que, no final do ano, tem uma boa execução orçamental. Mas existe, neste Orçamento, uma situação que me preocupa, como Presidente de Junta, que é a verba atribuída às juntas de freguesia, que tem uma redução de cerca de duzentos mil euros face ao ano anterior, salvo um esclarecimento que, certamente, me poderá fazer, bem como aos meus colegas. Sabemos os tempos em que estamos, sabemos dos momentos difíceis que atravessamos, mas não podemos esquecer que as juntas de freguesia são os principais elos de ligação às populações.

----- Tenho dito, obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.....

----- Tem a palavra, agora, o Dr. Júlio de Carvalho, do PSD..

----- **Júlio de Carvalho** – Boa tarde, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores.

----- Eu quero fazer três ou quatro perguntas, diretamente ao Sr. Presidente. Estamos na fase de perguntas, não é?.....

----- Primeiro ponto –Não vou debruçar-me sobre os problemas que eu considero mais relevantes, aqueles que mais me preocupam, neste momento, e as perguntas são estas, sobretudo no campo do desenvolvimento económico e competitividade:

----- Primeiro – Não será importante que a Câmara Municipal ou o Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico/Social, que ainda não está criado, mas, provavelmente, irá ser criado, não incida com grande rigor, com grande preocupação, com grande intensidade, na promoção do esclarecimento das populações locais, sobre as verbas que existem disponíveis, do Portugal 2020, que são cerca de oito mil milhões de euros, para que possamos contribuir para o desenvolvimento de Trás-os-Montes?.....

----- Não será importante promover, junto da comunidade internacional, nomeadamente Espanha e outros países da Europa e do mundo, e temos muitos investidores importantes, nomeadamente na América, no sentido de dizer que a

Câmara Municipal de Bragança dispõe de incentivos importantes no caso de instalação de indústrias em Bragança? Creio que é fundamental.....

----- Depois, ainda neste setor, eu queria só pedir ao Sr. Presidente, até porque sei que é um bom professor de Português, se, realmente, houve o cuidado de dizer aqui, logo na primeira linha, onde diz: - “ criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico e Social, órgão consultivo, independente de reflexão e consulta”. E nós queremos ter um órgão consultivo independente, de reflexão, e não um órgão consultivo independente de reflexão e tal, tal, ... Há aqui qualquer coisa que não está bem, Sr. Presidente, não terá intenção de retificar isto, em termos de português, que não está bem?.....

----- Outro ponto – Não será importante que o Sr. Presidente quando incentiva, eu achei curioso, o Sr. Presidente foi muito mais completo na instrução que fez aqui, do que no que está aqui, eu gostei mais do que expôs ali, do que o que está aqui, foi muito mais completo, muito mais conclusivo, mais rigoroso, mais objetivo. Agora, não será, pois, uma preocupação do Sr. Presidente, ou de quem redigiu isto, omitir uma coisa que eu acho que é importante? - Acho que têm medo! – Nomeadamente quando se diz, por exemplo, “incentivar e apoiar a realização de feiras e certames, nas freguesias rurais...” - Também está, aqui, um erro de gramática, mas pronto - porquê só nestas? - E se se criarem outras, nomeadamente nas freguesias, tal, tal ? - É muito bonito “nomeadamente”.....

----- Depois, o Sr. Presidente não acha que é redutor, quando fala aqui: - “valorizar a fileira da castanha e os setores cinegéticos e piscícola, através da realização da”. Sr. Presidente, não será redutor, também, só através da Norçaça? - Eu, que sou o Presidente de uma zona de caça associativa, vou passar a promover e a realizar os “ marouços”, porque não há coelhos.....

----- O Sr. Presidente está confrontado com vários pedidos dos presidentes das associativas, para os apoiar na valorização da piscícola e da criação de coelhos em Bragança.

----- Não acha que, realmente, devíamos.... “através, nomeadamente a realização...”. Acho que é muito redutor quando se diz: – “A Norçaça” - mais nada. Eu acho que nós temos que fazer muito mais, até porque, hoje é a caça, na Europa e em Portugal, já representou cerca de setecentos milhões de euros para o PIB. Em Espanha, há regiões que têm uma área inferior a Portugal e que têm uma receita de

mil e quinhentos milhões de euros, por ano. A caça representa, em Espanha, o quarto setor que mais contribui para o PIB Espanhol. Nós estamos na miséria, em termos de caça!-

----- Eu sei que o Sr. Presidente se tem empenhado nisto e, pelo menos, já prometeu, publicamente, que ia apoiar tudo aquilo que contribua para a valorização deste setor, que é importante para Portugal.

----- Estas são as perguntas que eu faço ao Sr. Presidente.

----- **Presidente das Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Francisco Pinheiro, do CDS/PP, tem a palavra para colocar as questões, que entenda, ao Sr. Presidente da Câmara.

----- **Francisco Pinheiro** – Sobre este documento, bastante modernizado, relativamente aos anteriores, está muito mais moderno, na análise “swot”, e uma série de dados, mas, de uma forma geral, fiquei bem impressionado com isso. Mas, de qualquer forma, continuo a ter algumas questões que me suscitam dúvidas e que gostava de falar nelas.

----- Em relação à habitação social - Existem à volta de quatrocentos fogos em Bragança, prevê-se construir algum bairro de habitação social? - É uma área que não está a ajudar as pessoas com mais dificuldades! – Portanto, o tal apoio social não contempla a criação desses fogos.

----- Em relação às águas e esgotos, já foi falado aqui, hoje, realmente, se chega a uma altura destas, em que é fácil ter noventa por cento das pessoas cobertas pelo abastecimento de água e rede de esgotos, uma vez que o fluxo das pessoas das aldeias para a cidade, que, praticamente, bastava estar quieto e isso ficava feito, não é? - Pela quantidade de obras que se propõem fazer, há, ainda, muitas aldeias e muitas pessoas que não têm o abastecimento de água e os saneamentos tratados, o que é preocupante.

----- Em relação à Barragem de Veiguiñas, que andamos, aqui, uma dúzia de anos, a falar sobre a Barragem de Veiguiñas, e eu não sabia, e a minha surpresa, que ela, logo que esteja concluída, passa a ser gerida pela ATMAD!... Isto já foi acordado em dois mil e um. Não sei se vocês sabiam. Eu tinha a ideia que isto era uma obra da Câmara Municipal. Com a publicidade que tem sido feita à gestão!... - A Câmara faz parte da ATMAD, mas eu pensei que isto era uma obra da Câmara Municipal. Portanto, desde dois mil e um, que se sabe que a gestão da Barragem de

Veiguinhas iria ser feita por outra entidade que não a Câmara Municipal, o que é preocupante.....

----- Em relação a uma estrada, que já no ano passado aqui esteve em discussão, que é a Estrada Municipal 537, Santa Comba de Rossas/Pinela, surge, novamente, aqui, na página 49. Diz, depois, na página 83, onde estão elencadas uma série de obras, nomeadamente a estrada Mós/Valverde/Paredes/ Grijó de Parada/Carocedo, em que aparecem estas estradas com uma verba atribuída, não aparece a estrada Santa Comba de Rossas/Pinela. Não sei se está nalgum ponto do Orçamento, que eu não vi com a devida atenção, mas voltam a propor a mesma estrada e continua a não aparecer um valor para a execução. O ano passado, aparecia, depois, não apareceu o dinheiro, este ano voltam a prometê-la. Espero que não tenham que esperar, quem dela se serve, e que é bastante gente, que não tenham de esperar até às próximas eleições.

----- Na página 61, no quadro 5, “Distribuição das receitas provenientes de fundos comunitários”, aparece, aqui, um projeto, que é – “Reabilitação Urbana Bragança Dinâmica”. Gostava de ter uma ideia de que projeto é que é, e julgo que toda a gente, também, porque não estou minimamente a par de que projeto é este, e tem uma verba considerável.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.....

----- Tem a palavra o Sr. Presidente, para proceder aos esclarecimentos solicitados.....

----- **Presidente da Câmara** - Relativamente aos pedidos de esclarecimento que foram solicitados, a resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortes, na parte do saneamento - Já noutras alturas, tínhamos dito que as redes de saneamento básico estariam dependentes de fundos comunitários para conseguirmos concretizá-las. Portanto, essa orientação não foi alterada, continuamos com essa orientação clara, estaremos atentos àquilo que vier a surgir nos avisos dos fundos comunitários para realizarmos mais redes de saneamento básico no meio rural.....

----- Não é só a questão de Sortes, essa é uma questão que poderia ser colocada por qualquer dos Senhores Presidentes de Junta que aqui está, que ainda tem algumas aldeias nas suas freguesias, que não têm construída a rede de saneamento básico.

----- Relativamente à questão da água na freguesia, é uma questão que estamos a acompanhar com atenção, aliás, da última vez que conversámos, os Serviços colocaram-se em campo para analisar bem esta situação, e qualquer problema que surja, resolvê-lo-emos, seguramente, de forma clara e eficiente, como é apanágio dos serviços do Município, juntamente com as entidades que, neste momento, fazem o tratamento da água.

----- De qualquer forma fica a nota, para acompanharmos mais de perto esta questão.....

----- No que toca ao alargamento da rede de transportes, como sabe, a linha da sua freguesia, está concessionada e por lei, o Município de Bragança não pode intervir em nenhuma linha concessionada, não podemos colocar um STUB, mesmo que o quiséssemos fazer, sob pena de estarmos a prejudicar o transportador.

----- As questões colocadas pelo Membro Pedro Rego, eu diria o seguinte:.....

----- O documento foi distribuído juntamente com a certidão. Tendo em conta que apenas uma questão é diferente das que estão respondidas, que foram colocadas pelos Senhores Vereadores do PS, no dia da apresentação do documento, eu remeteria as respostas para esse documento, e eu responderia, apenas, a uma questão que foi colocada e que não é igual, que é esta, se existe algum plano para reabilitação para a Zona Histórica e como se candidatam as pessoas para poderem ficar com as habitações sociais. Pois o plano está definido na área da reabilitação urbana, nós temos alguns edifícios, temos um aqui que adquirimos há bem pouco tempo, quase em frente ao IPDJ, na Rua Combatentes da Grande Guerra, e temos um outro nos Batoques. Não há um plano definido, eu percebi aquilo que o Sr. quis dizer, que era, se íamos comprar um talhão inteiro para reabilitar. Nós não conseguimos fazer, aliás, como sabe, já aqui falámos diversas vezes na dificuldade na aquisição de imóveis, aqui nesta Zona Histórica, pela impossibilidade que temos no contacto com os variadíssimos proprietários dos imóveis, temos vindo a receber, pontualmente, algumas propostas de venda de imóveis. Não vamos comprar imóveis apenas por comprar, só para dizer que estamos a comprar imóveis, e, depois, não temos o que fazer com eles, e também não queremos estar a adquirir problemas que são de privados, o Município não tem essa missão. Se tivermos, claramente, a indicação de que temos verbas para reabilitar este ou aquele imóvel, nós fá-lo-emos,

agora, não faremos a aquisição, pelo simples facto de fazer uma aquisição, faremos intervenções devidamente pensadas, se tivermos meios para tal.....

-----Agora, tudo indica que, no âmbito da área de reabilitação urbana, que foi criada, haverá fundos comunitários para realizarmos importantes ações de reabilitação, seja ao nível do edificado, seja ao nível do espaço público.

-----Como se candidatam? – Exatamente como fazem agora, as pessoas têm que se candidatar, apresentando um documento ao Município de Bragança, que irá ser analisado pelo Serviço de Educação e Ação Social, que, após a análise, entrará num pacote, de pessoas que fazem esse pedido, e que são atendidas por ordem de priorização definida pelos Serviços.....

-----No caso dos Jovens, na medida que falámos há bocado, tinha a ver com o apoio ao arrendamento de jovens casais, em dificuldade, este é um processo, que neste momento, não tem Regulamento definido, é uma iniciativa que ainda não está devidamente clarificada, e que trabalharemos agora, para que, depois, possamos avançar.....

-----Relativamente à resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Donai, a verba atribuída às juntas de freguesia, constante neste Orçamento, é, efetivamente, inferior, é, e isso não significa que não estejamos a dar a atenção necessária às nossas juntas de freguesia, às juntas de freguesia do Concelho, não é isso que estamos a fazer, tão simplesmente, entendemos que seria necessário, neste Orçamento, já nesta fase inicial, conseguirmos disponibilizar verbas para um arranque imediato, no início do ano, e em abril, quando apresentarmos, aqui, as contas relativas ao ano de dois mil e treze, porque transitaremos com um saldo positivo substancial, seguramente superior a três milhões de euros, nessa altura afetaremos as verbas necessárias às rubricas, que, neste momento, não estão sub-orçamentadas, mas estão com valores inferiores. E, no caso das juntas de freguesia, obviamente que serão contempladas com o reforço da verba resultante do saldo do exercício de dois mil e catorze para dois mil e quinze.....

-----Para o Dr. Júlio de Carvalho – Queria dizer-lhe que as suas considerações foram registadas. Não significa que aquilo que escrevemos, fosse redutor, isto é, que quiséssemos, e mais nenhuma. Provavelmente, no próximo orçamento estaremos a apresentar, em vez de meia dúzia, apresentaremos quinze ou vinte, ou uma dúzia, aquilo que for.....

-----Na questão da caça, também, não é que os recursos cinegéticos e piscícolas que tenham que ser atendidos e valorizados apenas e só com a realização da Norçaça, Norpesca e Norcastanha; mas esta é a iniciativa que mais visibilidade e mais tem dado a estes recursos..

-----Para o Membro Francisco Pinheiro. Relativamente ao bairro social - Se estamos a pensar construir um bairro social? Não, não estamos. E também não estamos a pensar fazer nenhum gueto, os bairros sociais é que podiam ter esse problema, a ideia é que, na medida do possível, consigamos alojar famílias, mas não juntá-las todas no mesmo sítio, para não potenciarmos problemas que daí possam advir.

-----Água e esgotos – Já falei, já disse, há bocadinho.

-----Relativamente à ATMAD e à construção da Barragem de Veiguiñas, é verdade que este acordo foi assinado em dois mil e um, foi um acordo assinado entre todos os parceiros das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, que são cerca de trinta e quatro municípios, juntamente com o Governo, as Águas de Portugal.

-----Nós, neste momento, temos o nosso consultor jurídico a estudar este assunto, por forma a que, numa situação de negociação deste documento, tenhamos argumentação suficiente e devidamente estruturada, para que não sejamos prejudicados neste processo.

-----A estrada de Rossas/Pinela – Em dois mil e quinze teremos que ter a estrada de Rossas/Pinela repavimentada.....

-----O projeto “Bragança Dinâmica” também entra na área de reabilitação urbana, portanto, é tudo aquilo que nós pudermos fazer, quer ao nível da reabilitação, quer ao nível da dinamização económica, cultural, desportiva, dentro da Zona Histórica. No fundo é criar um pacote de iniciativas e criar eventos que dinamizem a Cidade de Bragança.

----- **Presidente da Câmara** - Sim, o objetivo é fazer candidaturas, sob pena de, nós, não termos capacidade financeira para executar as atividades que estão previstas.

----- Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Intervenções?.....

----- Damos, já, a palavra a Pedro Rego, do PS, para a sua intervenção.

----- **Pedro Rego** – Muito obrigado, Sr. Presidente, uma vez mais, pela palavra.....

----- Confesso que fiquei um bocado confuso, agora. Mais uma vez, isto, hoje, não está fácil. Muitas vezes, quando os presidentes de junta lhe pedem algum apoio financeiro para alguma obra, é recorrente a resposta do Sr. Presidente a dizer que não há dinheiro. Tem tanto dinheiro em Tesouraria e não há dinheiro para obras nas juntas! Sinceramente, não percebo!.....

----- Depois, relativamente às perguntas que eu formulei, como a frase que apresentou do Michael Jordan, também o Grupo Municipal do PS, em articulação com a Concelhia, e em articulação com a Vereação, nós fazemos o nosso trabalho em conjunto, por isso é obvio que as perguntas de uns também possam ser as perguntas de outros. E, se as faço aqui, novamente, é porque, de facto, consultei essa certidão, consultei as respostas do Sr. Presidente e não fiquei suficientemente elucidado, para poder ter uma opinião sobre elas. Por isso, as reformulei outra vez. Não sou acéfalo de pegar num documento e vir aqui fazer as mesmas perguntas, novamente, só por fazer. Quero fazer essa chamada de atenção.....

----- Relativamente a esta intervenção, Sr. Presidente, com todo o devido respeito, não acredito neste Orçamento. Não acredito em muitas das opções do Plano, por causa, inclusive, da sua exequibilidade, e por causa, inclusive, que pode ser um Orçamento de uma mão cheia de nada. Não faz parte das medidas que a Câmara pode designar como competências próprias, fazem parte, a maior parte delas, de projetos que têm que ser candidatados a fundos, para serem exequíveis.

----- De tal forma, considero, também, este Orçamento ferido de exequibilidade numa perspetiva económico-financeira, pois assenta em pressupostos macro económicos previstos pelo Governo, mas contraditos pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). E que experiência temos já em acertos nas previsões deste Governo! - Não é? É que não acerta uma.

----- Mas é de tal forma curioso, que, mesmo na justificação macro económica deste Orçamento, a Câmara começa, com pompa, a prever um crescimento nas exportações, e um crescimento de 1,5%, para, depois, escorregar na realidade. E passo a citar: - “o consumo público deverá diminuir 0,5% no próximo ano, e um crescimento do emprego ligeiramente inferior ao de dois mil e catorze”.

-----A acrescentar, entendemos que a análise “swot” não tem pressupostos muito duvidosos e que, diariamente, podemos verificar que assim não acontece, como, por exemplo, a referida capacidade de fixação da população, uma vez que é, absolutamente notório, o constante despovoamento das saídas para o estrangeiro e para outras zonas do país. Depois é, tremendamente, difícil arranjar trabalho no Concelho. E basta que, aos fins de semana, passeemos pela Avenida Sá Carneiro, para constatar um esvaziamento total da Cidade. Ruas desertas, uma Avenida sem movimento, já para não falar de outros pontos da Cidade, como a Praça da Sé. Estamos perante, talvez, a mais grave espiral negativa, no que respeita à sustentabilidade social e económica da nossa Cidade e do nosso Concelho. Pois, parece-me falacioso apresentar, como ponto forte, numa análise “swot”, a fixação da população, até porque, cada dia que passa, o Governo fecha mais um serviço no Concelho ou no Distrito, levando a que as pessoas sejam levadas a procurar novos locais para trabalhar ou, inclusive, como já hoje falaram, às situações de mobilidade. Não me parece que haja tecido, empresarial ou estatal, suficiente para acolher pessoas que perdem o seu emprego.....

----- Depois, é com alguma relutância e muita estranheza, que vejo, neste Plano, as grandes opções para o Turismo, e a planificação do que será o investimento neste setor. Planificação, não! - A falta dela! - Leio, com admiração, a referência ao elevado potencial das áreas protegidas, e que, num curto/médio prazo, a riqueza da fauna e flora seja uma marca de referência privilegiada. Leio com muita admiração.....

----- Então, e a flora e a fauna nasceram agora?.....

----- O que aconteceu com o viveiro das trutas?.....

----- O que aconteceu com dezenas de infraestruturas que estão completamente abandonadas e vandalizadas? – Estruturas, diretamente, ligadas a esta riqueza que refere. Sim, também sei bem que a maior parte delas são estruturas do Estado, mas que esta Autarquia abandonou completamente, não intervindo, não procurando soluções, nem impondo, politicamente, que esse abandono não se efetuassem.....

----- Sim, nesse cenário, poderíamos pensar mais além, mas não é o cenário que temos. E, neste aspeto, em vez de avançarmos, regredimos!... ..

----- Depois, outro assunto se coloca: – Quais as diligências que já foram tomadas para que haja uma parceria e uma cooperação dos órgãos do Estado, nomeadamente

do ICNF, no que respeita a essa possibilidade de potenciar, turisticamente, essa riqueza, uma vez que estamos a falar de zonas protegidas.....

----- Por isso, Sr. Presidente, é com esta admiração e desconfiança que me inteiro das suas propostas nesse setor, porque não são exequíveis em curto prazo, e, dificilmente, em médio prazo, embora aceite, e sempre defendi que sim, que são uma oportunidade para a Cidade e para o Concelho.....

----- Custa-me, também, Sr. Presidente, ver, neste Orçamento, um aumento da receita, que é devido, sobretudo, ao aumento de receitas, no que respeita às contribuições das famílias, como o aumento do IMI, do IRS, e, também, as taxas, multas e outras penalidades, à semelhança dos outros anos, inclusive. Isto, em nada ajuda a população, e o aumento das contribuições, por parte dos cidadãos, em detrimento de uma política de isenções fiscais, e vem agravar, não só a situação financeira das famílias, como também não contribui, de forma alguma, pelo contrário, para que haja incentivos e atrativos para podermos atrair a população.....

----- É, em jeito resumido, um plano e uma estratégia reflexo dos anteriores anos, nada mudou. Muito pouca importância se dá à situação económica e social. Não existe preocupação numa política de inclusão, no apoio às famílias. A principal preocupação é que o dinheiro entre nos cofres camarários.....

----- Estaremos, também, muito atentos no que respeita à reabilitação das habitações sociais, pois, parece-nos muito pouco, o apresentado, relativamente às necessidades reais de intervenção nos pólos da Coxa.

----- Estaremos muito atentos, e estamos, também, bastante preocupados com o processo de passagem de gestão das águas para a ATMAD, na medida em que não se assegura, de forma alguma, que não vai haver uma subida do preço da água, situação essa que seria mais uma machadada na economia da população.

----- Sr. Presidente, refiro, também, que não encontro, neste Plano, nada que se refira à atividade sanitária e veterinária municipal. O problema dos animais abandonados poderia ser discutido e encontrada uma solução, com associações locais. É, pura e simplesmente, esquecido.

----- O canil intermunicipal, pura e simplesmente, não se afigura como solução, é altamente inviável, e tem causado mais transtornos que soluções. Não se criam soluções, não se dão ajudas para que as associações locais possam ser dotadas de soluções para travarem e minimizarem o problema dos animais abandonados. E

temos cidadãos comuns altamente motivados no que respeita à recolha e posterior adoção de cães e gatos!.....

----- Não entendo este desfasamento entre o que deve ser o promotor da resolução de um problema e os intervenientes que poderiam resolvê-lo.

----- No que respeita ao comércio e indústria, continua a não se verificar nada de planeamento nem estratégias de apoio. Não se entende a falta de uma linha de orientação para a atração de empresas e investidores.

----- E, neste ponto, tenho que falar no famoso “Brigantia Ecoparque”. Este projeto teve o início em dois mil e nove. Foi, depois, avalizado e iniciou-se a obra em dois mil e onze. Devolvidos três anos, pergunto: – Qual é a ocupação do “Brigantia Ecoparque”?.....

----- E, ainda, pergunto: - Quantos pedidos houve? - Qual é a ocupação efetiva? - Quantas empresas, exteriores ou locais, foram conseguidas para operarem no “Ecoparque”?.....

----- Em três anos de obra, e em cinco anos de vida do projeto, o melhor que a Câmara Municipal consegue é trazer uma ocupação de 25%, no primeiro ano? - E faz-se este investimento todo para empresas, talvez, elitistas? - Ou de uma montra bem maior que o simples jovem empreendedor, e depois entrega-se ao jovem empreendedor uma incubadora sem paredes? – Sim, bem sei, talvez não estejamos a falar do mesmo tipo de empresas, mas isto espelha bem o quanto se pensam as obras, nesta Cidade.

----- Faz-se um “mostro” para andar a pedinchar às empresas para o ocuparem, e criam-se incubadoras sem paredes, para dezenas de jovens empreendedores que bem necessitam de um empurrão, uma ajuda, mas uma ajuda como deve ser, e digna de se chamar “ajuda”. Isto, apenas, para demonstrar e espelhar a realidade da falta de planeamento e do desconhecimento das reais necessidades da Cidade. Mesmo assim, não estou contra o “Brigantia Ecoparque”, nem contra a incubadora sem paredes. Confesso, aqui, que gostava mais do antigo nome, os “clusters empresariais”, pois, ao pensarem em algo sem paredes, num clima como o nosso, nesta fase de inverno, não é nada simpático. Até entendo que são, ambos, necessários, não entendo é esta distinção, tão grande, de prioridades, e de grandeza de projetos. Um é o filho rico, com um investimento enorme. O outro? – O outro fica

sem paredes, e arrumamos os empreendedores, ao molho, numas salas com luz, internet e umas secretárias.....

----- Mas, uma palavra positiva, no que respeita à preocupação da reabilitação do Centro Histórico. De facto, é, já, tempo de corrigir um dos maiores erros dos últimos quinze anos e que culminou com o estado ao que chegou o Centro Histórico. Corrijam esse passado. Uma palavra de alerta e de muita preocupação, no que respeita à dívida, que poderá ser acumulada com os casos jurídicos pendentes, que poderá vir a trazer sérias dificuldades ao Município, que aparenta alguma sustentabilidade.....

----- Por fim, lamento profundamente que as juntas de freguesia não sejam ouvidas na elaboração do que é, tão só e somente, o Orçamento da Câmara, para o Concelho.

----- Fico, também, sem saber o que pensar quando vejo, no texto, altos elogios às juntas de freguesia, à sua importância, e, ainda hoje, foram reafirmados os seus valores, e, depois, vejo derramado no Orçamento um investimento de dez milhões para a Cidade e um milhão para as freguesias rurais, em números redondos.....

----- É esta a importância, então, tão grande, que têm as freguesias rurais? São elas merecedoras de tanta desigualdade no investimento?.....

----- Depois, uma palavra para a forma como se aborda a questão dos apoios para as juntas. Continua a política de pedir com o chapéu na mão. O subalternismo da subserviência e de mendigar os dinheiros, poucos, para umas obras a executar nas freguesias. A forma como os presidentes de junta são tratados, revolta-me. Pois, o exigir de projetos, faturas de despesas, relatórios, contas, e continhas, para ir buscar uns míseros trocos, para compor uns asseios, umas tubagens ou umas ruas das suas freguesias, não só lhes atribui um atestado de incompetência, a eles e a todo o Executivo, como, também, os diminui e os obriga a uma subserviência indigna de um elemento eleito pelo seu povo, para representar e gerir os assuntos da Freguesia. Espelho disto, também há pouca preocupação, deste Executivo, em iniciar a transmissão de competências para as juntas, ao abrigo da Lei n.º 75. Haja dignidade neste processo! – O escrever, textualmente, no documento que apresenta o Orçamento e o Plano, que – “As verbas, no quadro seguinte, apenas são transferidas com base na justificação prévia de aplicabilidade, em investimentos concretos e validados pelo Executivo Municipal, havendo a obrigatoriedade de entrega dos documentos justificativos de despesa e o pagamento”, diz tudo!.....

----- Espero, também, que seja dado igual tratamento de análise dos projetos apresentados, e que a viabilidade destes, e conseqüente aprovação, não seja obtida com critérios de cor partidária, e sim assumindo o compromisso de igualdade perante todas as freguesias.....

----- Termino como comecei, perante este Orçamento apresentado, não acredito nele, não acredito que seja o melhor Orçamento para Bragança, e reafirmo que assenta em pressupostos económicos e candidaturas que não estão dependentes da Câmara Municipal. Por ser o primeiro Orçamento digno do nome e, verdadeiramente, o primeiro Orçamento deste Executivo, uma vez que o anterior foi dias após as eleições autárquicas, damos o benefício da dúvida e abtemo-nos, embora não concordando com ele.....

----- E, mesmo para terminar, Sr. Presidente, no seu manifesto eleitoral anunciou, com pompa e circunstância, que iria criar a marca “Bragança”, e que seria uma marca forte, iria criar um atrativo para turistas e para um aumento de população.

----- Devolvido mais um ano, onde está essa marca? - Julgava eu que já estaria pensada e pronta a executar.

----- E, uma nota, não sou a favor, nesta altura, de grandes obras, mas identifico uma, que falta a Bragança, há muitos anos, um pavilhão multiusos que albergue desporto e organizações de feiras e outros eventos, como colóquios, etc.

----- Com tristeza, vejo que, mais uma vez, essa obra nem sequer está pensada.

----- Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.....

----- Chamamos, agora, para a próxima intervenção, Dr. Martinho do Nascimento do PSD.

----- **Martinho Nascimento – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Sr. Presidente da Assembleia.....

----- Srs. Secretários

----- Sr. Presidente da Câmara

----- Sr. Vice-Presidente

----- Srs. Vereadores.....

----- Srs. Membros da Assembleia

----- Eis-nos perante as Grandes Opções do Plano e Orçamento municipal para o ano de 2015, num contexto envolvente de crescimento não obstante as

dificuldades estruturais de um território de baixa densidade e envelhecimento populacional que debilita a evolução e o fortalecimento do tecido económico. ...

----- Começo por dar os parabéns ao executivo camarário pela elaboração de um documento bem estruturado, globalmente coerente, consentâneo com os objetivos estratégicos previamente definidos e devidamente enquadrado com o que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

----- Do que decorre igualmente do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, o princípio do equilíbrio orçamental é assegurado neste orçamento, sendo que a receita corrente bruta cobrada é superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos de acordo com aquele regime financeiro.

----- Em termos fiscais, mantém-se a isenção do pagamento da derrama para empresas facilitando e agilizando o tecido empresarial e reduz-se a taxa de IMI em cerca de 4,5% favorecendo as famílias.

----- De salientar que o regime jurídico de recuperação financeira municipal, que regulamenta o Fundo de Apoio Municipal, vem incidir negativamente sobre o orçamento deste município, atenta a gestão rigorosa, mas que por um princípio de solidariedade com os municípios endividados se vê na obrigatoriedade de contribuir financeiramente, no valor de 1.506.185,25 €, até 2021.

----- Este documento estratégico assenta em princípios orientadores como:

- A gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão;
- A coesão social;
- O desenvolvimento económico e competitividade;
- A reabilitação urbana.

----- O plano de atividades e investimentos de cada uma das temáticas levaria a uma descrição inumerável e interminável no âmbito desta sessão.

----- Destaca-se, na coesão social, uma preocupação do município em reforçar a solidariedade e a inclusão social, desde a educação com o ensino

pré-escolar, básico e de adultos, passando pela saúde à ação social, habitação social, ambiente e sustentabilidade como o saneamento de águas residuais, o reforço, armazenamento e tratamento de águas, da preocupação com o meio ambiente na valorização dos resíduos sólidos, melhoria paisagística, requalificação de espaços urbanos, tratamento e conservação florestal à construção do Observatório Ibérico da Biodiversidade e da preocupação com a atividade sanitária e veterinária municipal. Também neste eixo da coesão social a cultura marca presença pelas inúmeras ações e investimentos constantes no Plano, passando pelo Centro de Fotografia Georges Dussaud, o Centro de Interpretação do Forte S. João de Deus, do Museu Militar de Bragança, Museu Abade de Baçal, da criação de um Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano, do Museu Ibérico da Máscara e do Traje, do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais ao Teatro Municipal de Bragança e Conservatório de Música e Dança, da Biblioteca Municipal de Bragança à Biblioteca Adriano Moreira.

----- O desporto, saúde e bem estar e a juventude, pela melhoria da saúde e da qualidade de vida da população proporcionando ainda um plano de atividades lúdicas-desportivas, promovendo também a igualdade de oportunidades e o convívio saudável entre a população fundamentais para a promoção da cidadania. Os jovens têm, neste âmbito, uma atenção acrescida conforme se pode constatar pelas iniciativas propostas.

----- O eixo do desenvolvimento económico e competitividade é crucial no planeamento estratégico e na reflexão sobre os problemas socioeconómicos do concelho e das estratégias para o seu desenvolvimento sustentável.

----- A cooperação com entidades parceiras, regionais, territoriais e fronteiriças assume aqui um importante papel para o desenvolvimento económico e social da região.

----- A agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca são reconhecidas como fundamentais à construção de projetos de desenvolvimento neste plano estratégico.

----- A implementação de medidas de eficiência energética e da promoção de energias renováveis constituem-se aqui como fatores potenciadores da poupança energética e sustentabilidade ambiental, tendo-se estabelecido metas de redução sectoriais nos transportes públicos, edifícios e equipamentos municipais, iluminação pública, frota municipal, residencial, transportes privado e comercial e edifícios e equipamentos terciários.

----- Prevê-se uma redução de 20,1% das emissões do município até 2020, com um investimento na ordem dos 13 milhões de euros.

----- Em termos industriais este plano estratégico não é menos ambicioso e o Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia Ecopark é disso exemplo ao promover, em rede, a inovação, incubação e acolhimento de empresas de base tecnológica.

----- A criação de uma Área de Localização Empresarial é igualmente um objetivo essencial à atração e instalação e expansão de atuais e novos empresários com a criação de infraestruturas modernas e adequadas. Também se esperam atrair novos empresários através da política fiscal, passando pela isenção de derrama e de todas as taxas de licenciamento das operações urbanísticas no Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia Ecopark.

----- No que diz respeito à mobilidade regista-se, com apreço, a intenção em avaliar a reestruturação da rede de transportes públicos coletivos de Bragança, permitindo a implementação de um projeto piloto no âmbito da mobilidade designado de “Mobilidade Inteligente + Sustentabilidade no Transporte Público”.

----- O troço da A-11 entre Zamora e Quintanilha, a ligação entre Bragança e Puebla de Sanabria e a melhoria das ligações Outeiro-Vimioso e Bragança-Vinhais são investimentos que se procuram concretizar junto do Governo.

----- As ações e investimentos previstos ao nível do comércio e turismo são propícias à dinamização do comércio tradicional, animação do centro histórico, turismo e agilização de importantes eventos tradicionais e de produtos endógenos da região. É também a implementação do Programa Integrado de

Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano que se saúda tornando Bragança mais atrativa e competitiva.

----- O eixo da Reabilitação Urbana traz um vetor essencial á cidade de Bragança – a valorização do centro histórico. A criação da Área de Reabilitação Urbana integra 64 hectares e pretende reativar o centro tradicional da cidade através de um conjunto de eixos estratégicos de intervenção e com vantagens fiscais nesta delimitação, designadamente no IMI, IMT, IVA e IRS. É um programa essencial e extremamente importante na reabilitação urbana e fixação de pessoas num espaço nobre e simbólico pela carga histórica que representa.

----- Inúmeras outras reabilitações urbanas são propostas neste Plano que, pela sua exaustividade não são aqui salientadas, não sendo contudo menos importantes para a cidade de Bragança, seja pela requalificação de espaços públicos, equipamentos, criação de gabinetes, redes, elementos, instalações, arranjos e outras construções.

----- Quanto ao Orçamento Municipal para 2015:

----- Comecei por salientar o cumprimento do Principio de Equilíbrio Orçamental, determinado pelo POCAL, bem como o cumprimento do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais estabelecido na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.....

----- De facto, obtém-se uma poupança corrente de 3.278.200,00 €. A despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos atingem um valor de 25.696.000,00 €, claramente inferior à receita corrente bruta, como estabelece aquele diploma.

----- O Orçamento para 2015 apresenta um crescimento de 10,2% relativamente a 2014, salientando-se um crescimento de 25,7% das receitas de capital e de 5,8% nas receitas correntes.....

----- Quanto à despesa apresenta um acréscimo de 10,2% (em consonância com a receita).....

-----Na composição do orçamento de receita, as receitas correntes representam 75%, enquanto as receitas de capital se estimam em 25% (sendo que as transferências de capital representam 99,4% desta rubrica). De referir que as receitas próprias da autarquia refletem 53,5% contra os 47,5% das transferências correntes, uma percentagem que ainda mantém o município fortemente dependente daquelas transferências da administração central, sendo como tal absurdo que o município abdicasse de parte destas transferências por via da participação variável no IRS.....

-----As receitas provenientes de fundos comunitários, para 2015, no montante de 8.146.500,00 € estão devidamente consignadas a investimentos significativos como por exemplo o recinto da feira de Bragança, o Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano, a Reabilitação Urbana Bragança Dinâmica, Mobilidade para Todos, Remodelação do Parque de Campismo Municipal, Domus Universitária, Mobilidade Inteligente + Sustentabilidade no Transporte Público, Implementação da Área de Localização Empresarial e 2ª fase da Zona Industrial, Melhoria da Eficiência Energética nos Bairros Sociais e Programa Integrado de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano, entre outros.....

-----Do orçamento da despesa e das despesas correntes realça-se a diminuição das despesas com pessoal, face a 2014, e a redução em 6,6% dos juros e outros encargos.....

-----Em termos funcionais o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal revelam os objetivos principais através das funções gerais, sociais, económicas e outras, representando as funções sociais juntamente com as económicas 90% das dotações. É de realçar que as funções sociais representam 42% e as funções económicas 46% revelando assim as funções essenciais das Grandes Opções do Plano. Destas, o Plano Plurianual de Investimentos reserva um valor de investimentos de 11.343.200,00 € enquanto o Plano de Atividades Municipal prevê transferências no valor de 1.666.100,00 €.

----- Quanto à dívida do município prevê-se uma redução em 16% face a 2014. Em termos de limites de endividamento municipal, e considerando o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais é cumprido o limite de endividamento estabelecido podendo ainda o município aumentar, para o ano de 2014, a sua margem de dívida total em 20%, ou seja mais cerca de 5.000.000,00 €.

----- O ativo fixo bruto do município totalizava em 30 de setembro de 2014 a importância de 259.306.524,00 €, a que corresponde um aumento médio, face a 2013, de 3%.

----- Na área de recursos humanos e face ao que estabelecia a Lei do Orçamento de Estado para 2014, o município cumpriu o objetivo de redução de 2% de trabalhadores.

----- Reconhecendo a importância das Juntas de Freguesia pela proximidade e conhecimento que estas detêm localmente, e que o seu papel é fundamental para a implementação de estratégias de desenvolvimento o município de Bragança vem reforçar o apoio técnico e financeiro às mesmas em 18% para o ano de 2015, face ao ano de 2014, prevendo-se transferências no orçamento de 2015, *para já*, de 836.600,00 €.

----- São igualmente reconhecidas as associações, pela sua natureza e exercício de atividades de âmbito cultural, desportivo, recreativo e social, salientando-se aqui as Instituições Particulares de Solidariedade Social, pelo que se prevêem transferências de verbas no valor global de 1.111.700,00 €.

----- Face a tudo o que antes se referiu é-se favorável à aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015.”

----- Disse.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Passamos à inscrição seguinte, Ana Cláudia do Movimento Sempre Presente, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – O Movimento Sempre Presente distribui os trabalhos numa perspetiva de, cada um, analisar uma parte, eu analisarei o Plano, o que se me

afigura mais relevante, a Dr. Isabel, a parte do Orçamento, e o Dr. Henrique fará uma síntese conclusiva.

----- Desde logo, eu gostaria de felicitar, porque há quatro anos que ando a dizer que os planos de atividades e orçamento são “copy paste” dos anos anteriores, e este não é, nitidamente, um “copy paste” dos anos anteriores, e teve a preocupação de, pelo menos, explicar aquilo que se pretende fazer, e torná-lo, sistematicamente, mais apreensível, para quem o lê. Tem, de aspetos positivos, uma linguagem clara, está, tecnicamente, e, em termos de português, as gralhas também não são muitas, está bem redigido. Agora, eu fiz uma leitura que, juridicamente, me impressionou, não sei se, conscientemente, foi feita dessa forma, mas a verdade é que, pela primeira vez, um plano de atividades deste Município, como a primeira parte, se destina a princípios. Ora, quem é jurista sabe o que isto significa, nomeadamente tudo aquilo que está na sede dos princípios, significa que, o que está aqui nos planos de atividades anteriores, não era mais do que preocupações do Município, passam de natureza técnica a valor “princípial”. O que é que isto quer dizer? – Significa que o Município está amarrado, nomeadamente aos princípios que se propõe desenvolver...

----- E é com agrado que vejo que..., pelo menos é o que transparece, que as pessoas estão no centro da atenção deste plano. Não é por estar na imagem, nos valores, mas o primeiro dos princípios é o princípio da universalidade e da centralidade nas pessoas. E digo isto, contente, digamos assim, porque também foi uma das principais bandeiras do programa do Movimento Sempre Presente. E nós vemos, aqui, muitas das medidas que aqui estão, e que eu vou passar por elas só para as citar, eram também preocupações do programa do Movimento Sempre Presente.....

----- Depois, salientar isto, este documento, em princípio, tem valores interpretativos naquilo que é a gestão ordinária da atividade municipal.....

----- Depois, também se nota esta centralidade nas preocupações sociais, na medida, e aqui, mais uma vez, digo: Espero que tenha sido intencional, porque se não foi, então calhou muito bem a forma como está organizado. Está centrado naquilo que nós chamamos “ os serviços de interesse geral”, mais voltados para as pessoas. Reparem que os primeiros pontos são: A educação; a saúde; a habitação. Portanto, mais aspetos sóciais, e, só depois é que vem a vertente económica. Portanto, isso agrada-nos, verdadeiramente.

----- Quanto a medidas concretas a destacar, nomeadamente na página 29, na Ação Social – Não obstante, no programa do Movimento Sempre Presente, e já o dissemos aqui, mais do que uma vez, termos proposto, nomeadamente quanto ao alargamento ao escalão 3 dos apoios sociais escolares, aos alunos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, participado em 25%, não deixa de ser uma boa medida, ainda que o Movimento tenha, sempre, dito que o ideal seria que os livros fossem comprados para a escola e entregues aos meninos no primeiro dia e devolvidos à escola no fim do ano, e, assim, se aproveitavam recursos.....

----- É, de facto, uma preocupação, uma boa medida, o alargamento dos benefícios escolares.

----- No ensino Pré-Escolar, pergunto, Sr. Presidente – Por que não ir mais longe e pensar numa rede pré-escolar municipal, não tanto voltada para privado, mas, dessa forma, também ajudando as famílias? - E cria uma forma, até, de fixação de casais jovens, que se nota que está presente no documento.

----- Quanto à habitação - Eu tento perceber porque só aparece, aqui, a intervenção global e estruturada, nos edifícios do Bairro Social da Coxa. Diria eu – Não pode ficar exclusivamente associada ao bairro Social da Coxa, até porque não podemos esquecer que nós vamos ter a parte central da Cidade abrangida por uma área de reabilitação urbana, e temos, mesmo fora das áreas de reabilitação urbana, para edifícios habitacionais, ou melhor, predominantemente habitacionais, com mais de trinta anos, um regime excecional, que prevê operações de reabilitação urbana, onde, cumpridos determinados requisitos, inclusivamente, pode-se dispensar o cumprimento de normas técnicas de construção. E, portanto, eu encaro isto como exemplo a praticar.....

----- Depois, é também com agrado que vemos, aqui, a requalificação dos espaços urbanos, nota-se que, de facto, pelo menos, há uma preocupação de Bragança ser uma Cidade voltada para as pessoas e para o uso das pessoas, nomeadamente através da requalificação, tornando-os mais atrativos e acessíveis aos cidadãos, portanto, vão ser espaços verdes não abandonados.

----- Chamava a atenção para uma... que me parece ficar aquém daquilo que se poderia apostar, tem a ver com os trabalhos da conservação da floresta e matas do Concelho. Francamente, na agricultura e na floresta, acho que ficam um bocadinho

aquém, as zonas de intervenção florestal, as “sif”, são elementos chave para candidatura a programas comunitários.
 ----- Depois, nota-se, de facto, aqui, uma predominância, enorme, da cultura, da dimensão cultural, talvez porque está sustentada em equipamentos que a Cidade mais dispõe.
 ----- E diria, digamos assim, que o central deste Plano de Atividades me parece, de facto, vai passar pela capacidade que esta Câmara tiver nas políticas da reabilitação urbana. E percebo que aqui não esteja programação para aquilo que o Pedro Rego estava a reivindicar, isto é um plano. Portanto, no plano, planeia-se, não se faz, desde logo, afetação de recursos, mas toda essa programação de afetação de recursos, eu diria que vai ser determinante naquilo que o Município, em termos de execução, nomeadamente numa figura à qual nos devemos agarrar, que é a área da reabilitação urbana, pode conseguir para esta Cidade.
 ----- Neste aspeto, e se votássemos o plano de atividades separadamente ao orçamento, teria o nosso voto a favor. Obrigado.....
 ----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.^a Deputada.....
 ----- Tem a palavra, agora, a Deputada Maria Isabel Ribeiro do Movimento Sempre Presente.
 ----- **Maria Ribeiro** – Eu vou falar do Orçamento. Em cumprimento ao disposto do 3. 1 da alínea e) do POCAL, o Orçamento de 2015, começamos por dizer que estão previstos os recursos que são necessários para cobrir todas as despesas.
 ----- Por outro lado, de acordo com a alínea e) do mesmo ponto, é mais elevado que o valor das despesas correntes, representando, este, 88,3 % das receitas correntes, respeitando, assim, o princípio do equilíbrio orçamental.
 ----- Cumpre-se, também, a regra da previsão orçamental, receitas das autarquias locais, nomeadamente no que diz respeito às verbas que resultam da venda de imóveis.
 ----- Destacamos, mais uma vez, como ponto positivo, a nível de Orçamento da Receita, em função da Derrama, para as empresas do Concelho, a redução do IMI para prédios avaliados. Mesmo assim, a receita teve um crescimento de 5.8%, o que significa que, a meu ver, estão criadas as condições para que a taxa mínima do IMI seja estabelecida em 2016.

----- Em relação ao orçamento da despesa, há, aqui, dois valores que eu gostaria de ver esclarecidos, nomeadamente a rubrica dos subsídios, cuja variação está mal determinada, teve um crescimento de 89,1%, isto traduz-se numa diminuição, significativa, no apoio às empresas municipais e públicas.....

----- Registrar, também, um aumento, estrondoso, dos ativos financeiros, 182 350% (cento e oitenta e dois mil trezentos e cinquenta por cento), que gostaríamos de ver esclarecidos, a que é que se deve esta variação tão significativa...

----- Concessão de empréstimos? Subsídios reembolsáveis? O que é que justifica este valor?.....

----- Verificamos, também, que a despesa em aquisição de bens de capital, um verdadeiro investimento, representa, apenas, 27,5% da despesa total. Ou seja, continua a ter um Orçamento em que, em termos estruturais, a despesa corrente tem um enorme peso.....

----- Em contrapartida, nomeadamente a despesa com o pessoal, representa 29,1%, ou seja, da despesa corrente, 19,2% da despesa total. Ou seja, mais uma vez, achamos que tem de haver um aumento, em termos estruturais, da despesa de capital e uma diminuição da despesa corrente.

----- Quanto à repartição da despesa total consideramos, manifestamente, pobre, o investimento em unidades ou setores, designadamente a ação social, desporto e juventude, e, sobretudo, a agricultura.

----- Quando, na última reunião desta Assembleia, se dava conta da importância da agricultura na nossa região, e das suas potencialidades, parece-nos que, como investimento proposto, afinal de contas não se lhe dá a devida e merecida posição de destaque.....

----- Relativamente ao endividamento, não registamos qualquer problema, está dentro dos limites de endividamento municipal. Com toda a certeza, Bragança vai continuar nos dez menores da dívida relevante, por habitante. Isto, tendo em conta, os municípios da região Norte.

----- Resumindo, este Orçamento foi desenvolvido na perspetiva de pensar no passado e não no futuro. Quando se afirma, na página 15, nas Grandes Opções do Plano, que um dos pontos fortes deste Município, é, e passo a citar: – “recursos humanos, empenhados, que vestem a camisola da Instituição com considerável sentido de responsabilidade, e que compreendem e respeitam as orientações

superiores” – acreditamos, sinceramente, que assim é, são, realmente, colaboradores empenhados, motivados, mas há alguma coisa que está em falha, na nossa perspetiva. Só assim se justifica um Orçamento tão pouco ambicioso.

----- Depois, gostaria, também, de ver esclarecia uma situação relativa ao Orçamento da “Terra Fria Carnes”. Não percebemos porque é que os gastos com o pessoal aumentam, de dois mil e catorze para dois mil e quinze, o previsto, há um aumento de 149,6%. Os resultados são positivos, os juros, os custos financeiros são enormes, os resultados transitados negativos são enormes, e nós queremos saber qual é que é a solução proposta para resolver esta situação, de uma vez por todas.

----- Obrigada.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr.^a Deputada.

----- Continuamos as intervenções, dentro do Movimento Sempre Presente, tem a palavra, Henrique Ferreira.

----- **Henrique Ferreira** – Muito obrigado. É sempre um momento solene e agradável, vir aqui falar do Plano e do Orçamento. Começo por fazer um elogio ao Executivo, porque nos deu um livrinho muito bonito, até se aguenta de pé, portanto, muito bonito, com o custo de 40,00€ cada um deles, o que, multiplicado por oitenta, dá 3 200,00 Euros, o que, para um documento que vai ser revisto, a avaliar pelo ano passado, trinta e duas vezes, talvez não valha a pena investir tanto. Mas, agradecemos o empenho, agradecemos a beleza, agradecemos a qualidade.

Apresentou, por escrito, o seguinte:.....

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Começa-se por uma bateria de indicadores sobre o município, muito útil mas necessitada de revisão em alguns pontos e deslocada em termos da estrutura do documento.

----- *Esta bateria de indicadores, deveria estar, a nosso ver, em cada uma das áreas de análise swot. Sobre a substância desses indicadores, faço três observações:*

----- Tomáramos nós que, em Bragança, houvesse 55% de pessoas com o 12º ano e que só houvesse 4,5% de população ativa na agricultura. *O que pode ser bom, ou mau, depende da perspetiva, com que olharmos o caso. E, ainda, que Bragança está no índice de 93,5 de desenvolvimento sócio económico. Já não está, infelizmente, está nos 91,5. Mas, pronto, é a vida, são os efeitos da crise económica, aí, nada a*

fazer, porque é uma crise sistémica, é uma crise mundial, e portanto sofreremos os efeitos, no contexto de uma economia capitalista e concorrencial......

----- De qualquer forma é uma bateria muito útil como o é a análise SWOT. Alguns, na gíria, análise organizacional, gostam de chamar-lhe análise “serrote”. Outros gostam de chamar-lhe análise “FOFA”. Isto porque a tradução portuguesa tem sido a Americana, do Rover ???, dá fraquezas, forças, oportunidades e ameaças. Portanto, uma análise “FOFA”. Os espanhóis têm uma expressão mais contundente, não vale a pena referi-la.

----- Trata-se de uma análise tão útil quanto polémica mas que, em qq. dos casos, evidencia, análise prévia das situações interna e externa do município na construção das grandes orientações da ação estratégica.

----- Sobre esta, traduzida nas grandes opções do plano, verifica-se que o município privilegiou o social, a dinamização do tecido associativo, do tecido económico, do tecido social e do tecido científico e cultural, quase abandonando a área das infraestruturas rodoviárias, onde algumas obras se revelam ainda imprescindíveis, nomeadamente ligações intralocais. Não abandonou a área da manutenção e renovação das infraestruturas básicas, o que seria muito mau, mas também não a desenvolve a não ser pontualmente, *o que, também, não é bom . Porque, apesar de podermos dizer que há obras de saneamento em 90% das localidades do Concelho, a verdade é que o saneamento não funciona em 70% das localidades dos concelhos. E, esta, é que é a realidade. É verdade que temos obras de saneamento em quase todas, o problema é a sua qualidade e o seu funcionamento.*.....

É evidente que este retraimento resulta da situação herdada dos executivos anteriores, os quais, apesar de não terem deixado uma dívida preocupante, deixaram uma despesa corrente das maiores do país, entre os grandes e médios municípios, proporcionalmente. O Município caminha, *assim*, para uma situação em que todas as receitas correntes vão ser absorvidas por despesas correntes e vive na fraqueza e na ameaça de ter apenas 1,6 milhões de euros para investimentos, transferidos da administração central. Ainda projeta 12 milhões de investimento, financiáveis por previstos oito milhões de fundos comunitários e dois milhões e meio transferidos de receitas correntes. É muito pouco e o desafio está portanto em diminuir as despesas correntes. *Nós, na análise que fizemos, entendemos que o Município tem que reduzir*

as despesas correntes, ao ritmo de um milhão de euros, por ano, nos próximos três anos. Portanto, o desafio está em diminuir as despesas correntes, tanto mais, que, o futuro da economia europeia apresenta perspectivas sombrias, para os próximos anos. mais quanto o futuro da economia europeia apresenta perspectivas sombrias para os próximos anos. Quando vemos, todos os meses, agências de análise da economia mundial, a OCDE, a ONU, a União Europeia, a fazer previsões em baixa. Nós, que andamos, neste mundo, na análise macro económica e macro política, já há muitos anos, não achamos nada estranho, isto. Porque, efetivamente, existe um mundo concorrencial, onde há potências que estão muito pior do que nós, do ponto de vista económico, que querem estar ao nosso nível. Portanto não é fácil nós recuperarmos. E, o futuro, recomenda-nos cautela ao nível das despesas em que nós podemos poupar.

----- Por estas razões, o município não consegue diminuir, *ou, não consegue diminuir o suficiente*, nem impostos nem taxas nem tarifas. Está como o Governo: não diminui a despesa, logo não pode diminuir impostos. No caso do Governo, até os vai aumentando, sempre.

----- Felizmente, o Executivo tem a seu crédito o ter vindo a diminuir a dívida de curto, médio e longo prazos para níveis de boa execução, só estando ameaçada pelas ações que decorrem nos tribunais.

----- Assim, não nos é difícil concordar com o muito que estes documentos propõem de bom. *Aliás, deste ponto de vista, é um bom Orçamento.* Mas é-nos difícil aceitar a situação financeira do município e a ausência de visão estratégica a nível infraestrutural. Votar contra seria não ser nem pedagogo nem reconhecedor dos méritos que, ao contrário do ano anterior, estes documentos já possuem. Mas votar a favor seria escamotear e esconder as lacunas dos documentos. Pelo que nos abstermos dando um voto de confiança ao Executivo”

----- Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da União de Freguesias de Izeda/Calvelhe e Paradinha Nova, tem a palavra.

– **Luís Fernandes** – Boa tarde, a todos. É a primeira vez que venho aqui, as saudações já vêm um bocadinho tarde, de qualquer modo, cumprimento os Membros da Mesa e todos os presentes.

----- Vou fazer algumas considerações, muito rápidas, e uma vem na sequência daquilo que o nosso amigo Luís veio aqui dizer sobre a redução dos duzentos mil euros em relação à verba transferida para as freguesias.

----- O Sr. Presidente da Câmara, de certo modo, tentou, já, justificar isto, passando este valor para o próximo ano.....

----- No entanto, eu gostava de fazer aqui uma análise, também, em relação ao Plano e Orçamento. Na página 82, o Sr. Presidente diz: - “O quadro seguinte reflete a despesa associada às intervenções previstas com financiamento definido no valor de 11 343 200,00 euros. Este valor encontra-se distribuído....”

----- E ele faz, aqui, a distribuição do Orçamento em três funções gerais: uma em funções gerais, de um milhão e duzentos mil; outra em funções sociais, de quatro milhões; e outra em funções económicas, de cinco milhões.

----- Eu gostava de fazer, agora, aqui, uma outra análise, é que, de doze milhões, em todos os projetos que estão na página 83, que perfazem os tais onze milhões, se formos somar os projetos que estão previstos, mencionados, e que o orçamento faz maior relevo, cerca de um milhão e duzentos mil são destinados, exclusivamente, para o mundo rural.

----- Um outro acerto: – Quando fala na sustentabilidade e mobilidade de transportes públicos, são seiscentos mil, eu dividi a meio, pus trezentos mil na Cidade e trezentos mil no mundo rural, porque acho que também há algum investimento no mundo rural, nesta rubrica.

----- Na melhoria e na eficiência energética - quatrocentos e oitenta mil – dividi também a meio, duzentos e quarenta mil para a Cidade, duzentos e quarenta mil para o mundo rural. O que perfaz um total de um milhão e meio para o mundo rural. Ou seja, de doze milhões, de projetos que nós temos aqui contemplados, no orçamento, dez milhões ficam na Cidade e um milhão e meio vão para o mundo rural. Portanto, é esta discrepância.

----- Para além da redução de duzentos mil, nas transferências correntes, vemos, também aqui, a disparidade em relação ao mundo rural.....

----- Portanto, é esta chamada de atenção, que eu também gostava de deixar aqui.

----- Por exemplo: Em relação, concretamente, àquilo que me diz respeito e que é a União de Freguesias de Izeda/Calvelhe/Paradinha Nova, eu não quero que vocês, Presidentes, pensem que eu estou, agora, aqui, a pensar pôr-me em bicos de pés.

Não! - Porque até sou baixinho. Estou, exatamente, ao vosso nível. Mas há, aqui, uma situação que eu acho que temos que analisar, que é a seguinte:.....

----- Quer queiramos, quer não, a Assembleia da República, há vinte e quatro anos, elevou a Aldeia de Izeda ao estatuto de Vila. Quer queiramos, quer não, é um estatuto diferente. Eu acho que a Câmara devia, também, de certo modo, contemplar, já não digo em demasia, mas dar um pouco de realce a esta Vila. E, ao olharmos para este Orçamento, se analisarmos, em pormenor, e eu fi-lo, procurando a palavra Izeda, aqui, encontrei-a três vezes, tudo em projetos que já terminaram: A Rua Central, a Casa do Povo e o Complexo Desportivo. Portanto, não há, aqui nada vertido, em termos de futuro, para a Vila de Izeda. Já não estou a falar da tal União de Freguesias, para a Vila de Izeda.....

----- Eu acho que, Sr. Presidente, o Sr. também já foi Presidente de Junta, e bem, como aqui já frisou. Se hoje fosse Presidente de Junta, como é que reagiria, se chegasse aqui e não visse nada contemplado para a Vila de Izeda?

----- A minha reação é esta que estou, aqui, a manifestar.

----- Em relação às transferências de competências para as juntas de freguesia, está escrito que está previsto, para dois mil e quinze, iniciar este processo. Até pensei que já íamos falar, hoje, algo sobre isto, mas, pelos vistos, ainda não. Só dizer-vos que, e há aqui mais presidentes de junta, nós temos, neste momento, aquelas freguesias que têm escola, quer do Primeiro Ciclo, quer Infantário, temos o Agrupamento, hoje, a telefonar-nos e a pressionar-nos, para cumprirmos a nossa obrigação, que está prevista na Lei n.º 75, artigo 16.º, alíneas m) e n), em que é competência, hoje, da junta de freguesia, disponibilizar uma verba para produtos de limpeza e funcionamento das escolas. E nós vamos ter que cumprir isso.

-----

----- **Luís Fernandes** – Sempre teve? – Pronto, não sei, é a primeira vez que estou nestas funções, de maneira que, até hoje, ninguém tinha falado nisso, agora, nós vamos ter que avançar. Mas, ao mesmo tempo, há outras competências que deviam ser passadas para as juntas de freguesia, que ainda não foram. Portanto, é também nesse aspeto que eu aqui realço.

----- Outro problema, que também penso que já devíamos ter aqui, hoje, alguma informação, é a questão do protocolo da água com as juntas de freguesia. Portanto, já nos foi dito que em dois mil e quinze termina.

----- O que é que acontece em janeiro?.....

----- Nós continuamos a contar a água?

----- As fugas?...- Mandamos lá ir o piquete da Câmara? – Como é que fazemos?..

----- Esta é outra informação que me parece que urge transmitir-nos alguma informação em relação a isso.

----- Outra questão que, aqui, gostava de esclarecer, que é em relação... não tem propriamente a ver, mas também tem com a Junta de Freguesia, que é a questão que já, aqui, foi levantada, sobre a Cooperativa León.

----- Sr. Presidente, a ata não foi aprovada, não fui ver aquilo que foi dito aqui na última reunião. Portanto, o Sr. Presidente disse ao Armindo que eu teria dito que não fomos convidados. Eu não vou dizer que eu disse ou não disse. Eu disse, na altura, que nós estávamos disponíveis para ir, para ver se ainda havia vagas, e o Sr. Presidente ficou, e acho que até telefonou, de ver se havia vaga. Agora, aquilo que nós nunca dissemos, é que não íamos! – Isso que fique claro. Nós nunca dissemos ao Técnico da Câmara, que nos telefonou, que não estávamos disponíveis para isso, isso é que não.

----- Já, agora, também neste caso, se isto pudesse ser tratado.

----- Sr. Presidente, eu penso que já o disse, e continuo a dizer, a Cooperativa de Olivicultores de Izeda, o lagar cooperativo é a única cooperativa que o Concelho tem. Hoje a cooperativa de Izeda tem um produto de excelência, quer em quantidade, quer em qualidade, é o único azeite que faz parte da DOC (Denominação de Origem Protegida), no Concelho de Bragança. E nós sempre nos debatemos e quisemos ter a Câmara como um parceiro, principalmente, que é a grande dificuldade que nós temos com esse produto, que é escoá-lo, que é vendê-lo, que é promovê-lo. E a Câmara é, para nós, e deve ser, um parceiro importante que deve estar ao nosso lado. Portanto, nesse aspeto, estamos disponíveis para, em todas as feiras, em todas as promoções, onde a Câmara esteja presente, o azeite de Izeda teria todo o prazer em estar presente.

----- Já agora, permitam-me a surpresa, ouvir, aqui, a Dr.^a Amparo, dizer que estiveram lá setenta e dois expositores, quando eu pensei que eram três ou quatro, que tinham ido.

-----

----- **Filipe Fernandes** – Mas ela falava do Concelho de Bragança! – Setenta e dois. --

----- **Filipe Fernandes** – Mas falou em setenta e dois, pronto.....

----- E, para terminar, em relação àquela questão das transparências, do site: Primeiro: – Ó! Presidente, a Entidade que faz isto é uma Entidade Oficial ou uma Entidade Oficiosa, ponto número um. Porque me dá a ideia que... e eu vi aí uma revolta, muito grande, na Comunicação Social, do Presidente de Vinhais, em que ameaçava, inclusivamente, com uma ação judicial, essa Entidade, atendendo a essa dualidade de critérios que aparecem aí, que não são muito fiáveis.

----- Se não é uma Entidade Oficial, não sei se teremos que dar muito... não é oficial!

----- **Filipe Fernandes** – É um índice que aparece aí, sem critério científico, se calhar, sem rigor, digo eu.....

----- Já agora, as juntas de freguesia estão englobadas nesse pacote? – É que nós, também, temos site. Se, qualquer dia, nos começam a controlar a nós, também pela informação, podemos criar algum problema. Para já, é tudo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da União de Freguesias de Izeda/Calvelhe/Paradinha Nova.....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PSD, Amândio Gomes

----- **Amândio Gomes** – Cumprimento os Membros da Mesa, o Sr. Presidente, o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

----- Eu pensei que a discussão deste Orçamento fosse gerar, aqui, um pandemónio de ideias. Mas, pelos vistos, não. Mais pereceu, hoje, um velório, numa conversa a falecido, do que, realmente, uma discussão do Plano e Orçamento, a que já nos tínhamos habituado.....

----- O Partido Socialista, na pessoa do Sr. Dr. Pedro Rego, conseguiu ver coisas no Orçamento, que lá não estavam. Vislumbrou faltas disto, faltas daquilo, falta daquele outro, coisa que não aconteceu na análise aturada que elaborou o companheiro Dr. Martinho.....

-----O Partido Socialista baseou a sua análise, sobretudo, numa posição forte, de desconfiança, e por aí se ficou. Desconfiam de tudo. Eu apenas lhe peço que esperem para ver. Isto, há que falar, depois, no fim do próximo ano, e aí sim, aí tem ocasião para criticar, ou não. E eu penso bem que não, porque este Orçamento foi elaborado, dentro de certos princípios, com rigor, e com os pés bem assentes no chão. -

-----A inovação. – Eu quero felicitar o Sr. Presidente, pela nova forma como apresentou o Plano e Orçamento para o ano de dois mil e quinze. É um Orçamento equilibrado e com montantes superiores ao do ano que, agora, finda. A forma clara e precisa como nos foi apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara não carece de grandes explicações, basta atentar, apenas, nos princípios em que se baseou. No entanto, a oposição Bragançana/cética duvida das boas intenções do Executivo camarário, e diz suspeitar que muitas das medidas enunciadas no Plano são, apenas, para enfeitar este documento.

----- Dizem faltar um sentido estratégico de futuro. - Enganam-se. O futuro, tal como os caminhos, constrói-se caminhando, passo a passo, sem bandas de música anunciadoras.

-----O Sr. do PS diz-nos que, no que diz respeito aos equipamentos públicos, a médio e a longo prazo, podem tornar-se um sorbedouro de dinheiro, que poderão ajudar a pôr em causa a sustentabilidade financeira do Concelho.....

-----O Movimento Sempre Presente também referiu esta parte, mas é que, quando, neste quinze anos anteriores, se apostou num desenvolvimento forte, já se sabia que vinha desembocar nisto. Quer dizer que, daqui para à frente, já não é necessário despende de tantas importâncias, em despesas de capital. Não estou a referir que o disse o Dr. Pedro. Quem o disse foi um Vereador do PS.....

-----Portanto, já se sabia que vinha a desembocar neste ponto, mas também sabemos que as receitas, mais ou menos, vão manter-se semelhantes àquelas que, até hoje, se foi dispondo e, portanto, terá que se investir mais em despesas correntes do que em despesas de capital, necessariamente.....

-----Também foi referido ter havido uma fraca aposta na agricultura, na pecuária, na silvicultura, na pesca e na pouca importância dada ao setor.

-----A Câmara tem-se incomodado bastante com os assuntos da lavoura do nosso Concelho. Só que os problemas não são todos resolúveis, a partir da Câmara. Tem que ser os cidadãos.....

-----O Sr. Dr. Júlio referiu, também, alguns pontos, mas ele puxa a brasa à sua sardinha, naturalmente. Mas também tem que ter em atenção que a Câmara não pode fazer tudo quanto é necessário, no campo da agricultura, da indústria e da lavoura. Os cidadãos têm que colaborar.....

-----Portanto, resta-me, para terminar, e não os maçar, agradecer ao Sr. Presidente da Câmara o seu espírito esclarecido e rigoroso, sempre orientado na resolução dos grandes problemas que afligem os munícipes bragançanos, com vista a usufruir uma vida digna e um futuro sustentável. Eu estou convencido que o rigor que V. Ex.^a põe na execução das suas tarefas nos vai conduzir a esse futuro sustentável, que todos desejamos. Muito obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Tem, agora a palavra o S. Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela, Telmo Afonso.....

-----**Telmo Afonso** – Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, Srs. Deputados, Comunicação Social, e Público presente.

-----Em primeiro lugar, começo pelo Dr. Henrique Ferreira. – Já temos muitas taxas mas, ainda, não temos a taxa turística.....

-----Em relação ao meu amigo Pedro Rego, resume-se a duas palavras: coerência e respeito.

-----Coerência, quando vem, aqui, a reivindicar verbas para as juntas de freguesia, quando nós, presidentes de junta, sabemos fazê-lo. Obrigado, pelo apoio. Mas quando vem, aqui, reivindicar verbas, repito, para as juntas de freguesia, quando, depois, os vereadores do seu partido, em reuniões de Câmara, votam contra verbas a atribuir às juntas de freguesia... ..

-----Respeito!, respeito, porque já começa a ser ofensivo, digo, ofensivo, a forma e o tom como diz “de chapéu na mão”.....

-----Tem conhecimento de algum Presidente de Junta, que lhe manifestou que, para se dirigir ao Sr. Presidente da Câmara ou para ir à Câmara Municipal, vai de chapéu na mão? -Tem que vir aqui e dizer o nome do Presidente da Junta. Se não disser, está calado, e não fala no assunto. O que não pode é generalizar para todos

os presidentes de junta. Eu estou na junta de freguesia há cinco anos, e não me revejo nessa situação. E, por aqueles presidentes de junta que estavam ali, ao meu lado, também manifestaram indignação, em relação às suas palavras.....

-----Senhores Deputados, quando se referirem, outra vez, com esse tom irónico, ou filosófico, em relação aos presidentes de junta, tenham respeito, respeito por quem está nas juntas de freguesia e quem trabalha dignamente. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Foi, aqui, solicitada, por parte do Sr. Vereador André Novo, a defesa da honra, relativamente à intervenção acabada de proferir, por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela.

----- De acordo com o Regimento, essa intervenção, apenas, pode acontecer com a autorização do Sr. Presidente da Câmara.

----- Eu julgo que o Sr. Presidente da Câmara quererá dizer algo sobre a matéria....

----- Portanto, tem a palavra, Sr. Presidente.

----- **Presidente da Câmara** – Bom, tenho de vir, aqui, esclarecer o seguinte: Efetivamente, os Srs. vereadores da oposição, nunca votaram contra nenhum apoio proposto para qualquer junta de freguesia. Fazem a mesma declaração de voto, desde o início do mandato, até agora, a votação foi sempre, a mesma. Nós, até, já quase, a sabemos de cor. Mas, de qualquer forma, não votaram, nunca, contra nenhum tipo de apoio proposta para qualquer junta de freguesia.

----- Verdadeiramente, também quero dizer que, efetivamente compreendo o que o Sr. Presidente da Junta disse, porque, a verdade, é que, eu disse-o, há bocado, e continuo a repetir, não há ninguém, que tenha de ir à Câmara, e que vá lá como que, se fosse uma pessoa de chapéu na mão, a pedir. Isso não acontece. Não acontece nunca, não acontecerá nunca, também, enquanto lá estivermos. E, eu compreendo bem, o sentimento que o Sr. Presidente da Junta de Espinhosela veio, aqui, transmitir, porque eu também já fui Presidente de Junta de Freguesia, como disse, há bocado, e não gostaria de constantemente, estar a ouvir uma conversa deste género. Pese, embora, ela possa ser usada pelos Srs. Membros da Assembleia, mas, a verdade é que, às vezes, também, as palavras devem ser mais ponderadas e arranjar-mos umas mais simpáticas, que possam não ser tão – eu não diria ofensivas, mas, que possam não ser tão provocatórias

----- Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- **Presidente da Mesa** – Prosseguimos as intervenções.

----- António Morais da CDU, tem, agora, o seu tempo disponível para intervenção sobre este ponto da agenda.

----- **António Morais** – Esse tempo, e até porque, obviamente que começamos a estar todos cansados e, portanto, isto obriga a uma síntese, pese embora, certamente ir frustrar alguns amigos que já estavam a ficar surpreendidos, porque hoje a CDU votou vários diplomas positivamente. Desde já e, portanto, frustrando essa expectativa, começo por dizer que não nos revemos neste orçamento e vou, em síntese, obviamente, e dando algumas justificações desta posição, e começaria, desde logo, por umas questões de princípio.

----- Diz na página 17, das Grandes Opções de Plano: - “Introduzir Princípios e Técnicas de Gestão Empresarial”. Ora, eu creio que a Câmara Municipal não é “própria”, e a AM não é propriamente uma Assembleia de Acionistas do Município, é uma Assembleia popular, que está legitimada pelo voto e para servir o povo. Serviço Público não é, e não está em causa, digamos assim, a dinâmica empresarial, essa tem um objetivo, é o lucro. Podíamos discutir até do ponto de vista político, filosófico, essa perspectiva, mas é a que é, não quero entrar por aí. Agora, a lógica do serviço público tem que ser outra, é o serviço a servir a população, os seus anseios e as suas carências, não é propriamente isto. Obviamente que com técnicas “swots” ou não “swots”, de mais constrangimento, mais potencialidade, mas é servir a população. E, portanto, não nos revemos, inclusive, na introdução desta linguagem, em qualquer manual.....

----- Quando estudei, como quadro da função pública, qualquer manual da formação dos quadros, também tem, enfim, que se atender à eficácia e à eficiência, às dinâmicas positivas, rentáveis, tudo isso, não é preciso introduzir linguagem empresarial, esta pequena observação.

----- Depois, há duas ou três questões de fundo, também estruturais, se quisermos, que legitimam o nosso posicionamento. Desde logo, a relação com as freguesias. É

evidente que é ofensivo, até porque o chapéu, hoje, já não se usa, e esse objeto de vestuário já não está na moda e, portanto, enfim, é uma linguagem que, eventualmente, poderá chocar.

-----Agora, a questão de fundo não é essa, não é a questão da linguagem, é a questão de fundo, é a questão objetiva, a forma como a descentralização se faz para as juntas de freguesia e a relação que se estabelece com as assembleias de freguesia, é estranguladora, é dominadora, é atrofiante, é inibidora. Portanto, é este sentimento que é repartido por todos. Inclusive, quando falamos destas questões, todos chegamos a esta conclusão, não obstante o esforço, inclusive, da Câmara, não está isso em causa, agora, é muito pouco, é muito pouco e já temos 40 anos de Poder Local, já podíamos ter avançado muito mais.

-----Agora, eu posso dizer, e fazendo, enfim, uso dos meus trunfos, a CDU transfere muito mais do que a Câmara, no geral, é evidente que transfere meios e transfere verbas. Foi anunciado, aqui, que iríamos dar início ao processo de Orçamento Participativo. Ótimo, ótimo, mas não nos fiquemos com a simples consulta e com os inquéritos e com uma reunião. Digamos, este Orçamento Participativo deve ser efetuado dia a dia, periodicamente. Aqui, não há Juntas de Moradores, não há Associações de Moradores, mas Juntas das Populações. O caso de Izeda é flagrante! A Vila de Izeda merecia mais dignidade em termos de transferências de verbas e de competências e de acompanhamento, para não falar doutros casos.

-----Portanto, não nos revemos, efetivamente, nesta filosofia, acho que está muito aquém.

-----Enfim, basicamente isto. Muito haveria a dizer acerca disto, mas de facto, o plano está muito aquém, não é o nosso plano, pronto, está muito aquém, não obstante a boa apresentação, não está isso em causa. Do ponto de vista opções políticas e sociais, não é o nosso plano. Portanto, iremos votar, obviamente, contra. ...

-----Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Francisco Pinheiro do CDS/PP.

----- **Francisco Pinheiro** – Mais uma vez, boa tarde.

----- Começava, aqui, por realçar que, este ano, a Câmara Municipal vai ter mais três milhões e meio de euros para gastar, o ano passado foi difícil gerir, mas, este ano, há três milhões e meio, é substancial. Portanto, vai ter que mostrar obra, no final deste ano tem que aparecer alguma coisa, não é? – E queria chamar a atenção para um assunto que eu já abordei, neste documento, e já está disponível para toda a gente, que é as “responsabilidades de contingentes”. Portanto, os processos que a Câmara tem em Tribunal, neste momento, uma delas, que eu falei anteriormente, a Câmara já foi condenada. A causa desta condenação foi querer fazer as comemorações do 10 de Junho em Bragança. Custaram 500.000.00€ à Câmara, em consórcio, com a companhia de seguros. Como dizia o Dr. Amândio, o tempo trata de esclarecer as coisas, não é? ...

----- Ainda em relação às “responsabilidades contingentes”, há bocadinho falou o Presidente acerca da água. Que teria uma equipa de advogados para poder renegociar, eventualmente, a gestão da Barragem de Veiguinhas. Tem que ser uma equipa muito boa, porque a Câmara de Bragança em 2001 disse: “Vocês vão gerir isto quando estiver feito”. E a cidade andou uma dúzia de anos à espera que desaparecesse o rato, que desaparecesse a urze, andou enganada 12 anos. Agora, temos a barragem feita e vamos tentar renegociar, vamos tentar renegociar com base num documento, que eu não sei qual é o teor, e vamos renegociar com uma empresa que tem créditos sobre a Câmara de Bragança no valor de mais 4.500.000.00€. Créditos ou ações em Tribunal, no valor de mais de 4.500.000.00€, não é? - Não está aqui. Se virem da página 165 à 167 vão ver que, nas “responsabilidades de contingentes”, as Águas de Trás-os-Montes tem processos contra a Câmara Municipal de cerca de 4.500.000.00€. Pronto, pode haver aqui uma diferença, posso ter-me enganado nalguma verba. Como não aparecem, eu não consigo considerá-los porque, sinceramente, há pessoas que fazem muito bem contas, eu não faço assim tão bem, isto são documentos bastante difíceis de analisar e, como eu só tive acesso a um

documento que foi colocado no Site da Câmara dia 4 de novembro e, dado eu viver afastado, eu só hoje é que tive acesso a este documento. É difícil eu fazer as contas, das oito da manhã até agora, não é? - Mas vou analisando e aquilo que me parece que não está bem e que está a piorar, porque em abril, quando eu recebi a lista de “responsabilidades de contingentes”, esta dívida estava à volta dos 3.000.00.00€. Eu tenho esta ideia, mas posso, depois, confirmar estes valores.

----- Portanto, estamos a caminhar a uma velocidade enorme para qualquer dia queremos beber água e é melhor beber gasolina, que é mais barata, e entregamos uma barragem a uma empresa onde estão 34 entidades, com quem vamos tentar renegociar a gestão da mesma. Portanto, o que quer dizer que vamos pagar aquilo que nos pedirem e o resto é conversa, não é?- Pronto, isto é uma questão que eu, já na última Assembleia, disse que seria um ponto para debatermos aqui, seriamente, como é que está a ser feita a gestão da água, saneamento, resíduos sólidos.

----- Qualquer dia, temos que pedir e temos que pagar para sair à rua, até a água da chuva, qualquer dia, começamos a pagar.

----- Portanto, esta contenção, esta gestão rigorosa, criteriosa.....

----- Agora, temos aqui um quadro, também neste orçamento, que, com a nova legislação, obriga a ser apresentado, que é um quadro plurianual de compromissos. Portanto, aqui por estas rubricas, na página 175 e 176, temos uma série de verbas que a Câmara sabe que, à partida, terá que gastar, não serão estes valores exatos, mas é já uma previsão daquilo que a Câmara terá que despender, para determinados serviços que sabe que vai ter que contratar, e por aqui, talvez consigamos reduzir a despesa nalgum deles.

----- Temos, aqui, “contratação de apoio jurídico - 36.000.00€, por ano”. Se calhar 36.000.00€, por ano, dá para..., eu não sei, sinceramente não sei, mas os advogados, julgo eu, cobram-se bem, mas 36.000.00€ é bastante dinheiro. Quantos advogados tem a Câmara de Bragança? - Pronto, é uma questão de fazer as contas, quem as souber fazer.

----- Os Serviços de Segurança e Vigilância das Instalações Municipais. - Não é só fazer casas, não é só fazer Parques de Estacionamento, fazer grandes edifícios, depois tem que se pagar a vigilância, isso custa aos munícipes 300.000.00€, por ano, 300.000.00€, por ano, serviços de vigilância das instalações da Câmara Municipal, instalações da Câmara, Pavilhão, tudo o que são edifícios sob gestão da Câmara Municipal, 300.000.00€, por ano, é muito dinheiro!

----- Há aqui outra verba que também me parece excessiva - Serviços para a realização do método de seleção obrigatório em procedimentos concursais, Avaliação Psicológica - 12.000.00€, por ano. É pá! não sei, depende da quantidade de pessoas e das funções que irão desempenhar, não é? - Mas não sou ninguém para julgar que estão a cobrar muito ou pouco, parece-me é excessivo para contratar pessoas ter que pagar 12.000.00€ à partida, para escolher as pessoas. E não sou especialista, não é? - Imagine que fosse para um controlador aéreo, seriam 40.000.00€, para selecionar cada um, não é?

----- Depois, temos aqui duas verbas previstas que tem a ver com o avião, que já há muito tempo que levantou voo, daqui, da Assembleia, e nunca mais aterrou. Não sei como é que está este caso. Mas, também, não é isso, eu não estou a questionar nada disso, mas estão aqui, de qualquer forma, previstos, para os próximos 3 anos, cerca de 130.000.00€.

----- Depois temos aqui outra rubrica que é “Aquisição de Serviços para Tratamento de Águas”, o tal contrato que a Câmara Municipal já me respondeu, de 2.300.000.00€, por um período de 5 anos, que irá terminar em maio de 2015. Sei qual será o procedimento, mas está aqui uma verba prevista de 500.000.00€, para tratarem a água, a Câmara terá que pagar 500.000.00€ a uma empresa, suponho, por concurso, que vai custar 500.000.00€ para bebermos a água que pagamos, não é? - Mas tem qualidade.

----- Depois, aqui, mais 2 ou 3 verbas que vão naquele sentido que eu falei, que era os tratamentos dos resíduos sólidos e o acordo decorrente da concessão à ATMAD

deduzidos os valores em créditos resultantes da correção de caudais e tarifas. Além dos processos que a Câmara tem em Tribunal, no valor de 4.500.000.00€, a Câmara ainda tem um acordo com a ATMAD, em que prevê gastar mais 1.000.000.00€, por ano, com a ATMAD, 937.000.00€. Vocês já estão a ver isto, tomar banho vai sair muito caro. -

----- Resíduos Sólidos Urbanos, Aquisição de Serviços, Recolha de Serviços Sólidos Urbanos. - Também vão ter que cuidar deste assunto, porque isto custa ao Município 1.800.000.00€, por ano. Está previsto gastar 1.800.000.00€, por ano. Vocês sabem que o lixo que é recolhido, essencialmente aquele que é recolhido de uma forma seletiva, além de não ser lixo, é uma fonte de rendimento para quem o receber? – Portanto, nós vamos pagar 1.800.000.00€, para cada vez entregarmos mais lixo separado, para alguém vir a ganhar dinheiro com isso. Acho que há aqui assuntos muito sérios porque só em água, lixo e saneamento, estão aqui 15.000.000.00€ em jogo, para estes próximos 3 anos.

----- Portanto, acho que era um bom ponto para discutirmos numa próxima AM e ver o que é que nós queremos fazer com isto, porque, realmente, é preocupante. Sinceramente, acho que é preocupante, e quem olhar para estes números, acho que chega à mesma conclusão que eu.

----- Em relação aos funcionários da Câmara Municipal, só agora é que tive conhecimento, aqui, do que está também nesta parte do ponto das “contingências”, que são o número de processos que a Câmara Municipal perdeu por não ter “Anulação de Despacho de não Progressão na Carreira”. Eu pensei, isto podia acontecer a um funcionário, dois, sinceramente eu não sei, não sei quem é que pode estar aqui, mas, para terem ideia, isto são: um, dois, três, quatro, cinco, seis, seis processos que a Câmara perdeu por o Sr. Presidente não ter dado a autorização de progressão na carreira a seis funcionários, não foi? - Suponho que não tenha sido este Presidente, não estou a ver, não, isto é um processo que demora tempo, portanto, isto terá sido um processo anterior, mas, se queremos os funcionários motivados, não vamos

esperar pelo Tribunal, para ver se ele sobe de A para B, não é? - Acho que as pessoas devem ser melhor tratadas. Sei que há trabalhadores fáceis e outros difíceis, mas aquilo que é a progressão na carreira... e não sou fundamentalista dos direitos dos trabalhadores, não podem chegar a Tribunal para decidir se o trabalhador reúne as condições, se o trabalhador pode progredir ou não, só porque terá algum diferendo, eventualmente, com alguém dentro da hierarquia, dentro da Câmara Municipal.....

----- E tenho dito, como diz ali o nosso colega.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ora, terminou a intervenção Sr. Deputado. Terminaram também as intervenções. Tem, agora, tempo, a Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente para fazer, digamos, uma intervenção final sobre o tema, se entender, senão passamos à votação.

----- **Presidente da Câmara** – Vou tentar dar, pequenos esclarecimentos, esclarecimentos pontuais.

----- Um comentário àquilo que disse o Membro Pedro Rego, relativamente à fixação de pessoas no território, gostava de dizer o seguinte: Neste momento está em cima da mesa a criação de mais de 600 postos de trabalho até 2018, no nosso Concelho. É evidente que não posso garantir, como é evidente, que todos estes postos de trabalho sejam criados. Estão os processos, em curso, para que isto aconteça. O Município está a diligenciar e a fazer todos os possíveis, e posso dizer-vos, até impossíveis, para que isto seja uma realidade.

----- No entanto gostava de vos deixar esta nota. Se tudo vier a acontecer, e oxalá que assim aconteça, como está previsto acontecer, nós estaremos a dar um grande salto nesta matéria. Estamos a falar de coisas extremamente importantes e que são o resultado, algumas delas, das medidas tomadas pelo Município, nomeadamente na redução dos valores dos terrenos por metro quadrado. Só em Mós, neste momento, para os projetos que estão para sere executados, prevê-se a criação de mais 60 postos de trabalho. E, isto, naquilo que foram vendas feitas há relativamente pouco tempo.

----- Dir-me-ão: Estão criados amanhã? - Alguns estarão. Há uma empresa que se vai instalar em Janeiro, em Mós, vai criar, logo à partida, 10 postos de trabalho, com a previsão de criar mais 10, imediatamente a seguir.

----- Há uma outra empresa Italiana que esteve aqui connosco, esteve comigo a semana passada, que quer instalar-se também em Bragança e quer ir para a zona de Mós, ou ficar aqui noutra estabelecimento na Zona Industrial, se conseguir um espaço para isso.

----- Há uma outra empresa que adquiriu um outro lote também para expandir a sua atividade, que está com esse objetivo.

----- Portanto, há aqui muitos postos de trabalho em carteira, para além de não falar já que havia, houve essa possibilidade, e posso dizer-vos, não tenho problema nenhum em dizer-vos, que houve a possibilidade e negociação nesse sentido para que a PT duplicasse o número de trabalhadores no Call Center. E, isso, só não avançou porque, infelizmente, sabem aquilo que aconteceu com a PT. Estava tudo devidamente encaminhado e entretanto o processo foi adiado por não se saber exatamente a estratégia de atuação da nova gestão da PT. Portanto, isto não está incluído nos 600 que eu falei, era outro número. Estamos, claramente, a apostar numa estratégia de criação de postos de trabalho e de fixação de pessoas no nosso Concelho. E estou certo que isto vá acontecer, porque está a ser acompanhado a um nível muito mais alto do que propriamente o Município de Bragança. Será, seguramente, um grande salto para o desenvolvimento do nosso Concelho.

----- Para o membro Pedro Rego - Relativamente à questão dos animais, eu aconselhava-o a ir à página 34 e verificar aquilo que está lá escrito, no Plano e Orçamento, relativamente a esta matéria.

----- Relativamente àquilo que foi proposto pelo Membro Pedro Rego, não poderemos ter a política de baixamos as taxas todas e querermos fazer o investimento máximo. Isso é impossível. Só numa matemática completamente errada é que isso funciona. É necessário que tenhamos verbas para poder executar algumas obras e realizar algumas atividades, pois a nossa política não poderá, nunca, ser a que os senhores querem praticar.

----- Para a Dr.^a Ana Cláudia - Nós com certeza que ficamos amarrados àquilo que escrevemos, obviamente, e com muito gosto. Na questão dos livros, não foi uma coisa

que não tivéssemos já pensado. Vamos ver se é possível operacionalizar isso, porque, seguramente, representaria alguma poupança para o Município.

----- Para a Dr.^a Maria Isabel - Relativamente à questão do aumento dos ativos financeiros, eles estão previstos para o Parque de Ciência e Tecnologia, são as unidades de participação, que o ano passado não estava previsto serem adquiridos e agora estão, por isso é que aumentou tanto naquilo que tem a ver com a Terra Fria Carnes. Nomeadamente ao nível dos recursos humanos, sabem que houve o processo de internalização dos trabalhadores. Mas o que é que aconteceu? - Houve necessidade de negociar, também, com esses trabalhadores. Eles podem não querer e houve alguns trabalhadores que, até agora, não assinaram o processo para poderem ser integrados no Município. Pois, ao isso não acontecer, eles terão de regressar, automaticamente, à Empresa Terra Fria Carnes, que assumirá o pagamento integral desses montantes a esses trabalhadores. Se estivessem, já, no Município, assumi-los-íamos nós, como têm que regressar à Terra Fria Carnes, assume a Terra Fria Carnes, e a Câmara Municipal de Bragança, tem de colocar lá o dinheiro como já fazíamos anteriormente.

----- Para o Professor Henrique Ferreira - Permita-me que discorde de si, e vou ter que o fazer, porque desafiou a vir, aqui, alguém, desmenti-lo sobre a questão do saneamento que não funciona em 70% das localidades. Eu tenho que discordar de si. Nós não temos essa indicação, nem pouco mais ou menos, a indicação que temos é que, efetivamente, as redes de saneamento, tirando casos pontuais, como acontece... por exemplo a minha aldeia. Há bocado estava a falar da minha Freguesia, Fermentãos, há um problema que é necessário resolver, e está previsto ser resolvido em 2015, com a mini Etar. Portanto, salvo situações pontuais, tudo funciona com normalidade e não será nunca abaixo dos 70%, como o Sr., há bocado, referiu.

----- Para o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Izeda - Reclamou a questão do estatuto diferente para a Vila de Izeda. Pois já o tem, hoje já tem. Comparativamente às outras juntas de freguesia, a Vila de Izeda é a única que está a ser abastecida por um sistema em que o Município de Bragança paga para a água chegar a Izeda e, mesmo assim, continua a receber os 40% que foram atribuídas às outras juntas de freguesia. Esse estatuto, diferente, já o tem, já não precisa de reclamar porque já o tem.

-----Relativamente à vossa participação na Feira de León, eu gostava de vos ler um e-mail dos técnicos do Município, que foi aquele que me chegou, e, por isso, na altura, não tinha conhecimento, e que diz o seguinte, é o e-mail do técnico que contactou a pessoa responsável, não sei se foi a pessoa responsável, mas alguém da Cooperativa, que diz o seguinte: Do contato telefónico estabelecido com a Cooperativa de Azeite de Izeda, a indicação que nos foi dada é que não tinham possibilidade para estar presentes na Feira de León, pelos seguintes motivos.

----- 1 – Grande fluxo de serviço, e por este motivo não tinham possibilidades de se fazerem representar.

----- 2 – Grande parte da produção já tinha sido vendida.

----- 3 – Não reuniam as condições legais solicitadas pelo Ayuntamiento de León, normativa de comércio exterior, não sei se é verdade ou não.

----- 3 – Dificuldade de articulação com outras empresas do Concelho.

----- Pois bem, estão aqui quatro razões apontadas para a vossa não participação. E eu não estive a inventar, rigorosamente, nada.

----- Sobre o índice de transparência, a entidade que faz este estudo é uma entidade que não é oficial, mas, também, não é por aí que não se coloca a importância que, talvez, ela merece. E nós estamos a colocá-la tal como ela foi colocada pelos senhores Vereadores do PS na Câmara Municipal, numa reunião de Câmara, em que argumentaram que o Município estava a prestar mau serviço aos cidadãos, pelo facto de termos descido no índice de transparência, do lugar 17.^o para o lugar 71.^a.

----- Sr. Presidente da Junta, é necessário darmos toda a atenção a todos os estudos, mesmo que eles não sejam tratados por entidades oficiais.

----- Para o Membro Francisco Pinheiro - É evidente que os processos em contencioso, à partida temos de presumir que, até haver condenação, as pessoas são inocentes; neste caso dos processos que estão em contencioso não assumir isto como uma dívida, porque, efetivamente, nós poderemos ganhá-los, como esperamos.

----- Já agora, deixe-me dizer-lhe que, até hoje, os processos de maior relevância que têm vindo a ser defendidos pelo Município de Bragança, têm sido ganhos a favor do Município. O Município vai ter mais 3.000.000.00€ para gastar, assim esperamos, estamos a falar de fundos comunitários, não estamos a falar de verbas garantidas.

-----O assunto que falou, da comemoração do 10 de Junho, que tinha custado 500.000.00€ ao Município, desconheço esse assunto, não sei do que está a falar, mandarei averiguar o que se passou. Posso dar-lhe uma nota. Não sei se o Senhor não terá confundido isto. Houve um problema na construção da laje, do estacionamento da Praça Camões, e, efetivamente, o consórcio teve de assumir isto como uma despesa, foi feito por conta do consórcio que a construiu, andou à volta dos 500.000.00€, efetivamente, mas o Município, aí, não pôs dinheiro, tanto quanto sei. ...

----- Quando falei da ATMAD, não disse que nós estaríamos a tentar renegociar o contrato, não foi isso que eu disse. Disse que estamos a analisar o contrato, devidamente, para, futuramente, se viermos a ser confrontados com uma situação de negociação, uma vez que está a haver a fusão dos vários sistemas Multimunicipais, que possamos ter argumentação clara e objetiva para defendermos os interesses do Município.

----- Os serviços de vigilância ao Município custam aquilo que é apresentado através de um concurso público e posso dizer-vos que é um valor considerável, mas não poderíamos fazer de outra forma, Se, eventualmente, tivéssemos que ter trabalhadores do Município a fazer o controle que é feito pelos Serviços de Segurança e Vigilância, provavelmente ficar-nos-ia muito mais caro do que aquilo que pagamos a uma empresa privada. Também são postos de trabalho criados cá, são pessoas de cá, que estão a trabalhar, e são postos de trabalho criados, aqui, em Bragança.

-----A avaliação psicológica que falou, o valor excessivo de 12.000.00€ - Provavelmente terá que ser superior. Recordo-vos que a avaliação psicológica que é feita nos procedimentos concursais para recrutamento de recursos humanos, é contratada ao IPB. Se for para um Assistente Operacional é um determinado valor, se for para um Técnico Superior será outro valor, e nós nunca sabemos qual é o número de candidatos que vamos ter, se forem muitos, será mais trabalho, será mais despesa para nós, se forem menos.

-----Relativamente ao lixo, eu nem vou falar, porque é, seguramente, o serviço mais caro que o Município tem. Eu queria dizer-vos o seguinte: Todo o lixo que chega à estação de tratamento de Urjais, o sistema multimunicipal, como sabem, que é gerido por 13 municípios. É dos que tem, neste momento, o tarifário mais baixo, dos mais baixos a nível nacional, por tonelada. Separa-se o plástico, o papel, o metal.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Câmara.

-----Vamos passar à votação dos Documentos Previsionais para o Ano 2015, Grandes Opções do Plano e Orçamento.

----- Temos, na Sala, setenta e oito Deputados.

-----**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM UM VOTO CONTRA, DEZOITO ABSTENÇÕES E CINQUENTA E NOVE VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E OITO MEMBROS PRESENTES.**.....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto, Srs. Deputados?

----- Para declaração e voto: Sr. Deputado Armindo Lopes; Sr. Presidente da União de Freguesias de Izeda/Calvelhe e Paradinha Nova, e Sr. Deputado Henrique Ferreira. .

----- Tem a palavra o Sr. deputado Armindo Lopes.

-----**Armindo Lopes** - A declaração de voto é relativamente à minha abstenção. Portanto, eu não votei de forma favorável, só por não concordar que neste orçamento não esteja explanado nada favorável para investimento na minha terra, em Izeda. Em todas as várias reuniões que temos tido com o Sr. Presidente da Câmara, mostrando-lhe as nossas necessidades, que lhas apresentámos e que são muitas, também não concordando com o que o Sr. Presidente disse, que Izeda já é diferenciada só pela água. Portanto, se há diferenciação, e acho que isso não é argumento a dizer, relativamente à Vila de Izeda, porque a Vila de Izeda, quer queiramos, quer não, é diferente das outras localidades rurais do Concelho de Bragança. Não vou dizer que é melhor ou que é pior, só dizer que tem realidades diferentes, porque é vila, tem um Estabelecimento Prisional e um Escola EB2-3, faz parte do Agrupamento de Escolas Abade de Baçal. E é, por essa razão, que Izeda merecia outro tratamento.

----- **Presidente da Mesa**- Tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, o Sr. Presidente de Junta da União de Juntas de Izeda/Calvelhe e Paradinha Nova.

----- **Luís Fernandes** – A declaração de voto vai no sentido de justificarmos a nossa abstenção, e o Armindo já aqui disse, e eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se o fator diferencial que faz em relação a Izeda, é esta questão da água. E eu

já, aqui, frisei esta questão uma vez. O que é que importa à população de Izeda se a Câmara vai buscar a água a Macedo, ou se tenha que ir buscar água a uma origem própria, que importa isso? - Se a Câmara de Bragança vai buscar a água a Macedo, é porque achou, na altura, conveniente ir a Macedo. Agora, porque é que me vem dizer, o Sr. Presidente, que o fator diferencial entre qualquer aldeia do mundo mural, é porque a Câmara compra a água a Macedo e nos dá o dinheiro! - Eu não vejo qualquer razão nisso.

----- Outra questão que eu também gostava de salientar... ..

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, declaração de voto não é intervenção

----- **Luís Fernandes** – Exatamente, o Sr. Presidente interpretou mal as questões em relação à transparência. Eu até fui crítico em relação à transparência. Agora, vem-me atirar para mim o que é que os nossos Vereadores disseram ou não disseram, isso não é comigo, os Srs. Vereadores fazem o trabalho deles e eu faço o meu.

----- **Presidente da Mesa** – Peço desculpa, peço desculpa, tome atenção... ..

----- **Luís Fernandes** – Estava aqui a falar da Junta, até lhe perguntei se as Juntas estão avaliadas, portanto... ..

----- **Presidente da Mesa** – Uma declaração de voto tem que ser sintética. Eu votei desta ou daquela forma, por isto, não é dizer: pergunto ao Sr. Presidente de Câmara, veja, está a ver, porque é que me disse, tal, tal... ..

----- **Luís Fernandes** – Ó! Sr. Presidente, eu sei isso, mas também temos que... ..

----- **Presidente da Mesa** – Porque é que votou, da forma que votou... ..

----- **Luís Fernandes** – É exatamente por isso.

----- **Presidente da Mesa** – Pronto, ok, obrigado.

----- Ainda, para declaração de voto, Pedro Rego do PS.

----- **Pedro Rego** – Obrigado Sr. Presidente, e, de forma muito sucinta, a Bancada Municipal do PS declara que votou abstenção, embora não concordando com muitos dos planos e das opções deste orçamento, damos o benefício da dúvida por ser,

efetivamente, o primeiro Plano do Orçamento deste Executivo, e do seu planeamento para este próximo triénio de execução.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, Henrique Ferreira do MSP. -

----- **Henrique Ferreira** – O MSP absteve-se, pelas razões que inicie, que indiquei no final da minha intervenção.

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, foi bastante sintético.

----- Eduardo Malhão do PSD tem a palavra, para a declaração de voto.

----- **Eduardo Malhão** – O PSD não partilha da visão pessimista dos restantes partidos aqui representados, prefere, antes, numa visão otimista, olhar para o copo meio cheio e não meio vazio. Vê, neste documento, um documento que cria valor social, valor económico, valor cultural, em suma, que cria desenvolvimento, e, por isso, saúda esta votação e esta aprovação por larga maioria. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Está terminado e encerrado este ponto da agenda, passamos para o ponto seguinte.

PONTO 3.3 – Apreciação e deliberação da Proposta da 2.ª Alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança.

“PROPOSTA DA 2.ª ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

PREÂMBULO

Considerando que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, revogou parcialmente a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Considerando que o Regimento da Assembleia Municipal de Bragança 2009/2013, dispõe de um conjunto de artigos que se encontram automaticamente

revogados pelas alterações ao articulado introduzido pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Considerando que é necessário proceder à conformidade da redação dos artigos vertidos no Regimento da Assembleia Municipal de Bragança para o Mandato Autárquico 2013/2017 com as alterações normativas introduzidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e com a reorganização administrativa das freguesias consagrada na Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro.

Assim, nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal “elaborar e aprovar o seu regimento”.

1.º - Os artigos 1.º, 2.º, 4.º, 9.º, 10.º, 11.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 18.º, 19.º, 20.º, 22.º, 24.º, 25.º, 32.º, 41.º, 42.º, 44.º, 45.º, 46.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, passam a ter a seguinte redação:

**Artigo 1.º
(Natureza)**

A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do município.

**Artigo 2.º
(Constituição)**

1. (...).
2. (...).
3. (...).
4. No atual mandato, a Assembleia Municipal de Bragança é constituída por 39 Presidentes de Juntas de Freguesia do Concelho e 40 membros eleitos diretamente.

**Artigo 4.º
(Competências da assembleia municipal)**

No âmbito das competências de funcionamento:

1. Compete à Assembleia Municipal:
 - a) Eleger, por voto secreto, o Presidente da Mesa e dois secretários;
 - b) Elaborar e aprovar o seu Regimento;
 - c) Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;

- d) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do município e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da câmara municipal.
2. No exercício das respetivas competências, a assembleia municipal é apoiada por trabalhadores dos serviços do município a afetar pela câmara municipal, nos termos do artigo 31.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

No âmbito das competências de apreciação e fiscalização:

3. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara:

- a) Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões;
- b) Aprovar as taxas do município e fixar o respetivo valor;
- c) Deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município;
- d) Fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, bem como autorizar o lançamento de derramas;
- e) Pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento pelo Governo de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte para os municípios;
- f) Autorizar a contratação de empréstimos;
- g) Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município;
- h) Aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município;
- i) Autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública, assim como a alienar ou onerar bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- j) Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;
- k) Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e o Estado e entre a câmara municipal e a entidade intermunicipal e autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia;
- l) Autorizar a resolução e revogação dos contratos de delegação de competências e a resolução dos acordos de execução;
- m) Aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais e a estrutura orgânica dos serviços municipalizados;
- n) Deliberar sobre a criação de serviços municipalizado se todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à câmara municipal;
- o) Aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais e dos serviços municipalizados;
- p) Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais;
- q) Deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal;

- r) Aprovar as normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes do ordenamento do território e do urbanismo;
- s) Deliberar sobre a criação do conselho local de educação;
- t) Autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;
- u) Autorizar o município a constituir as associações previstas no capítulo IV do título III;
- v) Autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos seus trabalhadores, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares;
- w) Deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal.

4. Compete ainda à assembleia municipal:

- a) Acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k) do número anterior;
- b) Apreciar, com base na informação disponibilizada pela câmara municipal, os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;
- c) Votar moções de censura à Câmara Municipal, em avaliação da ação desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros;
- d) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, a qual deve ser enviada ao presidente da assembleia municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão;
- e) Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores;
- f) Aprovar referendos locais;
- g) Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da câmara municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;
- h) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços do município;
- i) Discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;
- j) Elaborar e aprovar o regulamento do conselho municipal de segurança;
- k) Tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o município;
- l) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município;
- m) Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;

- n) Fixar o dia feriado anual do município;
 - o) Estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição dos brasões, dos selos e das bandeiras do município e proceder à sua publicação no *Diário da República*.
5. Não podem ser alteradas na assembleia municipal as propostas apresentadas pela câmara municipal referidas nas alíneas a), i) e m) do n.º 3 e na alínea m) do número anterior, sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela assembleia municipal.
6. As propostas de autorização para a contratação de empréstimos apresentadas pela câmara municipal, nos termos da alínea f) do n.º 3, são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.
7. Compete ainda à assembleia municipal:
- a) Convocar o secretariado executivo metropolitano ou a comunidade intermunicipal, conforme o caso, e nos termos da presente lei, com o limite de duas vezes por ano, para responder perante os seus membros pelas atividades desenvolvidas no âmbito da área metropolitana ou comunidade intermunicipal do respetivo município;
 - b) Aprovar moções de censura à comissão executiva metropolitana ou ao secretariado executivo intermunicipal, no máximo de uma por mandato.

Artigo 9.º **(Competências da mesa)**

1. Compete à Mesa:

- a) Elaborar o projeto de Regimento da Assembleia Municipal ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito;
- b) Deliberar sobre as questões de interpretação e integração de lacunas do Regimento;
- c) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;
- d) Verificar a conformidade legal e admitir as propostas da Câmara Municipal legalmente sujeitas à competência deliberativa da Assembleia Municipal;
- e) Encaminhar, em conformidade com o Regimento, as iniciativas dos membros da Assembleia Municipal, dos Grupos Municipais e da Câmara Municipal;
- f) Assegurar a redação final das deliberações;
- g) Realizar as ações que lhe sejam determinadas pela Assembleia Municipal no exercício da competência a que se refere a alínea a) do n.º 4 do artigo 4.º deste Regimento;
- h) Encaminhar para a Assembleia Municipal as petições e queixas dirigidas à mesma;
- i) Requerer à Câmara Municipal ou aos seus membros a documentação e informação que considere necessárias ao exercício das competências da Assembleia Municipal, assim como ao desempenho das suas funções, nos termos e com a periodicidade julgados convenientes;
- j) Proceder à marcação e justificação de faltas dos membros da Assembleia Municipal;

- k) Comunicar à Assembleia Municipal a recusa da prestação de quaisquer informações ou documentos, bem como a falta de colaboração por parte da Câmara Municipal ou dos seus membros.
- l) Comunicar à Assembleia Municipal as decisões judiciais relativas à perda de mandato em que incorra qualquer membro;
- m) Dar conhecimento à Assembleia Municipal do expediente relativo aos assuntos relevantes;
- n) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinadas pela Assembleia Municipal;
- o) Exercer as demais competências legais.

2. O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal.

3. Das deliberações da Mesa da Assembleia Municipal cabe recurso para o plenário.

Artigo 10.º

(Competências do Presidente da Assembleia)

1. Compete ao Presidente da Assembleia Municipal:

- a) Representar a Assembleia Municipal, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;
- b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
- c) Abrir e encerrar os trabalhos das sessões;
- d) Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das sessões;
- e) Assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações;
- f) Suspender e encerrar antecipadamente as sessões, quando circunstâncias excepcionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da sessão;
- g) Integrar o conselho municipal de segurança;
- h) Comunicar à Assembleia de Freguesia ou à Câmara Municipal as faltas dos Presidentes de Junta de Freguesia e do Presidente da Câmara Municipal às sessões da Assembleia Municipal;
- i) Comunicar ao Ministério Público competente as faltas injustificadas dos restantes membros da Assembleia, para os efeitos legais;
- j) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinados pelo Regimento ou pela Assembleia Municipal;
- k) Exercer as demais competências legais.

2. Compete ainda ao Presidente da Assembleia Municipal autorizar a realização de despesas orçamentadas relativas a senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da Assembleia Municipal e de despesas relativas às aquisições de bens e serviços correntes necessárias ao seu regular funcionamento e representação, comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 11.º
(Competências dos Secretários)

Compete aos Secretários coadjuvar o Presidente da Assembleia Municipal no exercício das suas funções, assegurar o expediente e, na falta de trabalhador designado para o efeito, lavrar as atas das sessões.

Artigo 13.º
(Sessões ordinárias)

1. A Assembleia Municipal reúne em cinco sessões ordinárias anuais, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro, convocadas com uma antecedência mínima de oito dias por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo.
2. A apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, a respetiva avaliação e a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior devem ter lugar na sessão ordinária de abril, e a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte na sessão de novembro, salvo o disposto no artigo seguinte.

Artigo 14.º
(Aprovação especial dos instrumentos previsionais)

A aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano imediato ao da realização de eleições intercalares nos meses de novembro ou dezembro tem lugar, em sessão ordinária ou extraordinária do órgão deliberativo que resultar do ato eleitoral, até ao final do mês de abril do referido ano.

Artigo 15.º
(Sessões extraordinárias)

1. A Assembleia Municipal reúne em sessão extraordinária por iniciativa do seu Presidente, da mesa ou após requerimento:
 - a) Do Presidente da Câmara Municipal, em cumprimento de deliberação desta;
 - b) De um terço dos seus membros;
 - c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do município equivalente a 5% do número de cidadãos eleitores até ao limite máximo de 2500.
2. O Presidente da Assembleia Municipal, no prazo de cinco dias após a sua iniciativa ou da mesa ou a receção dos requerimentos previstos no número anterior, por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo, convoca a sessão extraordinária da Assembleia Municipal.
3. A sessão extraordinária referida no número anterior deve ser realizada no prazo mínimo de três dias e máximo de 10 após a sua convocação.
4. Quando o presidente da mesa da Assembleia Municipal não convoque a sessão extraordinária requerida podem os requerentes convocá-la diretamente,

observando, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 2 e 3 e promovendo a respectiva publicitação nos locais habituais.

Artigo 16.º
(Convocatória das sessões)

1. A Assembleia Municipal é convocada pelo Presidente da Assembleia.
2. Os membros da Assembleia são convocados por edital e por carta com aviso de receção, ou por protocolo ou e-mail com, pelo menos, oito dias de antecedência.
3. (...).
4. (...).

Artigo 18.º
(Ordem do dia)

1. A ordem do dia de cada sessão é estabelecida pela Mesa da Assembleia Municipal, ouvida a Comissão Permanente.
2. A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respectiva documentação.
3. Da ordem do dia de cada sessão ordinária constará, obrigatoriamente, a informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º deste Regimento.
5. A ordem do dia deve incluir os assuntos indicados pelos membros do respetivo órgão, desde que sejam da competência deste e o pedido correspondente seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de:
 - a) Cinco dias úteis sobre a data da sessão, no caso das sessões ordinárias;
 - b) Oito dias úteis sobre a data da sessão, no caso das sessões extraordinárias.

Artigo 19.º
(Quórum)

1. Os órgãos das autarquias locais só podem reunir e deliberar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.
2. As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.
3. Quando o órgão não possa reunir por falta de quórum, o presidente designa outro dia para nova sessão, que tem a mesma natureza da anterior, a convocar nos termos previstos neste Regimento.

4. Das sessões canceladas por falta de quórum é elaborada ata na qual se registam as presenças e ausências dos respetivos membros, dando estas lugar à marcação de falta.

Artigo 20.º
(Duração das sessões)

1. A Assembleia Municipal pode quando necessário, reunir mais do que uma vez no decurso da mesma sessão.
2. (...).

Artigo 22.º
(Caráter público das sessões)

1. As sessões da Assembleia Municipal são públicas.
2. Às sessões da Assembleia Municipal deve ser dada publicidade, com indicação dos dias, horas e locais da sua realização, de forma a promover o conhecimento dos interessados com uma antecedência de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data das mesmas.
3. A nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas, sob pena de sujeição à aplicação de coima, nos termos legalmente previstos, pelo Juiz da Comarca, sob participação do Presidente do respetivo órgão.
4. Nas sessões dos órgãos deliberativos há um período para intervenção e esclarecimento do público.

Artigo 24.º
(Período de Antes da Ordem do Dia)

1. Aberta a sessão, a mesa dará notícia dos pedidos de renúncia ou suspensão do mandato, das ausências até 30 dias e do expediente e divulgará os pedidos de informação ou esclarecimentos que lhe tenham sido formulados, no espaço entre as sessões, bem como as respetivas respostas, e submeterá a votação a ata ou atas da sessão ou sessões anteriores.
2. Em cada sessão ordinária dos órgãos autárquicos há um período de Antes da Ordem do Dia (PAOD), com a duração de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nomeadamente para:
 - a) Discussão e deliberação sobre votos de louvor, moções, propostas, recomendações, pareceres, protestos ou pesares;
 - b) Interpelação à câmara sobre assuntos da respetiva administração e resposta dos seus membros;
 - c) Tomadas de posição política.
3. O tempo de intervenção no período de Antes da Ordem do Dia (PAOD) é o que consta do artigo 29.º deste Regimento.

Artigo 25.º

(Período da Ordem do Dia)

1. O período da Ordem do Dia (POD) será destinado, exclusivamente, ao tratamento dos assuntos constantes da convocatória, sem prejuízo do disposto no artigo 42.º deste Regimento.
2. A sequência das matérias constantes da Ordem do Dia poderá ser alterada por votação e aprovação por maioria simples dos membros da assembleia.
3. Nas sessões ordinárias, um dos pontos obrigatórios do POD será a apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca do estado e vida do município e, ainda, do cumprimento do plano de atividades.
4. A informação escrita referida no número anterior deve ser depositada nos serviços de apoio à Assembleia Municipal até às 10 horas do quinto dia útil anterior ao início da sessão, para conhecimento dos interessados.
5. Na abertura desse ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Câmara disporá de um tempo máximo de 15 minutos para tecer considerações adicionais relacionadas com o texto da informação acerca da atividade municipal.

Artigo 32.º

(Uso da palavra no Período de Intervenção do Público)

1. Nas reuniões da Assembleia Municipal há um período de 30 minutos para intervenção do público, durante o qual lhe serão prestados os esclarecimentos solicitados.
2. O período de 30 minutos decorrerá logo após a aprovação da ata.
3. Os munícipes interessados em intervir deverão inscrever-se na mesa até à aprovação da ata, indicando o nome, morada e assunto a tratar.
4. O tempo referido no n.º 1 do presente artigo será distribuído pela Mesa pelos munícipes inscritos não podendo cada um exceder 10 minutos na sua intervenção ou o tempo que lhe for fixado pela Mesa caso o tempo global previsto seja insuficiente para conceder esse tempo a cada inscrito.
5. Terminado o período fixado, a Mesa, qualquer Membro da Assembleia Municipal ou o Presidente da Câmara Municipal, ou quem legalmente o substitua, prestarão os esclarecimentos solicitados ou, se tal não for possível, serão fornecidos, posteriormente por escrito.

Artigo 41.º

(Votações)

1. A votação é nominal, salvo se o Regimento estipular ou o órgão deliberar, por proposta de qualquer membro, outra forma de votação.

2. O presidente vota em último lugar.
3. As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto e, em caso de dúvida, o órgão delibera sobre a forma da votação.
4. Havendo empate em votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a sessão seguinte, procedendo-se a votação nominal se na primeira votação desta sessão se repetir o empate.
5. Quando necessária, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto é feita pelo Presidente após a votação, tendo em conta a discussão que a tiver precedido.
6. Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do órgão que se encontrem ou se considerem impedidos.

Artigo 42.º
(Objeto das deliberações)

1. Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da sessão.
2. Tratando-se de sessão ordinária de órgão deliberativo, e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem do dia.

Artigo 44.º
(Atas)

1. De cada sessão é lavrada ata, a qual contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da sessão, os Membros da Assembleia Municipal presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.
2. As atas são lavradas, sempre que possível, por trabalhador da autarquia designado para o efeito e são postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva sessão ou no início da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.
3. As atas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das sessões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes, sendo assinadas, após aprovação, pelo Presidente e por quem as lavrou.
4. As deliberações dos órgãos só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas, nos termos dos números anteriores.

Artigo 45.º
(Registo na ata de voto de vencido)

1. Os membros da Assembleia Municipal podem fazer constar da ata o seu voto de vencido e as respetivas razões justificativas.
2. Quando se trate de pareceres a emitir para outras entidades, as deliberações são sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.
3. O registo na ata do voto de vencido exclui o eleito da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação.

Artigo 46.º
(Publicidade das deliberações)

1. Para além da publicação em Diário da República quando a lei expressamente o determine, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, sem prejuízo do disposto em legislação especial.
2. Os atos referidos no número anterior são ainda publicados no sítio da Internet, no boletim da autarquia local e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da respetiva autarquia, nos 30 dias subsequentes à sua prática, que reúnam cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Sejam portugueses, nos termos da lei;
 - b) Sejam de informação geral;
 - c) Tenham uma periodicidade não superior à quinzenal;
 - d) Contem com uma tiragem média mínima por edição de 1500 exemplares nos últimos seis meses;
 - e) Não sejam distribuídas a título gratuito.
3. As tabelas de custos relativas à publicação das decisões e deliberações mencionadas no n.º 1 são estabelecidas anualmente por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da comunicação social e da administração local, ouvidas as associações representativas da imprensa regional e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Artigo 50.º
(Constituição)

1. A Assembleia Municipal pode deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalhos para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do município e sem prejudicar o funcionamento e atividade normal da Câmara Municipal.
2. (...).

2.º O Regimento da Assembleia Municipal de Bragança para o Mandato Autárquico 2013/2017 é republicado em anexo com as alterações introduzidas

ao seu articulado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com a reorganização administrativa das freguesias consagrada na Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro”.

PROPOSTA DA COMISSÃO PERMANENTE:

“PROPOSTA DA 2.ª ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

No âmbito da reorganização administrativa consagrada na Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, e das revogações efetuadas à Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (*Lei quadro de competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias*), com a redação dada pela Lei n.º 5- A/2002, tornou-se necessário proceder à revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança tendo, também, a Comissão Permanente reunido no sentido de introduzir algumas alterações ao documento com o intuito de o melhorar.

Foram alterados pela Comissão Permanente os seguintes os artigos:

Artigo 5.º (Convocação para a instalação dos órgãos da autarquia)

1. (...)
2. (...)
3. Na falta de convocação, no prazo do número anterior, cabe ao cidadão mais bem posicionado na lista vencedora das eleições para a assembleia municipal efetuar a convocação em causa, nos cinco dias imediatamente seguintes ao esgotamento do prazo referido.

Artigo 7.º (Primeira reunião)

1. (...)
2. (...)
3. (...)
4. Se o empate persistir nesta última, é declarado eleito para as funções em causa o cidadão que, de entre os membros empatados, se encontrava mais bem posicionado nas listas que os concorrentes integraram na eleição para a assembleia municipal, preferindo sucessivamente a mais votada.
5. (...)

Artigo 19.º

(Quórum)

5. A Assembleia Municipal só pode reunir e deliberar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.
6. (...)
7. (...)
8. (...)

Artigo 21.º

(Continuidade das reuniões)

1. (...)
2. (...)
 - a) (...)
 - b) (...)
3. (...)
 - a) (...)
 - b) (...)
 - c) A solicitação de um Grupo Municipal e/ou Partido ou do representante dos Presidentes de Junta;
 - d) (...)
4. (...)
5. (...)

Artigo 24.º

(Período de Antes da Ordem do Dia)

5. As reuniões da Assembleia Municipal iniciam-se com a notícia dos pedidos de renúncia, suspensão do mandato e ausência até 30 dias com a leitura resumida do expediente e esclarecimentos prestado a pedidos que tenham sido formulados, no espaço entre sessões.
6. Será depois colocada a discussão a ata da reunião anterior, seguida de deliberação.
7. Segue-se a intervenção de cidadãos que queiram questionar sobre assuntos da atividade municipal e as respostas que os representantes dos órgãos os houverem por bem oferecer.
8. Em cada reunião ordinária há um período de "Antes da Ordem do Dia" (PAOD), um período de "Ordem do Dia" (POD) e um "Período de Intervenção do Público" (PIP).
9. Nas reuniões extraordinárias não há lugar a PAOD.
10. As notícias a que se refere o n.º 1, podem ser substituídas por comunicação ou síntese escrita entregue aos membros da AM, no dia anterior ou no início da reunião.

Artigo 25.º

(Período da Ordem do Dia)

6. O Período da Ordem do Dia (POD) será destinado, exclusivamente, ao tratamento dos assuntos constantes da convocatória, sem prejuízo do disposto no artigo 51.º deste Regimento.
7. (...)
8. Nas sessões ordinárias, um dos pontos obrigatórios do POD será a apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca do estado e vida do município e, ainda, do cumprimento do plano de atividades.
9. (...)
10. (...)

Artigo 26.º

(Participação dos membros da Câmara na Assembleia Municipal)

1. (...)
2. (...)
3. (...)
4. Os vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra.

Artigo 27.º

(Forma do exercício do direito de petição)

2. (...)
3. Têm o direito de apresentar petições em que solicitem a elaboração, modificação ou revogação de regulamentos e posturas, os Munícipes, as Associações e outras entidades representativas dos interesses económicos, sociais, culturais, desportivos e religiosos, sobre matérias do respetivo interesse.
4. (...)
5. (...)

Artigo 28.º - Renumerado, era o anterior "Artigo 27-A.º"

Artigo 29.º - Renumerado, era o anterior "Artigo 27-B.º"

(Exame em Comissão)

1. A Comissão examina a petição, exposição, reclamação ou queixa no prazo máximo de trinta prorrogável por um ou mais períodos, até ao limite de mais trinta dias, mediante autorização da Mesa da Assembleia.
2. (...)
 - a) (...)
 - b) (...)
 - c) (...)
3. (...)
4. (...)

Artigo 30.º - Renumerado, era o anterior "Artigo 27-C.º"

Artigo 31.º - Renumerado, era o anterior "Artigo 27-D.º"
(Forma)

1. (...)
2. (...)
3. As Organizações de Moradores autoras da petição deverão estar devidamente identificadas, com indicação da designação e morada, assim como o nome, morada e número de cidadão eleitor do primeiro subscritor membro da Organização, aplicando-se com as devidas adaptações o previsto no artigo 28.º.

Artigo 32.º - Renumerado, era o anterior "Artigo 27-E.º"
(Admissão e Seguimento)

Na admissão e seguimento das petições apresentadas pelas Organizações de Moradores aplicam-se as disposições do artigo 29.º do Regimento.

Artigo 33.º - Renumerado, era o anterior "Artigo 27-F.º"
(Exame em Comissão)

No exame em comissão das petições apresentadas pelas Organizações de Moradores aplicam-se as disposições previstas no artigo 30.º do Regimento.

Artigo 34.º - Renumerado, era o anterior "Artigo 27-G.º"
(Exame em Plenário)

1. (...)
2. O debate é generalizado, nele intervindo Membros da Assembleia Municipais e Membros da Câmara por tempo global não superior a 60 minutos.

Artigo 35.º - Renumerado, era o anterior "Artigo 27-H.º"
(Admissão e disciplina)

1. A Assembleia Municipal reúne-se em sessão extraordinária a requerimento de um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do município equivalente a 5% do número de cidadãos eleitores até ao limite máximo de 2500.
2. (...)
3. (...)
4. (...)
5. (...)
6. (...)

Artigo 36.º - Renumerado, era o anterior "Artigo 27-I.º"

Artigo 37.º - Renumerado, era o anterior "Artigo 28.º"

(Uso da palavra pelos oradores)

1. (...)
2. O orador não pode ser interrompido nem estabelecer diálogo com os membros da CM e da AM, não sendo consideradas interrupções as vozes de concordância, discordância ou análogas.
3. (...)

Artigo 38.º - Renumerado, era o anterior "Artigo 29.º"

(Uso da palavra no Período de Antes da Ordem do Dia)

1. No Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD) o tempo global máximo de intervenção é de 60 minutos, nos quais se incluem os tempos atribuídos aos Grupos Municipais, e membros não inscritos, se os houver, aos Presidentes de Junta de Freguesia e Câmara Municipal.
2. Anterior n.º 3;
3. Anterior n.º 2;
4. (...)
5. (...)
6. (...)

Artigo 39.º - Renumerado, era o anterior "Artigo 30.º"

(Uso da palavra no Período da Ordem do Dia)

1. No Período da Ordem do Dia (POD) o tempo global de intervenção por cada ponto que o integra é o que consta da grelha que seja selecionada, nele se incluindo os tempos atribuídos aos Grupos Municipais, e membros não inscritos se os houver, aos Presidentes das Juntas de Freguesia e à Câmara Municipal.
2. (...)
3. (...)
4. O tempo atribuído aos Grupos Municipais é distribuído proporcionalmente ao número de representantes eleitos por cada Partido ou Coligação, ou Grupos de Independentes eleitos, depois de garantidos tempos mínimos.
5. Anterior n.º 4;
6. (...)
7. (...)
8. (...)
9. (...)
10. (...)
11. (...)
12. A gestão dos tempos que cada Grupo Municipal dispõe, para uso da palavra dos membros que o compõem, é da responsabilidade do seu líder.

A renumeração dos artigos continua até ao final, havendo uma diferença de nove números, a mais, em relação ao número do artigo do Regimento anterior.

(Ex. Anterior artigo 31.º + 9 = Atual artigo 40.º)

**Artigo 53.º
(Atas)**

1. De cada sessão é lavrada ata, a qual contém a transcrição integral das declarações de voto, das intervenções do público bem como das intervenções dos membros da Assembleia Municipal que o solicitem. Quanto ao demais, será lavrado um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da sessão, os Membros da Assembleia Municipal presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.
2. (...)
3. (...)
4. (...)

**ANEXO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA –
GRELHA DE DISTRIBUIÇÃO DE TEMPOS**

Artigo 39.º, n.º 6 e 7 do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança

ANEXO I

Tempo	A	B	C	D
Partido Social Democrata	13 Minutos	19 Minutos	25 Minutos	45 Minutos
Partido Socialista	7 Minutos	11 Minutos	14 Minutos	28 Minutos
Movimento Sempre Presente	5 Minutos	7 Minutos	10 Minutos	20 Minutos
Centro da Democracia Social	3 Minutos	5 Minutos	6 Minutos	15 Minutos
Coligação Democrática Unitária	3 Minutos	5 Minutos	6 Minutos	15 Minutos
Presidentes de Junta PSD	18 Minutos	26 Minutos	34 Minutos	55 Minutos
Presidentes de Junta PS	7 Minutos	11 Minutos	14 Minutos	25 Minutos
Câmara Municipal de Bragança	4 Minutos	6 Minutos	10 Minutos	37 Minutos
Total	60 Minutos	90	119	240

O Grupo de trabalho foi constituído pelos Membros da Comissão Permanente da Assembleia Municipal:

- Luís Manuel Madureira Afonso - Presidente da Mesa

- João Adriano Rodrigues - 1º Secretário
- Susana Andrea Ferreira Taveira - 2ª Secretária
- António Eduardo Fernandes Malhão - Representante do Grupo Municipal do Partido Social Democrata
- Bruno Viriato Gonçalves da Costa Veloso - Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista
- Henrique da Costa Ferreira - Representante do Grupo Municipal do Movimento Sempre Presente
- António Alberto Vaz Pereira Morais - Representante do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária
- Francisco Luís Pires Pinheiro - Representante do Grupo Municipal do Centro Democrático Social/ Partido Popular
- Luís Aníbal Rodrigues Martins - Representante do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do Partido Social Democrata
- José Carlos Fernandes Valente - Representante do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do Partido Socialista ”

----- **Presidente da Mesa** - Relativamente a este assunto, eu passava a palavra aqui à Sra. Segunda Secretária, porque foi relatora do documento, para fazer uma breve explicação das alterações do conteúdo do Regimento, que leva, naturalmente, à segunda alteração deste Regimento. Tem a palavra.

----- **Susana Taveira** – Ora, cumprimento os colegas da Mesa, Sr. Presidente, restante Executivo, Caros colegas do Plenário, Comunicação Social, Público presente. .

----- Vou tentar ser muito breve.

----- O Regimento teve necessidade de ser alterado, desde logo por imposição legal. Em 2013 surgiram 2 novas leis que fizeram com que o Regimento ficasse desfasado daquilo que era a imposição legal. Surgiu a Lei n.º 75/2013, que é o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que veio alterar, quase na totalidade, a Lei n.º 169/99, na qual o Regimento se suportava. Surgiu também a Lei n.º 11-A/2013, que é da Reorganização Administrativa, além destas alterações por imposição legal, a Comissão Permanente entendeu também fazer algumas alterações, que entendeu que melhorariam o Regimento e torná-lo-ia, ainda, mais funcional.

----- Além das declarações das certidões que lhes foram enviadas e do documento já com as alterações introduzidas, no âmbito da última reunião da Comissão

Permanente, foram ainda introduzidas 2 novas alterações, que, por força dos prazos para o envio da documentação, não estão vertidos no documento. Eu passaria, agora, a explicá-los e a lê-los, e os Srs. Deputados votariam essas alterações, também.

-----Artigo 17 – “Local das Sessões” - Seria aditado o número 3 com a seguinte redação.

-----“As Sessões que decorram no Auditório Paulo Quintela, ou noutra local com meios para o efeito, poderão ser gravadas em vídeo e transmitidas, diretamente, para o exterior, em tempo real, via Internet, do espaço da AM, no sítio do Município de Bragança.”

-----O que se pretende, com isto, é que estas Assembleias possam ser gravadas em vídeo e transmitidas para o exterior através de um ponto de acesso à Internet, de forma a que os cidadãos que não se podem deslocar a esta Assembleia, possam ter conhecimento do que aqui se passa.

-----Artigo 37, n.º 1 – “Uso da Palavra pelos Oradores” - Passou a ter a seguinte redação:

-----“No uso da palavra, os Oradores devem falar junto ao Microfone para registo Áudio e Vídeo da sua intervenção, podendo, ainda, usar como suporte, qualquer meio tecnológico que se encontre disponível para o efeito.”

-----Portanto, aqui foi suprimida a parte magnética, que já não se usa, e foi introduzida a parte Áudio e Vídeo, por força do que anteriormente disse.

-----Ainda no Artigo 37 - Foi aditada um nº 4, com a seguinte redação.

-----“A contagem dos tempos, por parte dos Membros que usam da palavra, será logo que adquirido programas específico, exibido para visualização de todo o plenário e do orador”

-----O que se pretende com isto é que a contagem dos tempos, para que não haja dúvida quanto à sua lisura e fidelidade, possa ser exibido aqui atrás da Mesa, possivelmente, de forma a que todos os Deputados possam visualizar a contagem dos tempos.....

----- Quería, ainda, ressaltar, aqui, que o Artigo 18 –“Ordem do Dia”, tem uma pequena gralha, passa do número 3 para o número 5, claramente é do número 3 para o número 4.

----- Se houver algum pedido de esclarecimentos, tentarei... ..

----- **Presidente da Mesa** – Pedidos de esclarecimento?

----- Ana Cláudia, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Sr. Presidente, não é bem um pedido de esclarecimento, é mais um sugestão de adiamento, de adiamento à votação deste ponto, por uma questão concreta. Foi referida toda a habilitação legal para a elaboração do Regimento, só que está para promulgação do Sr. Presidente da República, o novo Código de Procedimento Administrativo, no âmbito do qual, uma das maiores novidades, é, precisamente, a regulação da figura dos Regulamentos, quer na sua vertente substantiva, quer na sua vertente procedimental, incluído nomeadamente figuras como “Audiências Prévias de Interessados”. Portanto, eu não sei se fará sentido, neste momento, estarmos a votar um Regimento, em que poderíamos aproveitar mais conteúdo e procedimentos mais vantajosos para a participação, que é importante que aconteça, com o novo CPA que está para sair, que reconfigura toda a Figura dos Regulamentos, inclusivamente na sua execução.

----- Está para promulgação, ou veto. Quem esteve na Comissão da Revisão do CPA, ele tem uma autorização legislativa de seis meses, que caduca no dia 31 de dezembro. Portanto, ele tem que sair até ao fim do ano.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Bom, é um contributo importante. Eu chamo, aqui, junto de mim, os líderes dos Grupos Municipais, por favor.

----- Muito obrigado, Srs. Deputados. Antes de mais, também, naturalmente, agradecer aos Srs. Líderes dos Grupos Municipais por conferenciarem, aqui, com a Mesa e ajudar-nos, de facto, a fazer uma reflexão. Também, obrigado, pelo contributo trazido aqui pela Ana Cláudia Guedes de Almeida.

----- Foi opinião unânime, de todos os Líderes dos Grupos Municipais, de que houvesse, de facto, um adiamento, para adequar o documento para uma nova legislação que pode sair, então, a qualquer momento. Portanto, para este ponto ser retirado da Agenda, carece, naturalmente, da autorização do Plenário, pelo que apresento a seguinte proposta: “Retirar este assunto da Agenda de Trabalhos de hoje, desta Sexta Sessão Ordinária da Sessão da AMB”

----- Pergunto, pois, quem vota contra a retirada do assunto?

----- Então, foi aprovado, por unanimidade, que este assunto seja retirado da Agenda.....

----- Passamos, então, ao ponto seguinte.

PONTO 3.4 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 3.4.1 – Apoios às Freguesias: Grijó de Parada; Mós; Nogueira; Quintanilha; Salsas; Serapicos e Uniões de Freguesias de Castrelos /Carrzedo e Parada/Fáilde.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezassete de novembro do ano de dois mil e catorze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Octávio Augusto Fernandes, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“APOIO ÀS FREGUESIAS

Conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual refere que compete à assembleia municipal, sob

proposta câmara municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, pelo Sr. Presidente da Câmara foram presentes, depois de verificados pela Divisão de Administração Financeira, os seguintes pedidos:

União de Freguesias de Parada e Faílde

A União de Freguesias de Parada e Faílde solicitou um apoio financeiro, no valor de 15.000,00 euros, para ajuda ao calcetamento de Largo na Rua do Carrizal, em Parada.

O presente investimento foi contemplado no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação dos largos nas aldeias”, estando nesta data com um saldo de 57.750,00 euros.

Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 6.018.016,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 15.000,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Junta de Freguesia de Mós

A Junta de Freguesia Mós solicitou um apoio financeiro, no montante de 20.000,00 euros, para aquisição de terreno contíguo ao centro de convívio de Paço de Mós, no sentido de melhorar o acesso a essa infraestrutura e permitir a realização de eventos culturais e recreativos (convívios intergeracionais, jogos tradicionais, festas populares, entre outras).

A presente despesa enquadra-se na rubrica do Orçamento Municipal “0102|08050102”, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 74.448,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 6.003.016,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 15.000,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o

previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Junta de Freguesia Quintanilha

A Junta de Freguesia Quintanilha solicitou um apoio financeiro, no montante de 2.300,00 euros, para melhoria do caminho que integra a “Via de la Plata – Caminhos de Santiago”.

A presente despesa enquadra-se na rubrica do Orçamento Municipal “0102.08050102”, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 54.448,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 5.983.016,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 2.300,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Junta de Freguesia de Grijó de Parada

A Junta de Freguesia de Grijó de Parada solicitou um apoio financeiro, no valor de 25.000,00 euros, para execução da 1.ª fase das obras de ampliação do Cemitério de Freixedelo, visto, neste momento, já não haver espaço para a abertura de novas sepulturas.

O presente investimento foi contemplado no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 15/2007 “Apoio na realização de obras de beneficiação em cemitérios”, estando nesta data com um saldo de 25.000,00 euros.

Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 5.980.716,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 15.000,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Junta de Freguesias de Serapicos

A Junta de Freguesia de Serapicos solicitou um apoio financeiro, no valor de 15.000,00 euros, para ajuda ao calcetamento de Largo na Rua da Igreja, em Serapicos.

O presente investimento foi contemplado no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação dos largos nas aldeias”, estando nesta data com um saldo de 42.750,00 euros.

Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 5.955.716,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 15.000,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Junta de Freguesias de Salsas

A Junta de Freguesia de Salsas solicitou um apoio financeiro, no valor de 12.500,00 euros, para ajuda ao arranjo do Largo contíguo à Sede da Junta de Freguesia.

O presente investimento foi contemplado no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação dos largos nas aldeias”, estando nesta data com um saldo de 27.750,00 euros.

Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 5.940.716,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 15.000,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

União de Freguesias de Castrelos e Carrazedo

A União de Freguesias de Castrelo e Carrazedo solicitou um apoio financeiro, no valor de 10.000,00 euros, para calcetamento do caminho de acesso ao Santuário do Santo Amaro, em Alimonde.

O presente investimento foi contemplado no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação dos largos nas aldeias”, estando nesta data com um saldo de 15.250,00 euros.

Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 5.927.216,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 10.000,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Junta de Freguesia de Nogueira

A Junta de Freguesia de Nogueira solicitou um apoio financeiro, no valor de 80.000,00 euros, para execução da 2.ª fase das obras de construção do Polidesportivo de Nogueira, nomeadamente para a colocação da estrutura metálica e cobertura.

O presente investimento foi contemplado no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 20/2007 “Apoio à construção ou melhoria de Polidesportivos (...)”, estando nesta data com um saldo de cabimento de 100.000,00 euros.

Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 5.917.216,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 80.000,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Intervenção do Sr. Vereador, Victor Pereira

“No âmbito do pedido de apoio financeiro solicitado pela Junta de Freguesia Quintanilha, gostaria de referir que, esperamos que futuramente se pense numa intervenção no caminho de acesso ao Parque de lazer do Colado”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os referidos pedidos de apoio financeiro às Juntas de Freguesia, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.”

Declaração de voto dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

“Ao fim de mais de um ano de mandato finalmente vemos contemplado um e só um apoio a uma Junta de Freguesia liderada pelo Partido Socialista. Naturalmente o facto causa-nos alguma satisfação apesar do montante ser manifestamente pequeno, comparados com os apoios atribuídos a outras freguesias.

Bem sabemos que houve lapso na atribuição do apoio, já que o citado na certidão para esta reunião «melhoria do caminho que integra a “Via de la Plata – Caminhos de Santiago”, de acesso ao Parque de lazer do Colado» não é correto já que o apoio se destina à aquisição de um tubo para canalizar as águas pluviais do caminho que liga aos moinhos e também à fronteira, denominado *Via de la Plata*.

Ultrapassado o lapso, seria de todo o interesse para o concelho e para a freguesia, já que é das únicas praias fluviais do concelho, que brevemente aprovássemos em reunião de câmara o montante para a reparação e pavimentação do referido “Caminho do Colado”, à semelhança de outras reparações e repavimentações de caminhos já efetuados noutros pontos do concelho.

Votamos favoravelmente.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 18 de novembro de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** - Eu acrescento que, tal como na última Assembleia, e vamos continuar este procedimento nas seguintes Assembleias em que estes assuntos, obrigatoriamente, têm que vir aqui a este Plenário, que vamos fazer a votação sempre de forma isolada para cada um dos assuntos. Pergunto ao Sr. Presidente de Câmara se quer fazer uma nota introdutória sobre o tema.....

----- **Presidente da Câmara** – Quero aproveitar este ponto para fazer um esclarecimento e penitenciar-me pela informação errada que dei há bocadinho.

----- Os Srs. Vereadores do PS, na última reunião de Câmara, votaram contra um apoio atribuído precisamente à Junta de Freguesia de Espinhosela. O Sr. Presidente queixou-se e com razão, sabia bem aquilo que estava a dizer, e ninguém do Executivo

se lembrou deste pormenor. Efetivamente votaram contra. Portanto fica aqui a correção sobre este ponto. Foi um apoio que foi atribuído no âmbito da proposta de alienação da escola primário de Terroso, votaram contra a atribuição à Junta de Freguesia.....

----- ..

----- **.. Presidente da Câmara** - Se não é votar contra o apoio, então é contra o que?

-----Votaram contra a alienação da escola, votaram contra a atribuição desse montante que ficou determinado na deliberação, que era alienar a escola e o dinheiro ser atribuído à Junta de Freguesia, para obras nessa mesma Freguesia, nomeadamente no Santuário de Santa Rita de Terroso. Foi isso que aconteceu, na reunião passada, foi precisamente a proposta de atribuição desse montante, que foi o valor pelo qual a escola foi alienada, e os Srs. Vereadores votaram contra. Está feita a correção.

-----Relativamente à questão que, agora, aqui é trazida, os apoios às várias juntas de freguesia, são apoios solicitados pelas juntas para realização de determinadas obras e que, obviamente, nós propomos que seja deliberado em sentido positivo. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Pedidos de esclarecimento?

----- Henrique Ferreira, tem a palavra.

----- **Henrique Ferreira** – O meu pedido de esclarecimento vai no sentido da garantia de igualdade de tratamento entre juntas de freguesia, e procura resolver um diferendo que há entre o PS e o PSD. A do PS queixa-se que as juntas de freguesia do PS não são apoiadas como são as juntas de freguesia do PSD, e, portanto, a questão que eu formulo é: São os Presidentes de Junta do PS que não sabem escrever, ou é o Sr. Presidente da Câmara que não sabe ler?- Isto faz-me lembrar uma anedota de há 50 anos, quando eu era criança, que dizia que os polícias andavam sempre juntos em grupos de 3. Um era o que sabia ler, outro era o que sabia escrever, e outro que gostava de acompanhar com intelectuais. Que aqui há um intelectual, há, porque

temos Atas e temos explicações. Agora, Sr. Presidente da Câmara, obviamente, a anedota não pretende atacar ninguém, portanto não se sinta atacado com isso, é, apenas, até um momento de distensão, aqui. Agora, a questão que se coloca é: Explique lá, de uma vez por todas, porque as pessoas queixam-se, as pessoas do PS, nomeadamente, queixam-se de desigualdade de tratamento. Portanto explique lá.

----- **Presidente da Mesa** – Mais algum pedido de esclarecimento?

----- Bruno Veloso, tem a palavra.....

----- **Bruno Veloso** - Agradeço a intervenção do Sr. Presidente de Câmara, particularmente quando repôs a justiça e a verdade dos factos, relativamente à votação dos Vereadores do PS. Mas é só para esclarecer esta Assembleia, uma vez que os Vereadores estão impedidos de intervier nela, sem autorização do Presidente da Câmara.....

----- De facto, e em coerência, os Vereadores do PS votaram contra a alienação do património e, naturalmente, em consequência, votaram contra a verba para realizar as obras, exatamente, em consistência, por serem contra a alienação do património, não propriamente de uma verba direta, e, portanto, foram dois atos consequentes.

----- Se, eventualmente, houvesse um apoio à Junta de Freguesia onde o património já fosse deles, estou certo que os Presidentes de Junta do PS votariam favorável. Portanto, isto é um ato, em consequência.

----- Isto faz-me lembrar aquela situação em que o marido compra um carro contra a vontade da mulher e, depois, ainda por cima, pede dinheiro à mulher para pintar o carro, e a mulher diz-lhe, naturalmente, que não. Portanto, a situação é esta, em consonância, vai-lhe dizer, também, que não vai dar dinheiro para pintar o carro.

----- Disse.

----- **Primeiro Secretário** – Muito obrigado, Sr. Membro Bruno Veloso.

----- Tem a palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela.....

----- **Telmo Afonso** – Mais uma vez, boa tarde.....

----- Sr. Deputado Bruno Veloso, votaram contra a alienação da escola primária de Terroso, é um assunto, e ninguém, na altura, pôs em questão esse ponto de vista. Também não lhes vou dizer, porque, se calhar, também vocês queriam saber. Olhe que há presidentes de junta de freguesia, eleitos pelo PS, que também querem propor à Câmara, a venda de escolas!

----- A venda do património é um assunto... ..

----- **Primeiro Secretário** – Sr. Presidente da Junta, por favor, estamos no pedido de esclarecimentos, esta intervenção... ..

----- **Telmo Afonso** – Ai é? - Eu estou a justificar o que disse o Sr. Membro da Assembleia Bruno Veloso.

----- **Primeiro Secretário** – Cabe, talvez, mais no período de intervenções.

----- **Telmo Afonso** – Portanto, a venda do património é assunto da venda, a verba resultante para transferência para a Junta de Freguesia é outro assunto. Portanto, se a venda da escola foi proposta numa reunião de Câmara, foi vendida, e noutra reunião de Câmara, a outra proposta da atribuição ou de dar essa verba à Junta de Freguesia, é outro assunto. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Agora, eu pergunto-lhes: Depois de vendida a escola, mesmo com o PS contra, diga-me onde quer aplicar o dinheiro?

----- **Primeiro Secretário** – Muito Obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Agora, perguntaria ao Sr. Presidente da Câmara se tem alguma coisa mais a esclarecer sobre este assunto.

----- Então, passamos ao período de intervenções. Inscrições, por favor.

----- Não há inscrições para intervenções neste ponto. Então, neste caso, vamos proceder à votação.....

----- Voltamos atrás, para fazer uma inscrição do Sr. Presidente da Junta de Donai. ..

----- **Luís Martins** – Boa tarde. Esta é mais uma resposta dirigida, praticamente, ao Dr. Henrique Ferreira, que é o seguinte: As verbas atribuídas às Juntas de Freguesia do

PSD, em maioria, isto é lógico, se nós somos muitas mais juntas de freguesia, equitativamente, terá que haver mais apoios para estas juntas.....

----- Da mesma forma, também lhe posso dizer que, dada a não satisfação de alguns Presidentes de Junta do PS, do PSD também existem, porque eu posso-lhe dizer que também ainda não tive uma verba atribuída, este ano, e não venho aqui queixar-me ou chorar, constantemente. Temos que aguardar, e temos mais 3 anos de mandato, este é um dos factos. Agora, se nós somos o dobro, ou muito mais juntas de freguesia que o PS, é lógico que as verbas tem que ser muitas mais para os Presidentes de Junta eleitos pelo PSD, porque foram esses quem o povo elegeu.

----- **Presidente da Mesa** – Bom, Sr. Presidente da Câmara, quer fazer algum esclarecimento adicional?

----- **Presidente da Câmara** – Vou aproveitar, agora, para dizer o seguinte, ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Izeda, só para lhe esclarecermos, aqui, este assunto, para que fique, completamente, fechado, senão parece que andamos a falar sempre sobre isto.

----- Quando falou, há bocado, do estatuto de diferenciação, estou a dizer-lhe que, efetivamente, Izeda há-de ter aquilo que é possível ter, enquanto Junta de Freguesia, ou União de Freguesias, neste caso, como terão todas as outras Freguesias.....

----- Relativamente à questão da água, obviamente que é uma situação de exceção, e isso representa algo que as outras freguesias não têm. Não estamos aqui para estar a prejudicar, nem o senhor, nem a Junta de Freguesia, nem a população, nada disso, queremos olhar para as pessoas, é isso que nos compete. E olhar para as pessoas não significa que tenhamos de ter atitudes discriminatórias, como o senhor estava a dizer.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Terminadas as intervenções, vamos passar à votação.....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO SETENTA E OITO MEMBROS PRESENTES.....**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Declaração de voto do MSP. Sr. Deputado Henrique Ferreira, tem a palavra.

----- **Henrique Ferreira** – Votamos a favor porque, obviamente, concordamos com os investimentos nas freguesias. E também votámos a favor porque apesar da não resposta do Sr. Presidente da Câmara à questão que lhe fiz, pude concluir que ele sabe ler, pelo menos face ao pedido do Sr. Presidente de Junta de Quintanilha. Portanto considero a questão esclarecida.

----- **Presidente da Mesa** – Declaração de voto de Ana Cláudia do MSP.

----- **Ana Cláudia** – Eu só venho dizer que votei a favor porque parto num pressuposto e numa relação de boa-fé que, obviamente, a atribuição dos subsídios, das duas, uma, ou entram só de um determinado partido, ou entram todos. Há uma graduação das necessidades e é, com base nesses critérios, que são atribuídos. Portanto, eu diria, e isto já não é uma questão de hoje, recorrentemente, quando se trata de subsídios, atribuição de subsídios a juntas, esta questão coloca-se. Se calhar, nas certidões que nos mandam, seria importante saber dizer: neste período deram entrada “x” pedidos, destas e destas, temos necessidades de satisfazer as... só podemos satisfazer as seguintes... e os critérios são estes... Acho que se clarificava e escusávamos de criar aqui ambiguidades e desconfianças, que não faz sentido existirem.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Srs. Deputados.

----- Passamos ao ponto seguinte.

PONTO 3.4.2 – Proposta de atribuição de apoios para melhorias habitacionais na zona rural – 2.ª Fase (2014).

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança.

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezassete de novembro do ano de dois mil e catorze, devidamente

aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Octávio Augusto Fernandes, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA MELHORIAS HABITACIONAIS NA ZONA RURAL – 2.ª FASE (2014)

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pela Divisão de Educação, Cultura e Ação Social:

Considerando que:

- No concelho de Bragança, existem vários grupos de risco que permanecem expostos a diferentes formas de pobreza e exclusão social.

- Nestes grupos de risco encontramos diferentes vulnerabilidades: as pessoas idosas (fracos recursos económicos, montantes baixos das pensões, isolamento e desintegração familiar); as famílias monoparentais; as famílias dedicadas à agricultura de subsistência (fracos retornos da atividade agrícola tradicional e familiar não remunerada); os grupos minoritários alvo de exclusão social (etnias ou grupos culturais alvo de acumuladas formas de estigma e processos de guetização); as pessoas portadoras de deficiência (fraca empregabilidade; forte dependência face a terceiros e baixos valores das pensões); os desempregados de média e longa duração (fracos recursos económicos e fracas prestações sociais); as pessoas empregadas com fracos níveis de qualificação e de instrução (remunerações mais baixas e exposição a trabalho precário); as pessoas empregadas na economia informal (não declaradas, sem proteção social, mercado de trabalho oculto e precário); as pessoas ou famílias com elevados níveis de endividamento (redução drástica do rendimento disponível para as funções familiares essenciais).

- A região de Bragança, na sua comparação face à realidade nacional, revela valores baixos em diferentes indicadores tais como: IRS per capita, RSI, valores médios anuais em todo o tipo de pensões;

- As características de uma parte significativa da população que reside nestes territórios são a desafiliação, desqualificação objetiva e a privação, associadas de forma mais marcante, nas zonas rurais, ao isolamento e rarefação da presença

humana nas freguesias mais afastadas dos núcleos urbanos e à persistência de deficientes condições das habitações em contexto rural;

- Acresce que o índice de envelhecimento do concelho de Bragança em 2001 era de 140,2, para em 2012 assumir já o expressivo valor de 183,2. Estes dados significam que o peso da população idosa é crescente e assume-se claramente como um grupo de risco de óbvia priorização em diferentes tipos de resposta sociais destinadas a melhorar a qualidade de vida deste grupo etário, sendo o apoio a melhorias habitacionais uma frente prioritária para garantir as mínimas condições de segurança, higiene e habitabilidade;

- Segundo o programa Censos Sénior da GNR (2012), existiam no distrito de Bragança 2.442 pessoas em situação de isolamento, mais 900 do que os registados em 2011, sendo que 2.402 vivem sozinhos (98,4%), os restantes 40 idosos vivem em locais fisicamente isolados. Os três municípios com maior número de casos são: Vimioso (624), Torre de Moncorvo (450) e Bragança (365).

Parece-nos de óbvia importância social manter e reforçar o esforço de intervenção no domínio das melhorias habitacionais, especificamente as de carácter mais urgente, sendo que em 2014 o SEAS, em articulação com três Juntas de Freguesia da zona rural, priorizou três agregados familiares, para a 2.ª fase de apoios a melhorias, que carecem de intervenção muito urgente:

Prioridade	Requerente	Localidade	Freguesia
1.ª	Francisco António Galvão	Paço de Mós	Mós
2.ª	Alcina da Piedade Rodrigues	Alimonde	União das Freguesias de Castrelos e Carrazedo
3.ª	Elisabete Maltês Moreira Rodrigues	Coelhoso	Coelhoso

O n.º 1, do artigo 23.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece que “constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias”,

pelo que se mantém a aposta no apoio financeiro às Juntas de Freguesia para, em esforço de concertação e colaboração, tornarmos mais célere e próxima a atuação no domínio das melhorias habitacionais das famílias mais carenciadas do concelho de Bragança, melhorando os seus níveis de conforto e bem-estar.

Propõe-se, assim, que seja autorizada a atribuição de um apoio financeiro global de 12.250,00€ para realização de obras de melhorias habitacionais, distribuído da seguinte forma pelas Juntas de Freguesia:

Junta de Freguesia	Valor do Apoio	N.º de Cabimento	Classificação Orçamental
Mós	5.000,00 €	3741	PAM N.º 6/2012 0102/08050102 – Freguesias
União das Freguesias de Castrelos e Carrazedo	4.250,00 €		
Coelhoso	3.000,00 €		

Total dos apoios financeiros **12.250,00 €**

Os fundos disponíveis ascendem na presente data a 6.018.016,12€, conforme consulta ao POCAL em anexo.

A atribuição deste apoio financeiro enquadra-se no artigo 5.º (Tipologias de Apoio), ponto 1.2, *apoio à melhoria do alojamento -materiais para obras de beneficiação – quando as habitações tenham comprometidas as condições mínimas de habitabilidade*, do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, publicado pelo Aviso n.º 4113/2002 – 2.ª Série, de 17 de maio.

Em conformidade com o previsto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, - “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”- a competência para autorizar a presente despesa é da Exma. Assembleia Municipal.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e para os efeitos da alínea j),

do n.º 1, do artigo 25.º e alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 18 de novembro de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, quer-nos dizer alguma coisa mais, para além da documentação que foi enviada?

----- Bom, então, pedidos de esclarecimento?

----- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortes, Sr. António João, tem a palavra para pedidos de esclarecimento, à Câmara.

----- **António Pires** – Sr. Presidente, eu quero ser breve, nem venho aqui a pôr em causa a atribuição de verba nenhuma para as obras das pessoas carenciadas nas freguesias, antes pelo contrário, estou, completamente, de acordo. Mas é assim, Sr. Previdente, são as próprias pessoas que através do Serviço de Ação Social da Câmara Municipal ficam com essas... não sei se é candidatura, se é perspectiva de lhe ser atribuído uma verba para melhoramento das habitações, como fazer uma casa de banho, como fazer outra obra qualquer em casa. E o que está acontecer, eu acho que o meu problema é o mesmo de outros presidentes de junta, é assim: essas pessoas não sabem como está a decorrer o processo delas na Câmara, no Serviço de Ação Social, e estão, constantemente, não é que incomodem, o problema não é incomodarem, o problema é estarem, constantemente, a procurar à Junta de Freguesia, em que situação está esse procedimento. E, às vezes, há pessoas que no meio disto tudo, duvidam que a Junta de Freguesia já recebeu essa verba da Câmara, porque ela vai para lá através das Juntas de Freguesia, tanto quanto eu sei, que eu nunca tratei desses casos, mas sei como tratava a Junta de Freguesia anterior. E as pessoas ficam na dúvida, se a Junta já recebeu esse verba e que não lha quer atribuir e

que está a reter ou a usar até para outros fins, e nós não sabemos que resposta havemos de dar a essas pessoas.

----- Agradecia que o Sr. Presidente esclarecesse, me dissesse se a Câmara, através dos Serviços Sociais, diz a essas pessoas: sim senhor, vão ser contempladas, mas que vai demorar algum tempo, uns meses, ou um ano, aquilo que for necessário, para não termos as pessoas nessa espetativa e não estar a causar este mau estar, e, às vezes, é o julgamento errado.

----- Como eu sei que, ainda hoje foi aqui alertado o caso da União de Freguesia de Parada, que, talvez, o Sr. Presidente da Junta atual nem sequer sabia, quando tomou conta do Mandato estava lá o dinheiro, nem sabia para o que era, porque não ficou escrito em ata, nem foi dito pelo ???, verbalmente, para que servia aquele dinheiro, e depois, mais tarde, vem a pedir-lhe contas. É errado.

----- Muito obrigado, era só isto.

----- **Presidente da Mesa** – Não havendo mais pedidos de esclarecimento, remetia para o Sr. Presidente de Câmara proceder à resposta à questão formulada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortes.

----- **Presidente da Câmara** – Os montantes a atribuir no âmbito das melhorias habitacionais no meio rural, é feita uma candidatura, como toda a gente sabe, as próprias famílias, ou auxiliadas por alguém, fazem essa candidatura. Essa candidatura é, devidamente, analisada pelos Serviços de Educação e Ação Social do Município de Bragança. Verifica-se “in loco”, com uma equipa da Divisão de Planeamento e Infraestruturas e Urbanismo, as necessidades que estão subjacentes à execução da obra, e, imediatamente a seguir, é feita a priorização, mediante os processos que entraram no Município. Não é, de todo, simples, fazer como o Sr. Presidente da Junta estava a sugerir, que nós possamos dizer à família A, B ou C, que daqui a 15 dias tem a verba atribuída. Se amanhã houver uma situação urgente para resolver, imaginem um incêndio numa habitação, uma habitação que ficou destruída, obviamente que somos obrigados a canalizar a verba para aquela situação e não para o que estava previamente determinado. Mas é desta forma que funciona, sem qualquer tipo de

discricionarieidade, mas atendendo àquilo que é a necessidade identificada, da família, e a priorização feita pelos Serviços de Educação e Ação Social do Município.

----- É evidente que não comunicamos, constantemente, à família, a criar essa expectativa de podermos dizer: amanhã, ou daqui a dois meses, ou daqui a cinco meses. Quando isso acontece, a família é notificada e é contactada através dos Serviços de Educação e Ação Social. Estes apoios são, previamente, também, informados as juntas de freguesia para que possam ter as coisas devidamente organizadas, para se poder atribuir o montante.

----- Imaginem que a Junta de Freguesia diz: - Eu não quero gerir o dinheiro, porque não me interessa nada que essa família seja apoiada. Pois nós temos de arranjar uma alternativa. E feita uma notificação, depois, à Junta de Freguesia a dizer que foi atribuído aquele apoio, para poder fazer a gestão deste montante que é atribuído.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Intervenções?

----- Sr. Presidente da União de Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova, Luís Filipe, tem a palavra.

----- **Luís Fernandes** – Ora bem, aqui neste ponto, eu também vou ser muito rápido, para dizer o seguinte: não vou pronunciar-me sobre os pareceres que estão aí, porque não me compete a mim os presidentes de junta que acompanharam, sabem muito bem o que estão a fazer, e concordo plenamente com isso tudo, porque nós também, em Izeda, temos alguns casos que, também como o António dizia, todo o dia nos perguntam como é que está a situação, como é que não está. Eu, se calhar, o que ia sugerir, porque começamos a notar que há cada vez mais pedidos e mais pessoas a solicitar, e com algumas dificuldades, sugeria à Câmara se haveria alguma hipótese de reforçar esta área com mais verba, porque me dá a ideia que é uma área muito necessitada hoje, e onde as pessoas começam a ter algumas dificuldades. E nós notamos, mesmo nas nossas aldeias, pessoas com algumas dificuldades, em termos de habitabilidade, e de casais que vêm de fora, que vem de Lisboa, de outros lados, e que vieram para a terra e têm as casas antigas, ainda dos pais, dos avós, sem condições e que se estão a radicar novamente aqui.

----- Portanto o apelo era, se possível, reforçar esta área.

----- **Presidente da Mesa** – Terminaram, então, as intervenções. Vamos passar à votação..

----- Sr. Presidente, quer responder?

----- Pode, tem tempo. Sr. Presidente, pode responder.

----- **Presidente da Câmara** – Em resposta à sugestão do Sr. Presidente da Junta, deixe-me dizer-lhe que está previsto, para o ano, no orçamento de 2015, um aumento de 25% nesta verba, para melhoria das condições habitacionais no meio rural. Portanto já foi previsto, e em 2015 será executado como tal.

----- **Presidente da Mesa** – Setenta e seis Deputados na Sala, vamos finalizar a agenda votando a proposta.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Francisco Marcos do PS, tem a palavra.

----- **Francisco Marcos** – O PS votou a favor, como vota sempre a favor sempre que haja este compromisso da Câmara e Juntas de Freguesia para apoiar famílias necessitadas, e sempre que haja, também, pedidos de apoios às Juntas de Freguesia, o PS vota sempre a favor.

----- **Presidente da Mesa** – Terminámos a sessão. Srs. Deputados, obrigado pela colaboração, e, como não nos vamos a voltar a ver, hoje é dia 26, falta um mês para o Natal, votos de boas festas para todos vocês. Continuação de uma boa tarde.

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso
Primeiro Secretário – João Adriano Rodrigues
Segunda Secretária – Susana Andrea Ferreira Taveira

2-RESTANTES MEMBROS

Anabela Pires Antunes dos Anjos
António Eduardo Fernandes Malhão
Filipe Osório Caldas
Isabel Maria Lopes
Jorge Manuel Pinto da Silva Ferreira
José Luís Baltasar
Júlio da Costa Carvalho
Manuel Mesquita Rodrigues *
Maria do Amparo Mendes Alves
Maria Cristina Ramos Raposo
Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro
Maria Madalena Morais Morgado
Martinho Eduardo do Nascimento
Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro
Rui Fernando Rodrigues Correia
Susana Maria Pinto Costa *
Vasco Augusto Pilão Cadavez

PARTIDO SOCIALISTA

Alcídio Augusto Castanheira
Ana Maria Ferreira Brás
Armindo Augusto Lopes *
Bruno Viriato da Costa Veloso
Fernando Carlos da Silva Paula
Francisco Manuel Esteves Marcos
Maria Aurora Correia *
Maria Celina da Silva Paula
Maria de Fátima Renovato Veloso
Pedro José Rego *
Sandra Marisa Rodrigues Valdemar *

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Amâncio José Catarino Ferreira
Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida
Henrique da Costa Ferreira
Jorge Manuel Xavier Laranjinha
Luís Carlos Pires do Vale
Manuel Agostinho Pires Diz *
Maria Isabel Barreiro Ribeiro

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

António Alberto Vaz Pereira Morais

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

Francisco Luís Pires Pinheiro

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	António Manuel Teixeira Batista
UF- Aveleda / Rio de Onor	José Carlos Fernandes Valente
Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais
Baçal	Luís Filipe Pires Carvalho
Carragosa	Jorge Augusto Ala
UF – Castrelos / Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castro Avelas	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veiga
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins
Espinhosela	Telmo Ramiro Prada Afonso
França	Carlos Manuel Afonso da Silva
Gimonde	António Manuel Choupina Assares
Gondesende	Augusto David Afonso Pires
Gostei	Rui Manuel da Costa Gonçalves
Grijó de Parada	Maria Helena Santos Branco
UF- Izedalva/ Calvelhe/Pard.Nova	Luís Filipe Pires Fernandes
Macedo Mato	Manuel Augusto Crisóstomo
Mós	Anabela Afonso Pereira Rodrigues
Nogueira	José António Prada

Outeiro	César Gustavo Garrido
UF-Parada/Failde	António Manuel Afonso Pires
Parâmio	Nuno Miguel Martins Diz
Pinela	Alex Olivier Alves Rodrigues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela de Lampaças	Miguel Francisco Pinto
Rabal	Jaime Rodrigues Loureiro
UF –Rebordainhos/ Pombares	José Jorge Martins Caminha
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues **
UF -Rio Frio/Milhão	Adriano Augusto Ferreira
Salsas	Pedro Miguel Ramos Zoio
Samil	Telmo Ricardo Alves Malhão
UF- S.Julião Palácios/Deilão	Altino Francisco Pereira Pires
São Pedro Serracenos	Humberto José dos Santos
UF – Sé/Santa Maria/Meixedo	José Júlio Vaz Pires
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Serapicos	Rui Fernando Pires Caetano
Sortes	António João Pires
Zoio	Hélder Jorge dos Santos

* - Membro Suplente

** - Substituto Legal

FALTAS

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Santa Comba de Rossas	Ilídio Alexandre Morais
-----------------------	-------------------------

**B - CÂMARA:
PRESENÇAS**

Presidente - Hernâni Dinis Venâncio Dias

Vereadores: Vítor Prada Pereira

Paulo Jorge Almendra Xavier

Humberto Francisco da Rocha

Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo

André Filipe Morais Pinto Novo

Gilberto José Araújo Batista

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezanove horas e do que nela se passou, se lavrou a presente ata que, depois de achada conforme – vai ser presente, para discussão e votação, na Primeira Sessão Ordinária do ano de 2015, desta Assembleia Municipal, a realizar em 25 de fevereiro de 2015 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa. -

O Presidente (Luís Manuel Madureira Afonso) _____

O Primeiro Secretário (João Adriano Rodrigues) _____

A Segunda Secretária (Susana Andrea Ferreira Taveira) _____